

WALTER C. KAISER JR.

O QUE O SENHOR EXIGE DE NÓS?

A ética situacional, que se popularizou na década de 1960, ensina que "o amor é tudo de que precisamos". Devemos ser amorosos, mas ninguém diz como devemos agir. A ética bíblica é capaz de orientar nesse sentido, uma vez que parte da luz das Escrituras. Mas qual é o grau de aplicabilidade dos padrões morais da Bíblia aos problemas complexos que enfrentamos hoje?

Walter Kaiser responde a essa pergunta vinculando 18 questões éticas difíceis a 18 passagens-chave no ensino das Escrituras. Com um ensino que parte da autoridade da Bíblia, com sugestões de esboço para mensagens expositivas e com *insights* oriundos de anos ensinando esse material, Kaiser mostra como é possível equipar igrejas locais a pensar biblicamente sobre ética. O resultado é um texto fundamental para pastores-mestres, um recurso e guia estimulante para a pregação e uma base sólida para o desenvolvimento de estudos bíblicos.

> Nas igrejas atuais, muitas declarações éticas são feitas sem fundamento bíblico firme, e muitos sermões são pregados sem aplicação concreta às questões relevantes dos nossos dias. Esse livro ajudará pregadores e mestres a tratar dos desafios éticos da igreja com uma perspectiva calcada na experiência, fundamentada em uma teologia bíblica confiável e com sólida erudição. Recomendo essa obra com entusiasmo!
>
> John Jeferson Davis, Gordon-Conwell Theological Seminary

Walter C. Kaiser Jr. (PhD, Brandeis University) é presidente emérito do Gordon-Conwell Theological Seminary e continua atuando como pregador, palestrante, pesquisador e escritor, tendo escrito mais de quarenta livros, entre eles *Plano da promessa de Deus*, publicado por Vida Nova.

VIDA NOVA

vidanova.com.br
/vidanovaeditora
@editoravidanova

ISBN 978-85-275-0619-9

O CRISTÃO E AS QUESTÕES ÉTICAS DA ATUALIDADE



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Kaiser Jr., Walter C.
O cristão e as questões éticas da atualidade: um guia bíblico para pregação e ensino / Walter C. Kaiser Junior; tradução de Haroldo Janzen e Ingrid Neufeld de Lima. – São Paulo: Vida Nova, 2015.

320 p.

Bibliografia

ISBN: 978-85-275-0619-9

Título original: *What does the Lord require?: A guide for preaching and teaching biblical ethics*

1. Ética na Bíblia – Estudo e ensino 2. Ética cristã 3. Pregação I. Título II. Janzen, Haroldo III. Lima, Ingrid Neufeld de

15-0469 CDD 241

Índices para catálogo sistemático:
1. Ética na Bíblia

O CRISTÃO E AS QUESTÕES ÉTICAS DA ATUALIDADE

UM GUIA BÍBLICO PARA PREGAÇÃO E ENSINO

WALTER C. KAISER JR.

TRADUÇÃO
HARDLDO JANZEN (INTRODUÇÃO)
INGRID NEUFELD DE LIMA

VIDA NOVA

©2009, de Walter C. Kaiser Jr.
Título do original: *What does the Lord require? A guide for preaching and teaching biblical ethics*, edição publicada pela Baker Academic, um selo da Baker Publishing Group (Grand Rapids, Michigan, EUA).

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por
Sociedade Religiosa Edições Vida Nova
Rua Antônio Carlos Tacconi, 75, São Paulo, SP, 04810-020
vidanova.com.br | vidanova@vidanova.com.br

1.ª edição: 2016
Reimpressão: 2017

Proibida a reprodução por quaisquer meios,
salvo em citações breves, com indicação da fonte.

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todas as citações bíblicas sem indicação da versão foram traduzidas diretamente da New International Version (NIV). As citações com indicação da versão *in loco* foram traduzidas diretamente da King James Version (KJV), da New American Bible (NAB), da New American Standard Bible (NASB), da The New Jerusalem Bible (NJB), da New King James Version (NKJV), da New Revised Standard Version (NRSV) e da Revised Standard Version (RSV). Citações bíblicas com a sigla TA se referem a traduções feitas pelo autor diretamente do original grego/hebraico.

Direção executiva
Kenneth Lee Davis

Gerência editorial
Fabiano Silveira Medeiros

Edição de texto
Tiago Abdalla

Revisão da tradução e
preparação de texto
Marcia B. Medeiros

Revisão de provas
Sylmara Beletti

Gerência de produção
Sérgio Siqueira Moura

Diagramação
OM Designers Gráficos

Capa
Wesley Mendonça

Para
Richard A. e Miriam Armstrong,
queridos amigos,
fiéis guerreiros de oração,
sábios e generosos conselheiros,
que conduziram a junta educacional
do Gordon-Conwell Theological Seminary
durante grande parte de meus anos como presidente.

1Coríntios 2.9; Isaías 64.4

Sumário

Introdução 9
Viver e agir como Deus deseja (Salmo 15)

1. Os pobres, os oprimidos e os órfãos 23
Isaías 58

2. Racismo e direitos humanos 39
Gênesis 9.18-27; Tiago 2.1-13, 25, 26

3. Jogos de azar e a ganância 55
Mateus 6.19-34

4. Meios de comunicação, entretenimento e pornografia ... 71
Filipenses 4.4-9

5. Adultério 87
Provérbios 5.15-23

6. Coabitação e fornicação 103
1Tessalonicenses 4.1-8

7. Divórcio 119
Malaquias 2.10-16

8. Aborto e pesquisas com células-tronco 137
Salmos 139.13-18; Êxodo 21.22-25

9. Homossexualidade 151
Romanos 1.24-27

10. Crime e pena de morte 165
Gênesis 9.5,6; João 8.1-11

11. Suicídio, infanticídio e eutanásia 181
Jó 14.1-6

12. Engenharia genética e reprodução artificial 195
Gênesis 1.26-30; 2.15-25

13. Alcoolismo e drogas 209
Provérbios 23.29-35

14. Desobediência civil 221
Atos 4.1-22

15. Guerra e paz 235
Romanos 13.1-7

16. Riqueza, posses e economia 253
Deuteronômio 8.1-20

17. "Direitos" dos animais e fazendas industriais 267
Isaías 11.6-9; 65.25

18. Cuidado com o meio ambiente 281
Salmos 8.1-9

Índice de passagens bíblicas 295

Índice onomástico 305

Índice de assuntos 311

Introdução

Viver e agir como Deus deseja (Salmo 15)

A ética não é um padrão de conduta caracteristicamente cristão, pois Paulo argumenta que até mesmo os pagãos, que não revelam um claro conhecimento da Lei, demonstram que a obra da Lei está escrita no coração deles (Rm 2.14,15). A perspectiva de uma pessoa, ou sua visão de mundo/da vida, serve de ponto de partida para tudo o que se relaciona à ética. Assim, nossas ações éticas podem ter origem em uma estrutura de pensamento humanista, islâmica, budista ou ateia, bem como bíblica.

O uso da Bíblia para decisões éticas

A ética bíblica começa com a iluminação das Escrituras: "Tua palavra é lâmpada para os meus pés e luz para o meu caminho" (Sl 119.105). Desse modo, para os cristãos, a ética bíblica é uma reflexão a respeito da conduta e das ações humanas com base na perspectiva de nosso Senhor apresentada nas Escrituras Sagradas. Embora contenha 66 livros escritos por cerca de quarenta

autores, a própria Bíblia afirma sua compilação como um único livro (Jo 10.35; 17.12; 1Tm 5.18). O apóstolo Paulo alega que "toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, a fim de que [o homem] de Deus seja plenamente capacitado para toda boa obra" (2Tm 3.16,17) — incluindo obras como o viver ético e moral que agrada a Deus.

Mas de que maneira uma pessoa pode usar as Escrituras para tomar decisões éticas e avaliá-las? As Escrituras são a "norma" (termo proveniente da palavra latina *norma*, que significava originalmente "esquadro de carpinteiro", ferramenta usada para determinar se um canto ou uma linha estavam simétricos e retos) que podemos utilizar para avaliar se uma ação ou decisão é correta ou errada, justa ou injusta. A Bíblia pode ser empregada de quatro maneiras diferentes nesse contexto: ela pode funcionar (1) como guia, (2) como sentinela, (3) como bússola e (4) como princípio. Dessa forma, *guias* indicam a rota que devemos seguir, ao passo que as *sentinelas* nos advertem contra decisões ou caminhos errados. *Bússolas* nos ajudam a obter orientação e *princípios* reúnem as ideias abstratas que resumem vários exemplos encontrados nas Escrituras.

Portanto, nosso conhecimento, com o qual avaliamos questões éticas, provém da Bíblia. Ela é nossa fonte imbuída de autoridade para compreendermos a orientação de Deus quanto à maneira correta e justa de agir. Mas também devemos usar nosso entendimento, bem como nosso coração e consciência, na aplicação da palavra de Deus às nossas ações. Há o entendimento que recebemos em nosso nascimento, geralmente chamado de senso comum. Mas também temos um entendimento equivocado decorrente da Queda de Adão e Eva no Jardim do Éden e de nosso pecado. Felizmente, há ainda um terceiro entendimento, pelo qual somos guiados de maneira correta ao utilizarmos a luz das Escrituras. O salmista clamou com razão: "Dá-me entendimento, para que eu guarde a tua Lei e a obedeça de todo o coração" (Sl 119.34).

A complexidade da vida

A vida, no entanto, pode ser muito complexa, como somos lembrados diariamente por meio de jornais, noticiários e histórias de tragédias humanas ao redor do mundo. Por exemplo, na violência pós-eleitoral que irrompeu no Quênia, em 2007, uma testemunha descreveu como entrou correndo diversas vezes em uma igreja cheia de pessoas que havia sido incendiada por insurgentes. A testemunha, na última vez que correu para o interior da igreja em chamas com o intuito de resgatar mais algumas pessoas, ouviu o grito de socorro que vinha do inferno em chamas: "Tio! Socorro! Socorro, tio!". Eram as súplicas do próprio sobrinho do resgatador, preso ali. Em um momento de hesitação, o homem olhou para as chamas, talvez se lembrando da própria família que precisava cuidar, e percebeu que não seria possível entrar mais uma vez no prédio para resgatar seu sobrinho que agonizava.[1] Será que deveria ter resgatado o sobrinho, mesmo que isso colocasse em risco a própria vida? Ou deveria ter se lembrado de sua obrigação de prover para a própria família como compromisso prioritário, em vez de salvar outra vida? Que decisões devemos tomar em situações como essa, repletas de necessidades em conflito? Quando duas ações parecem opostas ou conflitantes, como decidir qual delas é prioritária? Nem todas as situações éticas na vida envolvem absolutos morais tão contrários e conflitantes quanto nessa história (entre salvar uma vida e cuidar da própria família), mas, em cada situação, devemos tomar decisões diárias que refletem bem o que o Senhor nos ensinou ou deixam de expressar a obediência devida à Palavra de Deus.

Será que a Bíblia continua sendo relevante para a ética no século 21?

Todos esses aspectos suscitam perguntas na mente do cristão: Quão aplicável é o padrão moral da Bíblia para os nossos dias,

[1] De acordo com a descrição feita por meu aluno Francis Graham.

especialmente quando os dilemas morais e éticos parecem cada vez mais complexos? A verdade bíblica continua sendo a norma válida para o que é considerado certo, errado, bom, justo e correto? O caráter de Deus continua sendo a base para afirmar que existe um absoluto ético no Universo, ou devemos ir (conforme o hino *Break thou the Bread of Life* [Quebra o Pão da Vida]) "além da página sagrada" a fim de atender às novas exigências que nos são feitas?

Essas perguntas, e uma série de outras semelhantes, são feitas por cristãos que creem na Bíblia com a mesma frequência que pessoas seculares ao redor do mundo, na tentativa de descobrir qual deve ser sua conduta moral e ética no século 21. Infelizmente, em muitas situações, nós, que ensinamos, pregamos e conduzimos a igreja, temos oferecido, na melhor das hipóteses, pouca ajuda das Escrituras. Se, conforme a Bíblia nos lembra, não vivemos só de pão, mas de tudo o que sai da boca do Senhor (Dt 8.3), então há uma séria necessidade de instrução das Escrituras nos níveis pastoral e leigo para que possamos oferecer auxílio no desenvolvimento de uma resposta adequada aos desafios éticos, doutrinários e morais de nossos dias. Precisamos ajudar o povo de Deus a compreender seus dilemas de acordo com os fatos ou princípios das Escrituras. Muitos mestres e pregadores, sem mencionar pais e outros cuidadores, esquivam-se de ajudar as pessoas a entender a Palavra de Deus nas decisões morais por acreditarem que a ética é complexa e pessoal demais ou simplesmente por não conhecerem o ensinamento bíblico. Eles acham que isso causará divisão, porque as pessoas já têm opinião quanto ao que vão fazer. E caso não tenham opinião formada, logo terão, e certamente não querem que alguém lhes diga que a Palavra de Deus tem uma orientação diferente!

Mas será que essas desculpas e verdades serão aceitas no dia do juízo, quando estivermos perante o Senhor? Por muito tempo temos dado pouquíssima orientação na sala de aula dos seminários, no púlpito e em casa. Isso precisa mudar — ou nós, que deveríamos ter ensinado a respeito dessas questões, seremos responsabilizados diretamente pelo Senhor pela queda

moral de nossa sociedade, ao não permitirmos que Deus se pronuncie em todas as questões éticas e morais atuais que afligem nossa cultura de forma tão direta. Mesmo a falta de conhecimento da Palavra de Deus não serve de desculpa para não fazer o que é correto! (Pv 24.12).

A importância de textos bíblicos didáticos que tratam sobre ética

Em razão da necessidade urgente de uma ética bíblica saudável, tenho procurado combinar percepções de meu estudo e ensino acerca da ética no Antigo e no Novo Testamentos com algumas das principais passagens didáticas da Bíblia. Preparei esboços expositivos e blocos de ensinamentos imbuídos da autoridade da Palavra de Deus para funcionarem como potenciais bombas de combate a incêndio, por assim dizer, que conduzam a um viver agradável a Deus. Meu desejo é que esse material de apoio seja transformado em uma série de estudos bíblicos, como uma disciplina optativa na faculdade ou estudos bíblicos para adultos, estudos bíblicos nos lares e estudos desenvolvidos no programa educacional de igrejas ou faculdades e seminários cristãos. Ele pode até assumir o formato de uma série de mensagens que mostre que a Bíblia é capaz de nos ajudar em nossas dificuldades, ou seja, nas difíceis decisões éticas e morais da vida real. Caso não seja conveniente pregar no domingo à noite uma série de mensagens sobre o tema, então que tal uma sequência de mensagens no domingo de manhã ou uma semana especial de encontros acerca desses temas, conduzida pela equipe pastoral, possivelmente com alguma ajuda de palestrantes de fora? Um aspecto importante que não pode ser esquecido é que essas mensagens devem ser exposições da Palavra de Deus. As associações de serviço comunitário como Kiwanis, Elks, Lions[2] e outras

[2]Para uma descrição desses grupos de serviço comunitário, veja a informação disponível em: http://www.kiwanis.org/; http://www.elks.org/; http://www.lions.org.br/, acesso em: 3 ago. 2015.

organizações civis podem ressaltar e analisar males sociais, mas é necessário que haja uma demonstração do poder da Palavra de Deus como a única fonte capaz de impactar e mudar verdadeiramente esses problemas.

Como Deus deseja que vivamos? (Salmo 15)

A passagem de Salmos 15.1-5 parece ser a mais adequada para introduzir essa série de estudos, uma descrição real daqueles que estabeleceram sua vida e sua firme confiança no Senhor Deus. Nos salmos anteriores, Davi descreve a intensidade do mal em seus dias, que, aliás, não parecem muito diferentes dos nossos, pois em Salmos 12.8, ele adverte: "Os ímpios andam com liberdade e altivez, quando a maldade é exaltada entre os homens [e mulheres]". Mas, em contraste com a humanidade corrompida daquela época e da nossa, Deus estava buscando a "companhia dos justos" (Sl 14.5).[3] Diante do crescente ateísmo com suas provocações insolentes: "Deus não existe" (Sl 14.1), acompanhado de um modo de vida "corrupto" e de "abominações" (Sl 14.1c), Deus continuava determinado a apresentar àquela cultura, assim como em nossos dias, um povo obediente à sua vontade e unido pelo próprio Deus, não conformado ao espírito da época em que vivia.

O salmo 15 é um salmo de sabedoria dividido em três seções; a segunda delas apresenta uma estrutura em dez partes que trata das condições morais esperadas por Deus. A estrutura do salmo é a seguinte:

I. A pergunta (15.1)
O que Deus espera de nós para que vivamos em sua abençoada presença?

II. A seção de dez partes que descreve as condições morais como resposta apropriada à pergunta anterior (15.2-5a)

[3]A palavra traduzida por "*companhia* dos justos" é literalmente a "*geração* dos justos", ou seja, a expressão é uma qualificação moral do grupo (veja tb. Sl 24.6).

Condições positivas	*Condições negativas*
1. Viver com integridade	4. Não difamar
2. Praticar a justiça	5. Não praticar o mal
3. Falar a verdade	6. Não caluniar
7. Rejeitar os pecadores obstinados	8. Não emprestar dinheiro com usura
9. Manter suas promessas	10. Não aceitar suborno

III. A promessa (15.5b)

Quem assim procede nunca será abalado!

Quando Davi pergunta sobre as qualificações para viver e habitar na santa presença de Deus em seu tabernáculo e em seu santo monte Sião, poderíamos esperar uma lista de requisitos rituais para receber a permissão de adorar a Deus e viver perante ele. Em vez disso, há dez condições, desenvolvidas não como ordens que formam um paralelo com os Dez Mandamentos, mas simples o suficiente para que um jovem se lembrasse delas com os dez dedos das mãos ao recordar seu significado e importância. Embora não houvesse proibições com respeito a desonrar os pais, ao divórcio, ao roubo ou ao assassinato, essa lista tinha muito em comum com as listas do salmo 24 e de Isaías 33.15, que, embora mais breves, continham algumas diretrizes semelhantes e outras distintas:

Salmos 24.4	
1. Tem as mãos limpas	2. Tem o coração puro
3. Não adora ídolos	4. Não recorre à falsidade = idolatria

Isaías 33.15	
1. Vive em justiça	2. Fala o que é reto
3. Rejeita o lucro injusto	4. Não aceita suborno
5. Tapa os ouvidos para as conspirações de assassinato	6. Fecha os olhos para não ver o mal

Portanto, é adequado dizer que Davi nos apresenta alguns exemplos e descrições de uma vida sábia e temente a Deus para a glória dele. Embora o Decálogo não esteja totalmente representado, parece que um padrão absoluto baseado no caráter de Deus está por trás dessa lista de dez divisões no salmo 15. Portanto, visto que a lista foi elaborada quando "os fundamentos [estavam] sendo destruídos" (Sl 11.3) — uma situação bem semelhante à nossa época conturbada —, as dez condições do salmo 15 também merecem ser examinadas para a nossa edificação.

Um modo de vida temente a Deus

Em primeiro lugar nessa lista está o indivíduo "que é irrepreensível em sua conduta" (Sl 15.2). Isso não significa que a pessoa que teme a Deus deva ser perfeita para desfrutar da presença dele, mas que seu "modo de vida" (nosso equivalente para o conceito hebraico de "caminhar") deve ser caracterizado pela "integridade", pois a palavra hebraica *tāmîm* indica um estilo de vida moral. Traduzir essa palavra por "irrepreensível" pode concentrar de maneira exagerada o foco no aspecto negativo, pois sugere perfeição e estabilidade. Mesmo antes da transmissão da Lei por Moisés, Noé "achou graça aos olhos do SENHOR" (Gn 6.8, NKJV), assim como Abraão (Gn 17.1). Esses homens de Deus almejavam fazer da integridade o alvo e a marca de suas vidas.

O aspecto exterior da integridade diante de Deus é reforçado pelo fato de que essa pessoa "pratica o que é justo" (Sl 15.2b). E, por sua vez, isso tem um aspecto interior, pois ela "fala a verdade de coração" (15.2c). O indivíduo sábio é alguém que expressa o que está no âmago de seu ser pelas palavras que procedem de seu íntimo. As três atividades mencionadas aqui aparecem na forma de particípios no texto hebraico do salmo 15, que podem ser traduzidos pelo gerúndio em português: "caminhando/vivendo", "praticando" e "falando", assim como ocorre uma tríade semelhante em Salmos 1.1, em que as três ações também formam uma figura de linguagem conhecida como hendíade,

isto é, uma ideia completa e abrangente da conduta que leva a sério a presença de Deus fazendo referência a três aspectos da vida. Franz Delitzsch resume esse aspecto da seguinte maneira: "Encontramos três características aqui: um caminhar puro, uma conduta ordenada de acordo com a vontade de Deus e um modo de pensar que ama a verdade".[4]

Um modo de vida ímpio

As três condições positivas precedentes são seguidas de três atos negativos que a pessoa que vive na presença de Deus não pratica. Em primeiro lugar, ela não "fofoca" ou "difama com a língua" (v. 3).[5] O verbo incomum (hebr., *rāgal*) significa "espionar" no grau intensivo, com a nuance de "andar por aí" espalhando boatos. Mas a ideia de evitar a difamação e a fofoca parece bem atestada para ser preservada aqui (cf. 2Sm 19.27). Portanto, da mesma forma que as três condições positivas exigem integridade e firmeza de caráter, a condição negativa requer controle no uso das palavras. Esse conceito é apresentado mais adiante na segunda e terceira condições negativas do versículo 3. O sábio não coloca armadilhas de modo intencional no caminho de seu amigo ou do próximo. Ele claramente se recusa a dar crédito a informações maldosas sobre outras pessoas. Na verdade, o texto hebraico faz um pequeno jogo de palavras com os termos "próximo" (*rēa'*) e "mal" (*rā'â*). Essa característica tem como correspondente um terceiro aspecto negativo, em que o justo "não lança calúnia contra seu próximo". Aqui, também, alistar de modo desnecessário qualquer coisa que seja negativa sobre uma pessoa só para acumular (hebr., *nāsā'*) fatos vergonhosos a respeito dela é uma atitude que deve ser sumariamente rejeitada.

---

[4]Franz Delitzsch, *A Biblical commentary on the Psalms*, tradução para o inglês de Francis Bolton (Grand Rapids: Eerdmans, 1955), 1:213, 3 vols.

[5]Veja Derek Kidner, *Psalms 1—72*, Tyndale Old Testament Commentaries (London: Inter-Varsity, 1973), p. 81.

Em contraposição às ações sábias dos que caminham com Deus está a pessoa "rejeitada" ou "desprezada/vil", que é caracterizada pelas obras más que realiza. Ela não é alguém que eventualmente pratica o mal, mas que está decidida a fazer o mal e como consequência recebe o desprezo do homem ou da mulher que "honra os que temem o SENHOR" e "que mantém seu juramento/sua promessa, mesmo quando sai prejudicado" (v. 4b,c). Essa ideia de integridade e honra não significa que promessas precipitadas como as de Jefté (Jz 11.31,34-39) ou de Herodes (Mt 14.6-11) devam ser cumpridas em detrimento de pessoas inocentes. É possível implorar por isenção desse tipo de juramento impensado, como vemos em Provérbios 6.1-5 e Levítico 27.1-33. Mas quando se trata de promessas e votos corretos, pessoas sábias permanecem leais à sua palavra (Ec 5.1-7; Mt 5.33-37).

A usura — isto é, cobrar uma taxa de juros abusiva, extorquindo dinheiro de um irmão em condição miserável — é categoricamente condenada nas Escrituras.[6] A Lei e os Profetas trataram desse tópico com frequência (Êx 22.25; Lv 25.37; Dt 23.20; Ez 18.8). A passagem em análise (Sl 15.5a) opõe-se à ideia de cobrar uma taxa de juros exorbitante de uma pessoa pobre em vez de ajudá-la com empréstimo sem juros. Se a cobrança de juros em geral estivesse sendo condenada neste texto, então Mateus 25.27 (em que isso é permitido) não faria sentido. Portanto, o que o texto ensina não tem relação com as formas modernas de negociação comercial e cobrança de juros — desde que não sejam exorbitantes. Em vez disso, o foco da passagem está nas pessoas que emprestam dinheiro com juros, evitando, assim, ajudar um irmão sem cobrar nada, um ato de misericórdia que as Escrituras exigem. Os prósperos não devem tirar proveito dos pobres nem impedir que se faça justiça

[6] A respeito do tema de juros e usura, veja Walter C. Kaiser Jr., *Toward Old Testament ethics* (Grand Rapids: Zondervan, 1983), p. 108-9, e especialmente a seção intitulada: "The question of interest and usury", p. 212-7.

oferecendo suborno no tribunal (Êx 23.8; Dt 16.19). Mais uma vez, embora a palavra para suborno também possa sugerir algum tipo de compensação, o que se condena aqui é aceitar compensação dos famintos ou discriminar os pobres em favor dos abastados ou influentes.[7]

Os que dão atenção às prescrições dessas dez ordenanças experimentarão uma sensação genuína de segurança, pois quem "assim procede nunca será abalado" (Sl 15.5b). Essa é a promessa de Deus. Tal pessoa pode enfrentar adversidades, mas a afirmação de Deus é que ela nunca será abalada em relação ao amor divino. Não foi essa a ênfase de Jesus no Sermão do Monte? Portanto, o sistema ético não está separado do próprio Senhor, mas se fundamenta no ensinamento teológico das Escrituras.

Conclusões

1. Deus está nos chamando agora para vivermos sem culpa, fazermos o que é justo e falarmos a verdade. Precisamos prestar contas a ele no dia em que estaremos diante de sua santa presença.
2. Deus está chamando você e a mim para abandonarmos todo tipo de calúnia contra o próximo, não fazermos o que é errado e vivermos de modo irrepreensível. Podemos confiar que nosso Senhor nos ajudará a enfrentar esses desafios, pois ele é capaz de nos auxiliar a nos abstermos de fazer qualquer uma dessas três coisas.
3. Devemos cumprir nossas promessas, bem como evitar a companhia de pecadores obstinados.
4. Não deveríamos nos esquivar de ajudar financeiramente os pobres, usando nosso dinheiro em uma forma de suborno que é repreensível. Deus também pode nos capacitar a agir de maneira diferente em questões como essas.

[7]Sobre a teoria ética e o suborno, veja Bernard T. Adeney, *Strange virtues: ethics in a multicultural world* (Downers Grove: InterVarsity, 1995), p. 142-62.

Bibliografia

BAHNSEN, G. L. *Theonomy in Christian ethics* (Nutley: Craig, 1977).

BAKER, David L. *Two Testaments, one Bible: a study of some modern solutions to the theological problem of the relationship between the Old and New Testaments* (Downers Grove: InterVarsity, 1977).

BIRCH, Bruce C.; RASMUSSEN, L. L. *Bible and ethics in the Christian life*. Ed. rev. (Minneapolis: Augsburg, 1989).

KAISER, Walter C., Jr. *Toward Old Testament ethics* (Grand Rapids: Zondervan, 1983).

LALLEMAN, Hetty. *Celebrating the law? Rethinking Old Testament ethics* (London: Paternoster, 2004).

RULER, A. A. van. *The Christian church and the Old Testament*. Tradução para o inglês de G. W. Bromiley (Grand Rapids: Eerdmans, 1971).

STOTT, John R. W. *New issues facing Christians today*. Ed. rev. (London: Marshall Pickering, 1999).

_____. *O cristão e os desafios contemporâneos*. Tradução de Meire Portes Santos (Viçosa: Ultimato, 2014). Tradução de: New issues facing Christians today.

WILSON, R. R. "Approaches to Old Testament ethics". In: TUCKER, G. M.; PETERSEN D. L.; WILSON, R. R., orgs. *Canon, theology, and Old Testament interpretation: essays in honor of B. S. Childs* (Philadelphia: Fortress, 1988). p. 62-74.

WRIGHT, Christopher J. H. *Living as the people of God: the relevance of Old Testament ethics* (Leicester: Inter-Varsity, 1983).

_____. *Povo, terra e Deus: a relevância da ética do Antigo Testamento*. Tradução de Yolanda Mirdsa Krievin (São Paulo: ABU, 1991). Tradução de: Living as the people of God: the relevance of Old Testament ethics.

_____. *An eye for an eye: the place of Old Testament ethics for today* (Downers Grove: InterVarsity, 1983). Tradução de: Living as the people of God.

_____. *Walking in the ways of the Lord: the ethical authority of the Old Testament* (Leicester: Apollos, 1995).

Perguntas para debate e reflexão

1. Se a sociedade passa por mudanças, será que, como cristãos, não deveríamos também modificar em certo grau nossas ações para nos adequarmos à sociedade? Se este for o caso, como podemos manter os padrões tão elevados estabelecidos por Deus?
2. Se Jesus aprovou a cobrança de uma taxa de juros justa, o que há de tão errado com a usura?
3. Se todos pecamos diariamente, de que maneira podemos nos aproximar de um Deus santo em adoração sabendo que nossas mãos, coração e corpo estão impuros? O que pode nos tornar puros novamente?
4. Qual é a importância do Antigo Testamento para entender o que um crente deve ser e fazer e como deve agir em relação aos outros?

1

Os pobres, os oprimidos e os órfãos

Isaías 58

Estima-se que, em 2003, doze milhões de crianças ficaram órfãs na África Subsaariana em consequência da epidemia de HIV/Aids naquele continente. Considera-se, igualmente, que 16 mil crianças morrem de complicações relacionadas à fome todos os dias — uma morte a cada cinco segundos. Além disso, em 2004, cerca de um bilhão de pessoas vivia abaixo da linha da pobreza.[1]

A resposta cristã aos marginalizados

O cuidado gentil e amoroso com os que vivenciam a agonia da pobreza e da opressão e com os que acabaram de ser tornar viúvos, despojados e órfãos tem sido identificado repetidas

[1] "Hunger facts: international", *Bread for the World*, disponível em: http://www.bread.org/learn/hunger-basics/hunger-facts-international.html.

vezes como a verdadeira marca da igreja cristã ao longo dos séculos. Assim, citando um exemplo antigo, o filósofo ateniense Aristides, quando foi convocado para defender seus irmãos na fé diante do imperador Adriano, em 125 d.C., apresentou o seguinte testemunho: "Amamos uns aos outros. A necessidade da viúva não é ignorada, e libertamos os órfãos dos que lhes infligem violência. Quem tem dá a quem não tem, de bom grado e sem vanglória".[2]

Essa mesma influência cristã pode ser observada historicamente na vida da igreja quando os crentes priorizavam as ações de trazer as crianças a Jesus (Mc 10.14) e cuidar dos órfãos (Dt 26.12). Os cristãos, por exemplo, tiveram influência na criação de leis de proteção às crianças no Império Romano no quinto e sexto séculos. O reformador Zuínglio transformou diversos mosteiros em orfanatos na Suíça. E outro estadista cristão, Ashley Cooper, liderou a luta contra o trabalho infantil na Grã-Bretanha no século 19.

A preocupação dos cristãos com as pessoas economicamente desfavorecidas foi igualmente importante. Elas também eram o objeto de provisões específicas incluídas na Lei de Moisés (Êx 23.11; Lv 14.21; 19.10). Embora não devessem ser tratadas com favoritismo somente pelo fato de serem pobres (Lv 19.15), também não deveriam ser evitadas e negligenciadas pelo restante do povo de Deus ou pela própria sociedade. Quando essas pessoas eram exploradas, seu clamor a Deus por socorro (Sl 34.6) era respondido com frequência, pela graça e misericórdia de Deus, por meio daqueles que lhes estendiam as mãos para ajudá-los (Sl 41.1; Pv 14.21).

Geralmente a palavra *pobreza* é utilizada em referência aos que têm "renda insuficiente". Três definições são apresentadas para mostrar o que queremos dizer com "renda insuficiente":

---

[2]Citado em Helen Harris, *The newly recovered apology of Aristides* (London: Hodder and Stoughton, 1893), citado em W. Stanley Mooneyham, "Orphans", in: Carl F. H. Henry, org., *Baker's dictionary of Christian ethics* (Grand Rapids: Baker Academic, 1973), p. 477.

(1) pessoas que vivem abaixo da "linha de pobreza", ou seja, sem a renda mínima necessária para a sobrevivência de uma família urbana de quatro pessoas; (2) indivíduos cuja renda está abaixo de 50% da renda média de todos os trabalhadores de uma nação; (3) pessoas que possuem a menor porcentagem de uma "parte do rendimento nacional". Independentemente de qual dessas três definições seja usada, os "pobres" continuam representando "uma ilha de privação em um oceano de riqueza".[3]

Se acrescentarmos a esse grupo no nível da pobreza os órfãos, as viúvas e os que estão sujeitos a todas as formas de injustiça e tirania decorrentes de opressão direta, então, a necessidade da ética cristã de assistência e um chamado à ação por parte dos cristãos tornam-se ainda mais decisivos. A Bíblia constantemente exige justiça social (e.g., Êx 3.9; Dt 23.15,16; 24.14; Sl 10.17,18; Jr 7.5-7; Am 4.1; Ez 45.8; Tg 2.5-7). Na ordem divina das coisas, Deus exigia que governantes e líderes exercessem equidade, justiça e supervisão para se certificarem de que todos os cidadãos e seguidores fossem tratados de modo correto. Mas o povo de Deus era igualmente responsável por resistir com firmeza à opressão e ajudar os pobres perante a sociedade em geral. Nenhuma pessoa ou grupo deveria usar seu poder para explorar o próximo (Dt 16.18-20; Sl 82.1-4; Pv 21.15; Am 5.7-15). Portanto, o clamor dos pobres e órfãos era evidente. A maioria das pessoas concordava com a necessidade de acabar com toda opressão e injustiça. No entanto, a maneira de combater esses problemas era um ponto de divergência. Em muitos casos, a frase usada no Grande Selo original dos Estados Unidos seria apropriada: "A rebelião contra os tiranos é obediência a Deus".[4]

A maneira bíblica de lidar com esses males em nossa sociedade e ao redor do mundo implica, em primeiro lugar, examinar

[3]John H. Scanzoni, "Poverty", in: *Baker's dictionary of Christian ethics*, p. 519.

[4]Robert D. Linder, "Opression", in: *Baker's dictionary of Christian ethics*, p. 473.

uma ou mais passagens bíblicas principais que tratam desse problema. Um dos textos mais adequados ao nosso propósito está em Isaías 58.1-12. Embora, à primeira vista, a passagem pareça tratar mais diretamente de outro assunto (a questão do formalismo e do ritualismo religioso ou, mais precisamente, da falsa espiritualidade), esse texto apresenta uma das instruções mais claras aos cristãos que desejavam demonstrar a realidade da fé que professavam ao combater a opressão e a pobreza e ao assumir a responsabilidade pelas necessidades do pobre, do órfão, da viúva e das pessoas na sociedade que haviam sido destituídas e privadas do cuidado amoroso.

As responsabilidades sociais da família de Deus

A ação ética cristã proposta para ajudar a remediar alguns desses males pode ser encontrada em Isaías 58.1-12, um dos principais textos da Bíblia sobre esse assunto:

Texto: Isaías 58.1-12

Título: "As responsabilidades sociais da família de Deus"

Ponto central: "Acaso o jejum que desejo não é este: soltar as correntes da injustiça, desatar as cordas do jugo, pôr em liberdade os oprimidos e romper todo jugo?" (v. 6).

Palavra-chave da exposição: Responsabilidades

Pergunta: Quais são as responsabilidades sociais da família de Deus ao expressar o amor dele em resposta aos clamores do oprimido, do pobre, da viúva e do órfão?

Esboço:

I. Devemos abandonar nossas pretensões religiosas (58.1,2)
   - A. Em relação a hábitos corretos
   - B. Em relação a doutrinas corretas
   - C. Em relação a práticas corretas
   - D. Em relação a desejos corretos
   - E. Em relação à liturgia correta

II. Devemos permitir que Deus exponha nossa superficialidade (58.3-5)
   A. Nossa distração em dias religiosos
   B. Nossa irritabilidade em dias religiosos
   C. Nosso planejamento de métodos opressivos em dias religiosos
   D. Nossa falsa piedade em dias religiosos
III. Devemos corresponder à reorientação de nosso culto proposta pelo Senhor (58.6-12)
   A. Soltar as correntes injustas
   B. Renunciar a todos os contratos fraudulentos
   C. Libertar os oprimidos
   D. Destruir todo jugo
   E. Repartir nosso pão
   F. Abrigar o desamparado
   G. Vestir o nu
   H. Socorrer nossos próprios parentes necessitados

Sem dúvida, a principal responsabilidade dos que creem no Deus vivo é divulgar a boa notícia do evangelho. Mas esse evangelho — centrado na morte, no sepultamento e na ressurreição do Messias como fundamento para todos os que passam a crer nele — é também o mesmo evangelho cujo corolário é a responsabilidade social dos crentes, que será nosso foco na passagem de Isaías 58.

I. Devemos abandonar nossas pretensões religiosas (Is 58.1,2)

Deus ordenou ao profeta Isaías que erguesse a voz para alertar sobre a ação divina contra todos os hipócritas religiosos e falsos devotos que orgulhosamente esperavam obter o favor e a estima de Deus por serem tão corretos em suas formas ritualistas exteriores de adoração, sem dar importância a questões de amor ao próximo e cuidado com os necessitados. Portanto, Deus orientou o profeta a reprovar esses religiosos com a máxima

severidade, em alta voz, que soaria como o alarme de um clangor de trombeta avisando que algo estava errado com os que fingiam uma devoção tão consagrada. Esses impostores precisavam ser denunciados, uma vez que seus valores estavam bem distorcidos. O alarme tem de soar com intensidade, pois a consciência dessas pessoas adormeceu, e acordá-las para a ação exigia mais do que a forma comum de conversa cortês. Precisamos destruir todas as razões para desculpas daquele tipo de pessoa que sempre parece ter uma resposta pronta para qualquer forma de acusação.

Aos próprios olhos, eles tinham (1) *hábitos corretos*, pois não procuravam [Deus] "dia a dia" (v. 2a)? Também alegavam ter (2) *doutrinas corretas*, porque estavam "desejosos de conhecer os caminhos [de Deus]" (v. 2b) — ou era o que pensavam. Eles também julgavam ser "uma nação que faz o que é direito e que não abandonou os mandamentos de seu Deus" (v. 2c,d); isto é, achavam que tinham (3) *práticas corretas*. Além disso, pensavam que haviam pedido a Deus "decisões justas" (v. 2e); portanto, achavam que também tinham (4) *desejos corretos*. Por último, acreditavam que tinham (5) *liturgias corretas*, porque pareciam "desejosos de que Deus se [aproximasse] [geralmente um termo litúrgico, "acercar-se de" ou "achegar-se a"] deles" (v. 2,3). Pressupunham que seu desempenho externo nos cultos do templo havia agradado a Deus e, portanto, ele teria de lhes mostrar seu favor. Pareciam dizer: "Simplesmente amamos os cultos no templo. Jamais perderíamos uma oportunidade de participar de outro jejum (ou reunião) perante nosso Deus!". O que mais Deus poderia esperar deles? Mas tudo isso servia apenas de encenação. Além do mais, tratava-se de algo seletivo, que abrangia uma das partes do culto, sem um envolvimento evidente em qualquer ministério social voltado aos que sofriam fisicamente.

Porém, nosso Senhor havia autorizado somente um dia de jejum na Bíblia: o Dia da Expiação (Lv 16.29), Yom Kippur. Por iniciativa própria, o povo havia acrescentado, posteriormente, outras quatro datas de jejum para relembrar os trágicos eventos

do cerco e da queda de Jerusalém, como relatado em Zacarias 7 e 8. O propósito dos outros jejuns mencionados em Isaías é desconhecido. Com esses acréscimos (e outros semelhantes), eles queriam saber se Deus não estaria realmente impressionado com seu fervor religioso e formalismo litúrgico. Deus com certeza havia observado todas as vezes que se abstiveram de beber e comer; certamente havia visto todos os seus dispendiosos sacrifícios e, sem dúvida, havia testemunhado suas longas orações. Por isso, eles se sentiam completamente satisfeitos consigo mesmos. Da mesma forma, Deus deveria estar extremamente orgulhoso de adoradores como eles, não acha?

No entanto, Deus não havia enxergado seus esforços da mesma perspectiva. O profeta deveria lembrar Israel de sua "rebelião" e "a casa de Jacó, de seus pecados" (v. 1). Essa é a razão por que o profeta deveria fazer ressoar mais alto sua mensagem em um chamado estridente, mostrando a eles e a nós o que havia de errado com o que parecia tão louvável exteriormente.

II. Devemos permitir que Deus exponha nossa superficialidade (Is 58.3-5)

A pergunta feita pelos ouvintes de Isaías era dupla: (1) "Por que jejuamos [...] e tu [Senhor] não o viste?" e (2) "Por que nos humilhamos, e não reparaste?" (v. 3). Deus deveria ser grato e estar totalmente impressionado com tamanho fervor, devoção e adoração dirigidos à sua pessoa. Afinal, o que estava errado?

As atitudes e o estado do coração deles expuseram a motivação de todo o trabalho duro que haviam dedicado em sua adoração a Deus. Não somente haviam jejuado com o propósito (errado) de expiar seus pecados, como trapaças e roubos (cf. Jr 7.9-11), mas, mesmo durante o tempo de jejum, tramavam maneiras de obter indevidamente o controle da propriedade que não lhes pertencia por direito. Em vez de se concentrar em Deus e na necessidade deles de arrependimento e mudança, estavam ocupados pensando em como poderiam

desenvolver outros métodos de negócio para enriquecer seus bolsos à custa dos pobres e desfavorecidos. Era necessário, portanto, que o profeta lembrasse os mandamentos da segunda tábua da Lei de Deus para ajudá-los a perceber que o que estava sendo realizado no templo era mais um espetáculo do que algo de conteúdo verdadeiro.

Os versículos 3b e 4 expõem a superficialidade de suas liturgias na adoração. Essa congregação não fazia o que lhe agradava (v. 3c) mesmo em dia de jejum? Não se tratava de um dia dedicado a refletir sobre Deus e os pecados dela, mas de um tempo de silêncio para pensar em como ser mais agressivo em seus negócios. Isso já não seria suficiente para expor a presunção de seu formalismo? Não revelava que o coração dessas pessoas era impuro e que não estavam vivendo corretamente ou se abstendo da falsidade e da injustiça? Como essa vida de padrão duplo poderia ser a base para que Deus aceitasse qualquer um ou todos os jejuns aos quais se submetiam (v. 5)? Realmente isso não era o que Deus desejava nem do que o próximo deles precisava.

A única coisa que ocorria em seus dias de jejum era que ficavam mais irritáveis e briguentos. Eram agressivos e estavam prontos a começar uma discussão por qualquer motivo. Como então podiam esperar que suas orações fossem ouvidas com todas essas coisas acontecendo (v. 4d)? É claro que Deus podia vê-los andando cabisbaixos e encurvados como um feixe de juncos fingindo humildade. Certamente, Deus podia observá-los deitados "sobre pano de saco e cinzas" (v. 5d), mas a pergunta permanecia: "É isso que vocês chamam jejum, um dia aceitável ao SENHOR?" (v. 5e,f)?

A falta de pureza de coração e de preocupação com os outros maculava todos os seus esforços em servir e adorar a Deus. A relação entre jejuar e todos os atos de assistência consistia no fato de que essas práticas demandavam uma ação sem o recebimento de algo em troca; o jejum significava restringir a própria vida, assim como também devemos restringir nossos direitos e desejos em favor de outros. Mas era mais

fácil limitar essa restrição aos seus dias de jejum, mesmo que autoimpostos, em vez de alcançar outros que estivessem precisando de ajuda.

III. Devemos corresponder à reorientação de nosso culto proposta pelo Senhor (Is 58.6-12)

Se os ouvintes de Isaías eram tão mesquinhos em relação ao jejum, então Deus passou a propor aqui um jejum de outro tipo — um "jejum"[5] acompanhado do amor a outros mortais. Também significava atos de abnegação, mas que demandavam ações positivas: (1) "soltar as correntes da injustiça", (2) "desatar as cordas do jugo", (3) "pôr em liberdade os oprimidos", (4) "romper todo jugo" (v. 6).

Em contraposição à dependência exclusiva, porém falsa, do povo de um comportamento cultual ou ritualista, Deus exige uma reorganização prática de suas prioridades. Todos os quatro verbos do versículo 6 exigem algum tipo de libertação de todas as formas de "exploração nos negócios", "juízos pervertidos" e "deslealdades" econômicas ou políticas. Qualquer uma dessas tentativas de promover uma forma de libertação e alívio do "jugo" metafórico — jugo é uma peça pesada de madeira colocada ao redor do pescoço de um animal (e.g., o pescoço de um boi) à qual podia ser preso um acessório a ser puxado pelo animal, como um arado ou uma carroça. O jugo era uma metáfora para todos os fardos impostos de maneira imprópria sobre os pescoços dos pobres, oprimidos, viúvos ou órfãos.

---

[5]Esse uso da palavra "jejum" com dois sentidos é uma figura de linguagem chamada *synoeceiosis* (gr.) ou *cohabition* (lat.), que aparece como um subconjunto das figuras conhecidas como *antanaclasis* ou "choque de palavras" em E. W. Bullinger, *Figures of speech used in the Bible* (1898; reimpr., Grand Rapids: Baker Academic, 1968), p. 294–5, em que a mesma palavra é repetida na mesma frase ou contexto com um sentido ampliado, como em João 6.28,29: "Perguntaram-lhe [a Jesus], então: 'Que faremos para realizar as *obras* que Deus requer?'. Jesus lhes respondeu: 'A *obra* de Deus é esta: crer naquele que ele enviou'" (grifo do autor).

No entanto, havia outras maneiras de mostrar como era a religião verdadeira. Esse encorajamento está registrado no versículo 7. Não basta dizer que nunca prejudicamos de alguma forma o nosso próximo. O amor ao próximo também requer um trabalho ativo de nossa parte para suprir as necessidades dos pobres e dos oprimidos. O ato de nos abstermos da comida por causa de um jejum parece vazio quando: (1) mostramos pouca ou nenhuma consideração pelos famintos ao nosso redor (v. 7,10); além disso, o que dizer (2) da presença de desabrigados em nosso meio? E (3) dos maltrapilhos? Nem sempre é necessário ir ao centro da cidade para encontrar os famintos, desabrigados e os que não têm o que vestir. O que dizer (4) de nossos próprios parentes — nossa "carne e sangue" (v. 7d) — que muitas vezes enfrentam semelhante privação e, no entanto, são deixados à própria sorte apesar de nossas posses? Às vezes parece mais fácil tentar ajudar uma pessoa desconhecida nos guetos ou nos cortiços do centro da cidade do que ajudar o nosso tio Luís, a pessoa desventurada em nossa própria família!

Com uma mudança surpreendente dessas oito obrigações sugeridas para ajudar o próximo nos versículos 6 e 7, aparecem sete promessas nos versículos 8 a 12 (interrompidas nos v. 9c-10b, novamente com outras quatro condições). Em vez da bênção merecida que o povo buscava por meio de seu formalismo cultual, Deus promete demonstrar seu favor somente aos que buscam seguir as prioridades divinas dando atenção aos caminhos dele (v. 2a). O Senhor dará a esse grupo de fiéis uma variedade de bênçãos incrivelmente abundante: luz, cura, direção/proteção e a sua presença (v. 8,9).

Em primeiro lugar, nossa "luz irromperá como a alvorada" (v. 8a), conforme a promessa de nosso Senhor. Ou seja, a luz em nós e ao nosso redor brilhará como a própria alvorada. Em contraste com a ira de Deus, seu amor é chamado "luz", porque o amor de Deus é capaz de transbordar e eliminar a escuridão do pessimismo de nosso tempo e de nossa perspectiva geral. Viver de modo tranquilo e satisfeito no amor de Deus era preferível aos

turbulentos aborrecimentos resultantes das confusões perturbadoras da vida. Ademais, os "doentes" por causa de todo alvoroço e inquietação da vida experimentariam uma cura repentina. É como se uma nova pele fosse colocada sobre as feridas e as infecções da vida fossem curadas. O fator de estresse que com tanta frequência prejudica nossa saúde será retirado, e a pressão será aliviada quando a vida for desfrutada conforme Deus ordenou (v. 8b). Além disso, a "retidão" irá adiante de nós e a própria presença de Deus (sua "glória") nos protegerá em nossa "retaguarda" (v. 8c,d). A imagem aqui é da marcha dos israelitas no deserto sob a liderança de Moisés, que ocorrera no passado e em que havia "uma coluna de nuvem de dia" que se tornava "uma coluna de fogo à noite" (Êx 13.21,22; 14.19,20) e ia à frente da nação. De modo semelhante, o próprio Deus (aqui considerado a própria essência da qualidade de estar "no direito", isto é, em "retidão") dará ao indivíduo e ao grupo a orientação necessária, caminhando em nossa vanguarda e retaguarda, ou seja, diante e atrás de nós. Portanto, quando Israel realizava com diligência obras de amor compassivo era como se ele fosse um exército que contava com a justiça como seu líder e guia e que também deixava em suas fileiras evidências da presença de Deus ("glória" de Deus, proveniente da raiz do verbo hebraico "ser pesado", isto é, o peso ou a importância absoluta da presença de Deus em toda a sua majestade e seu poder).

A quarta promessa é a mais impressionante. Aos que agirem de modo compassivo com os necessitados, Deus responderá suas orações (v. 9a,b). Geralmente se diz que, quando Deus chama um mortal, a melhor resposta que podemos dar é: "Eis-me aqui!". Mas, de modo surpreendente, Deus promete que, nessas condições, quando nós, mortais, clamarmos a ele em oração, depois de termos suprido as necessidades dos que estão em volta de nós, ele, o próprio Deus, é quem responderá: "Eis-me aqui" (v. 9b). Que promessa maravilhosa! É como se Deus respondesse às nossas orações dizendo algo semelhante a: "Você me chamou? Estou pronto para agir em seu favor agora mesmo".

Porém, é importante lembrar as condições para receber as promessas tão maravilhosas de Deus, que, antes de as outras três promessas serem anunciadas, o profeta volta a nos lembrar apresentando três formas de comportamento e condições que precisamos cumprir. As primeiras duas condições são negativas e a terceira é positiva. Antes de tudo, lembre-se que precisamos "eliminar do [nosso] meio o jugo opressor" (v. 9c). Além do que já foi dito sobre essa metáfora do "jugo", podemos acrescentar que a palavra "jugo" indica todas as dificuldades e provocações direcionadas aos pobres e aflitos conforme descritas no versículo 6. Nesse segundo caso, um novo aspecto é acrescentado: precisamos acabar com "o dedo acusador e a falsidade do falar" (v. 9d). Sem dúvida, isso é uma referência a todas as formas de zombaria, desprezo, acusação falsa, propagação de boatos maldosos e outros atos semelhantes. Os pobres e os oprimidos não devem mais ser objetos de escárnio ou desprezo soberbos nem alvo de nossas brincadeiras ou de comparações maldosas entre eles e nós. Essas pessoas também foram criadas à imagem de Deus e merecem nosso respeito, amor e ajuda.

A terceira condição é feita de forma positiva: precisamos "com renúncia própria beneficiar os famintos e satisfazer a necessidade dos aflitos" (v. 10a,b). Portanto, em vez de passarmos fome em nossos autoproclamados jejuns espirituais, que tal aliviar a fome dos famintos? Essa passagem exige de novo a ação em favor de todos os oprimidos, e, uma vez mais, a ação é direcionada para longe da própria pessoa e em favor de outros. 1Coríntios 13.3 de fato diz: "Se eu der todos os meus bens aos pobres e não tiver amor — nada disso me valerá" (cf. 1Jo 3.17).

Com esses três lembretes adicionais das condições que Deus estabelece como o prelúdio apropriado para toda a adoração sincera e devota a ele, o Senhor volta a mencionar as três promessas do conjunto de sete encontradas nesta passagem. Mais uma vez, nossa "luz despontará nas trevas" (v. 10c). A escuridão e as adversidades darão lugar à gloriosa luz da presença de Deus em nosso caminho e nossa vida, como já

havia sido prometido no versículo 8a. A sexta promessa acerca da direção e satisfação concedidas pelo Senhor (v. 11) descreve de maneira mais completa e enfática a promessa feita no versículo 8c,d. A promessa feita por Deus de nos orientar rejuvenesce e revigora todos os dias da nossa vida. E poderíamos esperar algo aquém disso? Pois "nele não há treva alguma" (1Jo 1.5).

A sétima e última promessa (v. 12) assegura a reedificação e restauração das ruínas abandonadas. Até os nossos ossos, que antes tremiam e estremeciam, enfraquecidos por causa das aflições e da culpa (Jó 4.14; Sl 31.10; Jr 23.9), agora serão fortalecidos (v. 11c). A graça de Deus é maior do que todo o nosso pecado. Ele pode restaurar os anos que os gafanhotos devoraram. No entanto, o chamado é a uma resposta de obediência e amor que vêm de Deus.

Conclusões

1. Uma religião que tem a autogratificação como propósito principal é falsa e vazia. Ela simplesmente não cumprirá a tarefa de promover a glória a Deus nem suprirá a necessidade de estarmos satisfeitos e felizes no serviço a ele.
2. O que agrada a Deus não é nosso prazer, mas a realização do que ele nos ordenou em sua Palavra. Não vivemos apenas de pão ou de outros substitutos dele oferecidos de modo ostensivo a Deus, mas unicamente de toda palavra que procede da boca do Senhor.
3. A igreja de nosso Senhor Jesus não pode permanecer em silêncio em relação aos problemas dos pobres, das viúvas, dos órfãos ou dos oprimidos. Tampouco devemos ousar imaginar que agora o governo deve assumir essa responsabilidade, livrando-nos assim de tal obrigação. Se pensamos dessa forma, talvez esta seja a razão por que não estamos desfrutando do amor/da luz de Deus, temos pouca ou nenhuma cura para a alma ou para o corpo, recebemos pouca ou nenhuma direção

pessoalmente ou como comunidade e percebemos que nossas orações continuam sem resposta.

4. Essa ênfase nos pobres, oprimidos e órfãos não implica um "evangelho social" que *apenas* demonstra atos de bondade aos que sofrem; ela também deve ser acompanhada da salvação em Cristo — junto com sopa, sabão e salvação, como diz o lema do Exército de Salvação. A sociedade não pode ser redimida, mas os indivíduos podem. Há leis sociais, mas nenhum evangelho social.
5. Nossas responsabilidades sociais são muitas, mas o mesmo Senhor que nos chamou a anunciar o evangelho também estará conosco para ajudar os que sofrem.

Bibliografia

BLOMBERG, Craig L. *Neither poverty nor riches: a Biblical theology of material possessions* (Grand Rapids: Eerdmans, 1999).

_____. *Nem pobreza nem riqueza: as posses segundo a teologia bíblica.* Tradução de Aline Marques Kaehler (Curitiba: Esperança, 2009). Tradução de: Neither poverty nor riches.

COTTON, Bill. "Biblical priorities: the cry of the oppressed". *Evangel* 11 (1993): 13-6.

FENSHAM, F. C. "Widow, orphan and the poor in the ancient Near Eastern legal and wisdom literature". *Journal of Near Eastern Studies* 21 (1962): 129-39.

GILLINGHAM, Sue. "The poor in the Psalms". *Expository Times* 100 (1988): 15-9.

GOWAN, Donald E. "Wealth and poverty in the Old Testament: the case of the widow, the orphan, and the sojourner". *Interpretation* 41 (1987): 341-53.

HANKS, Thomas D. *God so loved the Third World: the biblical vocabulary of oppression.* Tradução para o inglês de J. C. Dekker (Maryknoll: Orbis, 1983).

Levin, Christoph. "The poor in the Old Testament: some observations". *Religion & Theology* 8 (2001): 254-73.

Lohfink, Norbert. "Poverty in the laws of the ancient Near East and of the Bible". *Theological Studies* 52 (1991): 34-50.

Mooneyham, W. Stanley. *What do you say to a hungry world?* (Waco: Word, 1975).

Neville, Richard W. "The relevance of Creation and righteousness to the intervention for the poor and needy in the Old Testament". *Tyndale Bulletin* 52 (2001): 307-10.

Patterson, Richard D. "The widow, the orphans and the poor in the Old Testament and extra-Biblical literature". *Bibliotheca Sacra* 130 (1973): 223-35.

Pleins, J. David. "How ought we to think about poverty? Rethinking the diversity of the Hebrew Bible". *Irish Theological Quarterly* 60 (1994): 280-6.

Porteous, Norman W. "The care of the poor in the Old Testament". In: McCord J. I., org. *Living the mystery* (London: Blackwell, 1967), p. 143-55.

Sider, Ronald J. *Rich Christians in an age of hunger* (Nashville: Thomas Nelson, 1997).

_____. *Cristãos ricos em tempos de fome.* Tradução de Enio R. Mueller (São Leopoldo: Sinodal, 1984). Tradução de: Rich Christians in an age of hunger.

Whybray, R. N. *Wealth and poverty in the Book of Proverbs.* Journal for the Study of the Old Testament Supplement Series 99 (Sheffield: Sheffield Academic, 1990).

Willis, John T. "Old Testament foundations of social justice". *Restoration Quarterly* 18 (1975): 65-87.

Perguntas para debate e reflexão

1. Como cristão, qual é o propósito principal de minha vida?
2. Que valor dou à Palavra de Deus na maneira que realmente a utilizo em minha vida diária?

3. Desejo que as minhas orações sejam respondidas? Quero que Deus me guie com mais frequência e de forma mais significativa? Até que ponto a minha carência nessas áreas pode ser atribuída às omissões mencionadas no texto de Isaías 58.1-12?
4. Minha igreja e eu demonstramos um bom equilíbrio entre o evangelho da salvação e a ajuda aos que sofrem?

2

RACISMO E DIREITOS HUMANOS

GÊNESIS 9.18-27; TIAGO 2.1-13,25,26

Os fatores que compõem a distinção de raças são secundários e estão mais relacionados à cor da pele, às origens culturais e às características de traços físicos, habilidades, línguas e hereditariedade do que a qualquer critério real que possa ser avaliado cientificamente. O racismo se manifestou em épocas mais recentes, por exemplo, como antissemitismo na Alemanha nazista. Hitler atribuiu valor absoluto na Alemanha à origem e à cultura nórdicas e, com isso, apropriou-se de uma forma de eleição humanamente inventada. Agindo assim, desprezou a imagem de Deus presente em homens e mulheres e elevou diabolicamente uma raça como superior às demais.

O racismo assume muitas formas diferentes, mas cada tentativa é autodestrutiva e viola diretamente o que Deus nos ensina. Na história recente, era negado aos afro-americanos o mesmo acesso à educação, ao emprego, ao direito de votar

e ao uso de estabelecimentos públicos. Mas nenhuma postura arrogante desse tipo, de uma raça em relação à outra, constitui um fenômeno distintamente recente; ela pode ser encontrada ao longo das páginas da história em quase todas as culturas do passado. Porém, os cristãos são severamente advertidos a não participar de atitudes semelhantes às de Archie Bunker,[1] que utiliza todo tipo de palavras pejorativas para se referir a qualquer raça que não seja a sua.

A própria Bíblia menciona de modo coerente uma única raça humana. Ela afirma que Deus fez "de um só sangue todas as nações dos homens" (At 17.26, KJV). Não há diferença entre os vários povos na Terra, embora existam diferenças de tipo e cor de cabelos, tonalidade da pele ou formato dos olhos. Porém, nenhuma dessas diferenças serve de base para que um grupo de pessoas seja declarado superior ou inferior a outro.

Na verdade, como observado por Kerby Anderson:

> Raça também é, em grande medida, um termo impreciso, porque não está baseado em dados científicos. Pessoas de todas as raças podem se miscigenar e gerar descendência fértil. Consequentemente, as chamadas diferenças entre as raças não são tão significativas. Um estudo de material genético humano de diferentes raças concluiu que o DNA de quaisquer duas pessoas no mundo apresentaria uma diferença de apenas dois décimos de 1%.[2] E dessa variação, somente 6% pode estar relacionado a categorias raciais. Os restantes 94% se referem a variações "dentro da raça" [...] Em outras palavras, da perspectiva científica, todas as diferenças raciais são estatisticamente insignificantes. Essas distinções são triviais se considerarmos os 3 bilhões de pares básicos de DNA humano.[3]

---

[1]Personagem principal do seriado de humor americano *Uma família da pesada*. (N. do T.)

[2]Os principais dados estatísticos aqui são de J. C. Gutin, "End of the rainbow", *Discover*, November 1994, p. 71-4.

[3]*Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), p. 174.

Alguns dos maiores danos à questão ética do racismo são decorrentes da interpretação e do tratamento incorretos da "maldição sobre Canaã" em Gênesis 9.18-27. Na verdade, esse texto com frequência é atribuído à "maldição contra Cam". Entretanto, ele não oferece justificativa alguma para a alegação ridícula de que, com essa maldição, os africanos foram eternamente condenados por Deus! Um exame cuidadoso da passagem revelará definitivamente que essa alegação não está presente nela. Depois de examinar Gênesis 9.18-27, passaremos do aspecto negativo do ensinamento sobre a raça para a forma positiva em Tiago 2.1-13,25,26.

A maldição de Canaã (Gn 9.18-27)

É extremamente embaraçoso relatar que, em uma época tão recente quanto o último século, era comum algumas igrejas e alguns textos de escola dominical ensinarem que a razão para a pele dos afro-americanos ser negra era a maldição de Cam e seus descendentes. Esse ensinamento prepotente era utilizado no século 19 para justificar a escravidão e todos os tipos de discriminação racial, para a vergonha de muitas igrejas. Não há palavras duras o suficiente para reprovar de maneira apropriada a atribuição de um sentido tão equivocado a esse texto. A Bíblia não ensina tal ideia, e a passagem das Escrituras não sustentará essa exegese infeliz.

Noé é apresentado em Gênesis 9.20 como um agricultor que havia plantado uma vinha. Como novo produtor de vinhos, ao que tudo indica, ele havia bebido demais e, consequentemente, ficou embriagado (v. 21). O resultado foi que ele "ficou nu dentro da sua tenda" (v.21b).

O texto de Gênesis não se detém para analisar eticamente sua bebedeira, aprovando-a ou reprovando-a, como muitas vezes ocorre em diversas narrativas semelhantes das Escrituras. O vinho em si não era proibido em Israel, pois, mais adiante, lemos que Sansão, na condição de nazireu, deveria ser dedicado ao Senhor e que, por isso, tanto ele quanto sua mãe estavam

proibidos de beber vinho (Jz 13.3-5). Essa restrição não teria sentido se toda a nação também estivesse sob a mesma imposição. Apesar disso, a Bíblia não hesita em condenar o ato de beber vinho excessivamente (Pv 23.29-35) ou em relacionar essa prática com atos de prostituição (Os 4.10,11), embora haja outras passagens que apoiem o uso moderado de vinho como sedativo (Pv 31.6) ou para alegrar o coração (Jz 9.13; Sl 104.15; veja a análise desse assunto no capítulo 13).

Não é possível afirmar que Noé tenha sido o descobridor e inventor da vinicultura. Mesmo que fosse, não creio que esse fato poderia absolvê-lo completamente de sua embriaguez. Porém, o foco principal da história não está na culpa de Noé. O fato é que, em sua embriaguez, ele tirou a roupa dentro da sua tenda e, estando nu, aparentemente desmaiou. A narrativa concentra-se no que aconteceu depois disso e na parte que cada um dos três irmãos desempenhou na infração resultante.

O ofensor de nossa história é Cam, mas ele também é imediatamente identificado como o "pai de Canaã". Esta foi a sua ofensa: ele "viu a nudez do pai e contou a seus dois irmãos, que estavam do lado de fora" (v. 22). Nesta passagem, o ato de Noé de se "descobrir" é comparado ao ato de "ver". Embora alguns intérpretes judeus pensassem se tratar de algum tipo de eufemismo para castração ou até sodomia, não há nada que apoie essas interpretações, exceto o verbo hebraico traduzido por "havia feito" (v. 24), que não permite extrapolarmos muito em sua interpretação.[4] Outros tentaram sugerir, com base nos usos de *gālâ*, "descobrir", e "ver" (hebr., *rā'â*), que Cam havia dormido com sua mãe e ela, em decorrência disso, gerou Canaã. No entanto, essa perspectiva parece não corresponder ao fato de que os dois irmãos de Cam, Sem e Jafé, "andando de costas" com os rostos virados, "cobriram a nudez

[4]A forma hebraica do grau piel do verbo *gālâ*, "descobrir" (embora Gn 9.21 use o verbo *gālâ* no grau hifil), significa "cometer fornicação", assim como o verbo *ver* em Levítico 18.6-19; 20.11,17-21; Ezequiel 16.36,37. Porém, todas essas passagens parecem se referir a atos heterossexuais, não homossexuais.

do pai" (v. 23). Ambos agiram de forma honrada e louvável nessa questão.

Quando Noé recobrou sua sobriedade e, de algum modo (o texto não diz como), soube "o que seu filho caçula [Cam] lhe havia feito" (v. 24), disse: "Maldito seja Canaã!" (v. 25). Aqui está um enigma da passagem: "Por que Canaã foi amaldiçoado, se seu pai, Cam, foi quem praticou a ação, qualquer que tenha sido ela?". Isso não nos é informado diretamente.

Canaã é identificado em Gênesis 10.6 por último e, supostamente, era o filho mais jovem de Cam. Sua descendência é relatada em mais detalhes nos versículos 15-19 do capítulo da Tabela das Nações (Gn 10). Assim, era esse Canaã quem deveria ser "escravo de escravos" (hebr., *'ebed 'ăbādîm*, Gn 9.25). Mas qual foi a relação de causa entre o ato do pai, Cam, e essa maldição sobre seu filho mais novo, Canaã? Apenas nos resta fazer suposições com base no que ocorreu nos séculos subsequentes na terra de Canaã. É um fato bastante conhecido que, em qualquer lugar em que arqueólogos tenham escavado as camadas de terra pertencentes aos cananeus primitivos, especialmente até a época da Conquista hebraica da terra sob o comando de Josué, foram encontradas centenas de peças de cerâmica usadas para ritos de fertilidade, todas com as partes sexuais de figuras femininas ressaltadas (e ocasionalmente também foram achadas estátuas da forma masculina nua). Talvez fosse o caso de que Noé tivesse percebido que Canaã, como costumamos dizer, "puxou o pai", manifestando as mesmas perversões sexuais de seu pai, Cam. Finalmente, depois de cerca de dois milênios de espera para ver se haveria algum arrependimento e mudança, Deus acabou transferindo a terra de Canaã para Israel, pois, àquela altura, o "cálice da iniquidade" dos cananeus (e amorreus) havia "atingido a medida completa" (Gn 15.16).

Desse modo, o juízo recaiu sobre os ocupantes da terra de Canaã, que acabou sendo concedida a Israel depois do Êxodo do Egito. No entanto, esse texto não pode ser usado de forma

alguma para pressupor ou ensinar diretamente o juízo de Deus sobre qualquer pessoa da África. Se essa ideia estivesse de algum modo próxima do ensinamento correto, a maldição deveria ter indicado um ou mais dos outros três filhos de Cam, que eram "Cuxe" (hebr., *kûsh*), possivelmente a "Etiópia", o "Egito" (hebr., *mitsrayim*), ou "Pute" (hebr., *pût*), que se refere ao norte da África. Canaã, no entanto, é o ocupante conhecido do que se tornou a Terra Santa propriamente dita.

Vamos, porém, focalizar um ensinamento mais positivo encontrado no Novo Testamento. Ali temos uma instrução clara de que homens e mulheres devem evitar tratar os outros com favoritismo ou fazer qualquer tipo de distinção de classe entre diversos grupos de pessoas.

Deus rejeita a parcialidade e o racismo

Tiago, o meio-irmão de nosso Senhor, escreve um capítulo inteiro na Bíblia para nos admoestar: "Não tratem os outros com favoritismo" (2.1). Tal discriminação injusta e falsa é um verdadeiro escândalo onde quer que ocorra, e isso se aplica especialmente na casa de Deus. Nossa proposta é examinar partes do segundo capítulo de Tiago conforme a seguinte exposição:

Texto: Tiago 2.1-13,25,26
Título: "Deus rejeita a parcialidade e o racismo"
Ponto central: "Mas, se tratam os outros com favoritismo, vocês estão pecando e são condenados pela Lei como transgressores" (v. 9).
Palavra-chave da exposição: Demonstrações
Pergunta: O que demonstra que somos transgressores da Lei e que estamos tratando outras pessoas com parcialidade e discriminação?

Esboço:

I. Como preferimos algumas pessoas a outras (2.1-4)

II. Como favorecemos os ricos e insultamos os desfavorecidos (2.5-7)
III. Como nos recusamos a obedecer à lei régia do amor (2.8-13)
IV. Como nos recusamos a imitar Raabe no acolhimento de desconhecidos (2.25,26)

I. Como preferimos algumas pessoas a outras (Tg 2.1-4)

O assunto dominante do segundo capítulo de Tiago é a mão ajudadora que todos devemos estender aos necessitados. Quando o cristão passa a julgar outros de acordo com padrões mundanos, que é o momento em que a *parcialidade* começa, estamos em apuros. Tiago ilustra seu argumento com dois visitantes diferentes que aparecem na igreja, um tem "dedos de ouro" (gr., *chrysodaktylios*), usando um anel caro (ou dois?), e o outro, com "roupas maltrapilhas" (gr., *rhypara*), esfarrapadas e impróprias para o que era considerado de classe alta naquela situação. A forma pela qual cada um é tratado requer repreensão bíblica severa.

O cristão não deve adotar os padrões da cultura do mundo, que favorece o homem rico ao lhe conceder o melhor lugar na casa e que discrimina o homem pobre designando-lhe o pior lugar na casa de adoração! Provavelmente não se tratava de um exemplo hipotético, mas de um acontecimento real entre os crentes, do qual Tiago tomou conhecimento. Este exemplo da igreja primitiva também não seria o último, pois na Igreja da Inglaterra do século 18 alguns haviam se tornado tão elitistas e sem compaixão que John Wesley precisou recorrer a campos abertos e cemitérios para proclamar as boas novas aos mineiros e aos pobres. Wesley fundou o grupo metodista, que abriu as portas a todos sem levar em conta sua posição social, status ou riqueza. No entanto, mais de um século depois, William Booth teve de fundar o Exército de Salvação novamente orientado pelo mesmo princípio. Essa necessidade de aprender sempre a mesma lição não se

limita, evidentemente, às igrejas anglicanas ou metodistas, pois inúmeras vezes a história se repete em muitas igrejas, independentemente de suas afiliações denominacionais.

A Bíblia nos ensina que "agir com parcialidade não é bom" (Pv 28.21), pois "o rico e o pobre têm isto em comum: o SENHOR é o Criador de ambos" (Pv 22.2). Moisés, do mesmo modo, ensinou: "Não pervertam a justiça; não ajam com parcialidade para com os pobres ou favoritismo para com os grandes, mas julguem o seu próximo de modo justo" (Lv 19.15). Em lugar de todas as formas de parcialidade, Tiago considera todos os crentes parte de "nosso glorioso Senhor Jesus Cristo" (Tg 2.1).

II. Como favorecemos os ricos e insultamos os desfavorecidos (Tg 2.5-7)

Para vivermos como Deus quer, precisamos refletir a disposição dele conforme demonstrada em nossa salvação. Todos nós — ricos, pobres ou qualquer outra categoria — não nos tornamos crentes pela escolha de nosso Senhor (v. 5)? Essa escolha havia sido feita muito antes da Criação do mundo, então como poderia estar baseada em nossa condição social atual ou raça? Na verdade, as pessoas materialmente pobres muitas vezes são as que mais depressa reconhecem suas necessidades espirituais. Jesus não ensinou que "bem-aventurados são os pobres de espírito, pois deles é o reino dos céus" (Mt 5.3)?

Com frequência se diz que "não há distinção aos pés da cruz". Se isso for verdade, então o favoritismo, a comparação social, a discriminação, as brincadeiras e os insultos pejorativos contra os que não fazem parte de nosso grupo ou não pertencem à nossa raça são totalmente proibidos e inapropriados para um crente em Jesus.

Ações desse tipo não apenas ofendem os pobres, mas também revelam falta de reconhecimento de que, com frequência, embora nem sempre, os ricos são os culpados pela exploração de outros (v. 6,7). Diante disso, todas as decisões com a

intenção de bajular os ricos em detrimento dos pobres não fazem sentido. Nosso enfoque não pode ser materialista, em vez disso, deve ser sempre espiritual. Agir de uma maneira mundana traz descrédito ao nome majestoso do Senhor que nos chamou e a quem pertencemos (v. 7).

III. Como nos recusamos a obedecer à lei régia do amor (Tg 2.8-13)

A "lei régia" é aquela encontrada em Levítico 19.18: "Ame o seu próximo como a si mesmo". Portanto, não se trata mais de uma mera questão de parcialidade, desconsideração pelos pobres ou mentalidade racista; trata-se de seguir uma vida de obediência a Cristo, o que determina o padrão para toda a ação apropriada nessas áreas fundamentais como também em outras.

É importante observar que Tiago não apenas citou Levítico 19.18b diretamente da versão grega, a Septuaginta, mas, como Luke T. Johnson assinalou, há também outras seis alusões verbais ou temáticas no livro de Tiago a Levítico 19.12-18. São as seguintes:[5]

Tiago	Levítico
"Não tratem os outros com favoritismo" (2.1).	"Não ajam com parcialidade" (19.15).
"Se tratarem os outros com favoritismo..." (2.9).	"Não ajam com parcialidade" (19.15).
"Ame o seu próximo como a si mesmo" (2.8).	"Ame o seu próximo como a si mesmo" (19.18b).
"Não falem mal uns dos outros" (4.11).	"Não espalhem calúnias no meio de seu povo" (19.16).

[5]Luke T. Johnson, "The use of Leviticus 19 in the Letter of James", *Journal of Biblical Literature* 101 (1982): 391-401. Veja também Walter C. Kaiser Jr., *The uses of the Old Testament in the New* (Chicago: Moody, 1985; Eugene: Wipf and Stock, 2001), p. 221-4. As citações são da edição da editora Moody.

Tiago	Levítico
"Vejam, os salários que vocês retiveram dos trabalhadores que ceifaram os seus campos estão clamando contra vocês" (5.4).	"Não retenham até a manhã do dia seguinte o pagamento de um homem contratado" (19.13).
"Irmãos, não se queixem uns dos outros" (5.9).	"Não procurem vingança nem guardem rancor contra os filhos do seu povo" (19.18a).
"Não jurem [...] para que não caiam em condenação" (5.12).	"Não jurem falsamente pelo meu nome, profanando assim o nome do seu Deus" (19.12).
"Lembrem-se disto: Quem converte um pecador de seu erro o salvará da morte e cobrirá uma multidão de pecados" (5.20).	"Repreendam com franqueza o seu próximo para que não sejam culpados do pecado dele" (19.17b).

Observe que somente o versículo 14 de Levítico 19.12-18 não tem um paralelo no livro de Tiago. Parece evidente que Tiago estava fazendo uma exposição daquela seção do Código de Santidade (Lv 17—26) em seu livro.

Em Tiago 2.8, o autor destacou uma lei específica de todo o contexto de Levítico 19.12-18 e a chamou de "lei régia". Ele pode ter usado esse termo por se tratar da lei do "reino", que acabara de mencionar no versículo 5, ou talvez ela seja chamada assim porque é a lei que rege todas as demais, como Paulo argumenta em Romanos 13.8,10: "Nada deveis a ninguém, a não ser o amor de uns para com os outros [...] portanto, o amor é o cumprimento da lei" (NRSV). Assim, por meio dessa lei todas as demais são enfatizadas de modo claro. Ela é preeminente, pois se não estivermos dispostos a obedecer a Deus na maneira que agimos em relação a outras pessoas de classe social ou raça distintas, então como podemos afirmar que amamos a Deus? Se amamos

a Deus fazemos o que ele diz e guardamos os seus mandamentos (Jo 14.15) — isso demonstra melhor nosso modo de vida do que muitas ordens mais sutis cuja natureza é mais interna.

Com muita frequência ouve-se a alegação: "É claro, não estamos debaixo da Lei, mas debaixo da graça; então, por que deveríamos obedecer a alguma lei, inclusive essa?". Em princípio, é correto afirmar que estamos debaixo da graça e não da Lei, e louvado seja Deus por isso. Mas parar a discussão neste ponto é dar lugar ao engano. Haveremos de "ser julgado[s] pela Lei" (Tg 2.12). Este não é um julgamento para a salvação e redenção, mas, uma vez que a lei de Deus reflete seu caráter e ser, "todos os princípios que existem na natureza divina foram transformados por Deus em preceitos e dados aos seus filhos para que os obedeçam. Portanto, não nos cabe escolher. Deus nos deu uma lei".[6]

De maneira surpreendente, Tiago é ainda mais claro. Se não respeitarmos as pessoas, independentemente de raça, grau de instrução, posição social ou posses, podemos ser julgados sem misericórdia (Tg 2.13). Tanto Jesus (Mt 6.14,15; 18.23-35) como Tiago ressaltam a mesma ideia. Nas palavras de Motyer, "não é o fato de que nossa misericórdia em relação a outros tenha poder aquisitivo [para nossa salvação], mas tem valor comprobatório [...]. Sem uma disposição misericordiosa com os outros não podemos buscar de modo real nem receber de maneira efetiva a misericórdia de Deus oferecida a nós".[7] Assim como fomos ensinados na Oração do Pai Nosso a orar por aqueles contra os quais cometemos pecado/ofensa e ainda por aqueles que pecaram contra nós, também reconhecemos que "a misericórdia triunfa sobre o juízo" (2.13). A misericórdia que nos conduziu à redenção é a mesma que continua a nos acompanhar em situações como essas, de recusa em tratar os outros com parcialidade.

---

[6]J. A. Motyer, *The tests of faith* (London: Inter-Varsity, 1970), p. 51.
[7]Ibidem, p. 53.

Tiago conclui seu argumento em favor da misericórdia e da bondade para com todos independente de quaisquer classificações mundanas, instando-nos a ver que seguir as implicações do argumento anterior demonstra o que é de fato a fé genuína. Não há conflito em Tiago (ou em Paulo) entre fé e obras. Sua preocupação, em vez disso, é com o potencial abuso da fé. Pode um cristão deixar de atender aos que carecem de alimento, roupas e outras coisas necessárias à vida e ainda assim dizer que é salvo pela graça de Deus? Tiago questiona isso de modo veemente, pois tal fé espúria não pode afirmar amor a Deus e ser destituída de amor ao próximo — seja qual for a posição social atual, cor ou realizações. A fé verdadeira se revelará, de forma positiva ou negativa, pela maneira que reage à condição dos necessitados (2.14-18). Quando a fé não age nessa área, ela provavelmente está morta (2.17). Porém, se é acompanhada de obras, então é uma fé genuína.

IV. Como nos recusamos a imitar Raabe no acolhimento de desconhecidos (Tg 2.25,26)

A fim de que percebamos quão prático é este assunto, Tiago apela para uma mortal comum, a prostituta Raabe, que, de forma sacrificial e altruísta, ajudou pessoas totalmente desconhecidas. Escondeu os espias hebreus que vieram ao seu estabelecimento para conhecer a situação interna de Jericó que estava prestes a ser atacada por Israel. Se o exemplo (que omitimos nessa discussão) de Abraão (Tg 2.19-24) parece destacar um personagem elevado demais para imitarmos, então Raabe claramente mostra como pessoas comuns podiam e de fato demonstraram exatamente o que é esperado em nossos relacionamentos com os que passam por necessidade.

O texto não aprova especificamente a mentira de Raabe aos homens do rei de Jericó, que lhe perguntaram do paradeiro dos homens que haviam vindo à sua pensão. Nas Escrituras, a aprovação de um aspecto do caráter de um personagem (neste caso, a fé de Raabe no Senhor e seu temor a ele em comparação com

seu temor ao rei de Jericó) não significa a aprovação de todos os aspectos. Davi era um homem segundo o coração de Deus, mas isso não significou sua absolvição na história de Bate-Seba. Salomão havia sido chamado Jedidias, "amado pelo Senhor", mas havia talvez mil razões para Deus encontrar falhas nele (o seu grande número de esposas e concubinas!). Raabe "acolheu os espias [hebreus] e os fez sair por outro caminho" (Tg 2.25). Por isso, ela também mostra que "a fé sem obras está morta" (2.26). Ela colocou sua fé no Senhor acima de sua confiança no rei de Jericó e de seu temor a ele; foi por esse motivo que ela entrou para a Galeria da Fé em Hebreus 11.

Portanto, assim como Abraão nada negou a Deus (nem mesmo seu amado filho, Isaque; veja Gn 22; Tg 2.21), da mesma forma Raabe arriscou tudo ao receber os espias por compreender que não havia outro Deus como o Deus de céus e terra — que havia agido de maneira tão milagrosa em favor de Israel no mar Vermelho e nas batalhas contra Siom e Ogue no outro lado do rio Jordão. Ambos viveram uma vida de obediência iniciada com fé interior, que se expressou exteriormente em cuidado e amor ativos a todos os necessitados.

Conclusões

Portanto, estas são as perguntas que devemos nos fazer:

1. Quão culturalmente sensível eu sou, como pessoa e membro do corpo de Cristo, aos seres humanos de raça, posição social, nível de instrução e condição financeira diferentes de mim? Quando as nações da Terra batem à nossa porta, nós as aceitamos, somos receptivos e as ajudamos, ou preferiríamos enviar-lhes missionários "a seus próprios contextos"?
2. Em que medida demonstramos empatia a pessoas cujas perspectivas e posições na sociedade diferem das nossas?
3. Até que ponto evito julgar e demonstro tolerância, no sentido bíblico, a outras pessoas de raça, classe, posição

social e grau de instrução diferentes dos meus? Construo pontes e derrubo barreiras que muitas vezes separam raças e culturas, ou crio obstáculos mentais, emocionais e práticos?

4. Até que ponto considero a mim e a minha posição na sociedade superiores aos outros? Não se trata de uma violação de Romanos 12.3, de que "não pense[mos] de [nós] mesmo[s] mais do que convém" (NRSV)?
5. Em que medida nos posicionamos quando nós ou outros fazem brincadeiras, relacionadas a etnias, que degradam e humilham outras raças e pessoas de culturas diferentes?

Bibliografia

ADAMS, E. Lawrence. *Going public: Christian responsibility in a divided America* (Grand Rapids: Brazos, 2002).

CONDE-FRAZIER, Elizabeth; KANG, S. Steve; PARRETT, Gary A. *A many colored kingdom: multicultural dynamics for spiritual formation* (Grand Rapids: Baker Academic, 2004).

DEYOUNG, Curtis Paul, et al. *United by faith: the multicultural congregation as an answer to the problem of race* (New York: Oxford University Press, 2003).

EDWARDS, Jefferson D. *Purging racism from Christianity: freedom and purpose through identity* (Grand Rapids: Zondervan, 1996).

EMERSON, Michael O.; SMITH, Christian. *Divided by faith: evangelical religion and the problem of race in America* (New York: Oxford University Press, 2000).

VOLF, Miroslav. *Exclusion and embrace: a theological exploration of identity, otherness, and reconciliation* (Nashville: Abingdon, 1996).

WASHINGTON, Raleigh; KEHREIN, Glen. *Breaking down walls: a model for reconciliation in an age of racial strife* (Chicago: Moody, 1993).

Perguntas para debate e reflexão

1. Desde 1890, os Estados Unidos não viam um número tão grande de imigrantes desembarcar em seu território. Que atitude deve ter o cristão diante dessa enorme afluência de estrangeiros? O que a Bíblia diz a respeito do estrangeiro e do imigrante? Há diferença entre entrada legal e ilegal?
2. Em quais situações você presenciou discriminação na igreja? E o que fez a respeito? É preciso haver um princípio de unidade homogênea de uma classe ou raça em uma igreja para que ela possa crescer, como alguns especialistas em crescimento de igreja têm defendido atualmente?
3. De que maneira nós, crentes, tendemos a demonstrar parcialidade aos que possuem mais riqueza, classe, grau de instrução e outras coisas semelhantes?
4. Como o livro de Tiago pode ser usado para combater alguns desses males em nosso meio?

3

JOGOS DE AZAR E A GANÂNCIA

MATEUS 6.19-34

Em um artigo na revista *Christianity Today* de 1983, Kenneth S. Kantzer definiu os jogos de azar como:

> ... um risco provocado artificialmente, assumido com a intenção de um ganho egoísta à custa de outro, sem ter como objetivo um produto útil ou benefício social.[1]

Henlee H. Barnette apresentou a seguinte definição para o mesmo tema:

> Jogos de azar envolvem a transferência de algo de valor de uma pessoa para outra com base em mera probabilidade.[2]

---

[1]Kenneth S. Kantzer, "Gambling: everyone's a loser", *Christianity Today*, November 1983, p. 12.

[2]Henlee H. Barnette, "Gambling", in: Carl F. H. Henry, org., *Baker's dictionary of Christian ethics* (Grand Rapids: Baker Academic, 1973), p. 257-9.

Em geral, essa forma de "probabilidade" se distingue dos riscos que envolvem a compra de ações na bolsa de valores pelo fato de que o dinheiro no mercado de ações é utilizado para o desenvolvimento da indústria.[3] Do mesmo modo, a compra de todas as formas de seguro também envolve algum risco, mas a probabilidade não é o fator de controle no mercado de ações nem na indústria de seguros.

História dos jogos de azar

Os jogos de azar não são uma novidade, pois são praticados em quase todas as nações desde os registros históricos mais antigos. As ruínas de Pompeia, por exemplo, revelaram mesas de jogos, e essa prática também é verificada no Egito Antigo pela descoberta de dados com números em todos os seis lados. O historiador romano Tácito (c. 100 d.C.) observou que os jogos de azar eram comuns nas tribos germânicas.

Até mesmo na história dos Estados Unidos, Kantzer observou a forte influência dos jogos de azar nessa nação desde o início:

> A América começou como uma nação de jogatina. Os tripulantes de Colombo passavam o tempo jogando cartas durante a travessia do Atlântico. Em 1612, o governo britânico criou uma loteria para contribuir com o novo assentamento de Jamestown, no estado da Virgínia [...]. George Washington declarou: "Os jogos de azar são filhos da avareza, irmãos da iniquidade e pais do prejuízo" — porém, ele próprio mantinha um diário completo de seus ganhos e perdas no jogo de cartas. Em 1776, o Primeiro Congresso Continental vendeu bilhetes de loteria para financiar a revolução. De 1790 a 1860, 24 dos 36 estados patrocinaram loterias controladas pelo governo. Muitas

[3]A fonte principal da maior parte dos fatos relatados neste capítulo é Kerby Anderson, *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), p. 166-73.

escolas e centenas de igrejas administraram as próprias loterias para levantar fundos.[4]

Puritanos como Cotton Mather pregaram contra os jogos de azar e foram mais tarde apoiados pelos metodistas e batistas, até que muitos estados passaram a rejeitar as loterias administradas pelo governo, sendo o estado de Louisiana o último a pôr fim à sua loteria no final do século 19. Mas o século 20 trouxe novamente a abertura da loteria controlada pelos estados, precedidas pelas loterias da Igreja Católica Romana, e, por volta de 1985, a maioria dos estados já seguia o exemplo de New Hampshire (1964) na criação de uma loteria pública.

Os efeitos sociais dos jogos de azar e loterias

Agora que diversas formas de jogos de azar legalizados foram novamente introduzidas nos Estados Unidos, parece que a febre afetou a maior parte da população. Em épocas anteriores, a jogatina era considerada algo centralizado no crime organizado e poucos se viciavam nessa prática. Agora, quase todos os estados e o Distrito de Colúmbia operam os jogos de azar como uma maneira de complementar a renda estadual, muitas vezes para projetos considerados louváveis como a educação pública.

Os jogos de azar assumem atualmente diversas formas. Ao descer do avião em Las Vegas, o que imediatamente se vê são máquinas caça-níqueis e toda uma variedade de maneiras divertidas de se livrar de seu dinheiro. No entanto, essa cena de Las Vegas se repete agora em todos os tipos de paradas para caminhões, bares e lojas de conveniência.

Para muitos, a forma predileta de participar de jogos de azar são as loterias patrocinadas pelos estados, com seus números de loteria semanais ou diários e bilhetes para raspar. A segunda forma mais popular de jogos de azar pode ser vista atualmente nos cassinos, geralmente administrados por americanos nativos.

[4]Kantzer, "Gambling", p. 13.

Muitas vezes, a atração inicial para esses cassinos está nas refeições oferecidas com preços baixos. A esperança é que o jantar servirá para descobrir se a sorte está com a pessoa ao puxar as alavancas de uma ou duas máquinas caça-níqueis, ao tentar a sorte nos jogos de carta do cassino nas mesas de pôquer ou de vinte-e-um, ou ao rodar a roleta.

Há ainda uma ou duas opções para seduzir o jogador: as apostas nos esportes ou as apostas do tipo *pari-mutuel* em corridas de cavalos, cães e em outros eventos esportivos. Muitas casas de apostas lançam as apostas em eventos esportivos de grande divulgação que estão para ocorrer. As apostas são feitas sobre o resultado da partida, o vencedor ou até contra as cotações da própria casa. Além disso, 43 estados americanos realizam corridas de cavalos legalizadas e contam com cerca de 150 hipódromos nos Estados Unidos.

Hoje existem até os jogos de azar online, o que torna a tentação ainda mais acessível na internet e realmente seduz os que estão seriamente viciados em todas as formas de jogatina.

Por que os jogos de azar são nocivos para a sociedade?

Assim como existe o grupo dos Alcoólicos Anônimos, também há o de Jogadores Anônimos. O segundo estima que existam aproximadamente doze milhões de jogadores compulsivos nos Estados Unidos. O que é lamentável em toda essa questão é que, segundo a estimativa de *Gambling awareness action guide* [Guia de ação de conscientização sobre os jogos de azar], em 1984, cerca de 96% dos jogadores compulsivos começaram a fazer apostas quando ainda não haviam completado 14 anos de idade![5]

Embora a maioria das loterias estaduais tenha sido introduzida com a promessa de que traria um imenso fluxo de caixa para o bem-estar social e as necessidades educacionais de cada estado,

[5]"Gambling in America", *Gambling awareness action guide* (Nashville: Christian Life Commission, 1984), p. 5.

os resultados não confirmaram o modelo previsto. Os custos sociais que surgem em outras áreas não foram levados em conta no cálculo dessa receita. Alguns dos resultados negativos têm sido fraudes, roubos, pobreza familiar, desarmonia conjugal, abuso de substâncias ilícitas, violência doméstica, tentativas de suicídio e muitos outros prejuízos não reconhecidos. Em vez de os jogos de azar servirem como uma forma fácil de recolher imposto sobre o dinheiro sem prejuízos, verifica-se que os custos foram apenas transferidos para outra área, com resultados ainda mais devastadores do que a falta de recursos original em uma ou outra atividade mantida pelo estado.

O pior resultado foi que as pessoas que menos poderiam custear a jogatina, os pobres e os desprivilegiados, gastaram três vezes mais dinheiro com jogos de azar (em porcentagem da renda) do que os que estão em níveis mais elevados da pirâmide. A maioria das pessoas que compra bilhetes de jogos de azar é pobre, negra ou hispânica.[6] Além disso, em tempos de maior incerteza, o número dos que jogam com o objetivo de tirar a sorte grande com a qual esperam resolver todos os seus problemas é maior. Não há números definitivos disponíveis com respeito aos verdadeiros custos sociais causados pelos jogos de azar, mas está claro que há indícios suficientes para advertir o estado e a sociedade de que estão brincando de roleta russa com a vida e a mente de seus cidadãos.

Muitas pessoas argumentam em defesa dos jogos de azar que "tirar sortes" era bastante comum na Bíblia (Nm 26.52-56; 1Sm 10.20,21; 1Cr 24.5; At 1.26). De fato, depois de Judas ter se enforcado, seu sucessor foi escolhido por sorteio, e decisões posteriores na igreja também foram tomadas de forma semelhante. Porém, a base para essa prática era a soberania de Deus

[6] *The final report of the commission on the review of the national policy toward gambling* (Washington: US Government Printing Office, 1976), p. 65. Veja também o National Council on Problem Gambling (Washington); William N. Thompson, *Legalized gambling: a reference handbook*, 2. ed. (Santa Barbara: ABC-CLIO, 1997), p. 25-31.

e seu controle sobre o que poderia parecer, pela mera observação, apenas uma questão de probabilidade. Como é ensinado no livro de Provérbios, "A sorte é lançada no colo, mas toda decisão vem do SENHOR" (Pv 16.33).

O ato de transferir algo de valor de uma pessoa a outra com base na pura sorte e à custa da perda de dinheiro de outras pessoas (muitas delas com poucas condições de arcar com a perda do que apostaram) afronta o desejo da Bíblia por justiça, equidade e preocupação com os pobres. Também viola a doutrina do trabalho, do amor pelo próximo e de uma mordomia cuidadosa de tudo o que Deus confiou a cada um de nós.

O valor das apostas continuou a aumentar à medida que pessoas, na esperança de se tornarem instantaneamente ricas e de experimentarem a emoção e a empolgação de ver a sorte a seu favor, foram despejando cada vez mais dinheiro nos cofres desses cambistas modernos. Depositar nossa confiança na sorte implica um ataque à soberania de Deus e ao seu cuidado providencial conosco para o nosso bem. Na verdade, significa que não estou satisfeito com o que Deus atribuiu a mim, ou que acredito que sou capaz de cuidar muito melhor de mim do que Deus tem sido capaz até então. Mas o texto bíblico ensina que "a piedade com contentamento é grande fonte de lucro" (1Tm 6.6; Hb 13.5). Onde há falta de contentamento, também há falta de piedade! Por que tantos cristãos perderam o contentamento com quem Deus é e com o que lhes tem concedido?

A sedução dos jogos de azar é a sedução do materialismo. No entanto, os crentes são convidados a ter um chamado, ou vocação, distinto dado por Deus. Certamente, isso requer diligência e zelo em nosso trabalho (Pv 6.10,11), mas também exige que evitemos o roubo (Ef 4.28) e qualquer outra expressão de preguiça que anseia por lucro instantâneo resultante de um golpe de sorte.

A riqueza nem sempre fez seus donos felizes. John D. Rockfeller disse: "Ganhei muitos milhões, mas eles não me trouxeram felicidade". Cornelius Vanderbilt concordou: "Cuidar de

milhões é um fardo pesado demais [...] não há prazer nisso". John Jacob Astor queixou-se: "[Sou] o homem mais miserável na Terra". Até Henry Ford observou: "[Eu] era mais feliz fazendo o trabalho de um mecânico". Quando confiamos no dinheiro em vez de em Deus (Jó 31.24-28; Pv 11.28; 1Tm 6.17-19), somos levados a um falso senso de segurança e acabamos sendo enganados (Mt 13.22; Mc 4.19; Lc 8.14), porque construímos sobre um alicerce instável (Pv 23.4,5) ao mesmo tempo que nos tornamos orgulhosos (Pv 28.11). Além disso, também corremos o risco de roubar de Deus (Ml 3.8) e, consequentemente, de outros (1Jo 3.17).

A passagem que apresenta o ensinamento mais claro contra os jogos de azar e a ganância está em Mateus 6.19-34.

Em Deus confiamos; tudo o mais é ferrugem

Texto: Mateus 6.19-34
Título: "Em Deus confiamos; tudo o mais é ferrugem"
Ponto central: "Pois onde estiver o seu tesouro, aí também estará o seu coração" (v. 21).
Palavra-chave da exposição: Princípios
Pergunta: Que princípios mostram que devemos confiar somente em Deus?

Esboço:
Introdução (6.19,20)
I. Somos o que pensamos (6.21)
II. Somos o que nossos olhos fitam (6.22,23)
III. Somos e nos tornamos o que nos escraviza (6.24)
IV. Somos o que é mais importante para nós (6.25-34)

Jesus já havia descrito em Mateus 6.1-18 a vida *particular* do cristão, ao tratar de áreas como a oração no próprio quarto, a esmola e o jejum. Então Jesus se referiu à vida *pública* do crente no mundo, visto que ela afeta o dinheiro, as posses, o alimento, a bebida, o vestuário e a ambição dele. Para o nosso Senhor,

isso não era simplesmente uma questão de se desfazer dos bens ou reduzir o padrão de vida, mas dizia respeito ao coração por completo e aos olhos. O versículo 21, o ponto central ou ideia geral do texto, está em correspondência com o versículo 22: "Os olhos são a candeia do corpo. Se os seus olhos forem bons, todo o seu corpo será cheio de luz". A palavra grega para "bom" é *haplous*, "sadio", ou de forma mais literal, "único, simples". Aqui se trata de uma metáfora para uma pessoa totalmente dedicada em seu serviço a Deus. Não são poucas as ocorrências nas Escrituras em que os "olhos" são empregados como equivalentes ao "coração". Assim, "fitar os olhos" no Senhor significa "colocar o coração" fielmente nele (cf. Sl 119.10 com Sl 119.18), como ocorre em Mateus 6.21,22.

Temos de examinar quatro princípios que dizem: "Em Deus confiamos; tudo o mais é ferrugem". Portanto, o que realmente nos define? Nossas posses? Nossos valores? Nossos objetivos? Nossa lealdade? Nossos impulsos básicos?

I. Somos o que pensamos (Mt 6.21)

Lemos em Malaquias 3.16: "Foi escrito um rolo de pergaminho como memorial em sua presença acerca dos que temiam ao SENHOR e honravam [pensavam sobre] o seu nome". Essas pessoas que temiam a Deus dedicavam o melhor de seu rebanho, valores e estima ao "nome do SENHOR". Neste contexto, o "nome" de Deus dizia respeito à sua pessoa, doutrina, ética e a seu caráter. Os que temiam a Deus nos dias de Malaquias julgavam o nome de Deus como sua posse de valor, superior a todos os outros valores, objetivos e estima. Portanto, o nome de Deus também deve ser nossa principal posse, alegria e aspiração de culto.

Essa é a razão por que nosso coração está precisamente naquilo que consideramos nosso maior tesouro — ou no Senhor ou na cobiça de realizar todas as fantasias que a loteria ou as apostas em esportes nos permitiriam. Alguns pensam somente em seu tesouro, ou em seu possível tesouro, e isso os define

muito bem. Se não houver uma lealdade maior ao nosso Senhor e uma disposição de nos desprendermos de todos os interesses materiais e exteriores como objetivos supremos de vida, então seremos influenciados e moldados para parecer e agir exatamente como nossos imaginados tesouros mundanos.

A Bíblia de fato não nos proíbe em nenhuma passagem a posse de bens materiais e de propriedades, a poupança para tempos difíceis ou a compra de apólices de seguro de vida. Na verdade, ela elogia a pequena formiga que se move pelo chão e junta alimento para os meses de inverno (Pv 6.6-8), mas repreende o crente por não prover a própria família (1Tm 5.8). Todas as coisas da vida nos foram dadas pelo Criador para o nosso desfrute. Como é ensinado em 1Timóteo 4.4,5:

> Pois tudo o que Deus criou é bom e nada deve ser rejeitado, se for recebido com ação de graças, pois é santificado pela palavra de Deus e pela oração.

A passagem de 1Timóteo 6.17 acrescenta o seguinte ensinamento:

> Ordene aos que são ricos no presente mundo que não sejam arrogantes, nem ponham sua esperança na incerteza da riqueza, mas em Deus, que de tudo nos provê ricamente, para a nossa satisfação.

Por isso, Deus proíbe o acúmulo egoísta de bens. É uma fantasia pensar que meus bens me definirão, dizendo quem sou e qual é o meu valor. Portanto, não devemos acumular apenas para nós ou ser indiferentes aos necessitados. Martinho Lutero escreveu:

> Sempre que o evangelho é ensinado e as pessoas procuram viver de acordo com ele, surgem duas terríveis pragas: os falsos pregadores, que corrompem o ensinamento, e, então, a Sra. Ganância, que impede um viver justo.[7]

[7]Martin Luther, *Matthew*, loc. cit.

O termo "secularismo" significa basicamente "desta época". Outra palavra para o mesmo conceito é "mundanismo", que assume duas formas: uma positiva, amor pelo mundo, e outra negativa, preocupação exagerada com as coisas deste mundo. Portanto, "o mundo" é uma perspectiva, uma mentalidade, uma forma de enxergar a vida que coloca qualquer coisa ou todas as coisas no mesmo nível ou acima de Deus. Por isso, não devemos estar centrados no mundo, mas em Cristo, seu reino e sua justiça. Se focalizarmos nossos bens mundanos, o resultado será traças, ferrugem, ruína e roubo. No entanto, as coisas que não são vistas realmente permanecem para sempre (2Co 4.18). Elas contêm uma herança incorruptível e imaculada que não desaparece e está reservada para nós nos céus (1Pe 1.4).

II. Somos o que nossos olhos fitam (Mt 6.22,23)

O resultado de "olhos únicos, simples", "olhos bons e sadios", é um corpo bem iluminado, ou um corpo em que a pessoa está acessível a Deus. Essa total devoção a Cristo nos capacita a encontrar nosso caminho na vida, dirigindo-nos para um objetivo verdadeiro. Porém, olhos maus e perversos conduzem a uma vida de cegueira e trevas, porque o materialismo egoísta não concede luz à vida.

Nosso olhar fixo em Deus precisa ser um olhar exclusivo e firme que não se abala com objetivos e metas mundanos. Os olhos são considerados muitas vezes a expressão da alma no corpo. Em Salmos 123.2, vemos essa ideia na semelhança apontada na comparação entre os olhos de um escravo que atentam para o menor gesto de seu senhor com nossos olhos atentos no Senhor, nosso Deus, aguardando sua direção e provisão.

Esse é o problema com a cobiça do dinheiro obtido com facilidade por meio de jogos de azar. Se fixarmos os olhos somente no objetivo de ganhar o grande prêmio, isso passa a nos influenciar de um modo que nos afasta de Deus e nos leva a ser completamente materialistas e totalmente preocupados com o que é exterior. Negamos que Deus está no controle da vida

como um todo e administra o mundo por meio de sua providência. Criamos um novo versículo que não está na Bíblia: "Deus ajuda os que se ajudam".

III. Somos e nos tornamos o que nos escraviza (Mt 6.24)

É verdade que "ninguém pode servir a dois senhores; pois odiará um e amará o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro [Mamom]" (Mt 6.24). Embora alguém talvez consiga servir satisfatoriamente a dois empregadores, ele não poderá ter dois senhores. A essência da escravidão, na verdade, consiste no domínio exclusivo.

O profeta Elias, em 1Reis 18.21, perguntou ao povo: "Até quando vocês vão oscilar entre duas opiniões? Se o SENHOR é Deus, sigam-no; mas, se Baal é Deus, sigam-no". Do mesmo modo, não podemos repartir nossa lealdade entre Deus e "Mamom", que é a palavra aramaica para "riqueza". Mas o Deus vivo requer devoção total e exclusiva de todos os que nele creem e o adoram.

Esse assunto do serviço a dois senhores é importante e merece uma ilustração. Conta-se a história de um fazendeiro que anunciou à sua esposa que a melhor vaca que possuíam havia dado à luz bezerros gêmeos, um era vermelho e o outro, branco.

— Temos de dedicar um ao Senhor — declarou ele com orgulho à esposa.

— Qual deles? — ela perguntou.

— Vamos esperar. Quando formos vendê-los, saberemos qual é do Senhor.

Alguns meses mais tarde, o fazendeiro entrou repentinamente na casa com más notícias:

— O bezerro do Senhor morreu!

Essa história se aplica muito bem à grande parte das supostas consagrações sinceras. Quando as coisas ficam difíceis, muitas vezes a parte que primeiro sofre cortes e reduções financeiras é aquela que havíamos dito ter dedicado ao Senhor ou à obra dele. Tais pessoas parecem ter dois senhores, não somente um.

As passagens de Isaías 42.8 e 48.11 tornam isso claro: "Eu sou o SENHOR; esse é o meu nome! Não darei a minha glória a outro".

Quando Mateus 6.24 usa as palavras "odiar" e "amar", elas são empregadas de forma comparativa, não indicando um ódio ativo ou psicológico. Trata-se da destituição de algo em favor de uma lealdade maior.

IV. Somos o que é mais importante para nós (Mt 6.25-34)

Jesus nos exorta várias vezes a não nos preocuparmos (v. 25,31,34) em relação aos três objetos de preocupação deste mundo: (1) O que vamos comer? (2) O que vamos beber? (3) O que vamos vestir? Os gentios buscam todas essas coisas, mas nossa vida em Cristo precisa ser muito mais do que a temerosa preocupação com questões exclusivamente temporais.

A raiz da palavra inglesa *worry* ["preocupação"] é uma palavra antiga anglo-saxônica que significa "sufocar". No inglês antigo, o termo que originou *worry* é *wyrgan*, que significa "estrangular". No inglês medieval, o verbo passa a ter um significado mais amplo: "sufocar, rasgar". É isso o que a preocupação faz. É o sentido da palavra grega usada em referência a Marta, que estava "preocupada" (*merimnaō*, Lc 10.41) com as tarefas de servir a Jesus enquanto Maria permanecia sentada aprendendo aos pés dele. Todos os preparativos que ela estava fazendo para o jantar a haviam "distraído" (Lc 10.40). Em Filipenses 4.6, Paulo faz uma advertência: "Não andem ansiosos [gr., *merimnate*] por coisa alguma". A ansiedade não se assemelha ao contentamento ou à confiança no Deus vivo!

Certas pessoas querem saber o que há de errado com a preocupação. Algumas têm a tendência de se preocupar. Ficariam ansiosas mesmo se não houvesse com o que se preocupar. Porém, eis o que há de errado com a ansiedade: ela é incompatível com a fé e a confiança. A preocupação não aumentará a produção de nossa comida, bebida ou de nossas roupas. A única coisa que fará, na realidade, é abreviar nossa vida. Martinho Lutero ensinou:

> Vejam, [Deus] está fazendo das aves nossos mestres. No evangelho, é uma grande e constante vergonha para nós o fato de um frágil pardal se tornar teólogo e pregador para o mais sábio dentre os homens [...] Portanto, sempre que ouvir o canto de um rouxinol, você está escutando um excelente pregador [...] É como se ele estivesse dizendo: "Prefiro estar na cozinha do Senhor, que fez todas as coisas nos céus e na terra. Ele próprio é o cozinheiro e o anfitrião. Todos os dias alimenta e nutre inúmeros passarinhos com sua mão".[8]

Como os versos populares também afirmam claramente:

> Disse a rolinha ao pardal:
> — Gostaria de saber
> por que os homens ansiosos
> nunca param de correr!
> O pardal respondeu:
> — Minha amiga, eu penso assim:
> Eles não devem ter o Pai celeste
> que cuida tanto de ti quanto de mim!

A preocupação também não pode ser compatível com buscar em primeiro lugar o reino de Deus e sua justiça (Mt 6.33a), porque neste caso "todas essas coisas lhes serão acrescentadas" (6.33b). Para todos os que se arrependeram de seus pecados, o reino de Deus em sua vida já começou. Portanto, o que os crentes buscam acima de tudo é o sucesso desse reino, o que consideram uma questão de importância suprema. Não se trata de imperialismo pecaminoso ou triunfalismo evangélico; é o triunfo de Cristo, seu reinado e a vitória sobre todo o mal, o objetivo principal e final de todos que o conhecem. Tal sucesso, tanto para ele como para seu povo, pode ser alcançado sem intervenção ou qualquer dependência da nossa sorte,

[8] Ibidem.

de probabilidade ou de apropriação do dinheiro arduamente ganho por outra pessoa.

Conclusões

Responder ao chamado de Deus nessa passagem simplesmente reduzindo sua abrangência tende a tratar apenas dos sintomas e não da raiz do problema. Quando nossos olhos estão focados em nós mesmos, e não em Deus, sentimos que, com a sorte e o dinheiro do nosso lado, podemos nos livrar de quase todo tipo de problema.

Em vez disso, quando nossos olhos estão fixos no alvo exclusivo de buscar primeiro o reino de Deus e a sua justiça, precisamos reorientar nossos valores, objetivos, lealdades e prioridades.

Mesmo que tenhamos apenas brincado de apostar uma ou outra vez, precisamos fazer um retorno de 180 graus e suplicar o perdão de Deus. É nosso dever pressionar o Estado e os que promovem bolões, sorteios numéricos, loterias e jogos de apostas *pari-mutuel* nos esportes e em outras áreas a parar de causar uma influência maligna nos que são pobres, têm pouca instrução e sofrem opressão. Raramente a história de pessoas que ganharam uma aposta terminou bem, pois, na maioria dos casos, por não estarem acostumadas a lidar com tanto dinheiro de uma só vez, acabaram sofrendo prejuízos morais e sociais. Ademais, isso nem sempre é um ganho para os indígenas americanos que administram os cassinos, pois, assim como lhes foi imposto um flagelo dois séculos atrás com bebida e pólvora, podemos, da mesma maneira, causar a ruína de todo um povo com essa enorme riqueza, já que é praticamente inconcebível que o resultado disso seja qualquer outra coisa que não o desastre total que essa riqueza repentina costuma causar.

A ganância é insaciável, pois uma vez que nos domina, não nos deixará, a não ser que, com a misericórdia de Deus, peçamos a ele que nos liberte dela.

Bibliografia

ANDERSON, Kerby. *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), esp. p. 166-73.

HENDERSON, J. Emmett. *State lottery: the absolute worst form of legalized gambling* (Atlanta: Georgia Council on Moral and Civil Concerns, s.d.).

MANN, James. "Gambling rage: out of control". *U. S. News and World Report* 30 (May 1983): 30.

PETERSEN, William. *What you should know about gambling* (New Canaan: Keats, 1973).

THOMPSON, William Norman. *Legalized gambling: a reference handbook*. 2. ed. (Santa Barbara: ABC-CLIO, 1997).

Perguntas para reflexão e debate

1. Os cristãos não deveriam jogar na loteria ou frequentar cassinos orando para que Deus os ajude a ganhar e possam, assim, fazer uma enorme doação à igreja para a aquisição de um novo prédio ou a realização de algum outro projeto legítimo?
2. Por que a Bíblia argumenta tão categoricamente contra todas as formas de cobiça e ganância ao mesmo tempo que ordena: "cobiçai com zelo os melhores dons" (KJV), ou conforme a NIV: "desejem ardentemente os maiores dons" (1Co 12.31)?
3. Se o Diabo ficará com todo o dinheiro de loterias e jogos de azar semelhantes, os cristãos não deveriam também tentar pôr suas mãos nele, uma vez que o Diabo já o teve em seu poder durante muito tempo?

4

MEIOS DE COMUNICAÇÃO, ENTRETENIMENTO E PORNOGRAFIA

FILIPENSES 4.4-9

Poucas coisas impactam mais nossa vida diária do que os meios de comunicação. Jornais, revistas, filmes, TV, iPods, internet, dispositivos — todas essas coisas exercem uma enorme influência em nós, pois moldam nossos valores e opiniões e o que é considerado a última moda nas conversas, ações e preferências. Alguns acham que a influência mais forte aparentemente é a da televisão, porque, de acordo com um relatório de 1980 citado com frequência, "ao concluir o Ensino Médio, uma criança americana comum terá passado [aproximadamente] onze mil horas na escola e quinze mil horas na frente da televisão".[1]

[1] *New York Times*, April 20, 1980, citado em Robertson McQuilkin, *An introduction to biblical ethics* (Wheaton: Tyndale, 1989), p. 488. Outra pesquisa, o Relatório A. C. Nielsen de janeiro de 1984, estimou uma média de sete horas diárias em frente à televisão. Veja a declaração conjunta de Surgeon General's Office e National Institute of Mental Health, intitulada: "Impact of entertainment violence on children", *American Academy of Pediatrics*, July 26, 2000, disponível em: www.aap.org/advocacy/releases/jstmtevc.htm.

Embora os meios de comunicação tenham um enorme potencial de unir a humanidade por meio de satélites e da internet (ao transmitir eventos como casamentos de pessoas da realeza, posses de presidentes, jogos do campeonato de futebol americano e as Olimpíadas), também é grande seu potencial para gerar efeitos nocivos e negativos na sociedade, dependendo da qualidade do conteúdo transmitido.

Costuma-se criticar a televisão pelo emprego constante de conteúdo violento e pela maneira que se aproveita de cenas com teor sexual. Como sexo e violência costumam atrair um grande número de telespectadores para os que financiam esses programas, o efeito sobre a moralidade e o comportamento de seu público é assustador. Não surpreende o fato de que hoje seja tão comum atacar os valores morais tradicionais do lar, da família, da igreja e da sociedade em geral e descrevê-los como ultrapassados e parte de uma geração neurótica que está deixando de existir. A mente dos jovens está sendo manipulada com o propósito de que se "conformem" à ética e à moral dos novos tempos, em vez de serem "transformados" por Deus mediante a renovação da mente (Rm 12.1,2).

Neil Postman, em seu influente livro *The disappearance of childhood*, observou que:

> ... a manutenção da infância dependia dos princípios de controle da informação e aprendizado progressivo. Mas com o telégrafo [cujas extensões, hoje, são a televisão, a internet e as mensagens de texto instantâneas], iniciou-se o processo de arrancar à força, da casa e da escola, o antigo controle de informações. Esse processo alterou o tipo de informações a que as crianças poderiam ter acesso, bem como a qualidade, a quantidade, a sequência dessas informações e as circunstâncias em que seriam transmitidas.[2]

[2]Neil Postman, *The disappearance of childhood* (New York: Vintage, 1994), p. 72, citado em Kerby Anderson, *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), p. 188-9 [edição em português: *O desaparecimento da infância*, tradução de Suzana Menescal de A. Carvalho e de José Laurenio de Melo (Rio de Janeiro: Grafhia, 1999)].

A questão é que hoje há uma nova fonte de valores que não é o lar, a escola ou a igreja. O pastor, o professor, a mãe, o pai ou o avô foram substituídos como origem e fonte de valores e cultura.

A nova música

No entanto, entre todos os agentes de influência e mudança que atuam na cultura jovem atual, nenhum exerce papel mais decisivo que a música. Allan Bloom, professor de Filosofia na prestigiada Universidade de Chicago, explicou essa verdade de maneira contundente:

> Vivemos na era da música. [...] Uma proporção muito grande de jovens entre dez e vinte anos de idade vive para a música. É a paixão deles; nenhuma outra coisa se compara à empolgação que ela lhes proporciona; eles não toleram algo que não esteja relacionado à música. [...] O rock é tão indiscutível e certo quanto o ar que respiram.[3]

E continuou:

> Mas o rock tem um único apelo, um apelo bárbaro, associado ao desejo sexual — não ao amor, não ao *eros*, mas ao desejo sexual primitivo e desgovernado [...] Os jovens sabem que o rock tem o ritmo do ato sexual.[4]

A música — não os pais, a escola ou a igreja — cativou a mente e a alma dos jovens de nossos dias. Ela também trouxe consigo uma visão revolucionária do sexo e uma transformação profunda da vida e do modo de viver dos jovens. Quer estejam praticando exercícios, quer estudando, quer se divertindo, os ritmos da música moderna martelam o cérebro dos jovens em um volume que pode levá-los à surdez precoce. Não há como negar que

---

[3]Allan Bloom, *The closing of the American mind* (New York: Simon and Schuster, 1987), p. 68, citado em McQuilkin, *Introduction*, p. 489-90.

[4]Bloom, *Closing*, p. 73.

não somente a música, mas também algumas das letras que a acompanham ultrapassam os limites do que é adequado para uma sociedade civilizada, e ainda mais para uma sociedade temente a Deus.

O jornalismo

Na "Declaração de Princípios da Sociedade Americana de Editores de Jornais", o artigo V declara:

> A prática correta, no entanto, exige que se estabeleça uma distinção clara para os leitores entre o que é notícia e o que é opinião. Artigos que contenham opinião ou interpretação pessoal devem ser claramente identificados assim.[5]

Mas essa distinção está quase totalmente ausente nas notícias que chegam até nós. Em geral, as pessoas que atuam no jornalismo tendem a adotar perspectivas mais seculares e liberais, senão mais humanistas, que o resto da sociedade. Kerby Anderson forneceu uma excelente lista de maneiras pelas quais essa tendência secular aparece nos noticiários.[6] Os "truques da profissão" incluem:

1. *Linguagem.* Palavras e rótulos podem ser ferramentas poderosas. É por isso que os defensores do aborto são denominados "pró-escolha" ou "consultores de planejamento familiar", enquanto os que se opõem à prática do aborto são chamados de "antiaborcionistas" ou "moralistas militantes", em vez de "pró-vida" ou "defensores da vida dos não nascidos".
2. *Inclusão e exclusão.* A extensão da cobertura que determinado acontecimento recebe pode influenciar a importância que lhe atribuímos em relação a outros

[5]Citado em McQuilkin, *Introduction*, p. 490.
[6]Anderson, *Christian ethics*, p. 197.

eventos. Por isso, marchas pró-vida são ignoradas para se destacar as marchas pelo meio ambiente ou as paradas gay.

3. *Lugar de destaque.* Jornalistas e locutores de rádio decidem a importância que o acontecimento terá para o público tornando a história a manchete principal ou a matéria de capa, ou relegando-a à contracapa ou ao fim do programa.
4. *Entrevistas.* Em geral, somente uma pequena parte da entrevista acaba sendo publicada. Muitas vezes a mesma pergunta é repetida várias vezes até que alguma "frase interessante" que pode ser citada (do ponto de vista da mídia) seja obtida do entrevistado.
5. *Seletividade.* Muitas vezes as pessoas entrevistadas são justamente aquelas com quem a imprensa concorda. Ao se valer dessas pessoas como fonte, a entrevista serve de plataforma para que a imprensa divulgue as perspectivas defendidas pelo jornal ou canal de TV.
6. *Especialistas.* Quando são apresentadas duas perspectivas um assunto específico, ainda que isso seja bem raro, a reportagem muitas vezes terminará com a visão de algum "especialista", deixando a impressão de que esta é a "melhor" perspectiva da questão.

Uma pesquisa sobre a imprensa, realizada pelos professores Robert Lichter e Stanley Rothman, chegou a conclusões alarmantes: 86% dos profissionais da imprensa nunca ou raramente frequentaram cultos religiosos e 50% afirmavam não ter ligação com associação religiosa alguma.[7] Pesquisas e censos posteriores, como os realizados pelas instituições Pew Research Center, The Freedom Forum, Roper Center e outras semelhantes, confirmaram essas observações.[8]

[7]S. Robert Lichter; Stanley Rothman, "Media and business elites", *Public Opinion* (October/November, 1981): 42-6. A pesquisa foi publicada posteriormente em S. Robert Lichter; Stanley Rothman; Linda S. Lichter, *The media elite* (New York: Adler and Adler, 1986).

[8]Veja Anderson, *Christian ethics*, p. 195-6.

Sexo e violência nos meios de comunicação

Pesquisas concluíram que, para 75% dos americanos, a televisão expõe os telespectadores a "um número excessivo de cenas sexualmente explícitas", mas elas tiveram pouco efeito nos anunciantes que sustentam esses programas. A exposição constante a cenas de violência contra mulheres, por exemplo, tornou os espectadores menos sensíveis à violência contra as mulheres e menos solidários às vítimas de estupro. Irving Kristol, analista social de uma coluna do *Wall Street Journal*, perguntou:

> Alguém realmente acredita que a pornografia leve nos filmes de Hollywood, a pornografia pesada nos filmes de TV por assinatura e a pornografia violenta das letras de "*rap*" não têm efeito algum? Nessa questão, o impacto geral já é bem claro a olho nu. Na margem, os efeitos, principalmente o aumento nos índices de mães solteiras e estupros, é assustadoramente visível.[9]

Não é diferente na área da violência. Parece que a rotina comum de um âncora de telejornal é algo semelhante a: dois assassinatos, três estupros, um assalto, um incêndio em boate que deixa uma centena de mortos e o sequestro de um garoto ou uma garota de doze anos. Os donos de jornais e canais de televisão querem nos convencer de que meia hora de exposição a esse tipo de notícia tem pouca influência nos jovens que veem as notícias das cinco da tarde antes de os pais voltarem do trabalho. Ao mesmo tempo, argumentam que os comerciais de trinta segundos são suficientes para influenciar a audiência a comprar os produtos anunciados. Qual é o argumento deles, afinal? A televisão exerce ou não influência significativa nos espectadores?

Acrescente-se a isso a violência vista em filmes e na televisão, e os motivos de preocupação se tornam alarmantes. As pesquisas

[9]Irving Kristol, "Sex, violence and videotape", *Wall Street Journal*, May 31, 1994, citado em Anderson, *Christian ethics*, p. 190.

na área da psicologia sobre o impacto do material de sexo e violência nos espectadores de todas as idades não são animadoras, para dizer o mínimo.[10]

Pornografia

A pornografia, por definição, consiste na reprodução de material de natureza sexual, em forma escrita ou visual, com o propósito de estimular sexualmente o leitor ou espectador. Isso nada mais é que indução à luxúria, se analisarmos conforme o padrão bíblico. A pessoa que consome esse material obsceno causa dano não somente a si, mas também à própria sociedade, que, por fim, colhe os efeitos da pornografia. Poucos pecados, se há algum, são estritamente pessoais. Eles produzem consequências e afetam toda a sociedade.

A polêmica comissão, chamada Presidential Commission on Pornography [Comissão Presidencial sobre Pornografia], de 1967, concluiu que o consumo da pornografia não tem efeitos adversos sobre jovens ou adultos. Portanto, ela recomendou que todas as restrições legais à pornografia fossem revogadas. Contudo, um grupo de especialistas de alto nível na Attorney General's 1986 Commission on Pornography [Comissão de Representação Geral sobre Pornografia de 1986] reverteu quase todas as conclusões daquela comissão de 1967. A nova comissão forneceu provas detalhadas da ligação entre a pornografia do tipo *hard-core* e os vários tipos de crimes e males sociais que o país estava enfrentando. Também negou a violação de qualquer direito da primeira emenda da Constituição ao impedir que traficantes de "pornografia infantil" ganhassem dinheiro com isso.

---

[10]Começando na década de 1970, a Annenberg School of Communications descobriu, em pesquisa liderada por George Gerbner e Larry Cross, que o hábito de assistir à televisão por quatro ou mais horas diárias permite a manipulação da visão de mundo e das perspectivas psicológicas tanto de crianças como de adultos (George Gerbner; Larry Cross, "The scary world of TV's heavy viewer", *Psychology Today*, April 1, 1976, p. 41).

Embora a sociedade secular tenha muitas vezes se calado de modo seletivo sobre certas formas de exploração infantil na pornografia, como na internet (para não falar, também, do longo silêncio da igreja a respeito), é curioso observar que, na Dinamarca, o que suscitou a indignação da organização da sociedade humanitária foi a exploração sexual de animais nos filmes de zoofilia! Será que a cultura ocidental precisará se espelhar nos defensores dos direitos dos animais para voltar à razão acerca dos abusos sofridos por mulheres e crianças?

O Marquês de Sade (1740-1814), cujo nome perdura em nosso vocabulário no termo "sadismo" — o ato de infligir dor a outra pessoa para obtenção de prazer pessoal —, via as mulheres como objeto legítimo de todos os atos desejados pelos homens. Em suas torpes palavras, o Marquês declarou:

> É incontestável que recebemos da Natureza o direito de submeter indiscriminadamente todas as mulheres aos nossos desejos [...]. Não se pode negar que temos o direito de decretar leis que forcem a mulher a ceder às chamas de quem a deseja possuir; e como a violência é um dos efeitos dessa lei, podemos empregá-la legitimamente. De fato! A Natureza não nos deu prova de que temos esse direito ao nos agraciar com a força necessária para submeter as mulheres à nossa vontade? A questão do bem-estar da mulher, repito, é irrelevante.[11]

Rousas J. Rushdoony, em seu livro de 1974 intitulado *A política da pornografia*, afirmou que o dilúvio de pornografia permitido pelas decisões da Suprema Corte entre as décadas de 1950 e 1960 assemelha-se muito ao ideal descrito pelo Marquês dois séculos antes dessas decisões. Como se não bastasse, deve-se observar também que a indústria pornográfica atual é dominada pelo crime organizado.

---

[11]Richard Seaver; Austryn Wainhouse, orgs., *The Marquis de Sade: Justine, philosophy in the bedroom, and other writings* (New York: Grove, 1965), p. 318-20, citado em McQuilkin, *Introduction*, p. 236.

Um modo de pensar totalmente renovado

Em um mundo repleto de sexualidade distorcida, violência e atos sexuais abusivos, sobretudo contra crianças e mulheres, as exortações do apóstolo Paulo em Filipenses 4.4-9 são muito relevantes.

Texto: Filipenses 4.4-9
Título: "Um modo de pensar totalmente renovado"
Ponto central: "... pensem nessas coisas" (v. 8).
Palavra-chave da exposição: Coisas excelentes
Pergunta: Com que coisas excelentes devo encher minha mente, em vez das imagens distorcidas da atual indústria do entretenimento?

Esboço:

I. Devemos nos alegrar no Senhor (4.4-7)
   A. Quatro admoestações
      1. Alegrem-se
      2. Tenham domínio próprio e sejam amáveis
      3. Não andem ansiosos
      4. Apresentem seus pedidos a Deus
   B. Aplicações
II. Nossas mentes e ações devem estar repletas de tudo o que é excelente (4.8,9)
   A. Seis termos éticos e dois mandamentos
      1. Tudo o que for verdadeiro
      2. Tudo o que for nobre
      3. Tudo o que for correto
      4. Tudo o que for puro
      5. Tudo o que for amável
      6. Tudo o que for de boa fama
         a. Tudo o que for excelente
         b. Tudo o que for digno de louvor
   B. Quatro práticas
      1. Tudo o que vocês aprenderam

2. Tudo o que vocês receberam
3. Tudo o que vocês ouviram
4. Tudo o que vocês viram

I. Devemos nos alegrar no Senhor (Fp 4.4-7)

A ideia fundamental na carta aos Filipenses é "Alegrem-se no Senhor" (veja tb. 1.18; 2.17,18). Portanto, não surpreende o fato de que a mesma ordem seja repetida. Alegrar-se no Senhor não implica momentos de êxtase espiritual oscilantes e induzidos por algum tipo de clichê espiritual nem se trata de mera técnica de pensamento positivo. Apesar das dificuldades enfrentadas na cultura de Paulo ou na nossa, todos os cristãos precisam se alegrar no próprio Senhor.

A segunda admoestação de Paulo conclama os crentes a mostrar autocontrole e bondade, nos atos e no espírito, que devem ser evidentes a todos. Não se trata de uma defesa da despreocupação passiva, semelhante a um caniço que balança ao vento, mas uma referência à generosidade do coração e da mente, que demora a se ofender e se apressa a perdoar pessoas que nos podem ter ofendido. Em circunstâncias nas quais a retaliação seria a resposta normal, Paulo recomenda uma atitude de bondade e gentileza.

Mesmo para os que são naturalmente zelosos, esforçados, puros e corretos, a admoestação implica manifestar a alegria do Senhor em espírito de alegria pessoal e disposição para com o próximo. Isso ainda tem efeitos sobre a maneira de tratarmos as pessoas da imprensa, bem como lidamos com as deficiências de nosso próprio ramo de atividade. Mesmo que não aprovemos vários aspectos dos meios de comunicação, podemos tratar as pessoas envolvidas neles e o que elas defendem com uma atitude de domínio próprio e gentileza. Nossa resposta precisa ser honrada, em vez de pagarmos na mesma moeda a forma pela qual temos sido tratados como cristãos ou defensores de algumas posições desprezadas pela imprensa e pela mídia.

A terceira exortação nos conclama a não nos preocuparmos nem ficarmos ansiosos diante do que vemos no mundo do entretenimento e dos meios de comunicação atuais. Sim, essas são questões de grande importância, e muitas vezes demandam respostas adequadas, mas não devemos ficar inquietos, como se o mal estivesse sempre prestes a se assentar no trono e como se a obra de homens e mulheres de Deus tivesse pouco ou nenhum efeito. Uma visão tão pequena de Deus precisa ser silenciada de modo imediato e definitivo. Não precisamos desistir nem adotar uma atitude de indiferença, mas também não devemos nos inquietar diante dos acontecimentos (Sl 37.1).

A quarta e última admoestação é que apresentemos nossos pedidos ao Senhor. A paz de Deus, que resulta da entrega de nossas preocupações a ele, ultrapassa qualquer tipo de terapia. É assim que conseguimos estabelecer uma "guarda militar" em torno de nosso coração e nossa mente. Essa guarda só assume sua posição em nosso Senhor Jesus Cristo.

A aplicação prática dessas admoestações é bem evidente. Temos examinado cada uma delas por tempo suficiente para relacionar nossa cultura moderna ao antigo contexto das admoestações e buscamos aplicar muitas das ações recomendadas nesses versículos aos novos desafios de nossa cultura.

II. Nossas mentes e ações devem estar repletas de tudo o que é excelente (Fp 4.8,9)

Recebemos uma lista de seis ou oito virtudes (dependendo de como a lemos) para refletir. Paulo emprega o adjetivo indefinido (gr., *hosa*) para apresentar seis termos éticos. Certamente não se trata de uma lista de virtudes exclusivamente cristã, sem paralelo em outros tempos e épocas. Esse tipo de lista não era raro na literatura antiga. O professor Frank Thielman, por exemplo, indicou o filósofo estoico Cleantes (331-231 a.C.), cuja definição do "bem" era: o que é "bem ordenado, justo, santo, piedoso, autocontrolado, proveitoso, honrado, apropriado, austero, sincero, sempre firme, amigável, precioso, [...] coerente, de boa

fama, despretensioso, atencioso, gentil, interessado, paciente, irrepreensível, permanente".[12] Nada mal para uma lista de virtudes, especialmente vinda de alguém que não era religioso. Como seria bom se listas semelhantes emergissem de nossa cultura e época seculares.

A raiz da palavra *virtude* é *vir*, que significa "ser forte"; portanto, o que é mais adequado a uma pessoa forte, o heroísmo dela, está contido na ideia de "virtude". Para os romanos, a virtude consistia na coragem militar; para os italianos, no conhecimento das coisas antigas; para os ingleses, na castidade; e para os escoceses, na simplicidade e produtividade.

Nosso Senhor e Criador, no entanto, quer que nosso coração e nossa mente sejam repletos de qualidades que vão muito além do que a mídia nos oferece hoje. Em vez de encher a mente de lixo e coisas que nos enfraquecem como seres feitos à imagem de Deus, a lista começa, não por acaso, com a verdade. Tudo o que é "verdadeiro" precisa ocupar o primeiro lugar em nossos pensamentos e nosso ser. Tudo o que é verdadeiro sobre Deus, os homens, a igreja, o mundo, as artes e a beleza — é nesse ponto que devemos começar. Em muitos casos, as formas fáceis e rápidas de entretenimento vazio oferecidas a nós não chegam nem próximo desse padrão de verdade. Nosso padrão de pensamento e ação precisa iniciar com a verdade.

Devemos, igualmente, nos concentrar em tudo o que é "nobre" ou "honesto" e "justo". Há aqui uma oposição à falsidade, à calúnia, à avareza e à conduta indigna. Há dignidade, portanto, nas coisas honradas e nobres, e essa dignidade se opõe ao que é frívolo e indecoroso. É esse aspecto que as torna recomendáveis como objeto adequado de nosso pensamento e reflexão.

Em seguida, passamos a tudo o que é "correto", às coisas em que há retidão imutável e permanente. São elas que agora

[12]Frank Thielman, *Philippians*. The NIV Application Commentary (Grand Rapids: Zondervan, 1995), p. 220, nota 11.

aparecem na lista do que vale a pena pensar e ponderar. Algumas são certas por serem os elementos imutáveis reais da vida.

Em nossa lista das melhores coisas que devemos pensar, aparece, na sequência, tudo o que é "puro". O termo se refere ao que não foi corrompido ou pervertido, cuja natureza é clara e cujo propósito é evidente; aquilo que não deixa nenhuma mácula em nossa consciência, nenhuma mancha em nosso caráter. Diversos elementos do mundo dos meios de comunicação fazem exatamente o seguinte: deixam-nos com uma sensação de sujeira e maculam nosso caráter. Nada disso é valioso ou edificante para nós.

Em seguida, somos admoestados a focalizar tudo o que é "amável" no mundo. Existem coisas neste universo que não apenas nos levam a estimá-las, mas também geram em nosso íntimo o desejo de homenageá-las. Há objetos e seres verdadeiramente amáveis. A beleza é um dom muito precioso para ser ignorado ou para que nos recusemos a apreciá-lo.

As coisas amáveis são seguidas, na lista, por aquilo que é "admirável" ou "de boa fama". Ou seja, o conteúdo da mídia que realmente vale a pena ser assistido e desfrutado, levando-nos a exclamar: "Fantástico! Muito bom!". Refiro-me às coisas que são julgadas e aprovadas pelo coração e pela alma depois de serem nutridos por elas. Essas coisas merecem nosso aplauso.

Portanto, se nos seis elementos anteriores há algo de "excelente" ou "digno de louvor", então é isso que deve preencher nossos dias e pensamentos para a glória de Deus. Neste ponto é que a excelência moral revela o que é melhor para as pessoas verdadeiramente humanas de nossos dias. Se alguém deseja ser digno de "louvor", é melhor refletir com cuidado sobre as seis virtudes que acabamos de examinar.

Paulo conclui com quatro verbos. Os filipenses — e, agora, nós — devem praticar tudo o que aprenderam, receberam e ouviram do apóstolo e viram nele. A fórmula inteira não é somente "Sede meus imitadores [de Paulo]", mas: "Sede meus imitadores, como também eu sou de Cristo". Ela começa com

uma instrução e com o que "aprendemos", depois, aborda também o resultado dessa instrução, que consiste em se apropriar desse conhecimento e abraçá-lo (1Co 15.1; Gl 1.12; 1Ts 2.13). E isso deveria estar associado às informações sobre o caráter de Paulo que haviam circulado na igreja — o que as pessoas tinham "ouvido" e "visto".

A ideia central é a seguinte: essas são as "coisas" que devemos "praticar". Paulo deseja que reproduzamos as lições e o exemplo dele em nossa vida.

Conclusões

A dieta oferecida em muitas formas de entretenimento da mídia atual consiste em coisas que corrompem e destroem a verdadeira grandeza para a qual nós, mortais, fomos criados. Em lugar disso, o texto bíblico nos desafia a preencher nossa mente com tudo o que é verdadeiro e tem valor e dignidade. Portanto, devemos refletir sobre tudo o que aprendemos do evangelho e nos apropriarmos dele, sobre todas as mensagens bíblicas que ouvimos tantas vezes e vimos se concretizar em ações impactantes, pois são as coisas valiosas da vida que nos edificam e nos propiciam a alegria verdadeira.

Trocar tudo isso por pornografia, cenas sexuais picantes ou violência em larga escala significa encolher nossa alma, substituindo o que é nobre, certo, puro, amável e admirável por lixo e dejetos. Em vez disso, vamos pensar em coisas mais elevadas.

Bibliografia

ANDERSON, Kerby. *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), esp. p. 188-200.

BLOOM, Allan. *The closing of the American mind* (New York: Simon and Schuster, 1987).

_____. *O declínio da cultura ocidental: da crise da universidade à crise da sociedade*. Tradução de João Alves dos Santos (São Paulo: Best Seller, 1989). Tradução de: The closing of the American mind.

KRISTOL, Irving. "Sex, violence and videotape". *Wall Street Journal*, May 31, 1994.

LICHTER, S. Robert; ROTHMAN, Stanley; LICHTER, Linda S. *The media elite* (New York: Adler and Adler, 1986).

MANDER, Jerry. *Four arguments for the elimination of television* (New York: Morrow, 1978).

_____. *Quatro argumentos para acabar com a televisão*. Tradução de Carla Oliveira e Sofia Vieira (Lisboa: Antígona, 1999). Tradução de: Four arguments for the elimination of television.

MCQUILKIN, Robertson. *An introduction to Biblical ethics* (Wheaton: Tyndale, 1989), esp. p. 232-7 e 488-93.

MUGGERIDGE, Malcolm. *Christ and the media* (Grand Rapids: Eerdmans, 1977).

POSTMAN, Neil. *The disappearance of childhood* (New York: Vintage, 1994).

_____. *O desaparecimento da infância*. Tradução de Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo (Rio de Janeiro: Graphia, 1999). Tradução de: The disappearance of childhood.

RUSHDOONY, Rousas J. *The politics of pornography* (New Rochelle: Arlington, 1974).

_____. *A política da pornografia*. Tradução de Eduardo Saló (Alfragide: Acrópole, 1974). Tradução de: The politics of pornography.

Perguntas para debate e reflexão

1. Em sua experiência, você crê que é verdadeira a afirmação de que a televisão, os filmes e a internet exercem influência negativa em sua atitude com as mulheres, a violência e a sexualidade? E quanto às suas atitudes com outras pessoas ou com crianças?
2. É verdade que a pornografia, seja leve, seja pesada, tem efeitos nocivos em nossos impulsos e desejos

sexuais? E quanto aos efeitos na sociedade em geral ou no ministério?

3. Você acredita que a maioria dos repórteres de televisão se esforça ao máximo para deixar claro o que é fato e o que é opinião? Ou você crê que, em vez disso, há interesses por trás do modo pelo qual a matéria é apresentada, o conteúdo é mostrado e as conclusões são feitas pelo jornal?
4. Ao longo de sua vida, você percebe um declínio ou um progresso nos padrões morais e éticos da indústria do entretenimento nos filmes de Hollywood, na programação televisiva e em tudo o que está disponível na internet?

5

ADULTÉRIO

PROVÉRBIOS 5.15-23

Robertson McQuilkin expôs o argumento mais resumido e preciso contra o adultério quando ensinou o seguinte:

> Os padrões de Deus para a sexualidade humana são tratados nas Escrituras como as mais importantes de todas as regras para as relações entre as pessoas. No Antigo Testamento, a ênfase dada ao ensinamento contra o adultério é apenas menor do que a ênfase nas ordens contra a idolatria [...]. A fidelidade sexual, mais do que a maioria das virtudes, demonstra com clareza o propósito da Lei: o bem-estar do ser humano. A sexualidade humana é um dos dons mais aprazíveis concedidos por Deus. No entanto, o sórdido registro da história humana e o sofrimento na experiência pessoal ressaltam a realidade básica de que esse prazer está reservado aos que "seguem as instruções do Fabricante".[1]

[1]Robertson McQuilkin, *An introduction to Biblical ethics* (Wheaton: Tyndale, 1989), p. 191.

Definição de adultério

Adultério é um intercurso sexual voluntário, ou pensamentos voluntários sobre essa atividade, entre uma pessoa casada e outra que não é seu parceiro conjugal.[2] Embora não exista nada de novo a respeito do ato de adultério, uma vez que tem sido praticado ao longo da história, sua presença e atividade aumentaram mais do que nunca em nossa época. No passado, havia uma vergonha associada à descoberta do adultério, além da ridicularização pública, mas, atualmente, a televisão, os filmes e muitos romances retratam o adultério quase como algo a ser celebrado.

É difícil estimar com exatidão o predomínio do adultério, mas nenhuma das estimativas oferece qualquer tranquilidade ou esperança. O *Janus report on sexual behavior* [Relatório Janus sobre comportamento sexual] afirmou que um terço dos homens casados e um quarto das mulheres casadas nos Estados Unidos admitiram ter ao menos um envolvimento sexual extraconjugal.[3] Para o National Opinion Research Center [Centro Nacional de Pesquisa de Opinião] da Universidade de Chicago, as porcentagens são menores (25% dos homens casados e 17% das mulheres casadas), mas "mesmo assim, quando essas porcentagens menores de pessoas são aplicadas à população atual, significa que 19 milhões de maridos e 12 milhões de esposas tiveram um caso extraconjugal".[4] A conclusão evidente é que o adultério está se tornando excessivamente comum e aceito na sociedade.

Dificilmente os Estados Unidos voltarão algum dia a prender os adúlteros a um tronco e humilhá-los publicamente, ou até mesmo a forçá-los a usar uma grande letra "A", como no livro

---

[2]Extraído e adaptado de David K. Clark; Robert V. Rakestraw, orgs. *Readings in Christian ethics* (Grand Rapids: Baker Academic, 1996), vol. 2: *Issues and applications*, p. 256.

[3]Samuel Janus; Cynthia Janus, *The Janus report on sexual behavior* (New York: Basic Books, 1988), p. 169.

[4]Joannie Schrof, "Adultery in America", in: *U.S. News and World Report*, August 1998, 31, citado em Kerby Anderson, *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), p. 123.

Scarlet letter [A letra escarlate], de Nathaniel Hawthorne, como um meio de causar desonra a alguém que, de outro modo, praticaria esse pecado sem pensar duas vezes. No entanto, o triste fato é que a sociedade parece não ser mais capaz de reivindicar uma lei contra o adultério em nível mais amplo, pois o comportamento tornou-se muito comum.

As estatísticas sobre casos extraconjugais

Para os especialistas em pesquisas, não resta dúvida alguma de que o relacionamento sexual fora do casamento tem aumentado a cada ano. As estatísticas de dez anos atrás indicavam que o adultério havia crescido 5% ou mais em cada uma das últimas três décadas. O maior aumento ocorreu com mulheres empregadas em tempo integral e que trabalham fora de casa. No entanto, esse quadro também pode mudar à medida que as mulheres passem a participar de salas de bate-papo na internet e a conhecer um amigo que, a princípio, é atencioso e, depois, sedutor, apenas com o objetivo de logo conduzir a conversa para assuntos de natureza sexual, geralmente comentando detalhes íntimos de seus relacionamentos conjugais. Esses casos virtuais online são tão sedutores quanto o contato real, ao vivo, porque tendem a causar tanta dependência quanto o álcool. Os casos extraconjugais no espaço virtual parecem oferecer a proteção de uma distância segura desses parceiros invisíveis, mas são capazes de dominar uma pessoa tanto quanto os envolvimentos físicos.[5]

A infidelidade conjugal também provoca uma terrível destruição de lares e casamentos. As estatísticas mostram que 65% das pessoas que se envolvem em um caso extraconjugal acabam se divorciando. Somente 35% dos casais que passam pelo trauma da infidelidade conjugal permanecem juntos. Entretanto, não há razão por que um divórcio tenha de ocorrer como sequela desses acontecimentos perturbadores. Uma conselheira afirmou

[5]Estatística disponível em: www.doctorbonnie.com, citada em Anderson, *Christian ethics*, p. 126, 227.

que 98% de seus clientes permaneceram juntos depois de passarem pelo aconselhamento.[6]

O dado impressionante é que praticamente 80% dos americanos desaprovam o adultério. Apesar disso, mesmo cientes de que o adultério é errado e que pode causar efeitos desastrosos nos filhos e no próprio casamento, eles ainda assim são atraídos a essa forma de infidelidade como uma mariposa é atraída para o fogo.

Se o adultério fosse um caso estritamente privado que não deixasse cicatrizes em nenhuma outra pessoa exceto em quem o cometeu, seria possível atenuar os danos da estimativa; infelizmente, hoje parece evidente que o comportamento adúltero de um ou de ambos os pais pode ter efeitos duradouros em seus filhos quando se tornam adultos. Se os filhos de famílias divorciadas também tendem a se divorciar, parece claro que o comportamento adúltero de um dos pais também pode influenciar um comportamento adúltero semelhante em seus filhos. As próximas gerações também serão castigadas pelos pecados cometidos pelos pais (e mães)!

Manutenção preventiva contra a infidelidade

O adultério jamais é terapêutico, como sugerem algumas revistas e livros de psicologia popular. Ter um caso não fará reviver um casamento monótono ou tedioso; em vez disso, desenvolve-se no casamento uma atmosfera de segredo, e criamos toda uma rede de mentiras para nossos cônjuges a fim de encobrir o que está acontecendo. Como observou Frank Pittman, "A infidelidade não está necessariamente no sexo, mas no segredo. A questão não é com quem você mente, mas a quem está mentindo".[7] Essa última parte é verdadeira, mas entendo que a infidelidade também está no relacionamento sexual.

---

[6]Ibidem.

[7]Frank Pittman, *Private lies: infidelity and the betrayal of intimacy* (New York: Norton, 1989), p. 53.

O casamento exige trabalho. A melhor maneira de evitar a infidelidade conjugal é fazer a manutenção preventiva antes de um colapso no relacionamento. Frank Pittman afirma que já aconselhou mais de dez mil casais nos últimos quarenta anos, sendo que cerca de sete mil haviam sofrido com a infidelidade. Ele forneceu uma lista de dezenove sugestões que poderiam ajudar os casais a evitar casos extraconjugais. Minha lista é menor, mas influenciada em alguma medida pela dele. Minhas sugestões são:

1. Assim como Jó (31.1), faça "um acordo com os [seus] olhos de não olhar com cobiça" para mulheres ou homens. Devemos lidar com as fantasias sexuais em nosso coração, mente e olhos antes que amadureçam e se transformem em um roteiro de uma história ou um papel de personagem que deseja se concretizar.
2. Nunca fique a sós com um membro do sexo oposto que não seja seu cônjuge. Sempre deixe a porta aberta quando estiver trabalhando com alguém ou aconselhando uma pessoa que seja do sexo oposto.
3. Quando estiver longe de casa, sempre reserve um horário determinado para telefonar para casa todos os dias para não começar a desenvolver uma vida independente ou a se expor ao que de início talvez pareça uma conversa inocente com outra pessoa para aliviar sua solidão, mas que pode se tornar uma conversa cada vez mais íntima.
4. Não espere que seu casamento o faça feliz todos os dias e de todas as maneiras. Permita que seu cônjuge seja uma fonte de conforto para você em vez de exigir que ele sempre o faça feliz.
5. O casamento cristão é uma aliança não somente entre o marido e a esposa, mas também entre o casal e Deus (Pv 2.17; Ml 2.14). Como tal, não se trata de um contrato social que pode ser rescindido quando é quebrado por

uma das partes; é necessário ainda a consideração de como excluir Deus do contrato, algo que ele abomina!

6. Permita que o ensinamento das Escrituras o instrua e lhe dê mais sabedoria na forma de agir em seu casamento. Casais cristãos que oram e estudam juntos a Palavra de Deus têm uma probabilidade maior de permanecerem unidos.

Não comprometa seu amor conjugal

Portanto, vamos nos concentrar na passagem de Provérbios 5.15–23, que apresenta um ensinamento positivo sobre o tema, exatamente para obtermos essa ajuda da Palavra de Deus. Embora esteja na forma de uma alegoria, a importância de seu ensinamento é enorme. Também é preciso dizer que a comunidade secular muitas vezes acusa a comunidade cristã de ser muito recatada e negativa em relação ao sexo no casamento. Os secularistas gostam de zombar dos cristãos alegando que são puritanos e incapazes de explicar como devem lidar com a sua natureza sexual. Mas nada poderia estar mais longe da verdade, porque grande parte nas Escrituras trata exatamente desse assunto.

Quando Deus criou Adão e Eva, a prioridade na Bíblia era ensiná-los a respeito de sua sexualidade, ou seja, depois de "deixarem" o lar, o homem e a mulher deveriam se "unir" um ao outro. É surpreendente que o evangelho não tenha vindo primeiro, mas, em seu lugar, esse ensinamento de dois se tornando "uma só carne". Acrescente-se a isso o fato de que Jesus separou um tempo de sua vida ocupada, em que teve apenas três anos para ensinar tudo o que seus discípulos precisariam saber até sua partida, para comparecer a um casamento em Caná (Jo 2). E o que a Palavra viva realizou em favor da instituição do casamento em Caná, a Palavra de Deus escrita fez no livro de Cântico dos Cânticos de Salomão ao ensinar acerca das alegrias da felicidade conjugal. Na verdade, a passagem que focalizaremos agora, Provérbios 5.15–23, é do mesmo autor, Salomão, que escreveu o cântico chamado "o melhor cântico" (a língua

hebraica usa a relação genitiva, "Cântico dos Cânticos", como faz com "Rei dos reis" ou "Senhor dos senhores", para expressar o superlativo) acerca do relacionamento entre um homem e uma mulher. A alegoria que estamos prestes a estudar, na verdade, é uma ótima introdução a todo o livro de Cântico dos Cânticos de Salomão.

Texto: Provérbios 5.15-23
Título: "Não comprometa seu amor conjugal"
Ponto central: "Seja bendita a sua fonte! Alegre-se com a esposa da sua juventude" (v. 18).
Palavra-chave da exposição: Razões
Pergunta: Quais são as razões pelas quais devemos nos alegrar com a esposa de nossa juventude?

Esboço:

I. Nosso cônjuge é a fonte de nosso prazer (5.15)
   A. O prazer está em experimentar
   B. A beleza está na preservação fiel e exclusiva do relacionamento
II. O relacionamento com nosso cônjuge deve ser protegido por nós (5.16,17)
   A. Nossa vida íntima deve ser mantida privada e exclusiva
   B. Nossos atos especiais de intimidade conjugal devem ser reservados um para o outro
III. Nosso cônjuge precisa ser nosso deleite (5.18-20)
   A. Devemos sentir orgulho e alegria especiais no cônjuge de nossa juventude
   B. Devemos ser sempre cativados pelo amor dele/dela
IV. O relacionamento com nosso cônjuge está exposto aos olhos de Deus (5.21-23)
   A. Todos os nossos caminhos estão plenamente visíveis diante de Deus
   B. Atos perversos somente nos fazem cair em armadilhas

Essa passagem é uma das seções mais encantadoras na literatura sapiencial do Antigo Testamento.[8] Em contraste com a advertência dada em Provérbios 5.1-14 contra a companhia de uma adúltera, o ensinamento em Provérbios 5.15-23 celebra o conforto e as alegrias do verdadeiro amor conjugal. Em vez de chegar à "ruína completa" (v. 14) causada por relações sexuais fora do casamento, o texto de Provérbios nos convida a contemplar a pura alegria do amor conjugal planejado pelo Senhor.

Provérbios 5 se encaixa muito bem na categoria de instrução tão comum na literatura de sabedoria. No início do capítulo, vemos o tratamento familiar, "Meu filho" (v. 1). O discípulo é admoestado a "prestar atenção" e a "inclinar os ouvidos" (v. 1), pois o objetivo será "manter a discrição" e "guardar o conhecimento" (v. 2). A razão para esse alerta é dada nos versículos 3 a 6: o adultério pode parecer doce e suave, mas no final é amargo "como o fel" (v. 4) e mortal em todos os seus caminhos (v. 5,6).

A mesma advertência é ampliada nos versículos 7 e 8 com a introdução "Agora, então" (v. 7). Novamente, de forma resumida, a advertência consiste em: "Fique longe dessa mulher; não se aproxime da porta de sua casa" (v. 8). Uma declaração de motivação mais extensa é dada nos versículos 9 a 14, que de forma simplificada adverte outra vez: "para que você não entregue a outros o seu pleno vigor nem os seus anos a quem é cruel" (v. 9).

Porém, as duas advertências nos versículos 1 a 14 somente nos dizem o que não devemos fazer; o que falta é um encorajamento positivo para o que devemos fazer. E é isso o que a alegoria de Provérbios 5.15-23 nos apresenta. Infelizmente, alguns estudiosos da Bíblia deixaram de perceber a unidade e o arranjo evidentes deste capítulo, preferindo, em vez disso, separar o trecho final do capítulo de sua parte inicial.

---

[8]Grande parte do material utilizado aqui é tratado em meu artigo: "True marital love in Proverbs 5.15-23 and the interpretation of Song of Songs", in: *The way of wisdom: essays in honor of Bruce K. Waltke* (Grand Rapids: Zondervan, 2000), p. 106-16.

I. Nosso cônjuge é a fonte de nosso prazer (Pv 5.15)

Em vez de se ater a uma descrição negativa do que não devemos fazer dentro dos laços do matrimônio, o sábio mestre Salomão agora nos ensinará de forma positiva a respeito da moralidade sexual. Ele empregará metáforas poéticas de uma terra em que o calor é comum, onde o clima sempre nos faz sentir mais sede. Tal situação acaba sendo utilizada por ele como metáfora para o desfrute de nosso cônjuge, que é comparável à água pura e gelada que bebemos para aliviar nossa sede em um dia quente e abafado. Está claro que as formas singulares de "cisterna" e "poço" são símbolos da esposa, pois o deleite que se tem em mente aqui é sensual e revigorante. Não há uma tentativa de comparar a anatomia feminina, mas apenas de simbolizar o prazer e o vínculo que um tem com o outro no contexto do casamento. Portanto, a metáfora nos ordena sermos fiéis aos nossos cônjuges. Todo caso ou toda atração extraconjugais secretos violam a claríssima determinação de Deus, pois, em seu plano original, o Senhor pretendeu que tivéssemos apenas um parceiro conjugal. Sim, ele planejou isso mesmo no meio do que, ao contrário, era uma poligamia condenada no Antigo Testamento.[9] A base para a ilustração é encontrada em Isaías 36.16: "assim cada um de vocês comerá da sua videira e da sua figueira, e beberá água da própria cisterna". O assunto é tão delicado que se fosse expresso literalmente poderia esmagar e destruir a beleza do relacionamento que se deseja descrever. No entanto, com o uso de metáforas é possível ser claro e pessoal sem ser grosseiro e rude.

II. O relacionamento com nosso cônjuge deve ser protegido por nós (Pv 5.16,17)

A metáfora muda repentinamente das formas singulares "cisterna" e "poço" para as formas plurais "fontes" e "ribeiros

[9]Veja minha análise sobre a poligamia no Antigo Testamento em: Walter Kaiser Jr., *Toward Old Testament ethics* (Grand Rapids: Zondervan, 1983), p. 182-90.

de águas" (v. 16). Sem mudar de assunto, como alguns estudiosos pensam ocorrer aqui, essas palavras são símbolos do desperdício e do escoamento inútil do dom da água refrescante, que, de outra forma, era muito desejado. Agora a preciosa água parece ser desperdiçada e derramada pelas ruas e praças públicas. O que inicialmente poderia parecer um ensinamento de acordo com a teologia verde, como economizar água e não permitir que ela simplesmente escoe pelas sarjetas, é subitamente interrompido à luz do tema real no versículo 18. Mas como essa metáfora se desenvolve tem sido assunto de considerável discussão, embora a intenção do autor seja suficientemente clara. Por um lado, seria possível dizer algo como: se o marido não usa seu suprimento doméstico de água, o poço secará e será perdido; ou seja, a esposa poderá então ser infiel em razão da negligência do marido, o que resultará em perda e vergonha. Mas uma forma ligeiramente diferente de interpretar a metáfora seria: as "fontes" e os "ribeiros de águas" representam os prazeres extraconjugais, fora do contexto doméstico. A tranquilidade doméstica foi destruída e o cônjuge saiu em busca de outras amantes, esparramando assim produtos preciosos (leia-se "fontes") por toda a cidade, em ruas e praças públicas.

Nesse caso, o versículo 17 repete a injunção do versículo 16: "Sejam [seus prazeres em sua fidelidade conjugal] exclusivamente seus, nunca repartidos com estranhos". Assim, as fontes de água dos versículos 15, 16 e 18 devem ser exclusivas e nunca repartidas ou esparramadas para todos os lados.

III. Nosso cônjuge precisa ser nosso deleite (Pv 5.18-20)

No versículo 18, a alegoria inteira fica clara. Uma bênção é proferida sobre a nossa "fonte", no sentido de que devemos nos alegrar "com a esposa de nossa juventude". Aqui se encontra a afirmação central da passagem, pois essa declaração apresenta o propósito do provérbio inteiro.

A esposa do jovem é sensualmente comparada a uma "gazela amorosa, corça graciosa" (v. 19). Esses símbolos de agilidade,

graça, forma e beleza são intencionais. Estão relacionados à satisfação com os seios da própria esposa. Na verdade, aqui é feito um jogo de palavras intencional com a palavra hebraica para "seios" (hebr., *dad*), que soa à palavra hebraica para "amor" (*dôd*). Até o verbo hebraico traduzido por "satisfazer" (*rāwâ*) tem a conotação de "beber até saciar-se", uma possível alusão às cinco metáforas com água nos versículos 15, 16 e 18a ("fonte").

O marido espera ser sempre "cativado [ou divertido] pelo seu amor" (v. 19c). A palavra "cativado" (hebr., *shāgâ*) nesse contexto é mais bem traduzida por "ser embriagado". Portanto, o homem deve estar tão apaixonado por sua esposa e amá-la com tamanho entusiasmo que é como se estivesse bêbado! Todas as três formas desse verbo nos versículos 19, 20 e 23 têm a mesma conotação. Pela própria repetição, o autor cria um contraste importante entre o amor conjugal e o extraconjugal (v. 19,20), ao mesmo tempo que reforça o paralelo entre a paixão fora dos limites e a tolice (v. 23). Consequentemente, um marido poderá escolher ficar embriagado e estonteado com o prazer e o conforto que sua esposa proporciona (v. 19), ou poderá escolher abraçar os seios de outra mulher e assim cambalear para os braços da própria morte (v. 23a).

IV. O relacionamento com nosso cônjuge está exposto aos olhos de Deus (Pv 5.21-23)

Além das razões já mencionadas para sermos verdadeiros com o cônjuge que Deus nos concedeu como a "esposa de [nossa] juventude", o trecho apresenta ainda dois motivos. Primeiro, Deus tudo vê, portanto, não há nenhum lugar de encontro seguro que escapará da observação divina ou estará além do alcance de seus olhos que tudo veem (v. 21a). Deus examina todos os nossos caminhos, considerando-os cuidadosamente e os avaliando, para então nos julgar de modo justo e garantido (v. 21b). Por isso, a pergunta retórica do versículo 20 é importante: "Por que, meu filho, ser cativado pela adúltera?". É Deus quem concede o dom da sexualidade humana, portanto, ele tem

o direito de exigir que o usemos de acordo com as "instruções do Fabricante".

O segundo motivo para sermos fiéis ao nosso cônjuge é que o marido que escolhe a promiscuidade acabará tão enredado e detido pelas cordas do próprio pecado que não terá como escapar da armadilha, exceto por meio da descoberta de Deus e da comunidade e de sua exposição perante eles. Essa forma de traição e conduta nada mais é do que o cúmulo da tolice (v. 23).

Assim, as cinco metáforas do amor matrimonial se encontram nas cinco palavras para fontes de água. Essas figuras são contrapostas às imagens de gotas de mel e azeite suave (v. 3), que se encontram na primeira parte do capítulo. Aliás, todas essas imagens não são tão frequentes na literatura de sabedoria, mas ilustram a complexidade e a vitalidade de um assunto como a fidelidade matrimonial. As cinco imagens da água refletem a satisfação dos desejos e a vitalidade que eles oferecem para sustentar e fortalecer esse casamento. Tanto a alegria de ter a sede saciada como as qualidades vitais da água reforçam ainda mais a figura.

A maioria dos intérpretes considera Provérbios 5.15-23 uma alegoria. Percebi que essa seção do texto bíblico se tratava de uma alegoria quando li no seminário a obra clássica magistral de Milton Terry, *Biblical hermeneutics*.[10] Uma alegoria, sem dúvida, é uma metáfora, que é uma comparação não declarada (diferente de um símile ou uma parábola, não usa as expressões "assim como" ou "semelhante a") que se estende para formar uma história ou desenvolve um tema que ultrapassa a linha ou as linhas meramente metafóricas.

O que de fato oferece apoio à perspectiva de que essa passagem pertence ao gênero alegórico não é apenas o versículo 18, que de repente diz em sentido literal o que havia sido declarado em linguagem figurada, mas também o contexto

[10]Milton S. Terry, *Biblical hermeneutics*, 2. ed. (Grand Rapids: Zondervan, 1950), p. 330-3.

precedente dos versículos 1 a 14, com suas advertências contra a natureza incontrolável do adultério e a sedução da "mulher estranha" (v. 3, KJV).

Além desses indícios, não era incomum no Antigo Oriente Próximo descrever uma esposa por meio de figuras da natureza. Por exemplo, no texto egípcio da "Instrução de Ptah-hotep", o autor declara acerca da esposa: "Ela é um *campo* lucrativo para o seu senhor". Nas Cartas de Amarna, também encontradas no Egito, temos: "Meu *campo* é semelhante a uma mulher que não tem marido". Em uma canção de amor egípcia, uma virgem canta: "Como um *campo* pertenço a ti". Acrescente a isso as figuras de linguagem no Cântico dos Cânticos de Salomão, em que aparecem uma "vinha" e um "jardim" (Ct 1.6; 2.15; 4.12-16; 6.2,3; 8.11,12) junto com referências à "corça amorosa" e à "gazela graciosa", e a imagem começa a desenvolver uma bela alegoria.

Conclusões

Alvin Toffler (nascido em 1928), em seu famoso livro *Future shock*,[11] previu que os casamentos no futuro permitiriam que maridos e esposas se descartassem mutuamente quando tivessem "superado" um ao outro. É impressionante o quanto ele chegou a perceber exatamente o que aconteceria, nos últimos cinquenta anos, com a instituição do casamento em uma sociedade descartável, exceto pela graça sustentadora e capacitadora do nosso Senhor atuando em casamentos cristãos que se esforçam muito para obedecer a Deus. De modo não menos dramático, Charles A. Reich (nascido em 1931), em seu livro *Greening of America* [Rejuvenescimento da América],[12] observou que os jovens de hoje não querem se envolver em todos

[11]Alvin Toffler, *Future shock* (1970; reimpr., New York: Bantam, 1990), p. 251-3 [edição em português: *O choque do futuro*, tradução de Marco Aurélio de Moura Matos (Rio de Janeiro: Artenova, 1973)].

[12]Charles A. Reich, *The greening of America* (New York: Random House, 1970), p. 245.

os relacionamentos que fazem parte do casamento; querem ser *livres para amar*. Mas, em vez de liberdade verdadeira, isso mais se parece com *livre exploração*.

A intimidade sexual dentro dos laços do casamento, ao contrário, não é um mal ou um incômodo a ser suportado, mas um dom de nosso Criador e Redentor. Ademais, casamentos falidos não são casamentos bíblicos, pois não honram a Deus, que concedeu os matrimônios, nem demonstram o que uma família deve ser.

É preciso, portanto, que os casais lutem intensamente para que haja uma renovação diária e um verdadeiro crescimento em seus casamentos. Tais casamentos, se estiverem realmente refletindo sua origem divina, deverão revelar alegria, exclusividade, cuidado, mistério, beleza, poder e consciência da presença de Deus. Se você é casado, não coloque em risco seu amor ou o dom de Deus da alegria e do conforto que ele planejou conceder-lhe. E se você ainda não se casou e Deus não lhe deu o dom de permanecer solteiro, escolha cuidadosamente alguém que já é crente e com quem você possa compartilhar inteiramente sua vida. Escolha uma pessoa que acredite na monogamia e tenha uma firme compreensão da direção de Deus na união de suas vidas, além de um histórico familiar que demonstre esses valores.

Bibliografia

HEIMBACH, Daniel R. *True sexual morality: recovering Biblical standards for a culture in crisis* (Wheaton: Crossway, 2004).

KAISER, Walter C., Jr. "True marital love in Proverbs 5:15-23 and the interpretation of Song of Songs". In: *The way of wisdom: essays in honor of Bruce K. Waltke* (Grand Rapids: Zondervan, 2000), p. 106-16.

KRUGER, Paul A. "Promiscuity or marriage fidelity? A note on Prov. 5:15-18". *Journal of Northwest Semitic Languages* 13 (1987): 61-8.

STAFFORD, Tim. *The sexual Christian* (Wheaton: Victor, 1989).
STEELE, Paul E.; RYRIE, Charles C. *Meant to last: a Christian view of marriage, divorce and remarriage* (Wheaton: Victor, 1986).
WENHAM, David. "Marriage and singleness in Paul and today". *Themelios* 13, n. 2 (January-February 1988): 39-41.

Perguntas para debate e reflexão

1. Se Deus é quem concede o dom do casamento, os jovens de hoje deveriam considerá-lo um terrível fardo?
2. Deus realmente se importa com nossa fidelidade aos votos de casamento? No caso de um casal sem filhos, qual é o problema dos cônjuges se divorciarem quando "acabar o amor que um sentia pelo outro"?
3. Como os casos extraconjugais podem nos enredar a ponto de destruir nossas vidas e as das pessoas que nos cercam?

6

COABITAÇÃO E FORNICAÇÃO

1TESSALONICENSES 4.1-8

Morar juntos sem se casar

Atualmente, muitas pessoas tendem a substituir o casamento pela experiência de viverem juntas — e às vezes até sem jamais pensarem em se casar. O que antigamente recebia o nome de "viver em pecado" ou "juntar-se" hoje é conhecido por eufemismos como "morar juntos", "parceria" ou "coabitação". Mas o Deus de amor deseja que saibamos que ele não nos criou para vivermos assim, nem nos deu a dádiva do sexo para terminarmos desapontados, pois "morar junto" não é o que parece à primeira vista.

Esse modo de vida realmente parece estar se tornando cada vez mais popular. Entre 1960 e 1970, meio milhão de casais americanos escolheu viver junto sem as vantagens do casamento. Em 1990, esse grupo já era composto por quase três milhões de casais e, em 2000, por cerca de cinco milhões.[1]

[1]Esses números são fornecidos por U.S. Bureau of the Census, Current Population Reports, Series P20-537: "America's families and living arrangements: March 2000 and earlier", citado em Kerby Anderson, *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), p. 117.

À medida que avança o século 21, esses números não dão indício algum de diminuição; a popularidade da coabitação continua crescendo.

A questão com que nos deparamos aqui é a seguinte: dois indivíduos sem vínculo, de sexos opostos, decidem compartilhar a vida e viver um relacionamento sexual íntimo sem aprovação ou autorização da igreja ou do Estado. É como se o país tivesse subitamente decidido mudar sua moral e ética no que diz respeito a jovens vivendo juntos em um relacionamento sexual isento de quaisquer responsabilidades ou compromissos que geralmente fazem parte do casamento. O que antes era considerado pecado hoje é visto como normal. Essa reviravolta social, assim como muitas outras de nossos dias, remonta, em geral, à revolução social iniciada por volta de 1960. Enquanto a sociedade e a igreja preferiam com frequência evitar a questão, abstendo-se de condenar ou de oferecer orientação moral, os casais passaram a ser encorajados a coabitar, por causa do surgimento dos "anticoncepcionais", da revolução sexual, da ausência de qualquer estigma sério em relação aos filhos nascidos fora do casamento, da possibilidade de as mulheres ingressarem no mercado de trabalho e do fato de muitos desses jovens serem, eles próprios, vítimas de famílias destruídas por divórcios sem motivo algum.

Com muita frequência, a sabedoria das ruas dizia: "Experimente antes de comprar". A analogia era com fazer um *test-drive* com um carro antes de comprá-lo. Em se tratando de carros, fazia bastante sentido: os carros, afinal, não são seres vivos criados à imagem de Deus. No entanto, as pessoas não são de aço e plástico como os carros. Além disso, esse tipo de lógica, como ficou evidente, beneficiava apenas quem fazia o *test-drive*: a outra pessoa acabava sendo tratada como mera parte de um equipamento, isto é, um carro sendo testado. Quando o motorista avalia um carro e o rejeita, o carro não sofre sequelas emocionais, mas não se pode dizer o mesmo de pessoas que sofrem um tipo de rejeição bem mais prejudicial.

Os altos riscos de "viver juntos"

O dano que esse modo de vida causa é apontado pelas pesquisas, que, de forma consistente, demonstraram que casais que iniciam a vida a dois coabitando e depois se casam costumam ter uma chance quase 50% maior de se divorciarem.[2] Já se tentou negar essa correlação enfatizando que as estatísticas são falhas, pois essas são as mesmas pessoas que tendem a fugir do convencional, sem preocupação com as normas e a moral da sociedade. Contudo, mesmo quando se considera esse fator, a verdade é que a seriedade de se experimentar de forma prematura os prazeres conjugais, especialmente as relações sexuais antes do casamento, vem sempre acompanhada de uma probabilidade maior de divórcio.

As Escrituras, com certeza, adotam uma perspectiva completamente diferente desse assunto, pois Deus exige santidade de suas criaturas bem como das culturas que elas desenvolvem. Portanto, quando um homem se une sexualmente a uma mulher, ele está nesse ato tomando-a como sua esposa. Moisés ensinou que sem a intenção de casamento não deveria haver relação sexual. Quando ocorria a relação sexual, os dois já haviam se tornado "uma só carne" (Gn 2.24; Êx 22.16). De modo semelhante, no Concílio de Jerusalém, os gentios foram advertidos a, entre outras coisas, absterem-se da "imoralidade sexual" (At 15.20). No Novo Testamento, a palavra grega para imoralidade sexual é *porneia*, que deu origem à palavra *pornografia*. Entretanto, o termo grego referia-se a todas as formas de relação sexual ilícita. Como advertiu Paulo, os que praticam a "imoralidade sexual", sem nenhum arrependimento ou desejo de mudar e parar com esse hábito, não herdarão o reino de Deus (1Co 6.9), porque o "corpo não é para a imoralidade sexual" (6.13). Precisamos, portanto, fugir da "imoralidade sexual" (6.18). O mesmo ensinamento se encontra

[2]Veja, e.g., Alfred DeMaris; K. Vaninadha Rao, "Premarital cohabitation and subsequent marital stability in the United States: a reassessment", *Journal of Marriage and Family* 54 (1992): 178-90.

em Gálatas 5.19, Efésios 5.3 e Colossenses 3.5. A razão pela qual nosso Senhor nos advertiu de modo tão severo a não abusar do privilégio do relacionamento sexual antes do casamento é que isso traz sérios danos aos propósitos divinos para o matrimônio.

Quando o sexo é desfrutado fora do casamento, o propósito da unidade, da mutualidade, da fidelidade exclusiva e da intimidade acaba sendo distorcido e destruído (Gn 2.18,24; Ef 5.21-32). Walter Trobisch ressaltou esse princípio no livro *I loved a girl*. Ele comentou:

> Quando sou chamado como pastor para aconselhar um casal em crise, quase sempre consigo identificar a origem dos problemas no modo de vida que o marido e a mulher cultivaram antes do casamento. O jovem que não aprendeu a se controlar antes do casamento não o aprenderá durante o casamento [...]. Em certo sentido, você está privando sua futura esposa de algo, mesmo que ainda não a conheça, e está colocando em risco sua alegria futura juntos.[3]

As experiências sexuais antes do casamento aumentam excessivamente as chances de infidelidade no casamento, bem como o risco de que ele termine em divórcio.

Sem dúvida, é verdade que em muitas sociedades as pessoas se casam logo depois da puberdade; assim, a questão do autocontrole sexual acaba não surgindo com tanta frequência. Na sociedade ocidental, no entanto, os jovens tendem a postergar o casamento por dez anos ou mais depois da puberdade, justamente quando têm o potencial para experimentar alguns de seus desejos sexuais mais intensos. Se combinarmos esse fato com a atitude bastante leviana com que nossa cultura tende a tratar o relacionamento sexual antes

[3]Walter Trobisch, *I loved a girl* (New York: Harper and Row, 1975), p. 8 [edição em português: *Amei uma jovem*, tradução de Tiago Lima (Belo Horizonte: Betânia, 1981).

do casamento, temos diante de nós uma situação que exige o melhor que podemos oferecer como povo de Deus no que tange ao ensinamento bíblico, ao aconselhamento e aos grupos de prestação de contas, como medida preventiva e como uma forma restauradora de ação.

A filosofia do "vale tudo"

É impossível para o cristão concordar com os conselhos de alguns colunistas de jornais que, de maneira leviana, orientam: "Contanto que ninguém se machuque e que a relação entre os dois adultos seja consensual, vale tudo!". Esse tipo de conselho não leva em conta o Criador do casal. O nosso Senhor não consente com essa ideia. Há também a pressuposição de que tal relacionamento "não faz mal nenhum". Mas é nesse ponto que estão os interesses ocultos. Em geral, as mulheres costumam aceitar o relacionamento sexual antes do casamento na esperança de que o homem se case com elas (segundo uma pesquisa, 80% das mulheres pensam assim). Contudo, a mesma pesquisa mostrou que somente 12% dos homens iniciaram esses relacionamentos com a mesma expectativa.[4]

O casamento faz parte do plano de Deus para o companheirismo íntimo ao longo da vida (Gn 2.18). Nesse relacionamento há o chamado para a procriação e a criação de filhos. O dom de Deus também inclui sua provisão para o uso apropriado de nossos desejos sexuais (1Co 7.2).

Quando o homem tem relação sexual com uma prostituta, ele se torna fisicamente um com ela. Nosso corpo "não é para a imoralidade, mas para o Senhor [...] Vocês não sabem que aquele que se une a uma prostituta é um corpo com ela?" (1Co 6.13,16). Deus, contudo, planejou a unidade entre um homem e uma mulher para ser desfrutada somente no casamento (Gn 2.24; Ef 5.31).

---

[4]Dr. Robert J. Collins in: *American Medical Association Journal*, conforme relatado por Jim Conway, "Cheap sex and precious love", *His* (May 1976), p. 34.

Como agradar a Deus ao se preparar para o casamento

O melhor ensinamento e pregação que conheço sobre o tema da fornicação e da coabitação é 1Tessalonicenses 4.1-8. Vamos examinar essa passagem como uma descrição da estratégia de Deus para uma vida íntegra em um mundo que se tornou louco por sexo e que, em muitos casos, perdeu a consciência da presença de Deus.

Texto: 1Tessalonicenses 4.1–8
Título: "Como agradar a Deus ao se preparar para o casamento"
Ponto central: "A vontade de Deus é que vocês sejam santificados: abstenham-se da imoralidade sexual" (v. 3).
Palavra-chave da exposição: Maneiras
Pergunta: De que maneiras devemos agradar a Deus em nossa pureza sexual?

Esboço:
Introdução (4.1,2)
I. Devemos evitar todo tipo de fornicação (4.3)
II. Devemos saber como conduzir um namoro cristão (4.4,5)
III. Devemos nos recusar a defraudar um irmão ou uma irmã em Cristo (4.6-8)
   A. Porque Deus vingará a parte injustiçada
   B. Porque Deus nos chamou à santidade
   C. Porque o Espírito Santo é ofendido

O apóstolo Paulo havia acabado de concluir um trecho comovente da carta para a igreja em Tessalônica, na Macedônia, sobre a segunda vinda do Senhor e nossa preparação para esse evento (1Ts 1—3). William Lecky (1838-1903) apresentou uma descrição bastante sombria da devassidão sexual nos dias do Império Romano nas cidades da Grécia, da Macedônia, da Ásia Menor, de Roma e do Egito. Ele escreveu:

> [Essas cidades] haviam se tornado centros da mais desenfreada depravação [...]. Provavelmente nunca houve período em que os vícios tenham sido mais excessivos ou descontrolados [do que sob os césares].[5]

Mas somos surpreendidos quando Paulo se volta para a aplicação da primeira ordem prática dessa verdade em 1Tessalonicenses 4.1-8, pois a maior prioridade do apóstolo, à luz da volta iminente do Senhor, é tratar da pureza sexual a um grupo de garotos tessalonicenses cheios de vigor. Em geral, aceitava-se a ideia de que pessoas casadas deviam, sem dúvida, evitar o adultério; mas o que dizer de garotos jovens que ainda eram solteiros? Bem, meninos são meninos — e para muitos dizer isso já era o suficiente.

Todavia, essa não é a perspectiva de Deus. Há muito que ainda precisa ser dito. Portanto, Paulo, de modo direto, porém gentil, orienta a todos os que professam Cristo como Salvador a respeito da vontade de Deus para os cristãos em situações como essas especialmente para os que ainda são solteiros.

Paulo começa a seção dizendo: "finalmente, irmãos", o que muitas vezes indica que o fim do discurso está próximo. Mas não é o caso aqui. Na verdade, ele está prestes a falar sobre coisas muito importantes, que precisam ser declaradas à luz de um acontecimento tão impressionante como a segunda vinda de nosso Senhor.

Entretanto, a questão que o apóstolo trata agora é duplamente importante. Por isso, implora: "Agora lhes pedimos e exortamos" (v. 1d). Essa súplica reiterada nos chama de modo incisivo a prestar atenção na mensagem e nos adverte de que as palavras a seguir são de enorme importância à luz de nossa identidade

[5]William Edward Lecky, *History of European morals, from Augustus to Charlemagne* (London: Longmans, Green and Co., 1910), 2 vols., 1:263, 2:303, citado em John Stott, *The Gospel in the end of time* (Downers Grove: InterVarsity, 1991), p. 81.

em Cristo Jesus. É importante observar, da mesma forma, que essa súplica é feita na autoridade do próprio "Senhor Jesus" (v. 1d,2). Paulo não se coloca, assim como nós não deveríamos fazer, em uma posição de superioridade ou como a fonte dessa admoestação, mas ele também não adota uma atitude de timidez e hesitação. O nosso chefe é o Senhor Jesus; e ele, por sua obra como nosso Criador e por meio de sua morte na cruz por nossos pecados e para nossa redenção, conquistou ainda o direito de dizer como devemos agir. Portanto, temos uma dívida enorme com Cristo por quem ele é e pelo que fez por nós.

Observe também que aquilo que Paulo diz neste trecho é dirigido aos "irmãos" em Cristo. Mesmo que a admoestação se aplique também às pessoas fora da família cristã, esta é uma questão familiar, direcionada àqueles que Paulo trata como iguais. Ao que tudo indica, algumas pessoas na igreja estavam vivendo de forma solta e livre, em desacordo com sua profissão de fé. Essa é a mesma situação de muitas pessoas hoje, que se chamam pelo nome de Cristo, mas cujo modo de vida indica um compromisso totalmente diferente, um compromisso com os padrões de nossa cultura pagã. Portanto, irmãos e irmãs: ouçam com atenção!

Agora chegamos ao foco da súplica de Paulo: como devemos viver para agradar a Deus (v. 1b). A antiga metáfora para a expressão moderna "modo de vida" era "caminhada", um hebraísmo que indicava como as pessoas deveriam viver. Os cristãos levavam tão a sério o caminhar e o viver conforme a direção do Senhor que, no começo, a fé deles era chamada de "o Caminho" (At 9.2; 19.23). Eram seguidores do "Caminho". E nós, também, precisamos seguir esse "caminho".

A questão, no entanto, é que o objetivo de nossa vida deve ser unicamente o de agradar ao Senhor em todas as coisas. E Paulo não hesita em acrescentar que, de muitas maneiras, era exatamente isso o que aqueles cristãos estavam fazendo. O apóstolo nunca corrigia e repreendia sem, ao mesmo tempo, encorajar as pessoas que ele estava, em parte, reprovando. Por isso, ele observou que

"de fato, assim vocês estão procedendo" (v. 1c). Também devemos combinar repreensão e exortação com elogios e encorajamento. Havia aspectos positivos na vida desses cristãos que podiam e deviam ser reconhecidos, mesmo que em outras áreas eles estivessem bem fora da linha!

Por que era tão importante para Paulo que houvesse uma mudança nessa área? Ele declara que seu desejo era que esses cristãos crescessem e testemunhassem um progresso cada vez maior em sua vida (v. 1e). É difícil, se não impossível, sermos cristãos genuínos e frutíferos se estivermos envolvidos em práticas como as que ocorriam naquela igreja do primeiro século e que possivelmente também ocorrem nas igrejas de nossos dias. Esses pecados precisavam ser confessados. Eram um obstáculo ao ministério, e o corpo de Cristo não estava produzindo ou testemunhando nenhum impacto significativo na cultura ao redor como deveria produzir. Para os cristãos que estavam envolvidos em — como veremos — relações sexuais antes do casamento, essa não era uma questão de opção, em que podiam agir conforme achassem melhor. O Senhor Jesus exigia muito mais deles; era absolutamente necessário para o bem-estar deles e do corpo de cristãos ao qual estavam unidos que vivessem em conformidade com o que Cristo havia ordenado.

I. Devemos evitar todo tipo de fornicação (1Ts 4.3)

Como já observamos, a palavra grega *porneia* referia-se a todas as formas de relação sexual ilícita. O mundo pagão da época concordaria, em geral, que o adultério e o incesto eram errados, mas, da perspectiva deles, o que havia de tão errado — talvez tenham murmurado — com o sexo antes do casamento entre duas pessoas heterossexuais que não são casadas? Entretanto, Paulo, como representante de nosso Senhor Jesus, admoestou-os a não participarem desses atos sexuais entre pessoas solteiras. A palavra "evitar" (NIV) seria mais bem traduzida por "abster-se". Esse é um verbo bastante impactante, reforçado por uma preposição igualmente incisiva (gr., *ek*, "de"). Exige-se uma ruptura total

com o pecado ("cortar totalmente"), uma abstinência completa de todo ato sexual até o casamento.

Não se trata de mera recomendação. Esse mandamento é descrito desde o começo como a "vontade de Deus". Muita gente se lamenta por não saber qual é a vontade de Deus para sua vida. Bem, eis aqui uma boa passagem para começar. Não se tratava de uma exigência excessivamente idealista, porque a continência e a abstenção das relações sexuais ilícitas eram somente mais uma demonstração do mesmo poder de Deus que, antes de tudo, nos deu uma nova vida.

II. Devemos saber como conduzir um namoro cristão (1Ts 4.4,5)

O versículo 4 é o de interpretação mais difícil; porém, é extremamente importante para o sentido de toda a passagem. A frase central é traduzida na NIV por "para que cada um saiba como controlar o próprio corpo", enquanto a RSV prefere "tomar uma esposa para si". A NASB traduz por "como possuir seu próprio vaso", ao passo que a NJB traz: "saber como usar o corpo que pertence a ele", com a seguinte nota de rodapé: "o corpo do próprio homem ou o de sua esposa". Ora, o que significa essa frase? Controlar o próprio corpo ou casar-se?

Para os antigos comentaristas gregos, a passagem se referia ao "vaso" de uma pessoa, relacionando-se à maneira de usarmos o próprio corpo.[6] Segundo outros, é menos provável que o termo "vaso", em uma passagem que recomenda um padrão tão elevado para o casamento, refira-se à esposa, pois, nesse caso, a mulher seria tratada como simples "vaso" para a satisfação do desejo sexual do marido. Mas essa objeção também não é necessariamente correta.

[6] *Skeuos* é utilizado de modo figurado no Novo Testamento para designar os seres humanos: em Atos 9.15, "meu instrumento escolhido"; e em 2Coríntios 4.7 (NASB), "tesouro em vasos de barro". Veja também 2Timóteo 2.21. No entanto, esse termo ocorre com mais frequência em textos judaicos pré-cristãos em referência à esposa, seguindo o precedente hebraico. Veja Stott, *Gospel and the end of time*, p. 83-4, nota 22.

Uma interpretação mais adequada é encontrada em comentaristas antigos como Teodoro de Mopsuéstia, Agostinho, Tomás de Aquino, Zuínglio, Alford e outros. Eles observaram, corretamente, que o substantivo e o verbo empregados aqui também são usados na tradução grega do Antigo Testamento (a *Septuaginta*), bem como nos escritos de Xenofonte, com o sentido de "casar-se".

É importante observar ainda a posição ou a ordem das palavras gregas: "o próprio vaso". Ao colocar a palavra "próprio" entre o artigo "o" e o substantivo "vaso", o autor enfatiza o fato de que se trata do próprio rapaz e de como ele está lidando com o processo do namoro ou se preparando para o casamento.

O termo grego *ktaomai*, "adquirir", é um verbo cujo equivalente hebraico foi empregado na *Septuaginta* com o sentido de "adquirir uma esposa". Portanto, traduziríamos a oração assim: "para que cada um de vocês saiba como adquirir o próprio vaso [esposa] em santidade e em honra". Ainda que tenha havido bastante debate sobre o sentido do termo grego *skeuos*, "vaso", ele só é utilizado em mais uma passagem com o sentido de esposa: em 1Pedro 3.7, o "vaso mais frágil".

Portanto, Paulo exortou seus ouvintes a agirem de maneira completamente diferente no processo de namoro e preparação para o casamento. Tudo deveria ser realizado com "santidade e honra". Ele desejava que os homens de Tessalônica demonstrassem santidade na maneira de cortejarem a futura esposa: era preciso fazê-lo com "honra"; isto é, deveriam se portar com bons modos, agindo com dignidade e demonstrando o maior respeito possível. Ambos os aspectos, espiritual e cultural, desse processo estavam associados pela preposição "em" (gr., *en*), revelando como o sagrado e o secular eram indissociáveis na mente de Deus.

III. Devemos nos recusar a defraudar um irmão ou uma irmã em Cristo (1Ts 4.6-8)

A preocupação de Paulo é que "ninguém prejudique seu irmão [ou irmã] nem dele [ou dela] se aproveite". A palavra "irmão"

indicava outro cristão, fosse homem, fosse mulher. O "assunto" (v. 6) em pauta era o mesmo tema declarado no versículo 3, a "imoralidade sexual". Se alguém tivesse relações sexuais com uma pessoa que posteriormente se casaria com outro cristão, este estaria sendo enganado e prejudicado, pois seu cônjuge já havia se unido como "uma só carne" com outro parceiro antes do casamento. Embora esse ato também fosse perdoável sob a graciosa mão do nosso Senhor, haveria feridas, como consequência, que precisariam ser tratadas e curadas. Três razões são apresentadas para mostrar por que essa questão era grave.

A. *Porque Deus vingará a parte injustiçada.* O pecado cometido antes do casamento ofendeu a terceira parte, que acabou se casando com o homem ou a mulher depois de um deles ter se envolvido sexualmente com outra pessoa. O pecado também foi contra Deus. Não se pode alegar aqui, como tentaram fazer com Provérbios 24.12, que ele ou ela não sabia que era errado. A ignorância com respeito à Lei de Deus, mais uma vez, não era desculpa para desobedecê-la.

   Entretanto, Deus agiria como o advogado do processo. Ele seria o "vingador" (gr., *ekdikos*), que, nos papiros gregos, era o termo comum para um representante legal, advogado ou juiz.

B. *Porque Deus nos chamou para a santidade.* Em vez de nos satisfazermos com uma vida de impureza, o chamado de Deus era para que fôssemos separados e diferentes da cultura a nosso redor. O chamado de Deus tem prioridade sobre as outras exigências de nossa vida. A santidade ao Senhor tem de ser o ar que respiramos. Enquanto mortais, precisamos subordinar todos os nossos instintos e impulsos naturais ao Deus Vivo, pois só ele indica o caminho correto para percorrermos.

C. *Porque o Espírito Santo é ofendido.* Rejeitar essa instrução não era algo que se poderia fazer de modo leviano,

pois implicava rejeição direta ao próprio Deus. Se um ou ambos os membros do casal eram cristãos quando se relacionaram sexualmente antes do casamento e, portanto, tinham o Espírito Santo vivendo neles, esse encontro sexual já não era mais a uma questão de consenso entre dois adultos; também envolveu o Espírito Santo, que não consentiu com o ato. Esse ultraje não suscita somente a ira dos mortais, mas também do Deus Vivo, que no mesmo instante em que ele é praticado "continua doando" (particípio presente no grego cujo sentido é de uma ação contínua) o Espírito Santo a nós.

Conclusões

1. A questão da imoralidade sexual é tão séria que Paulo começa sua instrução com uma súplica dupla: instamos e exortamos; rogamos e suplicamos pelo Senhor Jesus que vocês mudem seu modo de vida diante da graça e do perdão de Deus.
2. Sem agir como dominador de seus destinatários, Paulo dirige sua mensagem a pessoas que chama de "irmãos". Ela é especialmente relevante para os membros da família de Deus que estão enredados nesse pecado.
3. Interromper situações em que os casais vivem juntos antes do casamento não é um conselho opcional; é um mandamento de nosso Salvador, que também é nosso Senhor e Chefe.
4. Pare de impedir o desenvolvimento da graça em sua vida ao continuar na prática de pecados dos quais você já tem consciência, como a imoralidade sexual. Confesse o que precisa ser confessado e então peça a Deus que o ajude. Para se abster da fornicação, que cada homem tenha a própria mulher (1Co 7.2). Se Deus dá a alguns o dom do celibato, isso significa que ser solteiro, assim como ser casado, também é um dom (1Co 7.7). Contudo, não

tome por certo esses dons e capacidades. Os relacionamentos íntimos devem ser iniciados pela graça de Deus e partilhados entre o casal depois do casamento.

Bibliografia

GRENZ, Stanley J. "The purpose of sex: toward a theological understanding of human sexuality". *Crux* 26, n. 2 (1990), p. 27-34.

_____. *Sexual ethics: a biblical perspective* (Dallas: Word, 1990).

LEBACQZ, Karen. "Appropriate vulnerability: a sexual ethic for singles". *The Christian Century*, May 6, 1987, p. 435-8.

PENNER, Clifford; PENNER, Joyce. *The gift of sex: a Christian guide to sexual fulfillment* (New York: Pilgrim, 1981).

_____. *O sexo é um presente de Deus: um guia para a plenitude sexual*. Tradução de João Antônio de Souza Filho (Belo Horizonte: Atos, 1999). Tradução de: The gift of sex.

SMEDES, Lewis B. *Sex for Christians: the limits and liberties of sexual living*. Ed. rev. (Grand Rapids: Eerdmans, 1994).

STAFFORD, Tim. *The sexual Christian* (Wheaton: Victor, 1989).

WENHAM, David. "Marriage and singleness in Paul and today". *Themelios* 13, n. 2 (January/February 1988): 39-41.

WHITE, John. *Eros redeemed: breaking the stranglehold of sexual sin* (Downers Grove: InterVarsity, 1993).

_____. *O eros redimido*. Tradução de Cláudia Ziller Faria (Niterói: Textus, 2004). Tradução de: Eros redeemed.

WILSON, Earl D. *Sexual sanity* (Downers Grove: InterVarsity, 1984).

WINNER, Lauren F. *Real sex: the naked truth about chastity* (Grand Rapids: Brazos, 2005).

Perguntas para debate e reflexão

1. Como preservar a sensatez na área da sexualidade em uma cultura tão cheia de insinuação sexual na televisão, na literatura popular e nas revistas?
2. Quais são algumas das melhores maneiras de se manter puro sexualmente quando o casamento precisa ser adiado, em muitos casos, para depois da faculdade e da pós-graduação?
3. Qual a importância do padrão bíblico de pureza sexual antes do casamento para você?

7

Divórcio

Malaquias 2.10-16

Taxa atual de divórcio

Com frequência alega-se que um em cada dois casamentos termina em divórcio nos tribunais. De fato, os números reais são assustadores e trágicos, porém, a suposta taxa de divórcio de 50% não é verdadeira. Os que mencionam esse número estão, na verdade, comparando duas estatísticas bastante confiáveis: o número anual de registros de casamento emitidos e o número anual de sentenças de divórcio homologadas. Porém, usar a comparação desses dois números como um retrato da situação é semelhante a comparar maçãs e laranjas, porque o número total de casamentos evidentemente é maior do que o número dos que se casaram em um ano específico.

É verdade que são emitidos cerca de dois milhões de registros de casamento todos os anos, e aproximadamente um milhão de sentenças de divórcio são decretadas no mesmo período. No entanto, o dobro do número de pessoas que obtiveram sentenças de divórcio também se casou naquele mesmo ano.

Outra forma de explicar isso seria calcular o "total da população adulta que atualmente está casada ou que nunca esteve casada (72%) e compará-lo ao número de pessoas divorciadas atualmente (9%), [cujo] cálculo resulta em uma taxa atual de divórcio de 13%".[1]

Se o mito dos 50% é claramente falso, esse também é o caso do mito de que cerca de metade ou mais dos casamentos nos Estados Unidos acabam nos tribunais de divórcio. Há mais de 50 milhões de casamentos constituídos nesse país que continuam firmes, obrigado!

Entretanto, as taxas de divórcio aumentaram drasticamente desde a década de 1960. Não apenas os cristãos estão alarmados com essa crescente epidemia. Veja, por exemplo, a confissão de uma psicóloga clínica não cristã que se dedicou a escrever uma obra para ajudar casais a enfrentar essa transição em sua vida. O livro começa com uma declaração impactante:

> Preciso começar com uma confissão: este não é o livro que eu pretendia escrever. Planejei escrever algo coerente com a experiência profissional que adquiri — ajudar pessoas a tomar decisões [...]. Por exemplo, iniciei esse projeto acreditando que as pessoas que sofrem por um longo período em casamentos infelizes devem sair dele [...]. Pensei que quebrar tabus relativos ao divórcio fazia parte do esclarecimento progressivo das mulheres, dos direitos civis e dos movimentos do potencial humano nos últimos 25 anos [...]. Para minha total perplexidade, a extensa pesquisa que conduzi para este livro levou-me a uma conclusão inescapável e irrefutável: eu estava errada.[2]

Houve uma época em que quase não se falava em divórcio, especialmente na igreja. Mas esses dias se foram há muito

[1]Esses números e a lógica por trás deles estão em Kerby Anderson, *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), p. 132-3.

[2]Diane Medved, *The case against divorce* (New York: Donald I. Fine, 1989), p. 1-2, citado em Anderson, *Christian ethics*, p. 131.

tempo, já que o número de divórcios de quatrocentos mil em 1962 triplicou para 1,2 milhão em 1981. Enquanto a geração mais velha se manteve fiel aos votos matrimoniais, cerca de 50% dos que se casaram nas décadas de 1960 e 1970 se divorciaram.[3]

Os filhos desses casamentos parecem ser os que mais sofrem. Atualmente, cerca de um milhão de crianças são afetadas pelo divórcio todos os anos. Isso revela outro contraste importante entre o que acontecia nas gerações anteriores à década de 1960 e o que tem ocorrido desde então, pois os filhos de pais que se divorciaram naquela época não representavam um número tão grande, mas, hoje, os filhos de pais divorciados correspondem a um número considerável de crianças que crescem sem a presença do pai ou da mãe no lar.

As Escrituras e o divórcio

Desde seu início, a Bíblia é extremamente clara em ensinar que o casamento deve ser um relacionamento permanente durante todos os dias de vida do casal. O texto central é Gênesis 2.24,25. Quando Adão e Eva são unidos como marido e mulher, eles passam a estar ligados em um relacionamento de "uma só carne".

Alguns interpretam de modo equivocado Deuteronômio 24.1-4 com o sentido de que Moisés cedeu e acabou permitindo o divórcio por causa da dureza do coração do povo. Isso não está correto. Moisés não aprovou o divórcio; ele estipulou normas para proteger a esposa rejeitada de forma sumária. Era muito comum no Antigo Oriente Próximo o marido dizer em particular de maneira categórica: "Eu me divorcio de você! Eu me divorcio de você! Eu me divorcio de você!" — e estava decidido. A esposa era mandada embora — a não ser que o marido mudasse de ideia no dia seguinte ou revertesse sua decisão depois de haver tido outros envolvimentos. Como uma mulher teria certeza de qual era sua verdadeira condição: ela era casada ou estava em um estado permanente de divórcio? Isso permitia

[3]Anderson, *Christian ethics*, p. 132-3.

ao marido que tivesse se divorciado várias vezes alegar a outra mulher que ele não era casado (naquele momento) por qualquer motivo que desejasse apresentar. Moisés coloca um fim nisso. "Senhor", disse ele na prática, "coloque essa sentença de divórcio no papel e atenha-se a ela". Ele devia redigir um certificado de divórcio (hebr., *kerîtût*, lit., uma "nota de repúdio"). Embora o vocabulário para "divórcio" seja encontrado nos dois Testamentos, não se pode presumir automaticamente que sempre houve duas perspectivas opostas sobre a permanência do casamento no Antigo Testamento, como havia na época de Jesus.

Infelizmente algumas versões da Bíblia como a KJV, a English Revised Version (RV) e a ASV adotaram uma tradução de Deuteronômio 24.1-4 que acabou contribuindo para essa confusão. Nessas versões, o divórcio não era regulado somente pela exigência de que o marido fizesse a declaração por escrito; ele era obrigatório quando alguma "impureza" — descrita na prótase (a oração que expressa a condição em um período condicional) desses versículos — ocorresse. No entanto, em vez de exigir: "então ele redigirá um certificado de divórcio" em 24.1, e iniciar a apódose (a oração que expressa a consequência em um período condicional) no versículo 1, a maioria dos comentaristas concorda que os versículos 1-3 formam a prótase ("se um homem..."), com o enunciado da apódose ocorrendo apenas no versículo 4 ("Então seu primeiro marido [...] não poderá casar-se com ela novamente"). A conjunção condicional "se", que começa no versículo 1, continua até o versículo 3 e sem a nuance do modo jussivo das versões KJV, RV e ASV. Portanto, concluímos com R. Campbell: "Se Deuteronômio 24.1-4 for corretamente traduzido, não pode ser entendido como o início da prática do divórcio. Nenhum oráculo ou lei do Antigo Testamento institui(u) o divórcio; a Lei hebraica simplesmente tolerou sua prática".[4] É verdade que a prática do divórcio aparece

[4]R. C. Campbell, "Teachings of the Old Testament concerning divorce", *Foundations* 6 (1963): 175.

com certa frequência no Antigo Testamento (Lv 21.7,14; 22.13; Nm 30.9; Dt 22.19,29; Is 50.1; Jr 3.1,8; Ez 44.22), mas isso é muito diferente da instituição do divórcio como um direito ou algo divinamente aprovado. O divórcio não é ordenado nem sequer incentivado em nenhum dos dois Testamentos.

Jesus comentou sobre esse mesmo texto de Deuteronômio 24.1-4 e disse que essa chamada "concessão" havia sido dada por causa da dureza do coração deles (Mt 19.3-9). Observe-se que essa Lei de Moisés, portanto, não ordenava o divórcio. Ela proibia um marido que se divorciasse de sua esposa e se casasse com outra de voltar para a primeira.

O Evangelho de Mateus apresenta a declaração mais clara e completa de Jesus sobre o divórcio. Mateus 5.31,32 relata as palavras de Jesus: "Eu lhes digo que todo aquele que se divorciar de sua mulher, exceto por infidelidade conjugal [gr., *porneias*], faz com que ela se torne adúltera; e quem se casar com a mulher divorciada comete adultério [gr., *moichatai*]". Novamente, em Mateus 19.9, Jesus afirmou: "Eu digo que todo aquele que se divorciar de sua mulher, exceto por infidelidade conjugal, e se casar com outra mulher, comete adultério".

Jesus ensinou, portanto, que o casamento era para a vida toda. Ao afirmar isso, ele desafiou as duas escolas hermenêuticas rivais do judaísmo: a escola mais rigorosa de Shammai, segundo a qual "algo indecente" (hebr., *'ervat dābār*) significava alguma impureza sexual, exceto o adultério, e a escola mais liberal de Hillel, que interpretava "algo indecente" como qualquer coisa que desagradasse o marido. Jesus usou isso como uma oportunidade para esclarecer o que Moisés havia ensinado. Este tentou fazer com que o marido declarasse por escrito sua intenção ao se divorciar da esposa. Jesus não cairia na armadilha de tomar partido de uma ou de outra escola de interpretação judaica.

Estudiosos têm procurado debater o sentido e a aplicabilidade da cláusula de exceção em Mateus 5 e 19. Eles questionam a razão de Marcos (10.1-12) e Lucas (16.18) não haverem incluído também essa cláusula. Na verdade, Jesus declarou a mesma coisa nos

três Evangelhos: não deveria haver divórcio. Mateus registra que os fariseus não se deram por satisfeitos com a resposta e continuaram a pressioná-lo. Eles queriam causar uma separação entre Moisés e Jesus, ou ao menos entre as duas escolas judaicas de interpretação, mas Jesus também não permitiria isso. Portanto, acrescentou a cláusula de exceção presente no registro de Mateus desse encontro.

Por isso, alguns acusarão Jesus de contradizer seu princípio contrário ao divórcio. Porém, não é algo inédito as Escrituras estabelecerem um padrão em uma ou mais passagens e, então, apresentar a exceção em outra. Assim, o padrão é "não matarás", mas são encontradas exceções para matar animais, matar para proteger a própria família quando a casa é invadida à noite ou para matar em período de guerra.

O privilégio paulino

Outra exceção é apresentada no trecho às vezes chamado de "privilégio paulino". Em 1Coríntios 7.15, a pessoa pode, sem ter sido obrigada, conceder o divórcio com base na deserção permanente. A pessoa abandonada não está "sujeita" (gr., *dedoulōtai*). Ela poderá se divorciar e receberá permissão para se casar novamente.

Alguns intérpretes defendem a indissolubilidade do casamento e, portanto, permitiriam o divórcio nesses casos excepcionais mencionados na Bíblia, mas sem o privilégio de um novo casamento. De acordo com esse argumento, em sua estrutura gramatical, o texto permite o divórcio, mas a cláusula de exceção não acompanha a oração seguinte em Mateus 19.9 ("... exceto por infidelidade conjugal, e se casar com outra..."). Se essa cláusula ("... exceto por infidelidade conjugal) não acompanhar também a oração seguinte ("... e se casar com outra..."), então uma pessoa poderia divorciar-se do cônjuge que persiste na infidelidade, porém sem a permissão para um novo casamento. No entanto, somente alguns gramáticos mantêm essa interpretação, enquanto, para a maioria dos estudiosos, a exceção se aplica tanto ao

divórcio quanto ao novo casamento. Aliás, ambas as escolas judaicas de interpretação, tanto a de Hillel como a de Shammai, presumiam o direito ao novo casamento; portanto, Jesus não contestou ou corrigiu essa questão.

Uma última questão: algumas pessoas argumentam que a palavra "divorciar-se" (gr., *apolyo*) na forma usada por Jesus em Mateus 19.8,9 não tem o sentido de "divorciar-se". Porém, descobriu-se em um documento grego de recasamento da Palestina a palavra *apolyo* com o sentido exato de "divorciar-se".[5]

Malaquias 2.10-16

Um dos textos mais importantes e, no entanto, o mais difícil sobre o divórcio está em Malaquias 2.10-16. Nessa passagem, há uma das declarações mais concisas do Senhor sobre sua atitude em relação ao divórcio. A importância dessa perícope está no fato de que ela trata do tema da vida familiar em particular da perspectiva de seus vínculos com a vida nacional, do âmbito de seu desenvolvimento espiritual e como uma aliança feita na presença de Deus. Essa passagem confrontou diretamente os problemas éticos surgidos que buscava reprovar: deslealdade à unidade espiritual da família nacional (2.10), deslealdade à família de fé (2.11,12) e deslealdade com o parceiro conjugal a quem cada um havia prometido lealdade em uma aliança perante Deus (2.13-16). As evidências dessas deslealdades podiam ser vistas em: (1) sua prostituição espiritual, (2) seus casamentos mistos com cônjuges incrédulos, (3) seus adultérios e (4) seus divórcios!

O que torna esse trecho tão complicado é o estado do texto hebraico atual. Praticamente todos os comentaristas se queixam das dificuldades encontradas em Malaquias 2.10-16. Joyce G. Baldwin, por exemplo, lamentou:

[5]J. A. Fitzmyer, "Matthean divorce texts and some new Palestinian evidence", *Texts and Studies* 37 (1976): 212. Essa descoberta arqueológica provém da Caverna 2 de Murabba'at, da época de Bar Kokhba, datada de 124 d.C.

> Nesta parte, o texto se torna difícil, tendo possivelmente sofrido nas mãos dos escribas que discordaram de seu ensino. [...] É impossível que o hebraico faça sentido da forma que se encontra e, portanto, cada tradução, incluindo as versões antigas, contém um elemento de interpretação.[6]

Do mesmo modo, R. C. Dentan, profundamente frustrado, declarou: "No hebraico, esse [v. 15] é um dos versículos mais obscuros em todo o Antigo Testamento. Praticamente cada palavra gera uma pergunta".[7] Examinaremos essas questões à medida que surgirem no texto.

A estrutura e o argumento de Malaquias 2.10-16

A maior parte de Malaquias está na forma de debate profético. Antes dessa passagem, eram os sacerdotes que estavam debatendo com Deus. Agora, no entanto, o escopo é ampliado e abrange todo o povo. Considerando o fato de que os líderes tinham um baixo rendimento espiritual, não se poderia esperar que o nível espiritual do povo fosse maior.

A perícope é introduzida com uma pergunta dupla que também corresponde a uma promessa dupla (bastante semelhante à natureza proverbial da afirmação dupla em Ml 1.6): (1) todo o Israel tem um Pai (Deus); (2) Deus criou a nação, portanto, todos deveriam ser uma família feliz. Porém, a triste realidade é que (3) todos estão profanando a aliança feita por Deus com seus pais (v. 10).

Antes que o povo pudesse contestar essa acusação, outra é apresentada nos versículos 11,12. Israel se entregara abertamente ao casamento com mulheres que adoravam deuses estrangeiros. Essa ação viola totalmente as advertências divinas contra os casamentos *religiosamente* mistos, como em Êxodo 34.12-16; Números 25.1-3; Deuteronômio 7.3,4 e 1Reis 11.1-33.

---

[6]Joyce G. Baldwin, *Haggai, Zechariah, Malachi* (Downers Grove: InterVarsity, 1972), p. 240.

[7]R. C. Dentan, "Malachi", in: George A. Buttrick et al., orgs., *Interpreter's Bible* (Nashville: Abingdon, 1956), 6: 1136.

Porém, há ainda outras acusações: "Há outra coisa que vocês fazem" (v. 13a). "Enchem de lágrimas o altar do Senhor; choram e gemem porque ele já não dá atenção às suas ofertas nem as aceita com prazer de suas mãos" (v. 13b).

Quando o povo pergunta: "Por quê?" (v. 14), Deus menciona a aliança firmada entre "você e a mulher da sua mocidade", em que ele também exercia o papel de testemunha! Deus também lembra ao casal que havia feito deles "um só", que, no contexto do casamento, sem dúvida se refere à expressão "uma só carne" de Gênesis 2.24. Portanto, examinaremos o texto de Malaquias 2.10-16 com mais profundidade analisando sua relevância para o nosso ministério de ensino ou pregação.

Rejeitando a infidelidade

Texto: Malaquias 2.10-16[8]
Título: "Rejeitando a infidelidade"
Ponto central: "Eu odeio o divórcio, diz o SENHOR, o Deus de Israel [...] Por isso, cuidem de si mesmos em seu espírito e não sejam infiéis" (v. 16a,c).
Palavra-chave da exposição: Situações
Pergunta: Quais são as situações em que também podemos ser infiéis?

Esboço:
I. Quando somos infiéis uns aos outros (2.10)
II. Quando somos infiéis por meio do casamento com incrédulos (2.11,12)
III. Quando somos infiéis ao nosso cônjuge (2.13-16)

I. Quando somos infiéis uns aos outros (Ml 2.10)

Observe que a expressão "ser infiel a", ou um termo relacionado, aparece cinco vezes nos versículos 10, 11, 14, 15 e 16. O verbo

[8]A maior parte do texto a seguir é uma reelaboração parcial de Walter Kaiser Jr., *Malachi: God's unchanging love* (Grand Rapids: Baker Academic, 1984).

hebraico é *bāgad*, "ser infiel", "tratar de modo enganoso", "ser desleal" ou "trair". A conotação específica de todas as cinco referências é a de atitude imprópria no relacionamento conjugal. A expressão pode refletir o substantivo associado *beged*, que significa "vestimenta"; nesse caso, poderia ser algo parecido ao que chamamos hoje de trabalho de "acobertar".

Além disso, emprega-se quatro vezes a palavra "um" (duas vezes tanto no v. 10 quanto no v. 15). A identidade de "um" ["mesmo" na A21 e NVI] no versículo 10 não é "Abraão, seu pai", como em Isaías 51.2, nem é uma referência a Jacó, de quem descendeu a nação de doze tribos, como pensavam Jerônimo e Calvino. Em vez disso, o "um" no versículo 10 é Deus, o "Um" que criou Israel (Is 43.1). Portanto, a implicação era que os que tinham o mesmo Criador deveriam ser uma família. No entanto, eles se desviaram e trataram uns aos outros com engano ao serem infiéis a Deus e aos membros de sua família.

Assim, apela-se a uma lealdade e a um amor renovados por todo o povo de Deus. Israel, porém, não atendeu ao chamado e profanou a aliança que Deus havia feito com seus pais (v. 10c). Essa nação se tornará tão estúpida que será capaz de dizer à madeira: "Você é meu pai" (Jr 2.27). Todos os laços fraternais serão negligenciados e a lealdade mútua será quebrada, assim como a idolatria substitui o amor exclusivo ao Senhor, seu Deus.

Tanto no Antigo como no Novo Testamentos, prejudicar toda a comunidade nunca foi uma ofensa leve. Em 1Coríntios 3.16,17 (NRSV), o texto faz uma pergunta: "Não sabeis [todos vós] que [todos vós] sois santuário de Deus e que o seu Espírito habita em [todos] vós? Se alguém destruir o santuário de Deus, Deus o destruirá; pois o santuário de Deus, que sois [todos] vós, é sagrado". Essa é uma séria advertência sobre a separação e a ruína de todo o povo de Deus. Ela invoca uma punição divina sobre a nossa vida equiparável à destruição que trouxemos ao povo de Deus ao permitirmos que nosso pecado o destruísse.

Deus havia separado Israel das outras nações quando fez uma aliança com seus antepassados, mas agora Israel estava profanando aquela aliança e agindo perversamente ao se casar com mulheres pagãs e ao se divorciar de suas esposas israelitas.

II. Quando somos infiéis por meio do casamento com incrédulos (Ml 2.11,12)

A acusação geral do versículo 10 torna-se agora específica na denúncia dos casamentos inter-religiosos. Não se tratavam de casamentos transculturais ou inter-raciais, mas de casamentos em que não havia a preocupação com respeito à união com os incrédulos. A locução "filha de um deus estrangeiro" (v. 11) indicava uma mulher que servia uma divindade diferente de Yahweh. Em Esdras 9.2-6; 10.18,19; Neemias 10.30; 13.23-27, vemos que os homens estavam se casando negligentemente com mulheres que tinham alianças com deuses pagãos, o que era estritamente proibido pelas Escrituras (Êx 34.11-16; Dt 7.3; 1Rs 11.1,2).

Israel havia sido chamado para ser santo ao Senhor, mas abandonou de forma negligente todas essa dedicação exclusiva a Deus e passou a assumir uma perspectiva e posição sincretistas. Como consequência dessa violação da aliança divina, o próprio Deus exterminaria as famílias, "desde suas raízes até seus galhos". Essa última expressão é quase impossível de traduzir, porém seu sentido geral é claro: a família do transgressor estaria envolvida na "eliminação" daquela família de Israel.

É bem possível que o dedo do profeta estivesse apontado para os levitas, visto que a última oração do versículo 12 sugere que eram eles que estavam agindo assim, pois eram os responsáveis por apresentar as ofertas ao Senhor (Ml 1.7; 3.3).

III. Quando somos infiéis ao nosso cônjuge (Ml 2.13-16)

O povo não apenas era culpado de ser infiel entre si e de casar-se com mulheres incrédulas, mas também de se divorciar das esposas israelitas. Muito antes de esses transgressores perceberem a

seriedade de seus pecados, eles sentiam que havia algo de errado. O Senhor havia se recusado a reconhecer ou receber suas ofertas de sacrifícios e as orações que faziam a ele. Em uma tentativa de aplacar a ira de Deus, os ofensores culpados redobraram seus esforços para obter o favor de Deus (v. 13d).

No entanto, havia um impedimento: o altar do Senhor estava coberto de lágrimas. De onde vinham todas essas lágrimas? Provavelmente, do sofrimento das esposas divorciadas, que com suas lágrimas enchiam o altar a ponto de cobrir os sacrifícios dos infratores, ocultando totalmente as ofertas e as orações da vista de Deus. As lágrimas das mulheres foram usadas de forma figurada para ilustrar a seriedade do seu clamor ao Senhor. Outra possibilidade é que as lágrimas viessem dos próprios homens, cuja presença mais intensa diante do altar de Deus formou toda aquela neblina, pois perceberam que Deus estava furioso com eles e nada subia até o céu.

A questão, no entanto, estava clara no versículo 14: Por que Deus deixou de prestar atenção ou de aceitar nossas ofertas? Para essa pergunta havia uma resposta pronta e definitiva: "Porque você não foi fiel [à esposa de sua mocidade]". Ela era exclusivamente "sua companheira, a mulher da sua aliança de casamento" (v. 14). O próprio Senhor atuara como testemunha dessa aliança (v. 14b). Então por que os homens achavam que se tratava apenas de um contrato entre o marido e a esposa? O casamento é considerado uma aliança entre Deus e os dois cônjuges, como pode ser observado neste texto, em Provérbios 2.16,17 ("da adúltera, da esposa inquieta [...] que abandona o companheiro de sua juventude e ignora a aliança que fez diante de Deus") e em Ezequiel 16.8 ("Fiz um juramento e estabeleci uma aliança com você, palavra do Soberano SENHOR, e você se tornou minha"). Por isso, o contrato nupcial não podia ser desprezado ou facilmente rompido como outros contratos sociais em que uma das partes se cansava e decidia rompê-lo; aqui trata-se de uma aliança, não de um contrato, e Deus é uma das três partes envolvidas.

Para descrever com maior ênfase o agravamento causado pela ofensa do divórcio, Malaquias usa três expressões: "esposa da sua mocidade", "sua parceira/companheira" e a "mulher da sua aliança de casamento". As doces memórias e associações que essas expressões devem ter evocado foram captadas por T. V. Moore:

> Aquela que você ofendeu havia sido a companheira daqueles dias radiantes e juvenis, em que no vigor de sua jovem formosura ela deixou a casa de seu pai, partilhou das lutas enfrentadas por você no início e se alegrou com seus êxitos posteriores; foi ela que abraçada com você peregrinou pelos caminhos da vida, animando-o em suas aflições com seu doce ministério; e agora que o vigor e os amigos da juventude dela se foram, que o pai e a mãe que ela deixou por você estão na sepultura, você cruelmente a manda embora como uma coisa gasta e sem valor e insulta as afeições mais sagradas dela ao substituí-la por uma pagã idólatra.[9]

Salomão havia ordenado aos casais que agissem de forma diferente naquela profunda alegoria de fidelidade matrimonial e lealdade conjugal em Provérbios 5.15-23; os homens deveriam "alegrar-se com a mulher da sua mocidade". Mesmo a palavra "parceira/companheira" parece ecoar a expressão "uma só carne" de Gênesis 2.24. Ela implica uma harmonia e um desejo de trabalhar juntos para alcançar os maiores objetivos da vida à medida que todos os sofrimentos, aflições e alegrias são compartilhados.

Os últimos dois versículos, 15 e 16, são particularmente difíceis de interpretar. Alguns exegetas interpretam de modo equivocado o numeral "um" como uma referência a Abraão e o classificam como nominativo. Neste caso, o sentido seria: "Não foi um [i.e., Abraão] que o fez?", ou seja, não foi ele que tomou uma mulher pagã egípcia chamada Agar como sua esposa? Mas

[9]T. V. Moore, *Haggai, Zechariah, and Malachi: a new translation with notes* (New York: Robert Carter and Bros., 1856), p. 362-3.

essa interpretação dá margem a muitas objeções. Não há uma referência a Abraão como "um" em nenhuma outra passagem, nem a sua conduta de "mandar [Agar] embora" poderia ser considerada a situação que se tem em mente aqui, porque as esposas divorciadas eram esposas da aliança e não esposas estrangeiras como Agar. Além disso, Abraão não se divorciou de Sara quando tomou Agar como sua esposa, e foi por conselho da própria Sara que Agar entrou em cena!

O sujeito, então, seria Deus, e "um" seria o objeto, igual a "uma só carne", conforme Gênesis 2.24. Além disso, essa frase é mais bem compreendida como uma pergunta, o que muitas vezes não é indicado de forma tão explícita no hebraico (nem é necessário que seja para ser entendida como uma pergunta), como ocorre aqui. Portanto, o raciocínio seria este: Por que Deus criou Adão e Eva para serem "uma só carne", se ele certamente tinha o poder, a habilidade e a autoridade (a "porção do Espírito") para criar muitas esposas para Adão ou muitos maridos para Eva? Por que somente uma/um? A oração seguinte reconhece que "a porção/o restante do Espírito era dele" (v.15b, TA); ou seja, Deus tinha o poder e a autoridade para fazer o que era necessário e correto. A resposta é suficientemente clara: "Porque ele buscava uma descendência consagrada" (v. 15c). Evidentemente, isso não seria possível em um mundo poligâmico (i.e., muitas esposas) ou poliândrico (i.e., muitos maridos). Portanto, estejamos alerta! Pois temos de vigiar em nosso espírito e não ser infiéis ao nosso Senhor ou a quem nos unimos em aliança no casamento.

O versículo 16 é o de tradução mais difícil. A melhor forma de analisar a forma hebraica é observar que ela tem a indicação (ou vogais) que sugere tratar-se de um particípio usado como um adjetivo verbal, "aquele que odeia". Também é bastante provável que o pronome pessoal "eu" (hebr., *'ănî*) tenha sido omitido por causa da semelhança com o final do particípio *sōnē'*. Desse modo, temos uma das afirmações divinas mais severas acerca do divórcio. Deus declara: "Eu odeio o divórcio". Aqui, no entanto,

o divórcio é descrito como um "homem que se cobre de violência como se cobre de roupas". Essa expressão parece ser confusa até que nos lembremos do costume antigo em Rute 3.9, quando Rute pediu a Boaz que a tomasse como esposa estendendo seu manto/sua capa sobre ela. Conceitos semelhantes estão presentes em textos bíblicos como Ezequiel 16.8 e Deuteronômio 23.1 [hebr.; segunda parte de Dt 22.30 em port.] (lit., "e não levantará a cobertura de seu pai").

O divórcio não é a resposta para as provações e aflições enfrentadas no casamento. O Senhor, que planejou o casamento, declarou especificamente que odeia todo divórcio. Por isso, temos de nos ater às "instruções do Fabricante" e, se devemos honrar a aliança que fizemos com Deus e com a esposa de nossa juventude, é melhor trabalharmos na solução dos problemas enfrentados na caminhada em vez de pensar que com o divórcio estaremos livres de todos eles. Raramente o divórcio comprovou ser a cura para todos os males dos que assim pensavam ao terminarem seus casamentos. Em vez de os problemas se evaporarem, frequentemente eles parecem acompanhar os que se divorciam no novo casamento ou os que permanecem solteiros na condição de separados.

Conclusões

1. Ninguém disse que o casamento seria sempre fácil e que nunca haveria dificuldade alguma. Muitas pessoas pensam que, quando surgem problemas, podemos simplesmente nos divorciar, mas qual o fim disso? Quais são os problemas que persistem e nos acompanham mesmo se nos divorciarmos e casarmos novamente?
2. A infidelidade mútua muitas vezes nos leva a sermos infiéis à nossa aliança matrimonial, ao nosso cônjuge e a Deus, e tudo isso é absolutamente condenado por Deus. Quais são as implicações dessa atitude? Qual é a gravidade de provocar esse tipo de reprovação divina?

3. Deus odeia o divórcio como uma forma de "acobertamento" que muitas vezes apenas perpetua a violência contra outra pessoa feita à imagem de Deus. Caso tenhamos provocado a ira de Deus nessa questão, devemos buscá-lo e, mediante sua graça, precisamos pedir o perdão do cônjuge ofendido e do nosso Senhor. Isso provavelmente não removerá todas as consequências danosas do divórcio aos filhos, ao cônjuge abandonado ou a nós mesmos, mas ao menos podemos receber o perdão divino e publicamente advertir outros a não seguirem nosso procedimento. Cite algumas das consequências e recomendações que podemos dar a um amigo que esteja enfrentando esse tipo de problema.

Bibliografia

BRAUN, Michael. *Second class Christians? A new approach to the dilemma of divorced people in the church* (Downers Grove: InterVarsity, 1989).

DUTY, Guy. *Divorce and remarriage* (Minneapolis: Bethany, 1967).

_____. *Divórcio e novo casamento*. Tradução de Myrian Talitha Lins (Belo Horizonte: Betânia, 1979). Tradução de: Divorce and remarriage.

HOUSE, H. Wayne. *Divorce and remarriage: four Christian views* (Downers Grove: InterVarsity, 1990).

MURRAY, John. *Divorce*. 1953. Reimpr. (Philadelphia: Presbyterian and Reformed, 1961).

RICHARDS, Larry. *Remarriage: a healing gift from God* (Waco: Word, 1981).

WENHAM, Gordon J. "Gospel definitions of adultery and women's rights". *Expository Times* 95 (1984): 330–2.

WIEBE, Philip H. "Jesus' divorce exception". *Journal of the Evangelical Theological Society* 32 (1989): 327–33.

Perguntas para debate e reflexão

1. O melhor a se fazer sempre é buscar imediatamente o divórcio quando uma pessoa casada tiver se envolvido em um ato sexualmente íntimo com alguém que não seja seu cônjuge?
2. A restituição do ofício ministerial e da liderança cristã deve ser negada a pessoas que tenham cometido um pecado sexual, mesmo depois de obterem o perdão e a restauração do casamento?
3. Uma pessoa que havia se divorciado antes de se converter e agora está novamente casada pode ser admitida na liderança da igreja ou em um ministério?
4. O que o casal cristão deve fazer para manter um casamento firme?

8

ABORTO E PESQUISAS COM CÉLULAS-TRONCO

SALMOS 139.13-18; ÊXODO 21.22-25

Embora o aborto seja um dos temas atuais mais polêmicos e que mais causam divisão, ainda é a cirurgia realizada com mais frequência em adultos nos Estados Unidos. Estima-se que um em cada três bebês concebidos nesse país são intencionalmente abortados.[1]

O aborto na história

Com certeza, o aborto não é um fenômeno recente, pois essa prática, ou a rejeição dela, tem uma longa história no Mundo Antigo. Para os sumérios, os babilônios, os assírios e os hititas, o aborto era um crime sério. Seguindo essa tradição, o juramento de Hipócrates, até pouco tempo recitado pelos médicos

[1]Kerby Anderson, *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), p. 38.

em sua formatura, declarava: "Não darei a nenhuma mulher um pessário[2] para provocar um aborto". Outro exemplo de forte oposição ao aborto na Antiguidade vem do código legal do Império Medo-Assírio do século 12 a.C. Sem medir palavras, os antigos assírios afirmavam:

> Se alguma mulher abortar intencionalmente, depois de julgada e condenada, deverá ser empalada em estacas sem enterro. E se tiver morrido ao abortar, a empalarão em estacas sem enterrá-la.[3]

No entanto, a cultura grega tolerava a prática do aborto. Platão defendia que a mulher grávida de embrião defeituoso não deveria dar à luz. Aristóteles achava que as crianças deformadas deveriam ser abandonadas para morrerem. Paul Cartledge resumiu a assim chamada visão esclarecida da cidade-Estado de Esparta no século 5 a.C.:

> Os espartanos [...] se preocupavam com a reprodução da população da cidade, mas simples números não eram suficientes. A qualidade era importante. Portanto, os recém-nascidos eram submetidos a um ritual de inspeção e avaliação realizado pelos "anciãos das tribos", nas palavras de Plutarco. Os bebês eram imersos em uma banheira contendo, provavelmente, vinho não diluído, para que se observasse sua reação. Se não passavam no teste, as consequências eram fatais. Os bebês eram levados a um lugar misteriosamente denominado "o depósito" e lançados à morte certa em uma ribanceira. Isso também ocorria com os bebês que tivessem a infelicidade de nascer com alguma deformidade ou deficiência séria e imediatamente visível.[4]

---

[2]"Pessário" é definido como um pequeno dispositivo flexível que é inserido na vagina.

[3]Philip King; Lawrence Stager, *Life in biblical Israel* (Louisville: John Knox, 2001), p. 41.

[4]Paul Cartledge, *Thermopylae: the battle that changed the world* (New York: Vintage, 2006), p. 80, conforme indicado por meu aluno de pós-graduação R. Ryan Lokkesmoe.

A cultura judaica, em contraposição a essas práticas antigas, rejeitava o aborto. O historiador judeu Flávio Josefo, próximo do fim do século 1 d.C., escreveu: "A Lei ordenou que todas as crianças recebam a devida criação e proibiu as mulheres de abortar ou destruir a semente; a mulher que o faz será julgada como assassina de crianças, porque fez com que uma alma se perdesse e que a família de um homem fosse diminuída".[5] A *Didaquê* (tb. conhecida como *A instrução dos Doze Apóstolos*), chamada com frequência de "manual da igreja primitiva", apresentava as seguintes proibições concisas, que incluíam uma prescrição contra o aborto: "Não matarás; não cometerás adultério; não corromperás crianças; não viverás em imoralidade sexual; não furtarás; não praticarás magia; não te envolverás com feitiçaria; não abortarás uma criança nem cometerás infanticídio".[6]

Os comentários do pai da igreja, Clemente de Alexandria, também são claros sobre essa questão. Ele aconselhou:

> Toda a nossa vida só pode prosseguir segundo o plano perfeito de Deus se adquirirmos o domínio sobre nossos desejos, praticando a continência desde o início, em vez de destruirmos por meio de atos perversos e perniciosos a descendência humana, cujo nascimento é obra da Providência Divina. As pessoas que recorrem a medicamentos abortivos para esconder sua fornicação são responsáveis pelo assassinato direto não só do feto, mas também de toda a raça humana.[7]

A descoberta do óvulo humano

Com a descoberta do óvulo humano na década de 1820, começaram a surgir nos Estados Unidos leis modernas contra o aborto. Elas continuaram vigentes até 1967, quando vários estados passaram a flexibilizá-las. Em 1970, dezoito estados já

[5]Flavius Josephus, *Contra Apion* 2.202.

[6]*Didache* 2.2, in: Michael W. Holmes, trad. e ed., *The apostolic fathers in English*, 3. ed. (Grand Rapids: Baker Academic, 2006), p. 164.

[7]Clement of Alexandria, *Paedagogus* 2.10.96.1.

haviam aprovado leis que permitiam o aborto em algumas circunstâncias excepcionais. Em 22 de janeiro de 1973, a Suprema Corte dos Estados Unidos emitiu sua decisão judicial sobre o caso Roe *vs.* Wade, que era ainda mais permissiva que todas as leis sobre o aborto aprovadas até então em diferentes estados do país.

A comunidade evangélica, inicialmente, foi surpreendida, já que era raro o ensino bíblico sobre o assunto, assim como sobre uma série de outras questões éticas. A princípio, muitos pastores evangélicos chegaram até a aceitar publicamente a decisão da Suprema Corte. No entanto, aos poucos os cristãos começaram a tomar consciência das implicações do que realmente havia acontecido e, ainda que tardia, gradualmente uma vigorosa reação cristã ocorreu.

Novos conceitos e debates relacionados à questão — como as ideias de "pessoalidade" (não mencionada na Bíblia), "qualidade de vida" e do "direito à privacidade" (também não mencionada na Bíblia ou na Constituição dos Estados Unidos) — apareceram. Enquanto isso, um número altíssimo de fetos destruídos e filhos indesejados continuava a fazer com que as questões do aborto e do infanticídio fossem debatidas como nunca antes.

A descoberta das células-tronco embrionárias

Como se tudo isso não bastasse, em novembro de 1998 cientistas da Universidade de Wisconsin conseguiram isolar e desenvolver células-tronco de embriões humanos. O nome "célula-tronco" deve-se à semelhança entre essas células e a haste da planta que dá origem aos galhos, à casca e a outras partes. No corpo humano há 210 tipos diferentes de tecido que podem produzir um padrão semelhante de células-tronco. Enquanto o embrião humano se desenvolve em um blastocisto[8], as células-tronco

[8]Termo que se origina da palavra grega *blastos*, "broto", denotando um dos primeiros estágios do desenvolvimento do embrião, em que ele ainda é uma esfera oca composta de células. Quando o espermatozoide e o óvulo se unem pela

podem ser removidas dele e cultivadas para que se tornem células autorreprodutoras. O problema moral, porém, é que o embrião é destruído depois que as células-tronco são removidas, as quais podem ter se originado: (1) da fertilização *in vitro* para produzir os embriões; (2) de embriões congelados que restaram de alguma fertilização *in vitro*; (3) de embriões obtidos pela clonagem humana ou da fonte que é preferível da perspectiva ética; (4) do cordão umbilical após o nascimento do bebê.

A objeção à maior parte das pesquisas com células-tronco de embriões humanos é a mesma que se faz ao aborto, pois o embrião precisa ser destruído em três das quatro fontes embrionárias humanas mencionadas acima. Mais preocupante ainda é o fato de que, até agora, os que têm usado essa fonte de células-tronco não foram capazes de controlar o desenvolvimento no corpo do doador/receptor das células doadas. Um caso notável, por exemplo, ocorreu na China. Um paciente que sofria de doença de Parkinson recebeu um implante de célula-tronco embrionária que provocou um tumor agressivo e, por fim, causou sua morte.[9]

As objeções às três primeiras fontes de células-tronco que mencionamos não se estendem às pesquisas com células-tronco em adultos, nas quais o receptor adulto é também o doador das células. Particularmente, um caso que têm alcançado êxito é o uso de células-tronco da medula óssea de adultos, que podem migrar pelo corpo até o sistema circulatório para restaurar danos e produzir as células necessárias para um tipo de tecido. Essas pesquisas estão progredindo de forma muito promissora, além de não trazer em si os problemas morais das pesquisas com células-tronco de embriões humanos.

---

primeira vez, formam o "zigoto", que se desenvolve para formar o "embrião". Depois de sete semanas, ele passa a ser chamado de "feto".

[9]Charles Krauthammer, "The great stem cell hoax", *Weekly Standard*, August 20-27, 2001, p. 12, citado em Anderson, *Christian ethics*, p. 49.

As pessoas são feitas à imagem de Deus

Quando nos voltamos para as Escrituras, como é dever de todo cristão, para encontrar respostas a esses problemas, muitos declaram de forma apressada e triunfante que a Bíblia não trata diretamente da questão do aborto (portanto, tampouco das pesquisas com células-tronco de embriões humanos). Mas é preciso avaliar logo esse tipo de afirmação, pois esse fato dificilmente indicaria que Deus não se preocupa com a questão. Na verdade, a Bíblia não se opõe *diretamente* ao uso da cocaína, ao genocídio, ao suicídio ou à eutanásia, mas poucos defenderiam que todas ou alguma dessas práticas sejam moralmente neutras da perspectiva bíblica! Se não houvesse outras referências além de Gênesis (e há), ainda assim haveria textos do primeiro livro da Bíblia que retratam a humanidade como portadora da imagem de Deus, distinta de todo o restante da ordem criada. Os principais termos hebraicos relacionados aos seres humanos como portadores da imagem de Deus são *tselem* ("imagem", "semelhança") e *demût* ("forma", "molde", "semelhança") (Gn 1.26,27; 5.1; 9.6). Quando falamos da vida humana, estamos tratando de uma semelhança com Deus sem igual na criação. As Escrituras não esperam, como fazem os modelos de desenvolvimento da vida, para constatar a imagem de Deus só na pessoa racional e autoconsciente que já nasceu; na verdade, a pessoa já é portadora da imagem divina independente dessas considerações (como o nascimento ou mesmo quaisquer boas obras) sempre que houver vida. O salmista retrata a humanidade como distinta de todo o restante da criação por causa da imagem de Deus. Sejam os humanos "pouco abaixo de Deus" (Sl 8.5, NRSV), sejam "um pouco menor[es] do que os seres celestiais", como os anjos (Sl 8.5, LXX; Hb 2.7,9), o ensinamento central permanece o mesmo: em toda a ordem criada, a humanidade é única e foi estabelecida acima das demais criaturas da Terra por ordem e autoridade divinas.

As crianças não são vistas na Bíblia como um aborrecimento; elas são "presentes" e "herança do SENHOR" (Sl 127.3).

A ausência de filhos não é a situação preferível, mas uma condição em que a pessoa anseia para que Deus, em sua providência, a torne fértil, porque sua soberania também se estende à concepção (Gn 29.31,33; 30.22; 1Sm 1.19,20).

A majestade da onipotência de Deus na formação de nosso corpo

Há dois textos que ensinam sobre o valor e a santidade da vida e nos ajudam a compreendê-los: Salmos 139.13-18 e Êxodo 21.22-25. Vamos analisar, primeiro, Salmos 139.13-18.

Texto: Salmos 139.13-18
Título: "A majestade da onipotência de Deus na formação de nosso corpo"
Ponto central: "Ó Deus, como são preciosos para mim os teus pensamentos! Como é grande a soma deles! Se eu os contasse, seriam mais do que os grãos de areia. Quando eu desperto, ainda estou contigo" (v. 17,18).
Palavra-chave da exposição: Características
Pergunta: Quais são as características da onipotência de Deus no desenvolvimento e na formação do meu corpo antes de eu ter nascido?

Esboço:
I. Deus criou o íntimo do meu ser (139.13a)
II. Deus me formou no ventre de minha mãe (139.13b,14)
III. Deus me viu ainda embrião e me amou (139.15,16a)
IV. Deus determinou todos os meus dias antes de eu viver o primeiro deles (139.16b-d)
Conclusão (139.17,18)

O salmo 139 é um dos mais notáveis sobre os atributos de Deus. Os versículos 1-6 retratam a "onisciência" de Deus, porque ele sabe tudo sobre você e eu nos mínimos detalhes. Os versículos 7-12 focalizam a "onipresença" de Deus, pois não há

nenhum lugar em que podemos nos esconder da atenção ou da ajuda de Deus. Mas na seção que escolhemos analisar (v. 13-18), o Senhor demonstra sua "onipotência". Certamente, nenhuma dessas palavras (onisciência, onipresença ou onipotência) são encontradas no texto bíblico; porém, elas captam as ideias presentes nas Escrituras.

I. Deus criou o íntimo do meu ser (Sl 139.13a)

O verbo hebraico para "criar" vem da raiz *qānâ*. Há seis passagens no Antigo Testamento (Sl 139.13; Gn 14.19,22; Dt 32.6; Sl 74.2; Pv 8.22) em que esse verbo parece ter o sentido de "criar". Originalmente a palavra era uma metáfora para a procriação, mas depois veio a significar a atividade criadora de Deus. O fato é que os mortais são conhecidos e cuidados pelo Senhor desde a origem de seu ser.

Como Salomão ensinou em Eclesiastes 11.5: "Assim como você não conhece o caminho do vento, nem como o corpo é formado no ventre de uma mulher, também não pode compreender as obras de Deus, o Criador de todas as coisas". E isso também é verdade em Salmos 139.13a — a obra de um Senhor tão extraordinário ultrapassa tudo o que conseguimos imaginar ou até começar a compreender. Por isso, o texto hebraico do versículo 13 inicia de maneira enfática, como no versículo 2 deste salmo: "És *tu* [Senhor]".

II. Deus me formou no ventre de minha mãe (Sl 139.13b,14)

A obra do Criador é descrita de modo vívido: ele "tece, trança, entrelaça" nossos ossos, tendões, veias e assim por diante (v. 13b). Com uma linguagem intensamente pessoal, o salmista volta a dizer "eu" e meu". A criatura deve louvar a Deus milhares de vezes pela obra divina realizada de forma tão "assombrosa" e "maravilhosa", oculta aos olhos de todos e vista apenas pelo próprio Deus. O homem e a mulher são as criaturas supremas, acima de todo o restante da ordem criada. Embora todas as obras de Deus sejam "maravilhosas", a formação do corpo humano é algo

impressionante e fascinante, que palavras não podem descrever. Se discorda, lembre-se de como você fica impressionado ao tomar nos braços um bebê assim que ele sai do ventre da mãe. Você conta os dedinhos das mãos e dos pés e fica encantado com os detalhes fascinantes desenvolvidos de maneira oculta aos olhos humanos durante nove meses na escuridão do útero materno. Como é possível tudo isso ser formado de maneira tão bela e maravilhosa! A única coisa que sabemos "com absoluta certeza" é que as "obras [de Deus] são maravilhosas" (v. 14b).

III. Deus me viu ainda embrião e me amou (Sl 139.15,16a)

O versículo 15 começa com as palavras "minha estrutura", referentes principalmente à forma de nosso esqueleto e a nossos ossos, mas que também incluem a soma dos elementos de nosso ser. No entanto, nenhum dos aspectos de nossa forma em desenvolvimento escapou da atenção, do cuidado e do controle do Criador.

O ventre de nossa mãe é descrito aqui como "lugar secreto" (do hebr. *sēter*), como se estivéssemos "nas profundezas da terra" (do hebr. *betaḥttiyyôt 'arets*). O autor usa a figura de linguagem das "partes inferiores da terra" ou do seu "interior" para se referir ao laboratório secreto de nossa origem terrena. Certamente a imagem é natural, porque o primeiro Adão foi formado do pó da terra. Como disse Franz Delitzsch:

> Da perspectiva das Escrituras, o modo da criação de Adão é repetido na formação de todo homem, Jó xxxiii. 6, cf. v. 4. A terra foi o ventre materno de Adão, e o ventre materno do qual nasce o filho de Adão é a terra da qual ele mesmo foi formado.[10]

De forma ainda mais impressionante, o texto afirma que os "olhos" do próprio Deus "viram o meu corpo ainda informe"

[10]Franz Delitzsch, *A Biblical commentary on the Psalms*, tradução para o inglês de Francis Bolton (Grand Rapids: Eerdmans, 1955), 3 vols., 3:350.

(v. 16a). A palavra hebraica para "corpo ainda informe" é *golmî*, com o sentido de "meu embrião", aqui utilizada porque o embrião tem a forma de um ovo, ideia sugerida pela raiz hebraica da palavra "embrião", que significa "enrolar, embrulhar", assim como a palavra latina *glomus* significa "bola". Fica evidente que a obra e o cuidado do nosso Senhor remontam à nossa origem e formação no útero. Para Deus, o embrião não é "só um punhado de tecido" sem vida; ao contrário, Deus já sentia amor e afeto por nós quando estávamos sendo tecidos no útero de nossa mãe.

IV. Deus decretou todos os meus dias antes de eu viver o primeiro deles (Sl 139.16b-d)

Como se não bastasse haver sido formado no ventre materno sob a cuidadosa direção e proteção do Criador de todo o Universo, Deus já havia registrado todos os dias da minha vida em seu livro antes mesmo de eu ter tido a oportunidade de viver o primeiro deles. Com quanta onisciência e atenção aos detalhes o Senhor governa a criação!

O livro mencionado nesta passagem aparece em Salmos 69.28, que mostra, uma vez mais, a provisão de Deus para nós e seu conhecimento a nosso respeito. Certamente isso revela que há um propósito real para cada indivíduo.

Conclusão

Todos esses pensamentos são maravilhosos e impressionantes demais para o salmista (v. 17,18). Além de serem tão maravilhosos, também são muito numerosos e elevados para que os mortais possam compreendê-los. Tentar enumerar a soma das obras de Deus na formação de nosso corpo seria como tentar contar os grãos de areia da praia.

Tratando o feto como uma pessoa

No entanto, há ainda outra passagem que pode nos ajudar na questão do aborto e das pesquisas com células-tronco embrionárias:

Êxodo 21.22-25. Este trecho também suscita uma das questões mais centrais no debate sobre o aborto: em que estágio o feto pode ser considerado um ser humano criado à imagem de Deus?

Texto: Êxodo 21.22-25
Título: "Tratando o feto como uma pessoa"
Ponto central: "Mas, se houver dano grave, a pena será vida por vida" (v. 23).
Palavra-chave da exposição: Preocupações
Pergunta: Quais preocupações devemos ter se os fetos forem considerados seres humanos?

Esboço:
I. E se algum dano fizer com que o bebê nasça prematuramente? (21.22)
II. E se o bebê prematuro morrer como resultado do dano? (21.23-25)

I. E se algum dano fizer com que o bebê nasça prematuramente? (Êx 21.22)

O "Livro da Aliança" (Êx 24.7) apresentou várias leis casuísticas como parte da constituição civil que Deus revelou a Moisés. Na seção que trata de danos físicos contra a pessoa (Êx 21.12-36), é descrita uma situação hipotética em que dois homens estão lutando um contra o outro. De repente, uma mulher grávida intervém na luta, talvez a mulher de um dos homens, e ela sofre um golpe acidental. Como resultado, acaba entrando em trabalho de parto e "a criança sai" (o hebraico diz literalmente apenas isto: *wᵉyāṣᵉ'u yᵉlādêhā*). Entretanto, o texto logo acrescenta "mas não havendo nenhum dano" (trad. lit. do hebr., *wᵉlō' yihyeh 'āsôn*); portanto, não se trata de crime com pena capital, visto que a "criança" (hebr., *yeled*) sobreviveu.

Algumas versões modernas traduziram o versículo 22 como uma referência a um "aborto" (e.g., RSV, New American

Bible, NJB, New English Bible), mas essa tradução é incorreta, porque o texto não usa a palavra hebraica comum para designar "aborto", que aparece, em geral, como *mᵉshakkelet*, *shākul*, *shikkel* ou em formas relacionadas, em Gênesis 31.38; Êxodo 23.26; 2Reis 2.19,21; Jó 21.10; Oseias 9.14 e Malaquias 3.11. Claramente não houve, nessa situação, dano ou prejuízo à mulher ou ao feto/criança.

Entretanto, a única compensação permitida, conforme sancionada e aprovada pelos juízes, é a solicitação de indenização por parte do marido por causa do susto que o nascimento prematuro causou àquele lar.

II. E se o bebê prematuro morrer como resultado do dano? (Êx 21.23-25)

A situação alternativa, em que de fato acontece um dano, também é considerada. Sem deixar explícito a quem ocorre o "dano" ou "dano grave", se ao bebê ou à mãe, o texto estipula uma regra geral que se aplica a ambos os casos. Trata-se, aqui, de uma ofensa capital, a ser punida segundo a *lex talionis* ou "lei da retribuição". Essa lei, é claro, não tinha como propósito vinganças pessoais nem deveria ser executada por indivíduos, ela era uma diretriz a ser aplicada pelos "juízes" (Êx 21.22; 23.8,9).

A *lex talionis* era apresentada de acordo com uma fórmula padrão que, em nossos dias, seria algo semelhante a: "tal crime, tal pena" ou "a pena deve ser proporcional ao crime praticado". Mas fica claro que, se o bebê ou a mãe morressem como resultado dos danos causados na briga, a situação seria tratada conforme as leis que regiam os crimes capitais. A vida real de uma pessoa real havia se perdido!

Conclusões

Deus demonstra enorme respeito e cuidado pelo embrião desde os primeiros instantes de sua concepção até o dia de sua morte. Nenhum de nossos dias, seja anterior ao nosso nascimento seja posterior a ele, é irrelevante para Deus. Ao contrário, ele deseja que

cada pessoa feita à sua imagem cumpra os propósitos para os quais foi criada.

Por isso, por mais importantes que sejam as pesquisas com células-tronco embrionárias, é preciso descobrir outras maneiras de alcançar os mesmos fins, como é o caso das pesquisas com células-tronco adultas ou do uso de cordões umbilicais tirados de bebês durante o parto. A vida é preciosa demais para ser desperdiçada por qualquer razão que seja.

Bibliografia

Congdon, Robert N. "Exodus 21.22-25 and the abortion debate". *Bibliotheca Sacra* 146 (1989): 132-47.

Cottrell, Jack. W. "Abortion and the Mosaic law". *Christianity Today*, March 16, 1973, p. 602-5.

Feinberg, John S.; Feinberg, Paul D. *Ethics for a brave new world* (Wheaton: Crossway, 1993).

Fowler, Paul B. *Abortion: toward an evangelical consensus* (Portland: Multnomah, 1987).

Gorman, Michael J. *Abortion in the Early Church: Christian, Jewish, and pagan attitudes in the Greco-Roman world* (Downers Grove: InterVarsity, 1982).

Hoffmeier, James K., org. *Abortion: a Christian understanding and response* (Grand Rapids: Baker Academic, 1987).

Thomson, James A., et al. "Embryonic stem cell lines derived from human blastocysts". *Science* (November 6, 1998): 1145-7.

Tooley, Michael. *Abortion and infanticide* (New York: Oxford University Press, 1983).

Perguntas para debate e reflexão

1. O que uma jovem mulher deve fazer se for vítima de estupro ou incesto e, consequentemente, engravidar?
2. Que base você forneceria, seja das Escrituras seja da Constituição Federal, para os conceitos de "direito da mulher sobre o próprio corpo" ou de "direito à privacidade"?

3. Se, como resultado de amniocentese, for descoberto que o bebê da mulher grávida que você está aconselhando sofre de anencefalia (o feto tem uma má formação do encéfalo ou da calota craniana) ou de espinha bífida (situação em que a espinha dorsal não é coberta pela pele), o que você aconselharia essa mãe cristã a fazer à luz dos princípios bíblicos que vimos neste capítulo?

9

HOMOSSEXUALIDADE

ROMANOS 1.24-27

Uma questão contemporânea explosiva

A questão ética que mais deixa os ânimos acirrados em nossos dias é provavelmente o tema da homossexualidade. Na sociedade ocidental e nas principais igrejas denominacionais, as tensões estão constantemente no limite. Por isso, os bispos anglicanos, na Conferência de Lambeth (Londres) em 1998, declararam, em uma votação de 526 a 70, que a homossexualidade é incompatível com as Escrituras. Essa iniciativa foi seguida de outro documento no verão de 2002 com o título "Let the reader understand..." [Que o leitor entenda...], a pedido do bispo de Nova York, em que nove teólogos rejeitaram a decisão de Lambeth com treze princípios de interpretação das Escrituras, mas sem apresentar sequer a exegese de algum texto bíblico sobre o assunto.

O movimento gay moderno

A primeira pessoa a usar a palavra "homossexual" parece ter sido um médico suíço chamado K. M. Benkert, que a cunhou

em 1869. Certamente, o mundo antigo conhecia a prática da homossexualidade, mas ela se tornou um assunto de interesse e preocupação modernos quando, em 28 de junho de 1969, a polícia fechou um bar gay em Stonewall, Nova York. Os clientes, que foram expulsos do lugar, revidaram enquanto a polícia procurava se proteger no estabelecimento. Outra observação histórica importante é que, em 1974, a Associação Americana de Psicologia foi pressionada pelo *lobby* homossexual a remover a "homossexualidade" de sua lista de "condições patológicas" e a não mais considerá-la uma perversão do padrão das relações sexuais normais em suas categorias de distúrbios psicológicos.

A homossexualidade ou o "movimento do direito gay", como é popularmente conhecido, passou a ser publicamente debatida e promovida a partir de 1969. Antes daquele ano, em 1966, o relatório do British Council of Churches [Conselho Britânico de Igrejas] (BCC) sacudiu o mundo cristão com estas palavras: "Agora reconhecemos que a homossexualidade e outras anormalidades são muito mais comuns do que se pensava". Certamente já havia se passado muito tempo desde a obra épica de Edward Gibbon (1734-1794), *The rise and fall of the Roman Empire*,[1] em que ele e uma grande parte da sociedade da sua época consideravam a homossexualidade uma ameaça maléfica à segurança da sociedade. Ainda bem antes da época de Gibbon, um decreto britânico aprovado em 1290 determinava que um sodomita condenado fosse enterrado vivo; essa lei foi abrandada por Henrique VIII em 1533 ao alterar seu modo de execução. Finalmente, em 1861, a pena de morte foi substituída pela pena de prisão perpétua para casos desse tipo. Até mesmo em 1967, um inglês condenado por "sodomia" podia ser sentenciado a passar o resto da vida na cadeia.

Atualmente, a homossexualidade e o lesbianismo se tornaram um tema de política e moralidade públicas. Os homossexuais protestam e pressionam o Congresso por direitos iguais

[1]Edição em português: *Declínio e queda do Império Romano* (São Paulo: Companhia das Letras, 2005).

aos dos heterossexuais. Reivindicam nada menos do que uma aceitação completa do modo de vida gay, livre de quaisquer perseguições, críticas, barreiras legais e condenação. Embora representem somente cerca de 2% (ou, no máximo, 5%) da população, de acordo com algumas estimativas, seus interesses controlam frequentemente as ações e sua aceitação plena dos 98% das pessoas nessa democracia![2]

Os dez principais textos bíblicos que condenam a homossexualidade

Tradicionalmente, os intérpretes das Escrituras têm encontrado advertências contra a homossexualidade em dez passagens: Gênesis 19.1-8; Levítico 18.22; 20.13; Juízes 19.16-30; Ezequiel 16.44-50; Romanos 1.26,27; 1Coríntios 6.9-11; 1Timóteo 1.8-10; 2Pedro 2.6-8 e Judas 6-8. Os dois Testamentos são bastante claros em sua condenação da homossexualidade, seja masculina, seja feminina.

O fundamento para toda a compreensão da sexualidade humana está no plano de Deus apresentado em Gênesis 1 e 2. Nele, Deus restringiu os sexos a somente dois gêneros: masculino e feminino, não três, quatro ou mais. Ele ensinou que não era bom que o homem estivesse só (Gn 2.18), por isso, "formou" Eva como correspondente e companheira do homem.

O homem havia sido instruído a "deixar" pai e mãe e, em seu lugar, "unir-se" a sua esposa, para que fossem "uma só carne" (Gn 2.24). Cinco elementos deveriam ser as características distintivas dessa compreensão do amor matrimonial: fidelidade, permanência, reconciliação, saúde e plenitude, e sacrifício.[3]

---

[2]Esses números são citados com frequência por palestrantes, mas é muito difícil comprová-los. Pelo que tenho conhecimento, ninguém chegou a informações verificáveis sobre a porcentagem exata da população homossexual.

[3]Essas características são citadas por Peter C. Moore em "Homosexuality and the Great Commandment" (Ambridge: Trinity Episcopal School for Ministry, 2002), palestra proferida na Convenção Anual da Diocese de Pittsburgh em 1.º de novembro de 2002.

A *fidelidade* é prometida no voto nupcial de "renunciar a todos os demais", pois o casal promete que a conduta e o amor de natureza sexual serão restritos um ao outro. Os homossexuais desprezam de modo claro qualquer tentativa de limitar a sexualidade gay à monogamia. Em sua revista *The Advocate*, um estudo realizado em 1995 com 2.500 de seus leitores gays descobriu que apenas 2% deles tinham somente um parceiro homem, enquanto que 57% tinham mais de trinta parceiros e 35%, mais de uma centena. Ademais, um casal unido em matrimônio promete diante de Deus e da igreja reunida que seu casamento será *permanente* — "até que a morte nos separe".

A *reconciliação* também desempenha um papel importante no casamento, pois, depois dos dias de lua de mel, somos humildemente introduzidos no mistério de ter uma pessoa do sexo oposto trabalhando conosco para benefício mútuo. Os opostos se atraem, mas eles também se completam. Para os homossexuais, não há uma implicação moral na distinção entre masculino e feminino. Nossas distinções biológicas fazem pouca ou nenhuma diferença para eles.

O casamento heterossexual também proporciona *saúde* e *plenitude* ao nosso cônjuge porque não expomos um ao outro aos riscos de saúde que, ao contrário, predominam entre os que têm um modo de vida gay. Parceiros homossexuais expõem um ao outro a sérios problemas de saúde, como explica, de maneira comedida, Peter Moore: "O tecido que reveste o reto não é resistente e suscetível à penetração como a parede da vagina". Por um momento, Moore deixa de lado a discussão em torno da AIDS e chama nossa atenção para o fato de que "75% dos homens homossexuais têm um histórico de uma ou mais doenças sexuais transmissíveis e todo ano cerca de 40% deles contraem essas doenças. Apesar de se falar muito em 'sexo seguro', o uso de preservativos não é totalmente seguro".[4]

[4]Ibidem.

Por fim, o verdadeiro amor conjugal é *sacrificial*, visto que os casais assumem, em longo prazo e de forma voluntária, o propósito de criar filhos como uma expectativa normal do casamento. A procriação não é a única razão para o sexo e nem sempre é possível em todos os casamentos por uma série de motivos, mas, em geral, o sexo não foi planejado para estar separado da procriação ou dos sacrifícios que ela requer, como tempo, dinheiro, às vezes carreira, saúde e muitas outras coisas que "poderiam ter sido diferentes" em um mundo que, de outro modo, seria egoísta. O judaísmo e o cristianismo uniram o amor erótico, o casamento e a procriação. Os homossexuais não consideram o sexo como algo sacrificial em nenhum aspecto ou forma; ao contrário, é egocêntrico e busca a própria satisfação.

A objeção de Gênesis 19.1-4. O livro que abriu caminho para uma nova interpretação bíblica foi a obra de 1955 intitulada *Homosexuality and the Western Christian tradition* [A homossexualidade e a tradição cristã ocidental],[5] de Derrick Sherwin Bailey. Bailey questionou a declaração em Gênesis 19.5, em que os homens de Sodoma desejavam "conhecer" ("ter relações com eles") os estrangeiros (anjos) que vieram à casa de Ló em Sodoma. Bailey alegou que não havia nenhuma referência à homossexualidade na palavra hebraica *yāda'*, "conhecer", pois os homens daquela cidade queriam apenas "conhecer pessoalmente" esses estrangeiros, não "ter relações sexuais com" eles. O argumento de Bailey, no entanto, não se sustenta no comentário sobre esse mesmo incidente em Judas 7, e ele também está equivocado em relação ao significado da palavra *yāda'* nesse contexto.

A objeção de Juízes 19. Bailey tratou a história de Gibeá em Juízes 19 da mesma forma. Mas, se nesse caso tratava-se apenas de uma questão de hospitalidade, por que o dono da casa naquela cidade implorou aos seus compatriotas que não fizessem esse "mal" (Jz 19.23) e, depois, ofereceu de maneira

[5]London/New York: Longmans, Green, 1955.

surpreendente a sua filha no lugar do homem para satisfazer os desejos deles?

A objeção de Levítico 18.22 e 20.13. Outros tentam rejeitar os dois textos de Levítico 18.22 e 20.13 alegando que fazem parte do Código de Santidade, que se aplica aos sacerdotes e à sua pureza ritual. Segundo esse argumento, se a exigência do texto em relação à sexualidade deve ser mantida, então o que dizer das outras exigências nesse mesmo contexto que advertem contra o plantio de duas espécies diferentes de sementes juntas na lavoura (Lv 19.19c), o uso de roupas feitas com dois tipos de tecido (Lv 19.19d) e as relações sexuais com a esposa durante o ciclo menstrual dela (Lv 18.19)?

Porém, o princípio comum por trás dessas leis era a preocupação com o que era "natural", ou seja, a manutenção da ordem da criação "segundo a sua espécie". Também havia um aspecto moral, pois com a mistura das sementes o resultado poderia ser um tipo de hibridização, que limitaria gravemente o potencial da semente daquela colheita de germinar com vigor semelhante ao da colheita do ano anterior. Da mesma forma, o ciclo menstrual mostrava simbolicamente que somente Deus, não o marido, tinha soberania sobre a mulher. Essas passagens em Levítico, portanto, não se reportam exclusivamente ao sacerdócio e às disposições rituais. É simplesmente impossível alegar que o sexo com animais (Lv 18.23) ou o sexo ilícito com uma filha (18.17) eram moralmente irrelevantes para o público em geral. Na verdade, Levítico 18 faz um contraste entre as práticas de nações pagãs, como o Egito e Canaã, e o comportamento moral esperado do povo de Deus.

O questionamento da oposição paulina à homossexualidade. Novamente, os que se opõem ao padrão bíblico sobre a sexualidade humana explicaram de modo incorreto que os três textos do Novo Testamento (Rm 1.26,27; 1Co 6.9-11; 1Tm 1.8-10) são apenas exortações à temperança e à moderação, sem oposição à homossexualidade. A lista de pecados de Paulo nas passagens de Coríntios e Timóteo advertia que os

"homens prostitutos" (gr., *malakoi*, lit., "suave ao toque") e os "estupradores homossexuais" (gr., *arsenokoitai*, lit., "homens na cama") não herdarão o reino de Deus.

A substituição das relações sexuais naturais pelas relações contrárias à natureza

Consideremos então as palavras de Paulo em Romanos 1.24-27 como uma passagem que resume bem o ensinamento bíblico sobre a homossexualidade.

Texto: Romanos 1.24-27
Título: "A substituição das relações sexuais naturais pelas relações contrárias à natureza"
Ponto central: "[Eles] trocaram suas relações naturais pelas contrárias à natureza" (v. 26).
Palavra-chave da exposição: Substituições
Pergunta: Como os mortais substituíram a verdade de Deus?

Esboço:
I. A substituição da pureza sexual pela impureza (1.24)
II. A substituição da verdade de Deus pela mentira (1.25)
III. A substituição das relações naturais pelas contrárias à natureza: mulheres (1.26)
IV. A substituição das relações naturais pelas contrárias à natureza: homens (1.27)

I. A substituição da pureza sexual pela impureza (Rm 1.24)

Poucos textos do Novo Testamento sofreram tantos ataques notórios ao seu ensinamento como Romanos 1.24-27. O centro de toda a discussão está no significado da palavra grega *physis* nos versículos 26 e 27. Em vez de traduzir essa palavra por "relações naturais", John Boswell, Letha Scanzoni e Virginia Mollenkott, além de muitos outros, traduziram o termo "natural"

por "o que é natural para mim".[6] Na perspectiva desses autores, Paulo não está condenando a homossexualidade; em vez disso, está punindo heterossexuais que agem como homossexuais ("pervertidos") em um contexto de idolatria e lascívia. Paulo, conforme alegam, não condena os verdadeiros homossexuais, que nasceram "invertidos", por praticar o que está de acordo com sua natureza. Esse é o contexto em que toda essa passagem precisa ser entendida na objeção atual à forma comum de interpretação bíblica.

A apostasia dos pagãos nos versículos 21-23, que começa nas áreas religiosa e teológica, culmina em idolatria extrema no final do versículo 23. É por causa dessa infidelidade religiosa que a retribuição divina precisa vir sobre esses apóstatas. A retribuição de Deus só ocorre porque há pecado que necessita ser julgado.

A retribuição divina é a entrega (v. 26, 27) dessas mesmas pessoas à impureza. É interessante observar que o pecado na esfera religiosa é punido na esfera moral. Assim, a locução "segundo os desejos pecaminosos do seu coração" (v. 24) descreve a condição moral em que essas pessoas agora se encontram. Portanto, embora tenham sido entregues à "impureza", essa impureza não resultou da ação judicial de Deus, mas delas mesmas. Em outros textos paulinos, a palavra "impureza" aparece relacionada a aberrações sexuais (2Co 12.21; Gl 5.19; Ef 5.3; Cl 3.5; 1Ts 4.7).

Portanto, esses pagãos foram entregues a uma condição moral existente. Por essa razão, eles "degrad[ar]am [...] seus corpos entre si" (v. 24b). Como John Murray resumiu a situação:

> A desaprovação de Deus é expressa em seu abandono das pessoas de que o texto fala à prática mais intensa e exacerbada

[6]John Boswell, *Christianity, social tolerance and homosexuality* (Chicago: University of Chicago Press, 1980), p. 107-17; Virginia R. Mollenkott; Letha Scanzoni, *Is the homosexual my neighbor? Another Christian view* (San Francisco: Harper and Row, 1978), p. 61-6.

dos desejos de seu próprio coração, tendo como resultado o fato de que colhem para si mesmas uma vingança retributiva proporcionalmente maior.[7]

II. A substituição da verdade de Deus pela mentira (Rm 1.25)

A verdade de Deus neste contexto se refere ao que ele tem ensinado e a quem ele é na grandeza de seu ser e de sua glória. Deus tornou conhecidos seu ser e sua verdade por meio de sua palavra e da revelação de si mesmo. De modo inacreditável, isso foi invertido, assim como homens e mulheres passaram a adorar e a servir à criatura em lugar do Criador que trouxe à existência todas as coisas criadas.

A substituição foi tola, pois considerou a obra de Deus maior e merecedora de mais atenção, amor, adoração e culto do que o Criador de todas as coisas. Atualmente, algumas pessoas se sentem mais atraídas pela salvação das baleias do que pela salvação de bebês humanos ou pela gratidão a Deus por haver criado as baleias.

O versículo 25 termina com uma doxologia que provém de uma irrupção de louvor espontânea por quem Deus é e o que ele tem feito. Paulo acrescenta seu "Amém" a essa doxologia, pois é estarrecedora a estupidez dos seres humanos e a maneira totalmente errada pela qual costumam entender as coisas.

III. A substituição das relações naturais pelas contrárias à natureza: mulheres (Rm 1.26)

Outra razão pela qual Deus entregou os pagãos a esse juízo são outras "paixões vergonhosas". Agora, Paulo finalmente mencionará quais são essas paixões vergonhosas. São mulheres substituindo o uso natural de sua sexualidade por outro contrário à natureza: mulheres que têm relações sexuais com outras mulheres.

---

[7]John Murray, *The Epistle to the Romans* (Grand Rapids: Eerdmans, 1968), p. 44-5.

Fica evidente que ele tem em mente aqui as formas lésbicas de perversão sexual. Mulheres, em vez de demonstrar sua natureza delicada, agora se entregam à degeneração homossexual. Como se trata de mulheres, Paulo não entra em detalhes, como o faz no versículo seguinte com os homens. Porém, elas claramente "abandonaram as relações naturais pelas relações contrárias à natureza" (TA). O uso natural das funções sexuais da mulher ocorre em um relacionamento conjugal com um homem. Mas aqui a ênfase, infelizmente, está no caráter "contrário à natureza" dessa corrupção. O sexo como Deus havia planejado é agora profanado em formas lésbicas de relações sexuais com outras mulheres. Isso é contrário à natureza e, portanto, deve ser considerado uma forma de perversão oposta ao plano de Deus para o sexo criado por ele.

IV. A substituição das relações naturais pelas contrárias à natureza: homens (Rm 1.27)

Agora, no versículo 27, a imoralidade da homossexualidade masculina é descrita em mais detalhes. Três orações são especialmente importantes: (1) "os homens também abandonaram as relações naturais com as mulheres", (2) eles "se inflamaram de paixão uns pelos outros", (3) "homens praticaram atos indecentes com outros homens". Tudo isso era contrário à honrosa união heterossexual baseada na ordem natural das coisas estabelecidas por Deus.

A principal ofensa no ato homossexual está na afronta direta a Deus ao se abandonar o plano e a função divinamente designados para a sexualidade humana. Quando abandonamos Deus e suas instruções, estamos claramente fazendo do Senhor nosso inimigo e desafiando sua Lei e seus caminhos, como se fossem inúteis e sem sentido. No entanto, ele, que se assenta nos céus, não tolerará com facilidade esse tipo de afronta. Isso suscitará sua sentença de juízo e sua punição.

A intensidade da paixão sexual também é expressa na palavra "inflamaram". Esse não é o mesmo tipo de "ardor" que Paulo

menciona em 1Coríntios 7.9, em que os desejos sexuais normais estão buscando a solução planejada por Deus. Essa condição inflamada é um desejo pervertido e distorcido e está fora do plano de Deus para o sexo. É uma paixão ilegítima e totalmente contrária à natureza.

De maneira bastante direta, Paulo finalmente afirma que o que está errado aqui é que "homens praticaram atos indecentes com outros homens". Toda a questão é "vergonhosa" (cf. Ef 5.12), e é repugnante até mesmo mencioná-la entre pessoas decentes. Em vez de os homens agirem como pessoas com dignidade, valor e respeito, como criaturas totalmente feitas à imagem exclusiva de Deus, eles agem como animais sem limites ou moral em sua sexualidade.

Na conclusão dessa breve passagem, o autor faz uma retrospectiva dos versículos 24-26 e busca resumir os resultados desse abandono como consequência da apostasia da comunidade. Um novo pensamento é acrescentado: eles "receberam em si mesmos o castigo merecido pela sua perversão". Portanto, há uma correspondência estreita entre o pecado e o castigo. Abandonar a adoração ao único e verdadeiro Deus conduziu a essas imoralidades antinaturais que perverteram as relações sexuais normais transformando-as em atos indecentes e contrários à natureza entre pessoas do mesmo sexo. A confusão moral de suas novas deserções aumentou a devassidão na sociedade e entre pessoas do mesmo sexo a patamares inimagináveis. Uma cegueira que ocorria diante da plena luz da revelação de Deus.

O juízo de 1Coríntios 6.9,10 não é menos severo, pois se não houver um completo arrependimento e uma mudança do modo de vida homossexual, Paulo adverte:

> Vocês não sabem que os perversos não herdarão o reino de Deus? Não se deixem enganar: nem imorais, nem idólatras, nem adúlteros, nem prostitutos nem estupradores homossexuais, nem ladrões, nem avarentos, nem alcoólatras, nem caluniadores, nem trapaceiros herdarão o reino de Deus.

Cheio de misericórdia, Paulo acrescenta no versículo 11: "Assim foram alguns de vocês". Damos graças a Deus pela purificação, pelo perdão e pela cura de toda a rebelião contra ele aos que crerão por meio de sua morte na cruz.

Conclusões

1. Ainda que algumas origens imediatas da atração homossexual continuem obscuras, em última análise, essa atração deve estar relacionada com a nossa natureza pecaminosa e rebelião contra Deus.
2. O Novo Testamento menciona muitos que haviam participado de práticas homossexuais, mas que passaram a ser identificados como pessoas que não mais praticavam a homossexualidade.
3. Atualmente, muitas pessoas acreditam que a ciência identificou um fator causador biológico/genético que faz com que a condição homossexual esteja além do controle da pessoa, mas essa evidência não foi encontrada. Sabe-se que padrões familiares e diferenças cerebrais podem ter alguma influência, porém, na maioria dos casos, mesmo quando totalmente identificados, eles podem ser considerados apenas como *causas contribuintes*, não a causa verdadeira ou definitiva.
4. O poder do evangelho é maior do que qualquer paixão inflamada por outra pessoa do mesmo sexo. Se o evangelho não for capaz de transformar essa área, como poderemos confiar em sua ação em nossa ressurreição no último dia?

Bibliografia

DeYoung, James B. *Homosexuality: contemporary claims examined in light of the Bible and other ancient literature and law* (Grand Rapids: Kregel, 2000).

Gagnon, Robert A. *The Bible and homosexual practice: texts and hermeneutics* (Nashville: Abingdon, 2001).

GRENZ, Stanley J. *Sexual ethics: a Biblical perspective* (Dallas: Word, 1990).

JONES, Stanton L.; YARHOUSE, Mark A. *Homosexuality: The use of scientific research in the church's moral debate* (Downers Grove: InterVarsity, 2000).

LOVELACE, Richard F. *Homosexuality: what should Christians do about it?* (Old Tappan: Revell, 1984).

WEBB, William J. *Slaves, women & homosexuals: exploring the hermeneutics of cultural analysis* (Downers Grove: Inter-Varsity, 2001).

Perguntas para debate e reflexão

1. Há algum perigo na substituição de regras, códigos, leis e moralidade sem vida por meios dinâmicos e atualizados por intermédio dos quais Deus possa falar novamente à nossa época, assim como fez no passado?
2. É possível que Deus tenha mudado de ideia desde que nos revelou originalmente seu ensinamento acerca da homossexualidade no Antigo e no Novo Testamentos? Deus alguma vez já mudou de ideia?
3. A nossa experiência influencia a maneira que entendemos as Escrituras? Em caso afirmativo, não estariam as nossas experiências em uma posição de autovalidação e fora do alcance ou do juízo bíblico?
4. Se há coisas que já foram proibidas na Bíblia, mas agora são permitidas, então parte da Lei de Deus tem somente um propósito temporário, como os aspectos civis ou cerimoniais. As regulamentações contra a homossexualidade podem ser tratadas como parte de alguma dessas leis?

10

CRIME E PENA DE MORTE

GÊNESIS 9.5,6; JOÃO 8.1-11

Definição de crime

"Um crime ocorre quando um ato é praticado, ou negligenciado, violando uma lei pública considerada necessária para a proteção e o bem-estar geral das pessoas governadas por essa lei."[1] Consequentemente, todos os atos antissociais como estupro, traição, assassinato ou roubo requerem punições determinadas pela sociedade. O objetivo primário não é a vingança, mas a manutenção da justiça para o maior número possível de pessoas. A esperança é reduzir tais ações injustas o máximo possível nesta vida por meio de tribunais instituídos por governos humanos.

O custo do crime

Em 1994, os crimes nos Estados Unidos podiam quase ser contados com o tique-taque do relógio: um assassinato a cada

[1]William F. Willoughby, "Crime", in: Carl F. H. Henry, org., *Baker's dictionary of Christian ethics* (Grand Rapids: Baker Academic, 1973), p. 150.

22 segundos, um estupro a cada cinco minutos, um roubo a cada 49 segundos; tudo isso a um custo alto demais para ser concebido. A população americana gasta todos os anos impressionantes 674 bilhões de dólares para pagar o custo do crime, entre os quais 78 bilhões para o sistema de justiça penal, 64 bilhões para a proteção privada, 202 bilhões pela perda de vida e trabalho, 120 bilhões por causa de crimes contra empresas, sessenta bilhões em bens roubados, quarenta bilhões por causa do vício de drogas e 110 bilhões por condução sob efeito do álcool.[2]

Hoje o público em geral e os cristãos aprenderam a conviver com o crime trancando as portas, as janelas e os carros e instalando alarmes nas casas, nos automóveis e em tudo o mais, embora comumente vivam em condomínios fechados. Apesar dos relatórios que, de vez em quando, dizem que o número de crimes está em declínio, o fato é que desde 1960 a taxa nacional de criminalidade cresceu continuamente em torno de 300%, com seu maior aumento na categoria de crimes violentos: cerca de 550%. Para nossa vergonha, os Estados Unidos têm a pior taxa de crimes violentos comparada com a de qualquer outro país industrializado.[3]

As razões para o crescimento da criminalidade

Grande parte da culpa pelo aumento no número de crimes pode ser vista nestes fatos: (1) a idade média dos criminosos é mais nova a cada ano, (2) o uso de drogas entre os adolescentes aumenta o potencial para crimes, (3) a introdução da cultura de armas (sem falar na proliferação de armas automáticas) tem provocado guerras entre gangues pelo controle territorial e tráfico de drogas.

Algumas pessoas preferem considerar o crime um ato irracional. Esse pode ser o caso de alguns crimes passionais ou relacionados a drogas, mas a maioria dos crimes resulta de

[2]"Cost of crime: $674 billion", *U. S. News and World Report*, January 1994, p. 40-1, citado em Kerby Anderson, *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), p. 142.

[3]Anderson, *Christian ethics*, p. 143.

decisões calculadas que, com frequência, baseiam-se na probabilidade de ser preso comparada ao possível lucro que o crime pode trazer. Algumas estatísticas alarmantes dizem que três de cada quatro criminosos condenados não estão na cadeia e que somente um de cada dez crimes sérios resulta em prisão.[4] Em outro estudo desenvolvido por Morgan Reynolds da Texas A&M University, 98% de todos os roubos nunca acabam em pena de prisão, somente 2% dos ladrões cumprem pena, e a média do tempo na cadeia é de apenas treze meses![5]

Acrescente-se a todas essas estatísticas o fato de que atualmente a taxa de reincidência na prática de crimes nos Estados Unidos é de 70% a 80%, o que faz com que a tarefa da sociedade e da igreja seja ainda maior. No entanto, em alguns exemplos de programas que têm funcionado, como aquele patrocinado pela Chuck Colson's Prison Fellowship, o índice de reincidência diminui para um dígito! Esse é um dos pontos mais dignos para a igreja mostrar o poder do evangelho e como ela pode impactar e mudar a sociedade por meio do poder de Cristo e de sua palavra.[6]

Além de programas desse tipo de reforma penal e reabilitação, há a tarefa de prevenção ao crime, especialmente entre os mais jovens da sociedade — que, com frequência, são os que enfrentam desespero e extrema pobreza ou que buscam em líderes de gangues um modelo forte de masculinidade, muitas vezes inexistente em seus lares devido à ausência do pai. Em lugares em que aumenta o número de nascimentos ilegítimos, em que mães solteiras sofrem pressões econômicas insanas para manter a família unida, cumprindo longas horas de trabalho enquanto buscam orientar a família — é exatamente ali que o foco dos programas da igreja precisa se concentrar se eles quiserem impactar de alguma forma a questão da prevenção da violência.

---

[4]John Dilulio, "Getting prisons straight", *American Prospect* 1 (Fall 1990), citado em Anderson, *Christian ethics*, p. 144.

[5]Anderson, *Christian ethics*, p. 144.

[6]Cal Thomas, "Programs of the past haven't reduced crime", *Los Angeles Times*, January 13, 1994, citado em Anderson, *Christian ethics*, p. 147.

A Bíblia exige que a justiça e a compaixão sejam exercidas tanto em relação à vítima quanto em relação ao que comete o crime. Embora o evangelho enfatize que sempre haverá perdão disponível para todos os pecados e crimes, isso não anula o fato de que o mal traz consigo consequências civis que também precisam ser tratadas.

O encarceramento é oneroso — conforme os dados mais recentes, são gastos cerca de 25 mil dólares anuais com cada prisioneiro. No entanto, custa ainda mais caro libertar o criminoso, pois, segundo algumas estimativas, os custos aumentam até dezessete vezes em comparação com a detenção.[7]

A pena de morte e o homicídio qualificado

Embora o Antigo Testamento registre vários exemplos em que Deus ordenou o uso da pena de morte, todos exceto um dentre os dezesseis a vinte exemplos do Antigo Testamento podiam ser atenuados por meio de um "resgate". Mas, como ensina Números 35.31, isso não se aplica ao caso de um assassinato premeditado, em que o perpetrador planejou antecipadamente e estava à "espreita" (35.20, KJV) da vítima. Muitos judeus e intérpretes conservadores destacam o fraseado incomum de Números 35.31, que determina: "Não aceitem resgate [ou 'substituto'] pela vida de um assassino, que merece morrer. Certamente terá de ser executado".

Dos vinte crimes que exigiam pena de morte, somente no caso do homicida não havia substituição ou alternativa de resgate a ser oferecida ou aceita; alguém que destruísse a vida de outra pessoa feita à imagem de Deus teria de ser oferecido de volta a Deus pelas autoridades governamentais. Caso contrário, a culpa pelo não cumprimento dessa ordem recairia

[7]Edwin Zedlewski, *Making confinement decisions* (National Institute of Justice Research in Brief, 1987); Edwin Zedlewski, "New mathematics of imprisonment: a reply to Zimring and Hawkins", *Crime and Delinquency* 35 (1989): 171, citado em Anderson, *Christian ethics*, p. 145.

sobre toda a sociedade e o sangue da vítima, por assim dizer, poderia ser encontrado na casa de Deus e nos corredores da sede do governo da cidade que se recusou a devolver a Deus a vida de quem cometeu aquela ofensa. A comunidade que relutasse em executar a ordem de Deus da pena de morte em caso de assassinato premeditado teria de sofrer, ela mesma, a penalidade desse castigo.

No entanto, embora a designação de uma ofensa capital indicasse a seriedade do crime (como no caso de um sequestro), todas as ofensas capitais, exceto o homicídio qualificado, podiam ser resgatadas (a raiz hebr. da palavra "resgate" significa "libertar ou resgatar por meio de um substituto"), e o substituto expiaria o ato culposo perpetrado, caso a sociedade e os juízes o aceitassem.

Não é raro ouvir na igreja cristã que a pena de morte não se aplica a nós hoje, porque Jesus extinguiu a pena de morte no Sermão do Monte (Mt 5.43-48). No entanto, um estudo cuidadoso do Sermão do Monte revelará que Jesus advertia contra o desejo de *vingança pessoal*; ele não estava limitando o poder ou a responsabilidade do governo, como deixou claro em Romanos 13.1-7.

Outros se queixam de que o governo se envolve em homicídio quando executa a pena de morte, uma vez que o sexto mandamento proíbe expressamente a ação do governo de sentenciar uma pessoa à morte por cometer um assassinato: "Não matarás" (Êx 20.13). Na realidade, na língua hebraica há sete palavras para "matar". A palavra usada no sexto mandamento, *rātsâ*, ocorre somente 47 vezes no Antigo Testamento, com as evidências restringindo-se ao sentido de homicídio premeditado ou, em alguns casos, indicando o vingador do sangue de alguém culpado de assassinato.[8] Essa palavra (*rātsâ*) nunca foi usada com o sentido de matar um inimigo na batalha ou matar um animal em sacrifício. O governo, portanto, tem o direito

[8]Veja Walter C. Kaiser Jr., *Toward Old Testament ethics* (Grand Rapids: Zondervan, 1983), p. 90, 164.

divinamente autorizado de ordenar a pena de morte em casos comprovados de que o homicídio foi praticado de maneira premeditada. Êxodo 21.12-36 ordenava que o governo punisse esses assassinos, como também sugere a presença da "espada" em Romanos 13.4.

Mas é hora de nos voltarmos às Escrituras para examinar uma passagem relacionada à aplicação da pena de morte em caso de homicídio qualificado.

Vítimas de assassinato não são lixo

Texto: Gênesis 9.5,6

Título: "Vítimas de assassinato não são lixo"

Ponto central: "Porque à imagem de Deus o homem foi criado" (v. 6).

Palavra-chave da exposição: Exigências

Pergunta: Quais são as exigências de Deus à sociedade quando alguém é assassinado por maldade e de forma premeditada?

Esboço:

I. Deus exige prestação de contas da sociedade (9.5)
II. Deus exige que o culpado seja castigado (9.6a)
III. Deus exige que o valor da vida corresponda ao dom da imagem de Deus (9.6b)

Em décadas recentes, houve um crescimento da aversão à pena de morte. No entanto, já em 1764, Cesare Beccaria, que causou um grande impacto na reforma penal, escreveu: "Não é um absurdo que as leis, que abominam e punem o homicídio, precisem elas mesmas cometer assassinato publicamente a fim de prevenir o assassinato?".[9] Porém, essa objeção não

[9]Cesare Beccaria, "On crime and punishment", in: *An essay on crimes and punishments*, tradução para o inglês de E. D. Ingraham (Stanford: Academic Reprints, 1952), p. 104-5, citado em William H. Baker, *On capital punishment* (1973; reimpr., Chicago: Moody, 1985), p. 27.

reconhece que a mesma Bíblia que ordenou a pena de morte também ordenou que o governo a execute, conforme observado anteriormente.

I. Deus exige prestação de contas da sociedade (Gn 9.5)

A clareza dessa ordem divina chama atenção, pois por meio dela Deus está transferindo aos homens o que havia reservado para si. Tratava-se de uma ordem para que os homens punissem seus semelhantes pelo crime de homicídio (qualificado). Evidentemente ela não era, inicialmente, determinada pela Lei mosaica, pois lhe precedeu por muitos séculos. Além disso, se alguém desejar transferir o versículo 6 para a Lei de Moisés, terá de estar preparado para transferir também os versículos 4 e 5, que tratam da ingestão de carne em lugar de uma dieta estritamente vegetariana.

Essa ordem é contestada por algumas pessoas que se reportam ao tratamento dado por Deus a Caim depois de ele ter matado seu irmão. Deus não havia dado a Caim, por assim dizer, uma segunda chance, sem exigir que morresse por seu ato abominável? Em Gênesis 4.13-16 lemos:

> Disse Caim ao Senhor: "Meu castigo é maior do que posso suportar. Hoje me expulsas desta terra, e terei de me esconder da tua presença; serei um fugitivo errante na terra, e quem me encontrar me matará". Mas o Senhor lhe respondeu: "Não será assim; se alguém matar Caim, sofrerá sete vezes a vingança". E o Senhor colocou em Caim um sinal, para que ninguém que viesse a encontrá-lo o matasse. Então Caim afastou-se da presença do Senhor e foi viver na terra de Node, a leste do Éden.

De quem Caim teve medo? De Deus! Por quê? Porque ele temia que Deus executasse a pena de morte contra ele, ou que outros homens que o encontrassem fizessem o mesmo. Por que, então, em aparente contradição com uma parte posterior das Escrituras, é Deus, o imutável, que protege Caim para que não seja morto?

O propósito de Deus, no entanto, não era proteger Caim, porque sua proteção era apenas decorrente do propósito mais abrangente, o de proteger a família. Deus teria de convocar a família para agir no papel de testemunha contra um de seus membros, depois, para servir de juiz e também de corpo de jurados para condenar Caim. Por fim, eles seriam executores de um membro da família. Cada uma dessas ações seria destrutiva para as normas legais familiares que Deus queria proteger. Portanto, não era Caim que Deus desejava proteger, mas a sua ordem legal familiar.[10] Como ainda não havia outros para servir nesses papéis, Deus não queria que a família viesse a ser destruída, ou que ela própria assumisse esses papéis.

No entanto, essa situação se altera depois do dilúvio de Noé. Nesse caso, Deus espera que os homens assumam a responsabilidade pela vida destruída violentamente por um de seus semelhantes. Não é uma responsabilidade que deve ser entregue à família da vítima para ajudá-la em seu sofrimento ou à sociedade em geral para cumprir objetivos como reduzir o crescimento das taxas de homicídio, mas é uma responsabilidade a ser assumida diretamente perante Deus. Isso é o que torna essa ordem tão singular e de tamanha importância.

II. Deus exige que o culpado seja castigado (Gn 9.6a)

A necessidade da pena de morte é resumida pelo verbo hebraico *yishshāpēk*, "será derramado". Essa seria uma mera sugestão, "poderá ser derramado", ou uma ordem, "deverá ser derramado"? Trata-se de uma palavra descritiva ou de uma ordem prescritiva? Uma vez que Deus disse no versículo 5: "a cada um pedirei contas da vida do seu próximo", isso não pode ser uma sugestão, com uma simples permissão ligada a ela. Trata-se de uma ordem superior.

[10]Essa perspectiva é desenvolvida por Rousas John Rushdoony, *The institutes of Biblical law* (Nutley: Craig, 1973), p. 358-62.

É o próprio Deus que exige essa ação, mas ela deve ser realizada pelos seres humanos: "Quem derramar sangue do homem, pelo homem seu sangue será derramado". Seria uma incumbência difícil, mas a exigência era a mais divina ordem de execução dada aos homens acerca de uma das mais sérias infrações contra outro ser humano.

III. Deus exige que o valor da vida corresponda ao dom da imagem de Deus (Gn 9.6b)

A razão para esse mandamento de Deus tão notável está imediatamente associada à legislação: "Porque à imagem de Deus o homem foi criado" (v. 6b). O sentido não se refere apenas ao perpetrador, que é feito à imagem de Deus, de forma que ele não pudesse ser morto; antes, a vítima era alguém feito à imagem de Deus e de valor e importância inestimáveis. As pessoas feitas à imagem de Deus não são mero refugo ou lixo.

Ao apresentar essa razão, o valor dos seres humanos foi elevado acima do mundo animal ou de todas as outras formas de vida. O assassinato, portanto, equivalia a atirar contra a imagem do próprio Deus, a assaltá-la ou a massacrá-la. O homicídio é tão sério porque se trata de um crime contra a majestade da imagem divina em cada indivíduo. Por mais desonradas ou depravadas que as pessoas possam parecer, elas não podem ser comparadas ao lixo descartável ou vistas simplesmente como refugos miseráveis da humanidade; ainda assim, elas são feitas à imagem de Deus e trazem consigo um enorme potencial e importância.

Portanto, os homens devem representar seu Criador no exercício da autoridade e na administração da justiça. Quando cidadãos deixam de cumprir essa ordem de Deus, eles acarretam sobre as próprias cabeças e comunidades o juízo que deveria cair sobre a cabeça do homicida.

Conclusões

O governo, portanto, é ordenado por Deus a punir o assassino. Isso não contradiz ou nega o ensinamento de que Deus deu

o seu Filho para morrer pelos pecados do mundo, inclusive os do assassino (Jo 12.47). Em seu perdão teológico, nosso Senhor assume de forma vicária a dívida e assim oferece perdão a todos. No entanto, ser perdoado não elimina as consequências civis do ato de tirar prematuramente a vida de outra pessoa. Portanto, um homicida pode realmente vir a se arrepender posteriormente e receber o perdão de Deus, mas esse crime foi tão violento que seus efeitos são permanentes na vítima. Para evitar que a vida se torne menos valiosa a cada novo crime, esses assassinos que matam premeditadamente devem ser castigados de acordo com a ordem de Deus, que foi anunciada muito antes de a Lei ter sido transmitida a Moisés.

Alguns poderão alegar que a "revelação progressiva" elimina a necessidade de insistir nessa abordagem antiga do problema do homicídio qualificado. Se as exigências da Lei civil e cerimonial foram abolidas, então por que, de acordo com o mesmo raciocínio, essa injunção anterior à Lei também não foi abolida? Além do mais, o Novo Testamento não exige que tenhamos misericórdia e perdão, o que substituiria qualquer exigência de justiça do Antigo Testamento? A morte de Cristo não pagou todos os nossos pecados, tornando qualquer expiação adicional sem sentido e uma evidência de falta de fé?

Na verdade, a "revelação progressiva" é o desdobramento gradual da verdade de Deus na história da revelação divina. Portanto, Deus realmente tornou sua revelação conhecida a nós ao longo das eras de forma proporcional e gradativa. Mas também é verdade que precisamos encontrar um princípio no texto que mostre que a ordem original de Deus foi anulada com o progresso da revelação. Infelizmente, nenhuma passagem pode ser encontrada. Essa ordem também não está simplesmente vinculada à teocracia ou à Lei de Moisés, que vieram depois. Além disso, o Novo Testamento concedeu ao governo humano o poder da pena de morte em Romanos 13.4, e o apóstolo Paulo reconhecia haver crimes que mereciam a morte. Paulo, em sua defesa diante de Festo, disse: "Se, de fato, sou culpado de ter feito

algo que mereça a morte, não me recuso a morrer" (At 25.11). Essa declaração também era um reconhecimento do ensinamento bíblico sobre a pena capital.

Um exemplo especial da mulher pega em adultério

O texto de João 8.1-11, embora não trate de um caso de homicídio, é citado frequentemente como um exemplo em que Jesus não aplicou a Lei mosaica.[11] Os escribas e fariseus vieram a Jesus dizendo que haviam apanhado certa mulher "em ato de adultério" (v. 4).[12] Como eles sabiam onde encontrar uma mulher que praticava esse tipo de ato ao "amanhecer" (8.2) é uma questão interessante. Em todo caso, da perspectiva deles, essa era uma armadilha bastante astuta contra Jesus, porque ele teria de violar a Lei (em vez de executar a penalidade dela, uma forma de antinomismo) ou convocar as pessoas para apedrejarem-na, uma ação que, ao que tudo indica, não era praticada naqueles dias, o que tornaria Jesus impopular perante a multidão. Era uma situação em que esses mestres da Lei e fariseus só tinham a ganhar.

É importante observar o local em que Jesus estava quando eles vieram abordá-lo: Jesus estava no templo (v. 2). Os acusadores da mulher declararam a Jesus: "Mestre, esta mulher foi surpreendida em ato de adultério" (v. 4). E continuaram: "Na Lei, Moisés nos ordena a apedrejar tais mulheres. E tu, o que dizes?" (v. 5). O Evangelho de João relata no versículo 6: "Eles estavam usando essa pergunta como armadilha, a fim de terem uma base para acusá-lo".

Surpreendentemente, nosso Senhor não deu nenhuma resposta imediata, mas, em vez disso, inclinou-se no pátio do

[11]Embora nos melhores e mais antigos manuscritos não existia a passagem de João 7.53—8.11, ela é em geral aceita como um evento real na vida de Jesus.

[12]A melhor análise desse episódio, que sigo aqui no livro, é de John W. Burgon (1813-1888), *The woman taken in adultery*, p. 239ss., citado em Rushdoony, *Institutes*, p. 397-8, 702-6.

templo e começou a escrever no chão com o dedo. Inúmeras pessoas parecem saber exatamente o que Jesus havia escrito (embora a maioria tenha opiniões diferentes), mas o texto não oferece a menor sugestão do que Jesus poderia ter escrito. Como eles continuavam a bombardeá-lo com perguntas, ele se levantou e disse apenas: "Se algum de vocês não tiver pecado, seja o primeiro a apedrejá-la" (v. 7b). E voltou a escrever no chão.

Aos poucos, os acusadores começaram a ir embora, os mais velhos, primeiro, até que somente Jesus e a mulher ficaram ali. Qual seria o motivo desse repentino recolhimento, especialmente depois de haverem empenhado tanto esforço e determinação para pegar Jesus em uma armadilha? O que Jesus disse, escreveu ou indicou com o texto no chão do templo que levou todos a logo se lembrarem de algum compromisso mais importante naquele momento, em vez de permanecerem ali e testemunharem a justiça ser cumprida contra aquela mulher? De repente, o zelo religioso esmaeceu. Mas por que de forma tão abrupta e naquele exato momento?

O fato de Jesus ter se curvado no templo e escrito no chão deve ter suscitado no coração e na mente deles a única passagem que fala a respeito dessa situação desconfortável no Antigo Testamento. Em Números 5.16-24, o marido que suspeitasse do adultério da esposa a traria ao tabernáculo diante do Senhor. O sacerdote então pegaria um jarro de barro com água sagrada e misturaria nela um pouco de pó do chão do tabernáculo (seria essa situação que Jesus estava representando novamente aqui?). E então, com a água na mão, o sacerdote faria com que a mulher prestasse um juramento e bebesse aquela água amarga como um tipo de prova. Se ela fosse culpada, seu corpo incharia; se fosse inocente, nada aconteceria. A questão parecia estar no inchaço do corpo causado pelo impacto psicossomático da culpa. De acordo com a crença tradicional, esse teste também poderia ser exigido do marido, caso a esposa suspeitasse que ele fosse culpado do mesmo crime que acusava sua mulher de praticar.

Nesse contexto, os mestres da lei e os fariseus estavam agindo no lugar do marido enciumado. Aparentemente, quando viram Jesus se abaixar e continuar a escrever ou rabiscar na areia do templo, a mente treinada deles os fez voltar a Números 5, e eles decidiram que seria melhor sair dali antes que as coisas ficassem complicadas demais para eles.

Jesus perguntou: "Mulher, onde estão eles? Ninguém a condenou?"

Ela respondeu: "Ninguém, Senhor".

"Eu também não a condeno", declarou Jesus. "Agora vá e abandone sua vida de pecado" (v. 10,11).

Jesus reconheceu que a mulher havia pecado. Por isso, ela deveria ir e não pecar mais. A questão é que a acusação *legal* contra ela havia desmoronado quando os acusadores decidiram subitamente abandonar a armadilha que haviam tramado de forma tão calculada para pegar Jesus. Parece que eles não teriam passado pelo teste, por isso, era melhor deixar para lá e aguardar outra oportunidade em que poderiam pensar em um plano diferente contra Jesus.

Jesus ofereceu perdão religioso à mulher, mas não havia perdão civil ou jurídico possível, já que a acusação legal contra ela tinha desmoronado. Caso tudo isso chegasse aos ouvidos de seu marido, e ele voltasse com a esposa perdoada e algumas testemunhas, a acusação legal ainda poderia ser mantida, mesmo tendo sido perdoada espiritualmente. No entanto, também parece que Jesus se recusou a fazer o papel de juiz em assuntos legais, como em outra situação, em Lucas 12.13,14, relacionada a uma disputa de herança. A condenação civil se refere a crimes cometidos contra a lei civil. O perdão civil somente pode ocorrer quando uma pessoa condenada cumpre a penalidade por seu crime.

No entanto, não podemos concluir com base nessa história, presumindo que seja um relato autêntico sobre Jesus (como acredito ser), que ele atenuou a Lei em favor da misericórdia ou da bondade. Essa seria uma aplicação equivocada da narrativa.

Bibliografia

BAILEY, Lloyd R. *Capital punishment: what the Bible says* (Nashville: Abingdon, 1987).

BAKER, William H. *On capital punishment* (Chicago: Moody, 1985).

DAVIS, John Jefferson. *Evangelical ethics: issues facing the church today* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1985), esp. p. 193-207.

GEISLER, Norman L. *Christian ethics: options and issues* (Grand Rapids: Baker Academic, 1989), esp. p. 193-213.

_____. *Ética crista: opções e questões contemporâneas* (São Paulo: Vida Nova, 2010). Tradução de: Christian ethics.

HENRY, Carl F. H. "Does Genesis 9 justify capital punishment? Yes". In: YOUNGBLOOD, Ronald F., org. *The Genesis debate* (Grand Rapids: Baker Academic, 1990), p. 230-50.

HOUSE, H. Wayne; YODER, John Howard. *The death penalty debate* (Dallas: Word, 1991).

LEWIS, Clive Staples. "The humanitarian theory of punishment". In: *God in the dock* (Grand Rapids: Eerdmans, 1970), p. 287-94.

_____. "On punishment: a reply to criticism". In: *God in the dock* (Grand Rapids: Eerdmans, 1970), p. 295-300.

MURRAY, John. *Principles of conduct* (Grand Rapids: Eerdmans, 1957), esp. p. 107-22.

REID, Malcolm A. "Does Genesis 9 justify capital punishment? No". In: YOUNGBLOOD, Ronald F., org. *The Genesis debate* (Grand Rapids: Baker Academic, 1990), p. 230-50.

VAN NESS, Daniel. *Crime and its victims* (Downers Grove: InterVarsity, 1986).

Perguntas para debate e reflexão

1. Qual é a responsabilidade da igreja no auxílio a programas de prevenção da criminalidade de uma forma que vá além dos limites de sua membresia?

2. Como a igreja pode se engajar de maneira mais ativa na redução do índice de reincidência criminal? Como os cristãos podem demonstrar cuidado e compaixão pelas pessoas que estão na prisão?
3. A história da mulher apanhada em adultério mostra que a Lei do Antigo Testamento foi substituída pela misericórdia e pelo perdão?
4. Nesse debate sobre a pena de morte, qual é a importância do argumento de que o ser humano foi criado à imagem de Deus?

11

SUICÍDIO, INFANTICÍDIO E EUTANÁSIA

Jó 14.1-6

As questões éticas sobre a vida e a morte têm recebido bastante destaque nos últimos anos em razão da divulgação de diversos casos pela mídia. No entanto, ainda mais inquietante para pessoas leigas, pastores e médicos é o debate sobre em que momento "desligar os aparelhos", ou qual é a definição apropriada de "morte" e quando ela ocorre. Avanços tecnológicos tornaram algumas dessas perguntas muito mais difíceis de responder.

Definições

A palavra "suicídio" foi criada por Walter Charleton em 1651. Sua alegação era que "vindicar-se de uma calamidade extrema e, de outro modo, inevitável por meio de *suicídio* não é um crime". Esse termo com a primeira sílaba grifada não se refere

a uma palavra única no latim; na verdade, trata-se de duas palavras latinas: *sui*, "eu", e *cide*, "matar".

Antes, John Donne, em sua polêmica e célebre obra *Biathanatos*[1] (uma distorção do termo grego que significa "morrer violentamente") havia proposto "auto-homicídio" como um termo mais brando e neutro, mas a palavra "suicídio", criada por Charleton, foi a que permaneceu. Em alemão, *Selbstmord*, "autoassassinato", é o termo comum, porém, *Suizid*, "suicídio", é a palavra mais técnica e preferível da perspectiva clínica. No entanto, "suicídio" não tem mais a conotação neutra e antisséptica que Charleton pretendia. Tirar a própria vida é uma violação do sexto mandamento de Deus.

O suicídio, na verdade, envolve tirar intencionalmente a própria vida como objetivo final ou como um meio para alcançar outro objetivo, por exemplo, acabar com um grande sofrimento. Ele é praticado por meio de uma ação (como tomar um comprimido) ou mediante a recusa em agir (como deixar de se alimentar). Há situações, no entanto, em que alguém intencionalmente tira a própria vida, mas somente para evitar uma tragédia maior. Por exemplo, um motorista de caminhão percebe, no último instante, que há crianças brincando sobre uma ponte e que elas certamente serão mortas se ele não tomar uma ação defensiva. Então, joga de propósito o caminhão na direção de um penhasco a fim de evitar o atropelamento das crianças. Sua morte certamente seria intencional, mas não parece adequado categorizá-la como suicídio. Tal ação, nesse caso, exemplificaria melhor um sacrifício para que as crianças pudessem viver.

O termo *euthanasia*, assim como o suicídio, também é formado por duas partes: o prefixo grego *eu*, que significa "bom" ou "fácil", e *thanatos*, que significa "morte". Entretanto, da perspectiva cristã, o que esse termo retrata não é "bom" nem "fácil".

[1]John Donne, *Suicide: "biathanatos"*, transcrito e editado com base no original de 1608 e de reimpressões de 1647, 1700 e 1930 para leitores modernos por William A. Clebsch (Chico: Scholars, 1983).

A história do debate sobre eutanásia, infanticídio e suicídio

Os debates sobre eutanásia, infanticídio e suicídio não são recentes. Os gregos, por exemplo, discutiam constantemente esses assuntos. Por exemplo, os pitagóricos se opunham à eutanásia, mas os estoicos insistiam em seu uso, especialmente em casos de doenças incuráveis. Não era raro o abandono de filhos indesejados ou deformados na Grécia Antiga; aliás, na cidade-Estado de Esparta, era obrigatório por lei que essas crianças fossem abandonadas ou que algo ainda pior fosse feito com elas.

Na *República*, de Platão, o filósofo recomendava que, no Estado ideal, filhos com membros deficientes deveriam ser enterrados em algum local desconhecido. Da mesma forma, Aristóteles desejava que "nada imperfeito ou mutilado" se desenvolvesse no Estado ideal. Além disso, o Estado deveria regulamentar o número de filhos que cada casal poderia ter. Regulamentações semelhantes eram decretadas em Roma, cuja legislação determinava que filhos além do número permitido deveriam ser abortados. A Lei das Doze Tábuas de Roma proibia qualquer pessoa de criar filhos deformados. Até mesmo no Japão pré-industrial, o infanticídio era bastante comum e chamado de *mabiki*, que significa "desbaste", mesma palavra usada para o que se fazia com as mudas de arroz nos arrozais.[2] Nessa mesma linha de destruição de vida, na Índia, um costume hindu chamado *suttee* exige que a viúva seja cremada na pira funerária de seu marido.

No judaísmo ortodoxo, no entanto, há o assim chamado *Kiddush Ha-shem*, "Santificação do Nome", baseado em Levítico 22.31,32. Um judeu deveria fazer tudo o que estivesse ao seu alcance, até mesmo tirar a própria vida, para glorificar o nome de Deus. Consequentemente, 960 homens, mulheres e crianças se mataram em Massada para impedir que os romanos os capturassem vivos no ano 70 d.C. Do mesmo modo, conforme

[2]John Jefferson Davis, *Evangelical ethics: issues facing the church today* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1985), p. 160.

relatado no *Talmude, Gittin 57b*, quatrocentos meninos e meninas foram sequestrados pelo inimigo para "propósitos imorais", porém, para evitar a imoralidade planejada por esses pagãos, as próprias crianças se lançaram ao mar e morreram afogadas.

Agostinho de Hipona ensinou que o suicídio é pior do que o homicídio, pois o primeiro também viola o sexto mandamento. Seu silogismo era: Você não deve matar uma pessoa; eu sou uma pessoa; portanto, não devo me matar. Da mesma forma, Tomás de Aquino (1225-1274) desenvolveu e ensinou uma acusação tripla aos que tiravam a própria vida. Isso era: falta de responsabilidade para consigo, falta de responsabilidade para com a comunidade e falta de responsabilidade para com Deus.

Os princípios cristãos sobre o valor dos seres humanos criados à imagem de Deus contribuíram muito para que essas ideias autodestrutivas não se disseminassem. O Juramento de Hipócrates também foi importante, fazendo com que os médicos regularmente prometessem: "Mesmo se eu for solicitado, não darei droga mortífera a ninguém nem a recomendarei".

Todavia, em 1935, a Euthanasia Society of England [Sociedade Inglesa da Eutanásia] começou a promover a ideia de uma "boa morte" para pacientes que enfrentavam doenças incuráveis. Uma sociedade parecida surgiu nos Estados Unidos alguns anos depois. Derek Humphry atuou especialmente na formação da "Hemlock Society" ["Sociedade Cicuta"] para promover a eutanásia nos Estados Unidos, como explica em seu best seller *Final exit: the practicalities of self-deliverance and assisted suicide for dying*.[3] Em 1975, ele ajudou na morte de sua esposa, conforme contou em detalhes em *Let me die before I wake* [Deixe-me morrer antes que eu acorde].

Outra pessoa que tem exercido grande influência nos Estados Unidos e ajudado muitas pessoas com a máquina de suicídio que patenteou (chamada "Mercitron") é o Dr. Jack Kevorkian.

[3]Edição em português: *A solução final: justificativa e defesa da eutanásia*, tradução de Ênio Silveira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994).

Seu livro chama-se *Prescription-medicine: the goodness of planned death* [Medicamento sob prescrição médica: a benevolência de uma morte planejada]. O médico se reunia com pessoas para jantar e, depois, elas iam até sua caminhonete Volkswagen, onde sua máquina os esperava para dar fim a suas vidas. Kevorkian, que agora está solto, concorreu às eleições para um cargo oficial no estado de Michigan em 2008. Seu método para ajudar pessoas a cometer suicídio é amplamente documentado. Ele fazia uma aplicação intravenosa no braço do paciente com uma solução salina até que o paciente apertasse um botão que injetava duas drogas a esse sistema: a primeira deixava-o inconsciente e a segunda o levava à morte.

Em 26 de junho de 1997, a Suprema Corte dos Estados Unidos da América votou contra a eutanásia e anulou as leis dos estados que consideravam constitucional esse tipo de suicídio assistido por médicos.

Há seis casos de suicídio na Bíblia. O primeiro foi o de Abimeleque, filho de Gideão, que ordenou a seu escudeiro que lhe transpassasse com sua espada para que o povo não dissesse que ele havia sido morto por uma mulher, a qual havia acabado de lançar uma pedra de moinho sobre a cabeça dele e quebrado seu crânio (Jz 9.50-56). O escudeiro obedeceu à ordem de Abimeleque e assim ele morreu.

O segundo exemplo é o do rei Saul, ferido na batalha contra os filisteus. Ele também havia ordenado que seu escudeiro o matasse, mas quando este se recusou a cumprir a ordem, Saul lançou-se sobre a própria espada e tirou sua vida (1Sm 31.1-6).

O terceiro caso de suicídio é o do juiz Sansão, que, em um ato final de vingança pela perda de sua visão nas mãos dos filisteus, forçou as duas colunas centrais que sustentavam o prédio de dois andares em que os inimigos celebravam sua captura e detenção. Ele literalmente derrubou o prédio sobre si e sobre cerca de três mil filisteus (Jz 16.23-31).

Um quarto exemplo de suicídio é o de Aitofel, conselheiro de Davi, muito sábio e capaz. Quando Davi foi expulso da

cidade por causa da conspiração de seu filho, Absalão, Aitofel, em vez de apoiar Davi, ficou ao lado de Absalão. Davi, no entanto, enviara outro conselheiro, Husai, de volta à cidade para evitar que o sábio conselho de Aitofel fosse seguido. No final, o comovente e estimulante, porém mau, conselho de Husai foi aceito pelo governo traidor de Absalão. Quando Aitofel percebeu o impacto de tudo isso, foi para casa e, depois de "pôr sua casa em ordem", enforcou-se (2Sm 17.23).

No quinto exemplo, o rei Zinri, que alcançou o recorde de reinado mais curto em Israel (sete dias), havia sido cercado em Tirza pelo usurpador Onri. Ao perceber que não havia saída, Zinri entrou no castelo do palácio real e pôs fogo a seu redor. Ele também provocou a própria morte (1Rs 16.15-19).

Judas, o discípulo de Jesus, é o sexto caso de suicídio nas Escrituras. Depois de trair o Senhor e perceber o que havia feito, ele tomou as trinta moedas de prata que recebera das autoridades judaicas e as jogou no chão do templo, então saiu e se enforcou (Mt 27.3-10; At 1.15-19).

Formas de eutanásia

Quatro categorias de eutanásia são geralmente distinguidas nas discussões éticas e médicas do assunto. São elas:

1. *Eutanásia voluntária passiva.* Essa forma presume que a equipe médica apenas deixará a natureza seguir seu curso. Isso deve ser solicitado pelo paciente. O médico não fará nada para apressar a morte do paciente, mas apenas proverá ao paciente cuidado, conforto e conselho.
2. *Eutanásia voluntária ativa.* Nesse caso, o paciente pede ao médico que apresse sua morte por algum meio ativo, como a aplicação de uma injeção letal. Há controvérsia se pessoas que não fazem parte da equipe médica, como um cônjuge, amigo ou parente, também teriam permissão de ajudar a pessoa a morrer.

3. *Eutanásia involuntária passiva.* Nessa situação, o paciente não demonstrou o desejo de morrer e é incapaz de fazê-lo. Por isso, a equipe médica não toma medidas extraordinárias para salvar o paciente, mas muitas vezes remove sondas nasogástricas e suspende antibióticos e sistemas que sustentam a vida, como um respirador.
4. *Eutanásia involuntária ativa.* Nesse caso, o médico faz alguma coisa para apressar a morte, independentemente da vontade do paciente. As razões podem ser econômicas, humanitárias ou até genéticas.

Somente a primeira forma listada acima, a "eutanásia voluntária passiva" (e, possivelmente, a terceira forma), não se trata de eutanásia no sentido moderno da palavra. No entendimento da equipe médica, tentativas de curar a doença já não fazem sentido e, portanto, toda atenção médica é voltada ao maior conforto possível do paciente. As outras formas são maneiras de tirar a vida proibidas pelas Escrituras.

O suicídio assistido pelo médico é atualmente um dos assuntos mais polêmicos nos Estados Unidos. Se alguns legisladores estaduais conseguirem impor sua vontade, muitos médicos deixarão de ser os que curam para ser os que matam. A experiência na Holanda deveria servir de advertência suficiente para os Estados Unidos, mas não parece ter recebido atenção até o momento, haja vista a tendência atual. As diretrizes originais para os médicos holandeses (a serem adotadas somente em casos de doenças terminais e mediante insistência voluntária do paciente) foram ampliadas por eles mesmos a ponto de 25% dos médicos admitirem pôr fim à vida de um paciente sem o consentimento deste e de 60% não relatarem esses casos (o que é exigido por lei).[4]

[4]Herbert Hendin; Chris Rutenfrans; Zbigniew Zylicz, "Physician-assisted suicide and euthanasia in the Netherlands: lessons from the Dutch", *Journal of the American Medical Association* 277 (June 1997): 1720-2, citado em Kerby Anderson, *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), p. 58.

A perspectiva bíblica sobre tirar a vida

Não resta dúvida de que o princípio orientador nas Escrituras, apresentado em Êxodo 20.13, condena claramente a eliminação da própria vida ou da vida de outra pessoa. Isso inclui todas as formas de infanticídio, suicídio em seu sentido comum e todas as formas ativas de eutanásia. As únicas exceções nas Escrituras são as mortes motivadas por autodefesa, pena de morte e guerra justa.

O argumento do chamado direito de morrer é totalmente contrário à doutrina da providência divina e à doutrina da soberania de Deus sobre todas as coisas nesta vida e sobre o mundo, o que inclui a nossa vida. Embora não tenhamos até agora um diagnóstico clínico e uma definição do momento em que a morte ocorre, teologicamente parece que a morte acontece quando o espírito deixa o corpo (Ec 12.7; Tg 2.26). É claro que esse não é o tipo de indício que o profissional médico pode utilizar. Por isso, seria aconselhável dizer que um paciente deverá receber cuidados enquanto a atividade cerebral e os sinais vitais essenciais estiverem presentes.

O pregador em Eclesiastes ensina que "há tempo para tudo, e há uma ocasião para toda atividade debaixo do céu: tempo de nascer e tempo de morrer" (Ec 3.1,2). Tudo, conforme ressalta o pregador, é um presente de Deus, e ele fez "tudo belo a seu tempo" (Ec 3.11). É no Senhor que devemos procurar quais são os limites da vida e da morte, pois ele continua responsável tanto pelo início quanto pelo fim da vida e também por tudo o que ocorre entre esses dois momentos.

Somente Deus determina o número de nossos dias

Sugiro como texto de ensino sobre esse assunto Jó 14.1-6.

Texto: Jó 14.1-6
Título: "Somente Deus determina o número de nossos dias"
Ponto central: "Os dias do homem estão determinados; tu decretaste o número de seus meses e estabeleceste limites que ele não pode ultrapassar" (v. 5).

Palavra-chave da exposição: Perguntas
Pergunta: Que perguntas temos a respeito do controle de Deus sobre todos os nossos dias?

Esboço:
I. Há limitações em nossos dias? (14.1,2)
II. Deus nos colocou sob sua constante atenção? (14.3,4)
III. A extensão de nossos dias já foi determinada pelo próprio Deus? (14.5)
IV. Deus, em algum momento, afastaria de nós sua vigilância até chegar o tempo de nossa morte? (14.6)

I. Há limitações em nossos dias? (Jó 14.1,2)

De maneira geral, a duração da vida é relativamente curta e, no entanto, é cheia de dificuldades. Embora se refira ao "homem" em sentido amplo (hebr., *'ādām*, provavelmente com a ideia de alguém que vem da "terra", *'ădāmâ*), essa palavra certamente indica seres mortais reais que, assim como nós, são, por natureza, totalmente limitados e frágeis.

Há três expressões breves que enfatizam, em alguma medida, essas limitações: "nascido de mulher", "poucos dias" e "cheio de dificuldades". Isso deve nos ajudar a perceber nossa fragilidade, embora algumas pessoas digam que essas expressões indiquem nossa impureza ritual. Mas, ao que parece, esse foco é desnecessário, pois atribui sentido exagerado ao fato de termos nascido de mulher, sugerindo, sem base no texto, que tudo o que é expelido durante o nascimento torna a mãe ritualmente impura (a não ser que se argumente que o v. 1 é uma antecipação do v. 4).

A referência à nossa existência de "poucos dias" parece ser uma inversão clara de outros termos padrão utilizados para se referir a uma pessoa que morre "repleta de anos" ou "tendo desfrutado de uma longa vida" (Gn 25.8; 1Cr 29.28). Mas nem sempre todos esses dias foram livres de doenças ou sofrimento; alguns foram cheios de dificuldades.

Duas analogias ilustram a brevidade de nossa vida: a flor e a sombra (v. 2). A imagem da flor ou da relva que morre não é rara nas Escrituras, pois é encontrada em Tiago 1.10; Salmos 37.2; 90.5,6; 103.15; e Isaías 40.6,7. Quando chega a primavera na Terra Santa, as flores se abrem com toda a sua glória em lugares que há pouco tempo eram quase desertos. Mas então, de forma decepcionante, de repente as flores murcham e todas as plantas desaparecem.

No entanto, a brevidade da vida também é ilustrada na comparação da vida com uma "sombra". Um dos "amigos" de Jó, Bildade, como também Davi e Salomão em Eclesiastes, compara a vida com uma "sombra" (Jó 8.9; 1Cr 29.15; Sl 102.11; 144.4; Ec 6.12). No entanto, apesar da realidade da passagem rápida do tempo, os seres humanos contemporâneos fazem tudo o que está a seu alcance para retardar e evitar essa realidade. Fazemos exercícios, usamos cremes, tomamos uma porção de vitaminas; mas ainda assim constatamos o declínio de nossa força e o enrugamento de nosso corpo.

II. Deus nos colocou sob sua constante atenção? (Jó 14.3,4)

No entanto, toda essa divagação sobre o tempo e o vigor só gera outras duas perguntas: (1) É justo Deus manter uma criatura tão frágil e cheia de dificuldades e aflições sob essa inspeção constante? (2) Acaso ele pode extrair pureza de algo impuro? (v. 4). A força e o poder de Deus estão acima de tudo o que os homens nem sequer poderiam imaginar, pois não há comparação. Se isso é verdade, por que Deus então insiste em nos levar a julgamento?

Jó parece fazer essas perguntas em resposta à repreensão de Bildade em Jó 8.12,13. O argumento de Bildade era que só os ímpios são eliminados por Deus no auge da vida. Mas Jó refuta essa ideia, pois acredita que isso está sendo, de maneira errada, imputado a ele e à sua vida. As pessoas justas acusadas injustamente certamente têm o direito de buscar a reparação diretamente com Deus e de reivindicar justiça (v. 3).

O versículo 4 é ainda mais difícil, pois não pode significar que até mesmo Deus não pode tornar pura uma pessoa impura. O que Jó defende parece ser que Deus certamente não espera que as pessoas sejam perfeitas. Portanto, como resolver o problema de "tirar algo puro da impureza"? O próximo versículo o esclarecerá.

III. A extensão de nossos dias já foi determinada pelo próprio Deus? (Jó 14.5)

É claro que sim, e o versículo 5 trata exatamente disso, mostrando que a questão dos que usurpam com as próprias mãos o direito divino de tirar a vida é algo com que Deus se preocupa muito. Nesse tricólon, "dias", "meses" e "limites" são termo paralelos, assim como "determinados", "decretaste" e "estabeleceste". Deus é soberano sobre o tempo de cada vida humana. Em vez de essa verdade nos deixar desesperados, ela deve nos dar a esperança e o conforto de que não precisamos nos preocupar com o dia final ou com qualquer outro dia, pois cada um será uma dádiva de Deus, conforme o próprio Senhor determinou no eterno conselho celestial.

IV. Deus, em algum momento, afastaria de nós a sua vigilância até chegar o tempo de nossa morte? (Jó 14.6)

Por um momento, Jó deseja que Deus desvie seus olhos dele e o deixe só. Jó se sente como um assalariado que mal pode esperar chegar a hora de ir para casa e descansar. Essa atenção constante de Deus tornou-se uma pressão grande demais para ele.

Mas isso é apenas momentâneo, pois logo Jó louvará a Deus em outra analogia. No versículo 7, ele lembra o que acontece quando as árvores são cortadas, pois mesmo de um tronco cortado muitas vezes surge um rebento de vida que ainda havia naquele velho tronco. E essa também é a exata analogia para os seres humanos, como ensina o versículo 14. Sim, "se um homem morrer, acaso tornará a viver? Durante todos os dias do meu árduo labor esperarei por meu *renovo*". A palavra hebraica

para "renovo", *ḥalîphâ*, é da mesma raiz hebraica que o termo "rebento/nova vida" no versículo 7 (*yaḥălîph*). As pessoas que vivem com essa esperança no Messias brotarão novamente para uma nova vida cheia de vigor, assim como ocorre com algumas árvores (v. 7).

Conclusões

Portanto, a vida é um presente de Deus e está sob sua constante direção. Graça e força suficientes para cada dia são concedidas do alto. As pessoas que tiram suas vidas com as próprias mãos presumem ser iguais a Deus e capazes de fazer o que bem entendem consigo mesmas devido a todo tipo de racionalização, mas isso não subsistirá perante o exame do dia final.

Uma vez que Deus é o doador de toda a vida, é ele quem pode tirá-la no tempo que designou. O roubo de vidas de crianças ou de nossa vida é um crime contra Deus. Sim, o perdão é possível, até mesmo para o homicídio, mas o sofrimento e as consequências em muitos casos são totalmente desnecessários. Firmemos nosso conceito de vida no Deus Vivo e não em nós mesmos.

Bibliografia

ANDERSON, Norman. *Issues of life and death: abortion, birth control, genetic engineering and euthanasia* (Downers Grove: InterVarsity, 1976).

BAUCOM, John Q. *Fatal choice: the teenage suicide crisis* (Chicago: Moody, 1986).

DAVIS, John Jefferson. "Infanticide and euthanasia". In: *Evangelical ethics: issues facing the church today* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1985), p. 158-92.

KOOP, C. Everett; JOHNSON, Timothy. *Let's talk: an honest conversation on critical issues: abortion, AIDS, euthanasia, and health care* (Grand Rapids: Zondervan, 1992).

SCHEMMER, Kenneth E. *Between life and death: the life support dilemma* (Wheaton: Victor, 1988).

Perguntas para debate e reflexão

1. Qual é o problema do argumento de todos temos "direito à vida" em nossos próprios termos? Se a minha vida não me pertence, então a quem pertence e como posso saber disso?
2. Se uma pessoa sofre intensamente, estaremos demonstrando amor e compaixão a ela ao ajudá-la a morrer da forma mais rápida possível? Quem deseja ver pessoas sofrerem de modo prolongado?
3. Caso eu tire a minha vida por motivos egoístas, isso significa que não irei ao céu ou que não poderei ser enterrado em um cemitério cristão?
4. Por que um cristão desejaria manter vivos os filhos com deformidades sérias, espinha bífida ou Síndrome de Down grave? Não seria mais amoroso deixá-los morrer em vez de enfrentar uma vida de sofrimento e dificuldade?

12

ENGENHARIA GENÉTICA E REPRODUÇÃO ARTIFICIAL

GÊNESIS 1.26-30; 2.15-25

A Era de Aquário (lembra-se da canção da década de 1960?) parece ter passado e agora talvez estejamos na Era da Genética. Os avanços no campo da genética são tão velozes e impressionantes que o volume de trabalho produzido dobrou em um período de poucos anos. A tecnologia genética já ofereceu aos cidadãos contemporâneos do planeta Terra uma variedade completa de novos dispositivos; muitos deles prometem efeitos positivos, mas, como de costume, vários também acarretam avanços nocivos ou, ao menos, questionáveis de uma perspectiva ética.

Lee M. Silver, professor de Biologia Molecular da Universidade de Princeton, comentou: "Para o bem ou para o mal, uma nova era surge diante de nós — uma era em que nós, seres humanos, teremos a capacidade de mudar a natureza da nossa espécie".[1]

[1]Lee M. Silver, *Remaking Eden: how genetic engineering and cloning will transform the American family* (New York: Avon, 1998), p. 13.

Os cientistas se referem a esse avanço da ciência como uma "revolução"[2] e como "a mais fantástica e poderosa capacidade adquirida pelo homem desde a divisão do átomo".[3] Seja qual for a metáfora empregada, resta pouca dúvida de que o "limite" em que a ciência se encontra no momento é extremamente amplo e pode alterar seriamente como as capacidades físicas do ser humano são experimentadas.

Os recursos da engenharia genética prometem redesenhar completamente organismos existentes, inclusive homens e mulheres, de maneiras jamais imaginadas como possíveis. As mudanças previstas aqui são as que ocorrem no plano microscópico e que vão muito além dos processos normais de reprodução. Pela primeira vez na história, por exemplo, agora é possível fazer múltiplas cópias de qualquer organismo vivo clonando-o de organismos existentes. O Projeto Genoma Humano (PGH),[4] sob a direção do evangélico Dr. Francis Collins, identificou pela primeira vez cada gene do corpo humano. O PGH é um projeto de três bilhões de dólares que se estendeu por mais de quinze anos e nos diz que um conjunto completo de DNA (o genoma) contém três bilhões de fragmentos de informação.[5] Os genes identificados pelo projeto são compostos de ácido desoxirribonucleico (DNA), responsável pelo controle de nosso desenvolvimento desde a

[2]Craig W. Ellison, "The ethics of human engineering", in: Craig Ellison, org., *Modifying man: implications and ethics* (Washington: University Press of America, 1978), p. 3.

[3]John Naisbitt, *Megatrends: ten new directions transforming our lives* (New York: Warner, 1984), p. 74.

[4]Francis S. Collins, "Shattuck lecture — medical and societal consequences of the Human Genome Project", *New England Journal of Medicine*, 341, n. 1 (1999): 28. Em 26 de junho de 2000, foi oficialmente anunciada a conclusão de um projeto em funcionamento do PGH por meio de um pronunciamento conjunto à imprensa feito por Francis Collins e Craig Venter, que representavam uma empresa privada chamada "Celera Genomics" (CG).

[5]Conforme relatado em David K. Clark; Robert V. Rakestraw, orgs., *Readings in Christian ethics* (Grand Rapids: Baker Academic, 1996), vol. 2: Issues and applications, p. 61.

concepção até a idade adulta. Isso significa também que em breve haverá técnicas disponíveis para o tratamento e a cura de muitas doenças genéticas, com a possibilidade de clonagem da maioria dos animais e seres humanos.

Tratamento de doenças genéticas

Foi somente em anos recentes que descobrimos como os genes funcionam. O desenvolvimento da hereditariedade também era um mistério até começarmos a compreendê-la um pouco mais claramente por meio do trabalho de um monge agostiniano chamado Gregor Mendel, que estudou as mudas de ervilhas cultivadas na horta do mosteiro e constatou unidades hereditárias presentes nessas plantas. No entanto, tivemos de esperar até 1953, quando James Watson e Francis Crick identificaram a estrutura física dessas unidades hereditárias como DNA. Foram necessários esforços coordenados da pesquisa privada, da indústria e de um grande investimento financeiro do Departamento de Energia dos Estados Unidos e do Instituto Nacional da Saúde americano para que finalmente fosse mapeada a sequência química que forma o código genético humano.

Em abril de 2000, Marina Cavazzana-Calvo e Alain Fischer anunciaram na revista *Science* que sua equipe havia salvado a vida de dois bebês que sofriam de SCID-X1 (imunodeficiência combinada grave-X1). Em outras palavras, a medula óssea dos bebês não apresentava parte das instruções genéticas necessárias para um sistema imunológico funcional. Os médicos conseguiram inserir o material genético necessário, pois o Projeto Genoma Humano havia identificado os genes que deveriam fazer parte dos pares de cromossomos. Esses genes implantados se multiplicaram e substituíram os genes defeituosos, e os dois bebês, segundo as últimas informações, estavam saudáveis.[6] Realmente é impressionante!

[6]Conforme o relato detalhado em James C. Peterson, *Genetic turning points: the ethics of human genetic intervention* (Grand Rapids: Eerdmans, 2001), p. 7.

As doenças genéticas podem surgir por diversas causas. Elas são menos complicadas quando há apenas um gene envolvido. Todavia, em algumas doenças causadas por um único gene, o gene defeituoso é dominante e, portanto, oculta um segundo gene normal no outro filamento do par de cromossomos. Um exemplo desse tipo é a coreia de Huntington (que é fatal e acomete a pessoa quando está mais velha, provocando deterioração física e mental). Outras doenças decorrem de anormalidades cromossômicas, quando há um cromossomo adicional, a falta de um cromossomo, a ocorrência de um rearranjo ou uma translocação da sequência genética.[7]

A ética da engenharia genética no aconselhamento

Agora um casal pode obter aconselhamento genético antes de decidir ter filhos. Assim é possível prever se terá um filho com alguma doença genética. Com a análise dos históricos familiares e de exames de sangue (para contagem de cromossomos e traços recessivos), pode-se fazer algumas previsões anteriormente impossíveis.

Atualmente, também estão disponíveis novas tecnologias para detectar defeitos enquanto a criança ainda está no útero. Praticamente todas as pessoas sabem a respeito da técnica conhecida como "ultrassom", um tipo de sonar que traduz em imagem o tamanho, o formato e o sexo do feto. No entanto, a questão ética nesse caso (se o casal estiver insatisfeito com o sexo do feto ou com outros traços) é que a mãe já está grávida e há uma criança em formação em seu útero. Portanto, não se trata de lidar com um amontoado de tecidos, mas de cuidar de outro ser humano.

Outra ferramenta é a "laparoscopia", que consiste em uma fibra ótica flexível introduzida pelo médico em uma pequena

[7]Como relatado em Kerby Anderson, *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), p. 64-5. Veja também Kerby Anderson, *Genetic engineering* (Grand Rapids: Zondervan, 1982), p. 16-9.

incisão feita no abdome da mãe para conferir se a evolução da gestação é normal.

De forma semelhante, uma "amniocentese" envolve a inserção de uma agulha de cerca de dez centímetros de comprimento no abdome anestesiado da mulher para a extração de aproximadamente 10 mililitros de fluido amniótico. Esse fluido permitirá ao médico descobrir o sexo e a formação genética do feto. Há alguma discussão em torno de se fazer desse procedimento um teste padrão, o que poderia levar à exigência futura do Estado de que todos os fetos deficientes sejam abortados.[8] Isso suscitaria enormes questões de consciência e de ética para os cristãos. No entanto, em alguns casos, os resultados desse teste também podem permitir a intervenção médica enquanto a criança ainda está no útero para curar algumas deficiências.

Outra área de aconselhamento genético lida com a infertilidade. Para a infertilidade masculina, existe a possibilidade da "inseminação artificial". Para a infertilidade feminina, mulheres (que são engravidadas pelo sêmen de um doador, seja do marido, seja de outro homem) atuam como "mães de aluguel", permitindo assim que o casal adote a criança.

A fertilização *in vitro* (que significa "dentro do vidro") é outro meio de tratar a infertilidade feminina. Esse método de concepção ocorre fora do útero e, então, após a seleção de um embrião em uma placa de Petri, o óvulo fertilizado é inserido no útero da mãe. Alguns fazem isso para determinar previamente o sexo do bebê, o que também levanta questões éticas, já que em geral segue-se ao procedimento a destruição dos óvulos fertilizados que não correspondem aos aspectos específicos desejados pelo casal. Esse método é chamado "diagnóstico genético pré-implantacional" (DPI). Assim, embriões com traços desejados são implantados, enquanto os que contêm traços indesejados, conforme especificado pelos pais, são destruídos.

[8]Anderson, *Christian ethics*, p. 66.

Reprodução artificial

Um médico londrino chamado John Hunter parece ter sido o primeiro a usar um meio alternativo de reprodução em 1785. Atualmente, há duas formas de inseminação artificial: a que usa o sêmen do marido (AIH, sigla inglesa), e a que utiliza o sêmen de um doador (AID, sigla inglesa).[9]

De modo surpreendente, a infertilidade masculina nos Estados Unidos atinge atualmente um a cada dez homens. Na verdade, a cada seis casais em idade de ter filhos, um deles enfrenta o problema da infertilidade. Deve haver inúmeros motivos para essa realidade. Nos homens, a razão pode estar em pesticidas, substâncias químicas nos alimentos e níveis elevados de estresse, ao passo que nas mulheres o problema também pode estar na presença de leves infecções ginecológicas recorrentes que danificam o sistema reprodutivo se não forem tratadas.

Tecnologia do DNA recombinante: *splicing* genético

Na década de 1970, surgiu uma nova técnica genética, conhecida como pesquisa de DNA recombinante (rDNA). A técnica introduzida permitia que cientistas cortassem partes de DNA (chamadas plasmídeos) em pequenos segmentos que poderiam ser inseridos no DNA hospedeiro. Essas novas criaturas foram chamadas quimeras de DNA (na mitologia, a quimera é uma criatura com a cabeça de um leão, o corpo de um bode e a cauda de uma serpente). Com o uso da tecnologia do DNA recombinante, os cientistas foram capazes de produzir um conjunto totalmente novo de circunstâncias genéticas.

No início, os resultados desconhecidos desse rDNA assustaram muitos cientistas de tal forma que solicitaram uma moratória dessa tecnologia até que pudesse ser mais bem avaliada. Atualmente, no entanto, essa tecnologia está sendo desenvolvida por possibilitar a produção de insulina, interferão e um hormônio humano de crescimento. Sua utilização

[9]Ibidem, p. 73.

mais importante parece estar no campo da imunologia. Ela também está sendo empregada na agricultura para melhorar a estrutura genética de espécies de plantas e para necessidades industriais e ambientais, como a fabricação de drogas, plásticos, substâncias químicas industriais, vitaminas e na produção do queijo. Também está presente na produção de microrganismos que dissolvem óleo derramado nas plantas e reduzem o dano da geada.

Conforme regulamentado pela Suprema Corte dos Estados Unidos, organismos provenientes de engenharia genética e processos genéticos podem ser patenteados. Até a última contagem, mais de doze mil dessas patentes já foram concedidas desde 1981 por US Patent and Trademark Office [Departamento de Marcas e Patentes dos Estados Unidos].[10] Mas isso gera uma questão ética fundamental: Será que a vida pode ser patenteada? Se a vida é uma criação de Deus e não de seres humanos, por que um órgão público concederia patentes para o que foi criação original de Deus?

Os cientistas estão bastante otimistas porque com o rDNA eles têm agora as ferramentas necessárias para conduzir a suposta espiral evolucionária a um novo patamar. Portanto, como um cristão deve reagir a essa nova tecnologia? Trata-se realmente de uma conquista importante que precisa ser aprovada, especialmente quando o rDNA é capaz de reparar sequências defeituosas e melhorar a qualidade de vida das pessoas propensas a doenças genéticas. Embora a doença genética seja resultado da Queda em Gênesis 3, Deus não é o culpado pela existência dela. Portanto, usar o rDNA para esses propósitos não significa desafiar a vontade de Deus, pois estamos apenas examinando o trabalho divino para descobrir como restaurar o que Deus havia criado perfeito em sua forma original.

[10]Ibidem, p. 68; relato de Ethan Singer apresentado à subcomissão de saúde e meio ambiente, em House Committee on Interstate and Foreign Commerce, *Hearings*, March 15, 1977, p. 79.

Clonagem humana

O debate sobre a possibilidade de os cientistas clonarem um mamífero terminou em 1997, quando cientistas na Escócia clonaram uma ovelha adulta chamada Dolly. Eles extraíram células mamárias normais de uma ovelha adulta e as privaram de nutrientes para que chegassem a um estado de dormência, que permitiria que todas as células alcançassem seu potencial, desempenhando todas as suas funções (normalmente, uma célula que não está dormente ou "quiescente" desempenhará apenas uma função).

Para produzir Dolly, no entanto, os pesquisadores realizaram 277 fusões celulares, gerando somente 29 embriões que sobreviveram mais do que seis dias, e apenas uma ovelha nasceu como resultado da experiência. Se essa mesma proporção fosse aplicada no caso de um ser humano, então a enorme perda de embriões humanos seria extraordinária, se não inconcebível. Outras questões teológicas surgem imediatamente: Um clone teria alma? Se um crente fosse clonado, quem (o doador ou o clone) iria para o céu, especialmente se o doador morresse primeiro? Da perspectiva traducionista da alma (os filhos recebem a alma dos pais no momento de sua geração), cada clone humano teria uma alma, portanto, seria, em alguma medida, como um gêmeo idêntico. Tudo isso requer nova investigação sobre como a humanidade foi criada e o que conduziu à sua criação.

Deus concedeu aos seres humanos mortais valor e importância imortais

A coroa da obra criadora de Deus veio no sexto "dia", a criação de um homem, Adão. Enquanto Deus havia dito anteriormente: "Haja..." (Gn 1.3), agora, na criação do homem, o Senhor fala de maneira direta e imediata em um tom muito pessoal: "Façamos o homem..." (v. 26). Esse ato criador não apresentou uma dificuldade maior do que qualquer outro, porém, havia nele dignidade e excelência supremas. Não é possível determinar, com base nesse pequeno trecho, se o uso do verbo na primeira pessoa

do plural se referia claramente à Trindade ou se era somente uma preparação para a revelação posterior.

Texto: Gênesis 1.26-30; 2.15-25
Título: "Deus concedeu aos seres humanos mortais valor e importância imortais"
Ponto central: "Criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou" (Gn 1.27).
Palavra-chave da exposição: Maneiras
Pergunta: De que maneiras Deus concedeu aos seres humanos mortais valor e importância imortais?

Esboço:
I. Fomos criados à imagem de Deus (1.26,27)
II. Recebemos a incumbência de governar a criação (1.28-30)
III. Deus nos concedeu a alegria do trabalho (2.15-17)
IV. Recebemos companhia para aliviar nossa solidão (2.18-25)

I. Fomos criados à imagem de Deus (Gn 1.26,27)

O homem e a mulher foram criados à "imagem" e "semelhança" de Deus. Parece não haver grande diferença entre as palavras *imagem* e *semelhança*. Portanto, o conceito de "imagem de Deus" implica semelhança com ele nos atributos morais, como indicam as palavras de Paulo em Colossenses 3.10 ("e se revestiram do novo homem, o qual está sendo renovado em conhecimento, à imagem do seu Criador"). A mesma ideia parece estar presente em Efésios 4.24 ("e a revestir-se do novo homem, criado para ser semelhante a Deus em justiça e em santidade").

Essa imagem certamente não significa uma representação física de corporeidade, porque Deus realmente é espírito. Por essa razão, o termo precisa descrever de modo figurado a vida humana como representação da natureza espiritual divina.

O ser humano tem mais do que apenas um corpo físico; ele tem sensibilidade ética e moral, consciência, vida espiritual e a capacidade de amar e de se comunicar.

Gerhard von Rad foi quem propôs a analogia de que, assim como os reis erigem estátuas de si nas fronteiras de seu território para simbolizar sua soberania, Deus estabeleceu seus representantes, os homens e as mulheres, em sua terra para demonstrar sua soberania.[11] Homens e mulheres têm a responsabilidade de produzir vidas semelhantes à dele em virtude de serem conforme a imagem de Deus.

O fato de sermos à imagem de Deus não pode ser confundido com o pensamento da nova era, crido por algumas pessoas, de que elas se tornam Deus. Essa imagem de Deus é tão importante que, mesmo depois da Queda do homem e da mulher no jardim do Éden, a imagem não é eliminada, mas continua em cada ser humano (Gn 5.1; 9.6). O único homem que revela plenamente o propósito original da imagem divina é ninguém menos que Cristo, o segundo Adão.

II. Recebemos a incumbência de governar a criação (Gn 1.28-30)

Como parte da imagem de Deus, os seres humanos deveriam ser "dominadores". A humanidade recebeu do Criador a ordem de ter um relacionamento de domínio sobre os animais e a criação notavelmente parecido com o que o próprio Deus mantém sobre a humanidade. O uso do pronome plural no versículo 26 ("que eles dominem") mostra que tanto o homem como a mulher, isto é, a raça como um todo, deveriam exercer esse domínio sobre a criação. É bem possível que o controle de Adão sobre o reino animal fosse muito mais amplo antes da Queda do que depois dela, consequência das transgressões cometidas por ele e por Eva. No entanto, embora não vejamos ainda todas

[11]Gerhard von Rad, *Old Testament theology*, tradução para o inglês de D. M. Stalker (Edinburgh: Oliver and Boyd, 1962), 1:146-7.

as coisas sujeitas à humanidade, vemos, de fato, Jesus Cristo, a expressão da imagem do Pai, que restabelecerá no final esse domínio (Hb 2.8,9).

Deus não somente estabeleceu os seres humanos sobre os animais, mas também lhes disse: "Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que rastejam sobre a terra" (v. 28). E, ao fazer isso, Deus "os abençoou", em uma referência à multiplicação da semente e da produtividade de toda a criação, incluindo os próprios seres humanos.

A bênção e a incumbência de dominar deve ser compreendida como um chamado para que o ser humano administre sabiamente o trabalho na agricultura, a exploração de minérios, a nivelação de montanhas e o aterramento de vales, a fim de torná-los úteis para o bem-estar da humanidade.

III. Deus nos concedeu a alegria do trabalho (Gn 2.15-17)

Em Gênesis 2.15, o autor dessa passagem, provavelmente Moisés, retoma o fio da narrativa que havia interrompido em 2.7. O intervalo entre os dois versículos foi preenchido com a história do jardim do Éden. Deus agora "tomou o homem e o colocou no jardim do Éden" (v. 15). Isso não era uma transferência física, mas uma forma de dizer que, por meio do uso do livre-arbítrio humano, Deus conduziu Adão a ir, "cultivar" aquele jardim e "guardá-lo". Essa tarefa envolvia cultivar o solo, plantar nele e cuidar da vegetação. O trabalho não era um esforço árduo na fase de inocência do homem, em que estava no jardim, anterior à Queda, pois o trabalho ainda era uma alegria. Antes da Queda, o homem não deveria passar o tempo de forma ociosa, sem trabalhar, pois, em razão de sua própria constituição, o exercício e o trabalho eram essenciais para ele. O trabalho de lavrar a terra, com períodos para semear e plantar, não fazia parte da maldição nem era resultado da transgressão dos seres humanos. As verdadeiras causas da angústia e da amargura em todo o labor da humanidade foram a exaustão e a perda da energia por causa do cuidado dos campos e do planeta após a Queda.

O cuidado da terra, no entanto, foi entregue às mãos dos seres humanos, que teriam de prestar contas a Deus. Adão deveria "guardar" o jardim e "preservá-lo".

IV. Recebemos companhia para aliviar nossa solidão (Gn 2.18-25)

Foi Deus quem proferiu a avaliação: "não é bom que o homem esteja só" (2.18). Seu isolamento e seu estado solitário não faziam parte do plano bondoso de Deus. Em outras palavras, os mortais foram criados seres sociais; essa seria a forma pela qual eles desfrutariam de sua maior felicidade. O Criador, portanto, determinou que a melhor maneira de acabar com a melancólica solidão de Adão era o próprio Deus "formar" uma companheira que o complementaria.

Eva, no versículo 18, é chamada de "ajudadora" (hebr., *'ēzer*), mas a primeira letra dessa palavra pode ser um *ghayin* original, que acabou sendo combinada mais tarde com a letra hebraica *'ayin*. Se for esse o caso, há uma palavra em ugarítico (uma língua cananeia que tem cerca de 60% de palavras em comum com o hebr.), soletrada *ghezer*, que significa "poder" ou "autoridade" "correspondente à dele". Nesse caso, Eva é uma parceira completa de Adão.

Quando Deus trouxe Eva a Adão, o homem explodiu de alegria. Ele tinha visto todo o restante da criação divina, mas não havia nenhum ser que lhe correspondesse. Com a mulher, a situação era diferente. Quase sem fôlego, ele declara: "Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne. Ela será chamada 'mulher', porque do homem foi criada" (v. 23).[12] Esse era um homem feliz!

Deus criou a mulher ao fazer Adão cair em um "sono profundo", o que a versão grega, a Septuaginta, traduz adequadamente como "transe", semelhante ao que ocorria frequentemente

[12]Há um jogo de palavras no hebraico, pois "mulher" é *'ishshâ*, e "homem" é *'ish*, indicando que a mulher procede do homem. (N. do E.)

com os profetas. Deus tomou uma das costelas de Adão e a usou como matéria-prima para formar a mulher. O teólogo George Bush disse: "Essa onipotência, que dá ordens para que o embrião se desenvolva até a plena proporção e a estatura de um homem, pode com a mesma facilidade desenvolver o menor átomo da natureza à perfeita simetria da constituição física humana".[13]

A expressão "osso dos meus ossos e carne da minha carne" refere-se ao fato de que a origem da mulher está no homem e à sua relação de intimidade com ele como parceira conjugal. Ambos deveriam ser "uma só carne" e viver em um matrimônio planejado para ser de profundo carinho e ternura.[14]

Conclusões

A narrativa de Gênesis revela uma obra de Deus cuidadosamente planejada, que coloca o homem e a mulher, e seus descendentes, numa relação com a terra semelhante à que Deus tem com ambos. Eles são patentes originais de Deus, não de algum departamento dos Estados Unidos. Sua tarefa era administrar tudo o que havia na terra e fazer isso como mordomos que prestam contas ao Senhor.

Toda a engenharia genética precisa ser submetida ao mesmo conjunto de normas, pois os seres humanos tiveram a liberdade de imitar a obra de Deus no que ele já havia desenvolvido dentro do próprio código genético.

Porém, eles também devem "guardá-lo" e "protegê-lo" como administradores autorizados por Deus, não como usurpadores que desafiam o Criador e assumem seu lugar e sua autoridade.

---

[13]George Bush, *Notes on Genesis* (1860; reimpr., Minneapolis: James and Klock, 1976), 1:67.

[14]Ibidem, 1:68.

Bibliografia

ANDERSON, Kerby. *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), esp. p. 64-83.

_____. *Genetic engineering* (Grand Rapids: Zondervan, 1982).

BIRD, Lewis P. "Universal principles of biomedical ethics and their applicability to gene-splicing". *Perspectives on Science and Christian Faith* 41 (June 1989): 76-86.

FEINBERG, John S.; FEINBERG, Paul D. *Ethics for a brave new world* (Wheaton: Crossway, 1993).

GRENZ, Stanley J. "Technology and pregnancy enhancement". In: *Sexual ethics: a Biblical perspective* (Dallas: Word, 1990), p. 142-55.

PETERSON, James C. *Genetic turning points: the ethics of human genetic intervention* (Grand Rapids: Eerdmans, 2001).

Perguntas para debate e reflexão

1. Um casal deveria armazenar seu sêmen e óvulos para usá-los mais tarde com o objetivo de que a esposa possa iniciar uma carreira e também para se prevenirem no caso de o marido ser acometido por um câncer que necessitará de quimioterapia e poderá causar esterilidade?
2. De que maneira a engenharia genética causa alguns dos mesmos problemas indesejáveis do aborto ou da pesquisa com células-tronco embrionárias?
3. Quais problemas éticos você consegue prever em relação aos aspectos da pesquisa e da utilização do rDNA (DNA recombinante)?

13

ALCOOLISMO E DROGAS

PROVÉRBIOS 23.29-35

O álcool é a droga utilizada com mais frequência tanto por adolescentes quanto por adultos e a que tem o maior número de dependentes. Pesquisas no âmbito nacional demonstram que pelo menos 90% dos jovens americanos já experimentaram álcool. Cerca de 65% dos alunos do último ano do Ensino Médio estão nessa categoria, sendo que 40% deles, segundo uma pesquisa recente, indicavam ter tido episódios envolvendo consumo excessivo de bebidas durante as duas semanas anteriores à pesquisa.[1]

Não há dúvida de que o alcoolismo geralmente é considerado tanto doença quanto pecado. Da perspectiva bíblica, no entanto, a embriaguez é tratada como pecado em Deuteronômio 21.20,21;

[1]Kerby Anderson, *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), p. 153-65.

1Coríntios 6.9,10 e Gálatas 5.19-21.[2] As pessoas que foram enredadas por seus poderes viciantes já experimentaram alguns dos terríveis prejuízos que a bebida acarreta.

Problemas causados pelo alcoolismo

O alcoolismo é o terceiro maior problema de saúde dos Estados Unidos (logo depois de doença cardíaca e câncer). Em determinada época da história americana, um grande número de cidadãos percebeu o mal que o álcool poderia trazer; assim, em 1919, foi aprovada a décima oitava emenda da Constituição dos Estados Unidos. Durante 14 anos, foram proibidas a produção e a venda de bebidas alcoólicas, até a emenda ser rejeitada em 1933. Desde então, temos visto uma erosão gradual da firme convicção que havia levado o público em geral a tornar aquela lei uma realidade.

Atualmente, o consumo de bebida alcoólica continua a provocar ruína e morte a milhares de pessoas todos os anos. Os bebês nascidos de mães alcoólatras, por exemplo, correm um risco extremamente elevado de apresentar problemas, como demonstram todos os anos os mais de quarenta mil bebês nascidos com Síndrome do Alcoolismo Fetal. Filhos de alcoólatras revelam um conjunto de traços comuns que indicam possíveis dificuldades a serem enfrentadas no futuro. Algumas delas são: a dificuldade de se dedicar do começo ao fim a um projeto, o julgamento severo de si mesmos, com pouca ou nenhuma misericórdia, e a dificuldade de desenvolver relacionamentos íntimos com as pessoas.

O alcoolismo é responsável por cerca de 25 mil mortes por acidente de trânsito, dois terços dos assassinatos e um terço dos suicídios todos os anos. Além de tudo isso, o álcool leva a rompimentos familiares, violência doméstica, abuso infantil,

[2]Outras passagens que definem a embriaguez como pecado são: 1Samuel 1.14; Isaías 5.11,12,22; 28.1-8; 56.12; Oseias 4.11; 7.5; Joel 1.5; Amós 6.6; Habacuque 2.15,16; Lucas 21.34; Romanos 13.13; Efésios 5.18 e 1Tessalonicenses 5.7,8.

negligência familiar, perda de emprego, divórcios e alto custo de convênio médico.

Alguns identificam a média da idade das pessoas que experimentam o álcool pela primeira vez entre doze ou treze anos. Cerca de 93% de todos os adolescentes dos Estados Unidos experimentaram álcool no final do último ano do Ensino Médio, segundo o National Institute on Drug Abuse [Instituto Nacional de Tratamento do Vício de Drogas], e quase dois terços desse mesmo grupo experimentaram drogas ilícitas naquele período.[3] As estatísticas relacionadas aos jovens que frequentam a igreja não são tão animadoras como se esperaria: geralmente cerca de 10% a menos em relação àqueles de mesma faixa etária, mas que não frequentam igreja.

Problemas com outras drogas

Acrescente aos problemas com álcool o vício em outras drogas, como maconha, heroína, cocaína e PCP,[4] e o quadro futuro não será dos melhores. O gasto médico anual dos Estados Unidos decorrente do abuso de drogas chega facilmente a cem bilhões de dólares.[5]

A maconha, por exemplo, é originada do cânhamo (*cannabis sativa*) e cultivada no mundo todo. Como narcótico, em geral é usado por meio do fumo e propicia uma sensação de euforia que dura entre duas e quatro horas. Alguns desses efeitos de curto prazo incluem redução da memória, da capacidade de aprendizado, da habilidade de raciocínio e de capacidades motoras complexas, muitas vezes causando acidentes industriais, absenteísmo e danos pulmonares. Desde a década de 1970, mais de

[3]Elizabeth Tener, "You can help kids resist drugs and drinking", *McCall's*, August 9, 1984, p. 92. Novamente, tanto essa citação quanto as informações gerais neste capítulo são extraídas de Anderson, *Christian ethics*, p. 153-65.

[4]Sigla inglesa para a fenciclidina, droga popularmente chamada de "pó de anjo" (N. do E.).

[5]Craig Horowitz, "Drugs are bad: the drug war is worse", *New Yorker*, February 5, 1996, p. 22-33, citado em Anderson, *Christian ethics*, p. 154.

dez mil estudos científicos demonstraram de maneira recorrente as consequências adversas do uso da maconha. No entanto, existe hoje uma pressão crescente para que seu uso seja descriminalizado em muitos estados.[6] Além disso, Carlton Turner, ex-diretor do National Institute on Drug Abuse e diretor do Marijuana Research Project [Projeto de Pesquisa sobre a Maconha] da Universidade do Mississípi, concluiu: "Nenhuma outra droga utilizada pelo ser humano ou da qual tenha sido dependente tem os efeitos duradouros e as atividades celulares abrangentes no corpo que a *cannabis* [maconha] produz".[7]

Uma droga não menos perigosa é a cocaína, cujo uso é igualmente viciante e destrutivo. É produzida com as plantas de coca. Inicialmente era mastigada pelos indígenas, mais tarde passou a ser usada em bebidas como a Coca-Cola, e agora é utilizada como estimulante e para fortalecer a autoestima por meio do fumo ou da aspiração pelo nariz.

Quando a cocaína é misturada com bicarbonato de sódio e água e, depois, aquecida, o som que produz durante o aquecimento lhe confere seu nome: *crack*. Essa forma de cocaína é ainda mais perigosa e viciante que a comum.

Outras drogas alucinógenas incluem o LSD e o PCP. Além delas, há drogas sintéticas fabricadas clandestinamente, como o *ecstasy*, e os problemas causados por todas elas atingem proporções ainda mais críticas.

A reação da igreja à dependência de drogas

Já ficou claro que somente os programas do governo não conseguem alcançar êxito significativo no combate ao consumo de drogas. O clamor pela descriminalização das drogas é alto e crescente nos Estados Unidos — e, às vezes, em algumas igrejas

[6]Anderson, *Christian ethics*, p. 155.

[7]Citado em Peggy Mann, "Reasons to oppose legalizing illegal drugs", *Drugs Awareness Information Newsletter*, September 1988, citado em Anderson, *Christian ethics*, p. 155-6.

também. A teoria é que, se as drogas fossem legalizadas, então o custo delas teria de ser reduzido e seu suprimento praticamente acabaria por não proporcionar lucro ao crime organizado. Mas a história não tem confirmado essa teoria, pois quando a cocaína deixou de ser extremamente cara e difícil de ser encontrada, tornando-se mais barata e abundante na forma de *crack*, os crimes relacionados às drogas, em vez de diminuírem, aumentaram. Esse argumento apresenta a mesma falha que a do ambiente determinante: ou seja, mude o ambiente e todos se conformarão a ele. Coloque uma maçã de excelente qualidade em uma fruteira cheia de maçãs podres e as outras maçãs verão como é diferente uma maçã de excelente qualidade, livrando-se assim de sua podridão. Mas a podridão não funciona dessa forma nem o vício em drogas ou o mal.

A igreja precisa parar de alegar que somos responsáveis somente pelo que acontece dentro de nossas paredes e em nossa comunidade. Essa perspectiva não enfrenta o problema crescente e incompreendido, presente até mesmo em nossas congregações, em nossos grupos de adolescentes e entre os entediados de meia idade e aposentados. Em vez disso, os pastores devem levar os membros e a equipe ministerial a reconhecerem que a dependência de drogas não é apenas um problema espiritual, mas também um problema médico e psicológico. Isso significa que a equipe e os membros precisam conhecer as causas, os efeitos e os tratamentos para os que já são viciados e estar preparados para promover formas de ajuda que tratem diretamente desses problemas.

A igreja deve ser ativa em um programa de prevenção ao vício que assista a todos de sua congregação, bem como à comunidade externa. Isso significa adquirir o melhor material disponível como parte de nosso ministério de ensino e os melhores recursos materiais para as bibliotecas de nossa igreja, escola e comunidade. Precisamos procurar pessoas que foram libertas e recuperadas de cada uma dessas formas de dependência e pedir a elas que liderem um programa de ajuda, instrução e compaixão a todos de nossas comunidades que enfrentam dificuldade.

Grupos de apoio aos que estão escravizados a esses hábitos precisam ser criados na igreja ou na comunidade, organizados em torno de programas como Alcoólicos Anônimos. Devemos levar os fardos uns dos outros como cristãos e concidadãos. Essa também será a porta de entrada para ministrar às necessidades espirituais de nossa comunidade.

No entanto, essa batalha, como qualquer outra, é ao mesmo tempo uma luta pela alma de um jovem, de um idoso, de uma comunidade e de uma nação. Ela necessita ser fortalecida com o bom alimento da alma, que só pode vir das Escrituras imbuídas de autoridade. Se os homens e as mulheres não vivem somente de pão (instrução, programas ou coisas semelhantes), mas de cada palavra que procede da boca de Deus (Dt 8.3), é preciso que haja um sólido ensino bíblico. Portanto, vamos examinar agora uma passagem cujo ensinamento pode suprir essa necessidade.

Posicionando-se contra o alcoolismo e a dependência de drogas

Texto: Provérbios 23.29-35

Título: "Posicionando-se contra o alcoolismo e a dependência de drogas"

Ponto central: "Por fim, [o vinho] morde como serpente e envenena como víbora" (v. 32).

Palavra-chave da exposição: Passos

Pergunta: Quais são os passos para se posicionar contra o alcoolismo e a dependência de drogas?

Esboço:

I. Devemos enfrentar as questões reais (23.29)
II. Devemos aceitar a única resposta verdadeira (23.30)
III. Devemos dar ouvidos à ordem de Deus (23.31)
IV. Devemos evitar as consequências reais (23.32-35)

I. Devemos enfrentar as questões reais (Pv 23.29)

A passagem de Provérbios 23.29-35 está justaposta à da sedução da mulher adúltera ou estranha de Provérbios 23.26-28. A megera sedutora é comparada ao produto sedutor da vinha.[8] O versículo 31 ilustra a fascinação provocada pelo vinho "quando está vermelho" e "desliza para baixo" (TA).

A forma literária utilizada aqui passa do enigma proposto no versículo 29 para a resposta no versículo 30, depois há uma ordem no versículo 31 seguida por uma descrição de várias consequências nos versículos 32 a 35. É assim que o texto foi transmitido a nós.

O enigma é expresso pelas seis vezes em que o termo hebraico *l^emî*, "de quem?", é repetido. A inicial *l* denota posse e *mî* significa "quem?". Em cada uma das seis perguntas, aparece essa anáfora ("repetição" de uma palavra ou grupo de palavras no início de duas ou mais frases sucessivas para enfatizar o termo repetido). Assim, a intensidade e a importância dessas perguntas são destacadas, e elas demandam com ainda mais urgência as respostas. Os problemas dos beberrões são apresentados um após outro nessas seis perguntas, cujo efeito é praticamente retórico. Quais são as questões?

"De quem são os ais? De quem são as tristezas?". Essas duas perguntas parecem estar ligadas, tendo em vista o som onomatopeico semelhante das duas palavras para "ais" (hebr., *'ôy*) e "tristezas" (hebr., *'ăbôy*), uma figura de linguagem conhecida como "assonância" (i.e., semelhança ou igualdade de sons em palavras próximas). Portanto, em que situação há ansiedade? E quando alguém sofre tristeza?

Entretanto, as perguntas continuam ressoando como a batida de um tambor: o que dizer das brigas e das queixas? A embriaguez

[8]Há duas fontes particularmente úteis que usei bastante na elaboração desta seção do capítulo: M. E. Andrew, "Variety of expression in Proverbs XXIII 29-35", *Vetus Testamentum* 28 (1978): 102-3, e Bruce K. Waltke, *The Book of Proverbs: chapters 15—31* (Grand Rapids: Eerdmans, 2005), p. 262-7.

certamente provocou muitos berros contra o beberrão, para não mencionar as dificuldades que infligiu à sua casa, à comunidade, à igreja e a outros.

E o problema passa a ser ainda mais sério. De onde vieram esses ferimentos? Você esteve envolvido em brigas de bêbados que nem consegue explicar ou se lembrar? E o que dizer dos olhos vermelhos? Alguns traduziriam olhos "vermelhos" por olhos "flamejantes", o que indicaria olhos em que há propensão para a intriga. Uma briga de bêbados está com frequência associada a um consumo excessivo de álcool e é provocada especialmente por uma discussão desencadeada por um comentário insignificante a respeito de uma tolice totalmente irrelevante. Todas essas perguntas são suficientes para constranger, se não para persuadir, a pessoa a uma completa mudança de conduta. Os vícios chegaram a um ponto sem retorno para o bem ou para a saúde das pessoas ao redor.

II. Devemos aceitar a única resposta verdadeira (Pv 23.30)

Em uma forma poética de paralelismo sintético, o mestre sábio revela a resposta para esse arsenal de perguntas. O problema está em "demorar-se" demais bebendo vinho (v. 30). A raiz hebraica usada aqui (*'āḥar*) é a forma intransitiva do grau piel do verbo que significa "hesitar" ou "deter-se". O escritor reutilizará a mesma raiz no versículo 32 com a expressão "por fim".

No entanto, o problema ao menos pôde ser identificado: a pessoa que bebe resiste a abandonar o vinho e, por isso, acabará se embebedando. Aumentamos o risco de problemas quando gastamos muito tempo bebendo vinho.

A expressão paralela confirma esse diagnóstico. O problema se intensifica na "demora" perto do vinho. A versão NIV apresenta a tradução "degustações", o que parece sugerir uma pequena quantidade de bebida, mas isso confere um sentido equivocado à passagem. A ideia, ao contrário, é de alguém constantemente buscando, quando não provando intensamente, os jarros de vinho (v. 30b).

Em vez de servir somente de argumento para a moderação, esse texto faz uma advertência em relação a um padrão ou hábito de beber constantemente sem limite algum. Além disso, algumas pessoas não podem sequer provar a bebida, porque desenvolvem imediatamente a dependência química, e com muito pouco estímulo, álcool.

III. Devemos dar ouvidos à ordem de Deus (Pv 23.31)

O texto aconselha uma ação clara e imediata. Corte o hábito no início. Elimine a tentação logo na raiz, pois, se não é possível usar o álcool com sabedoria, então não o use de forma alguma. Essa não é uma posição impossível de assumir. Para algumas pessoas, a dependência começa com o primeiro contato com a bebida. É importante saber como você costuma reagir em situações assim e quais são suas tendências nessa questão.

De qualquer maneira, resista às tentações desde o princípio. Não se deixe dominar por nenhuma das seduções do vinho. Não permita que a cor, o brilho, o sabor ou até a alegria de fazê-lo sibilar em uma taça o seduzam. Às vezes, o que escoa facilmente pode escravizá-lo de tal forma que o torna seu prisioneiro.

IV. Devemos evitar as consequências reais (Pv 23.32-35)

A palavra relacionada a "fim" (hebr., *'aḥărît*) aparece mais uma vez no versículo 32. Por fim, quem se demora bebendo vinho acabará como se fosse mordido por uma serpente e envenenado por uma víbora. Essas duas comparações ilustram, para dizer o mínimo, seu efeito letal. A picada é mortal em um sentido bem real.

Também existem outras consequências. Tanto os olhos como a mente são afetados de maneira negativa. As "coisas estranhas" (v. 33) talvez sejam resultado da síndrome de abstinência alcoólica (também chamada de *delirium tremens*, "DT"). O estupor alcoólico causa, no mínimo, efeitos terríveis. Além disso, a imaginação de uma pessoa nesse estado acaba deturpando a realidade, tornando-a facilmente

enganada. A palavra para "coisas estranhas" também poderia ser traduzida por "visões inacreditáveis e repulsivas".[9] Essa não é uma bela descrição de indivíduos criados à imagem de Deus!

As consequências sofridas pelo bêbado continuam a crescer à medida que as alucinações aumentam. Agora, sua boca começa a falar coisas inconvenientes. O bêbado sente como se estivesse dormindo no topo do mastro em alto mar. Ele afirma que alguém bateu nele, mas pode estar apenas infligindo calamidade a si mesmo já que sua imaginação agora está tão fora de controle quanto seus passos, dificultando o movimento das pernas. Sente-se mentalmente exausto e fisicamente enjoado. Quando tudo isso vai acabar?

Curiosamente, quando acorda de sua ressaca, esse bêbado desajuizado nada aprendeu de sua experiência. Em vez disso, ele só quer mais um trago. Age como se tivesse sido anestesiado e está totalmente inconsciente do mal que causa a si mesmo e a outros. Seu único desejo não é ser liberto de seu novo dono, a bebida; em vez disso, anseia pela mesma coisa que acabou de torná-lo um tolo e de levá-lo a uma perda cada vez maior do controle de suas faculdades. Isso é realmente estranho e lamentável!

Conclusões

1. A Bíblia não ensina a abstinência total como exigência divina, mas condena vigorosamente a embriaguez e é contrária ao consumo excessivo de álcool. Em Provérbios 20.1, lemos: "O vinho é escarnecedor, e a bebida forte, alvoroçada; todo aquele que é seduzido por eles não é sábio" (NRSV). Até os governantes são advertidos contra o vinho e a bebida forte em Provérbios 31.4,5 (NASB), "para não suceder que bebam

[9]Waltke, em *Book of Proverbs*, observou que *zārôt* pode ter origem em um particípio feminino do grau qal da terceira raiz de *zur*, "ser repugnante" (p. 262-7).

e se esqueçam do que está decretado e pervertam o direito de todos os aflitos".

2. A Bíblia classifica a bebedeira como pecado em Deuteronômio 21.20,21; 1Coríntios 6.9,10; e Gálatas 5.19-21. Portanto, a pessoa deve se arrepender e rogar pelo perdão e pelo poder de Deus para libertar sua alma da sede que a lançou nessa forma de escravidão.
3. Em 1Coríntios 5.11, recomenda-se que a igreja discipline severamente o beberrão que recusa todo tipo de ajuda e não tem o desejo de mudar.
4. O que é afirmado sobre a dependência do álcool também se aplica à dependência de drogas, com uma advertência igualmente severa, pois ela também causa muitos dos efeitos e consequências da bebida, se não todos. Deus chamou seus seguidores a viverem vidas santas, não de embriaguez nem de desperdício.

Bibliografia

Addington, Gordon L. *The Christian and social drinking* (Minneapolis: Free Church Publications, 1984). Veja a lista de 94 fontes bibliográficas nas p. 44-50.

Anderson, Kerby. *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), esp. p. 153-65.

Pulliam, Russ. "Alcoholism: sin or sickness?", *Christianity Today*, September 1981, p. 22-4.

"Substance abuse: the nation's number one health problem" (Princeton: Institute for Health Policy/Brandeis University for the Robert Wood Johnson Foundation, October 1993).

Perguntas para debate e reflexão

1. A política do "Diga não às drogas" é sustentável e eficiente? Pense no drástico declínio de infecção pelo HIV e AIDS no Quênia nos últimos dez anos (país em

que o índice de infectados era de cerca de 50% da população) no contexto de um programa de abstinência em que há hoje somente 10% da população infectada.

2. Com que seriedade a igreja deveria se envolver na luta contra a dependência de drogas e álcool na comunidade? Uma ação social desse tipo não roubaria da igreja a missão de anunciar o evangelho a toda criatura?
3. Qual é o melhor programa de prevenção para nós, para a comunidade externa e para a igreja?

14

DESOBEDIÊNCIA CIVIL

ATOS 4.1-22

Todo cristão tem dupla cidadania: é cidadão dos céus e cidadão de um Estado-nação da Terra. No entanto, seria um erro negar essa dupla cidadania e declarar que somos apenas verdadeiros cidadãos dos céus, separando-nos, assim, o máximo possível de toda forma de envolvimento com o Estado terreno. Ao contrário, quanto mais vivermos em conformidade com nossa cidadania celestial, melhores cidadãos seremos aqui na Terra. A Bíblia não ensina em passagem alguma uma atitude de isolamento de todos os aspectos do Estado-nação. Portanto, para mencionar apenas dois exemplos da falta de envolvimento, a decisão de não votar nas eleições locais ou nacionais ou a de não participar de qualquer aspecto civil do governo seriam contrárias ao nosso chamado como cristãos e como cidadãos em um contexto local.

A submissão às autoridades governamentais não é opcional

As Escrituras são claras em ensinar que todo cristão também deve se sujeitar às autoridades governantes, pois o apóstolo

Paulo declarou, em Romanos 13.1-5, que Deus estabeleceu toda autoridade humana. Rebelar-se contra essa autoridade não deveria ser considerado uma questão insignificante, mas sim uma rebelião contra o próprio Deus, visto que ele instituiu todas as autoridades estatais. Esse também foi o ensinamento do apóstolo Pedro em 1Pedro 2.13,14. Devemos nos sujeitar a toda autoridade "por causa do Senhor", "seja ao rei, como autoridade suprema, seja aos governantes, como por ele enviados para punir os que praticam o mal e honrar os que praticam o bem". Os apóstolos fizeram essas exortações quando os cristãos viviam sob a autoridade de dois dos governantes mais tirânicos já conhecidos pela maioria dos povos até então: os imperadores romanos Calígula e Nero. Se alguma vez houve dois loucos, certamente foram eles. Ademais, sob o governo deles, os cristãos eram tratados com um ódio e um desprezo raramente dispensados aos revoltosos mais violentos da sociedade. É quase inacreditável que esses imperadores romanos e o sistema de governo imposto por eles tenham sido "ordenados por Deus".

Esse mesmo tipo de recomendação foi dado aos judeus cativos quando o rei Nabucodonosor os levou para a Babilônia. O profeta Jeremias disse aos cativos: "Busquem a prosperidade da cidade para a qual eu os tenho exilado e orem ao SENHOR em favor dela, porque a prosperidade de vocês depende da prosperidade dela" (Jr 29.7, NRSV). Novamente, o princípio está claro, mas não somos informados de forma direta e explícita de quaisquer exceções ou circunstâncias bíblicas em que esse princípio não se aplicaria.

Consequentemente, as ordens de obedecer às autoridades civis são bastante claras e diretas. No entanto, em que circunstâncias um cristão *pode* resistir à autoridade, se é que existe alguma? Quando ele *deve* resistir a essa autoridade instituída por Deus? Em que situações um cristão deveria considerar possível, ou sua obrigação, desobedecer ao governo?

Embora a Bíblia nos forneça algumas diretrizes básicas a respeito de como os cristãos devem entender os governos e reagir a

eles, ela não trata exaustivamente o assunto. Isso pode nos dar certa liberdade de ação, pois nem todos os cristãos compartilham das mesmas perspectivas em relação a diversos assuntos e partidos políticos. Mas essa liberdade não significa que não temos nenhum tipo de direção ou que cada um pode reagir como achar melhor. Isso nos levaria à anarquia, o que, segundo as Escrituras, é inadmissível. Então, quais são, caso existam, os parâmetros ou as diretrizes para a resistência ao governo que a Bíblia nos apresenta?

Exemplos bíblicos de desobediência civil

De modo surpreendente, há alguns exemplos de indivíduos que ofereceram resistência às autoridades constituídas, aparentemente com a aprovação divina. As parteiras egípcias Sifrá e Puá (Êx 1.15-21), por exemplo, demonstraram maior respeito pela vida dos bebês israelitas do sexo masculino e pelo Deus de todo o universo do que pelo faraó do Egito. Elas, portanto, recusaram-se a obedecer à ordem do faraó de matar todos os bebês meninos israelitas enquanto as mães ainda estivessem nos assentos de parto.

Da mesma forma, em Jericó, a prostituta Raabe temeu mais o Senhor, Deus dos hebreus, do que o rei de Jericó; assim, ela escondeu os espias judeus que vieram ao seu estabelecimento (Js 2.1-14). Isso não significa que uma aprovação nessas situações implicasse a aprovação de tudo o que as parteiras ou Raabe haviam declarado ou feito, visto que nos dois casos houve mentira. Deus, no entanto, considerou o fato de que o temor e a fé que nele tiveram eram maiores do que o temor e a confiança no governo local. Por isso, tanto as parteiras como Raabe foram abençoadas. Contudo, a aprovação em uma ou mais áreas da vida de uma pessoa não significa aprovação em todas as áreas; precisamos distinguir entre o que a Bíblia relata e o que ela ensina. Novamente, na época de Daniel, Sadraque, Mesaque e Abednego claramente se recusaram a prostrar-se diante da imagem de ouro de Nabucodonosor quando foram ordenados a fazê-lo (Dn 3). Deus lhes deu o livramento do alto. Da mesma maneira, Deus

salvou Daniel da perversa cilada armada pelos sátrapas do rei Dario: conforme seu decreto, ninguém teria permissão para orar a Deus nos próximos trinta dias, como era o hábito conhecido de Daniel, sob pena de ser lançado na cova dos leões. Mas Deus libertou Daniel desses homens maus e dos leões. Obedecer a esse decreto do rei ou obedecer a Deus não era uma opção para Daniel; ele obedeceu a Deus e continuou a orar todos os dias, apesar das motivações maldosas e traiçoeiras dos sátrapas que queriam pegá-lo em uma armadilha colocando-o em oposição ao decreto do rei.

Defensores da desobediência civil

Os americanos experimentaram uma história consideravelmente longa de exemplos de desobediência civil. Ela começou na Revolução Americana, sobre a qual muitos ainda questionam se houve base bíblica apropriada para a resistência contra o domínio inglês. Esse mesmo tipo de desobediência civil continuou até a Guerra Civil, desencadeada por causa da escravidão, e chegou ao século 20 com o Movimento dos Direitos Civis, os protestos contra a Guerra do Vietnã e contra as armas nucleares, o movimento dos direitos homossexuais e o movimento em favor do meio ambiente. Todos esses exemplos, alguns possivelmente dignos de defesa, outros, mais questionáveis, fazem parte dos dois séculos da história americana.

Kerby Anderson acertadamente aponta Henry David Thoreau (1817-1862) como o escritor mais influente nessa discussão moderna sobre a desobediência civil, devido a seu ensaio, frequentemente citado, cujo título é *On the duty of civil disobedience.*[1] Thoreau escreveu esse texto depois de passar a noite em uma cela em Concord, Massachusetts, em julho de 1846 por se recusar a pagar o imposto de capitação. Ele se recusou a pagá-lo com o argumento de que o governo apoiava a escravidão. Felizmente para ele, alguém o pagou em seu lugar naquela noite e

[1]Edição em português: *A desobediência civil*, tradução de Sergio Karam (Porto Alegre: L&PM, 2002).

ele foi solto da cadeia. No entanto, se tivesse estudado Romanos 13.7, saberia que não há uma exigência moral ou ética ao pagador de impostos, ou pelo menos, não uma que seja maior do que a de qualquer pessoa que preste serviços a nós (veja a discussão sobre esse tema no capítulo 15 e a exegese de Rm 13). A popularidade do ensaio de Thoreau, no entanto, deve-se ao fato de que Mahatma Gandhi sempre levava consigo uma cópia desse texto nas diversas vezes em que esteve preso, como também providenciou para que ele fosse impresso e amplamente distribuído na Índia. Thoreau defendia que a obediência à própria consciência era mais importante e deveria ser seguida acima da obediência ao governo. Mas isso implicaria que a consciência de uma pessoa fosse formada e moldada pela lei moral de Deus. O problema com a tese de Thoreau, evidentemente, é este: Quem decidirá qual é o momento de se opor ao governo e por qual razão? Será uma razão bíblica? Thoreau deixou essas questões a cargo do indivíduo e de seu bom senso! Contudo, essa é uma receita para o desastre e a anarquia, já que os textos de Thoreau não apresentam um padrão absoluto de certo e errado ou um padrão de referência objetivo.

Samuel Rutherford (1600-1661) também contribuiu para essa discussão. Em sua rejeição ao "direito divino dos reis" do século 17, preconizava em seu lugar a lei de Deus (daí o título: *Lex rex* [A lei é o rei]). Caso o governo e o rei desobedecessem à lei, podia-se apelar à própria lei como sendo superior a esse rei e governo. Rutherford fazia parte da Assembleia de Westminster, que elaborou a Confissão de Fé e os Catecismos de Westminster.

O uso da força na resistência pode ser justificado?

Francis Schaeffer justificou a revolução armada sob certas condições. Ele argumentou:

> O livro *Lex rex* (de autoria de Samuel Rutherford) não propõe a revolução armada como solução automática. Em vez disso,

apresenta a resposta apropriada à interferência do Estado nas liberdades idividuais. Ele afirmou de maneira específica que, se o Estado estiver deliberadamente comprometido na destruição de seu compromisso ético com Deus, a resistência é apropriada.

Em uma situação como essa, *para o bem da entidade privada*, o indivíduo, Rutherford sugeriu que há três níveis apropriados de resistência: *Primeiro*, ele deve defender-se por meio de protesto (na sociedade contemporânea, isso seria mais comum por meio de uma ação legal); *segundo*, ele deve fugir, se possível; e *terceiro*, ele pode usar a força, se necessário, para se defender. Não deveria ser empregada a força se houvesse a possibilidade de se salvar por meio da fuga; também não deveria ser usada a fuga se houvesse a possibilidade de se salvar e se defender por meio do protesto e do emprego dos meios constitucionais de reparação.[2]

Uma vez que, de acordo com Rutherford, a autoridade civil é somente uma "personagem fiduciária", cuja posição lhe é confiada em favor do benefício do povo, este tem um fundamento para a resistência quando essa confiança é violada. Portanto, não surpreende que a *Lex Rex* tenha sido banida da Inglaterra e da Escócia porque a consideraram sediciosa.

Base bíblica para a desobediência civil

Anderson[3] relaciona cinco princípios para guiar uma pessoa na decisão se deve desobedecer às autoridades apropriadamente constituídas. Eles são os seguintes:

1. A lei ou a ordem a que se resiste precisa ser claramente injusta e não bíblica. Não seria uma base adequada resistir somente porque discordamos da ordem ou da lei. Caso não haja clareza quanto à justiça ou ao

[2]Francis A. Schaeffer, *A Christian manifesto* (Westchester: Crossway, 1981), p. 103-4, citado em Robertson McQuilkin, *An introduction to biblical ethics* (Wheaton: Tyndale, 1989), p. 478-9.

[3]Anderson, *Christian ethics*, p. 209.

princípio bíblico, então, espera-se que a lei ou a ordem seja obedecida.

2. Devem ser esgotados todos os recursos normais de reparação antes de se decidir pela resistência ao que as autoridades ordenaram. Em outras palavras, a oposição e a resistência a essa lei devem ser o último recurso.
3. Apesar disso, as pessoas que desobedecerem à ordem do governo devem estar preparadas para cumprir a penalidade por descumprir a lei. Essa desobediência não pode ser facilmente confundida com anarquia, pois as Escrituras não admitiriam esse tipo de ilegalidade.
4. Em meio à desobediência, o ato civil de insubmissão não deve ser praticado com fúria ou rebelião, mas com amor e humildade, que são as principais marcas dos cristãos.
5. O princípio mais controverso de todos é este: devemos levar adiante a desobediência civil somente quando houver alguma possibilidade de êxito. Se houver pouca ou nenhuma possibilidade de êxito, então qual seria o sentido de fazer a sociedade passar por esse distúrbio social e promover o que poderia ser interpretado por outros como anarquia evidente?

Esses cinco princípios são bastante semelhantes a alguns dos princípios para uma "guerra justa". Com certeza, há algumas diferenças, mas a lista é muito parecida (veja o cap. 15 que trata da guerra).

Obediência a Deus em vez de obediência ao governo civil

Uma passagem das Escrituras parece estar naturalmente relacionada à compreensão do que é certo e errado no assunto da desobediência civil: Provérbios 24.3-12. Mais do que qualquer outro grupo, os defensores pró-vida da "Operação Resgate", no debate sobre o aborto, têm citado Provérbios 24.11 como base para suas manifestações pacíficas em clínicas de aborto, pois o provérbio diz: "liberte os que estão sendo levados para a morte,

socorra os que caminham trêmulos para a matança". Em um texto paralelo de Tiago 4.17 lemos: "Portanto, quem sabe que deve fazer o bem e não o faz comete pecado".

As pessoas que estão sendo levadas à morte são as que foram acusadas e condenadas injustamente. São acusadas injustamente e condenadas por um crime que não cometeram. E, se esse é o princípio de justiça para a sociedade, então os que estão no útero (os fetos) são pessoas tão reais como aqueles que estão nascendo de suas mães; tanto estes como aqueles devem receber a mesma proteção baseada no mesmo princípio divino do texto bíblico. A Bíblia conclama os crentes a se posicionarem em favor dos oprimidos, pois Deus não aceitará nenhuma desculpa, como observa Provérbios 24.12: "Mesmo que você diga: Não sabíamos de nada! Não o verá aquele que sonda os corações? Não o saberá aquele que preserva a sua vida? Acaso ele não retribuirá a cada um segundo o seu procedimento?". Portanto, todas as desculpas esfarrapadas são imediatamente refutadas por Deus como inúteis. Observe-se que é uma pessoa que "diz", mas o verbo da declaração está no plural: "não sabíamos de nada". Essa ligação do protesto no singular com a fórmula que alega ignorância no plural não é resultado de um texto problemático, mas sinal de que "estamos tentando disseminar a culpa, ampliar a responsabilidade e nos misturar na multidão. O avaliador dessas justificativas é a onisciência de Deus. Ele 'sonda os corações' (Pv 21.2) de todos [...]. Ele 'retribui[rá] ao homem conforme as suas obras' (Jó 34.11; Sl 62.12; Pv 12.14; Mt 16.27; Rm 2.6)".[4]

Provavelmente, a passagem do Novo Testamento que trata mais diretamente do assunto da desobediência civil é a que descreve a ocasião em que Pedro e João foram convocados para comparecer diante do Sinédrio por terem falado e ensinado sobre Jesus ao povo, em Atos 4.1-22.

[4]John A. Kitchen, *Proverbs: a mentor commentary* (Ross-shire: Christian Focus, 2006), p. 545.

Texto: Atos 4.1-22

Título: "Obediência a Deus em vez de obediência ao governo civil"

Ponto central: "Mas Pedro e João responderam: Julguem os senhores mesmos se é justo diante de Deus obedecer aos senhores, e não a Deus. Pois não podemos deixar de falar do que vimos e ouvimos" (v. 19,20).

Palavra-chave da exposição: Situações

Pergunta: Quais são as situações em que podemos ou devemos desobedecer ao governo?

Esboço:

I. Quando proclamamos a mensagem da ressurreição de Jesus (4.1-4)
II. Quando somos arrastados para o tribunal para responder por atos de bondade (4.5-12)
III. Quando nos é ordenado não falarmos ou ensinarmos no nome de Jesus (4.13-22)

I. Quando proclamamos a mensagem da ressurreição de Jesus (At 4.1-4)

Pedro e João estavam falando ao povo a respeito de Jesus, que havia sido ressuscitado dentre os mortos pelo poder de Deus. Isso, no entanto, incomodou muito os sacerdotes, os saduceus e o capitão dos guardas do templo em Jerusalém. Como já estava anoitecendo, essas autoridades prenderam Pedro e João e os deixaram na prisão até o dia seguinte, por tais atos de insurreição contra o governo e os líderes religiosos da comunidade.

O povo, apesar disso, respondeu com fé, e a quantidade de pessoas da igreja aumentou imediatamente para quase cinco mil. Isso, ao que parece, tornou as coisas ainda mais difíceis para os dois apóstolos, pois os líderes temiam esse movimento em nome de Jesus e a declaração pública dos cristãos de que o homem que eles tentaram matar estava vivo.

II. Quando somos arrastados para o tribunal para responder por atos de bondade (At 4.5-12)

No dia seguinte, quando os governantes, os líderes religiosos e os mestres da lei se reuniram em Jerusalém, uma constelação inteira de autoridades havia se congregado para avaliar o caso, dentre eles Caifás, João, Alexandre e outros homens da família do sumo sacerdote. Certamente isso não era tempestade em copo de água, para dizer o mínimo; tratava-se realmente de uma questão muito importante!

Pedro e João foram trazidos diante deles, e o interrogatório concentrou-se nesta pergunta: "Com que poder ou em nome de quem vocês fizeram isso?" (v. 7b). Sem dúvida, uma obra milagrosa havia sido feita, que poucos poderiam negar, pois foi realizada publicamente diante de todas as pessoas presentes no templo. Um homem aleijado havia sido curado em nome de Jesus Cristo de Nazaré. Essas autoridades sabiam que esse era o nome e que tal milagre acontecera com base na autoridade do nome de Jesus de Nazaré. Eles apenas desejavam ouvir isso da boca de Pedro e João, por isso, eles os interrogaram com toda a santimônia característica das autoridades quando fazem esse tipo de coisa.

E foi Pedro quem respondeu pelo grupo. Ele o fez "cheio do Espírito Santo" (v. 8). Sem demonstrar timidez, declarou corajosamente que o milagre havia sido realizado em nome e no poder desse Jesus ressurreto, a quem eles tinham crucificado, mas que Deus havia ressuscitado dentre os mortos. Que reviravolta e que réplica: essa refutação sem dúvida era imbatível!

Além disso, Pedro anunciou diante da assembleia reunida para julgar o caso dele e de João que esse Jesus era o mesmo proclamado em Salmos 118.22 como "a pedra que vocês, construtores, rejeitaram e que se tornou a pedra angular" (v. 11). É por isso que: "Não há salvação em nenhum outro, pois, debaixo do céu não há nenhum outro nome dado aos homens pelo qual devamos ser salvos" (v. 12). Essa declaração deve ter abalado seriamente as autoridades. Esse Jesus era a "pedra" que eles haviam rejeitado completamente, como prediziam as próprias Escrituras Sagradas.

III. Quando nos é ordenado não falarmos ou ensinarmos no nome de Jesus (At 4.13-22)

As respostas corajosas e cuidadosas de Pedro e João surpreenderam as autoridades da assembleia, pois sabiam que ambos eram homens comuns e sem instrução. A questão que precisariam considerar é o fato de que "esses homens haviam estado com Jesus" (v. 13). E, além disso, o homem aleijado que havia sido curado estava ali de pé ao lado de Pedro e João. Diante de tão admirável evidência, o que poderiam declarar ou fazer? Eles "nada podiam dizer" (v. 14).

O Sinédrio então se reuniu em sessão executiva e passou a discutir a questão das possíveis ações a tomar. A situação era muito difícil, porque "todos os que viviam em Jerusalém sab[iam] que eles [haviam realizado] um milagre notório que não [podiam] negar" (v. 16).

A única alternativa que lhes restava era "impedir que isso se espalhasse ainda mais no meio do povo" (v. 17). Portanto, advertiram Pedro e João para que "não fal[assem] com mais ninguém sobre esse nome" (v. 17). A esperança deles era que o incidente todo acabasse caindo no esquecimento e que o povo deixasse de acreditar nesse Messias. Pedro e João certamente ficariam tão intimidados com suas ameaças oficiais que nunca mais ousariam realizar outras curas e pregar em nome de Jesus — pelo menos eles pensavam assim!

No entanto, o princípio da desobediência civil agora é invocado por Pedro e João. Para eles, tratava-se de obedecer a Deus ou obedecer a homens. Diante dessa escolha, eles obedeceriam a Deus. Além disso, como poderiam proceder de outra maneira depois de tudo o que haviam visto e ouvido (v. 20)?

Conclusões

Devemos obedecer às autoridades civis desde que elas não exijam de nós algo que contrarie o que Deus nos instruiu em sua palavra ou pessoa. Caso a controvérsia venha a nos colocar diante de uma escolha, como cristãos devemos sempre escolher obedecer a Deus. Ponto final!

Bibliografia

ALCORN, Randy. *Is rescuing right?* (Downers Grove: Inter-Varsity, 1990).

CHILDRESS, James F. *Civil disobedience and political obligation* (New Haven: Yale University Press, 1971).

GEISLER, Norman L. "Disobedience to government is sometimes right". In: *Christian ethics: options and issues* (Grand Rapids: Baker Academic, 1989), p. 239-55.

MOTT, Stephen Charles. "Civil disobedience as subordination". In: *Biblical ethics and social change* (New York: Oxford University Press, 1982), p. 142-66.

PIPER, John. "Rescue those being led away to death". *The Standard*, May 1989, p. 27-32.

ROBERTSON, O. Palmer. "Reflections on New Testament testimony on civil disobedience". *Journal of the Evangelical Theological Society* 33 (September 1990): 331-51.

RYRIE, Charles C. "The Christian and civil disobedience". *Bibliotheca Sacra* 127 (April 1970): 153-62.

SCHAEFFER, Francis A. *A Christian manifesto*. Ed. rev. (Westchester: Crossway, 1981).

WALLIS, Jim, org. *The rise of Christian conscience* (San Francisco: Harper and Row, 1987).

Perguntas para debate e reflexão

1. Você e seus amigos cristãos deveriam se posicionar publicamente por meio de protestos em uma região de seu bairro ou cidade onde "locadoras para adultos" atraem muitos adolescentes e homens casados para assistir a filmes pornográficos ou coisas parecidas?
2. Uma igreja ou instituição cristã deveria recorrer à violação pública não violenta da lei para protestar contra a injustiça de um governo municipal ou distrital que estivesse se negando a atender a uma solicitação de licença de construção de uma igreja ou instituição cristã depois

de anos de demora e nenhuma resposta oficial aos repetidos pedidos de explicação?

3. Líderes cristãos sob um governo ateu que proíbe todas as formas de evangelização deveriam promover um batismo público e, com isso, correr o risco de sofrer uma reação violenta do governo?
4. Se pedissem a você para contrabandear Bíblias em um país onde fosse ilegal possuir uma, você ainda assim tentaria fazer com que elas chegassem às mãos de cristãos desesperadamente famintos pela Palavra de Deus?

15

GUERRA E PAZ

ROMANOS 13.1-7

Paz não significa ausência de guerra, mas restauração da justiça nos relacionamentos.[1]

Mais pessoas perderam a vida em guerras no século 20 (que havia sido predito como o século cristão, no início da década de 1900) do que em qualquer outro século da história. Na Primeira Guerra Mundial, morreram 39 milhões de pessoas (das quais, trinta milhões eram civis). Na Segunda Guerra Mundial, outros 51 milhões de pessoas (sendo 34 milhões civis) perderam a vida. Desde 1945, estima-se que, em cerca de outras 150 guerras de proporções diversas, em localidades variadas, mais dezesseis milhões de pessoas morreram em razão desses conflitos, como a guerra da Coreia na década de 1950 e a do Vietnã nas décadas

[1]Jerram Barrs, "The just war revisited", in: Oliver R. Barclay, org., *Pacifism and war* (Leicester: Inter-Varsity, 1984), p. 160.

de 1960 e 1970.[2] Ninguém pode negar que o conflito militar inflige terríveis sofrimentos e certamente é resultado de algum tipo de falha moral.

Os cristãos têm basicamente três posições principais como alternativas no que diz respeito à guerra e à intervenção militar.

1. O *ativismo*, que defende o apoio cristão a todos os esforços militares sempre que seu país declarar guerra. Como as Escrituras afirmam em Romanos 13.1-7 que devemos nos submeter aos líderes políticos que nos governam, presumimos que esses líderes têm mais acesso às informações do que nós; portanto, nesse contexto, confiamos no discernimento do governo e seguimos sua liderança.
2. O *pacifismo*, que defende que, para o cristão, nunca é correto participar de uma guerra, visto que, como discípulos de Cristo, precisamos viver como ele viveu — de uma forma não violenta. O caminho do mundo é o caminho da espada, mas o caminho da cruz é totalmente diferente. As guerras conduzidas no Antigo Testamento não servem de apoio para a maneira pela qual nós, cristãos, devemos agir, e também não devemos oferecer resistência a uma pessoa má (Mt 5.39), ao contrário, devemos amar nossos inimigos (Mt 5.44).
3. O *seletivismo*, que defende que os cristãos podem participar e lutar em algumas guerras, quando elas estão fundamentadas em causas moralmente defensáveis descritas nas sete diretrizes de uma "guerra justa".

O ensinamento do Antigo Testamento sobre a guerra

Como as Escrituras são a fonte decisiva para todas as questões éticas, é apropriado que busquemos nelas orientação em

[2]Esses dados são de David K. Clark; Robert V. Rakestraw, orgs., *Readings in Christian ethics* (Grand Rapids: Baker Academic, 1996), vol. 2: *Issues and applications*, p. 489.

assuntos de ordem moral como esse diante de nós. Não seria justo separarmos o Novo Testamento do Antigo ou deixarmos este de lado ao analisarmos o tema da guerra, pois ambos afirmam ser Palavra de Deus, exibindo uma unidade consistente e harmoniosa, a menos que o texto indique a exceção.

O argumento mais evidente deve ser o de que, no Antigo Testamento, Deus orientava os israelitas a guerrear contra nações específicas que haviam completado a "medida de [sua] iniquidade" (uma expressão diferente, mas paralela, aparece em Gn 15.16: "o pecado dos amorreus ainda não atingiu a medida completa") conforme os padrões divinos e, portanto, teriam de ser punidas e removidas da terra que Deus agora estava dando a Israel. O próprio Yahweh era ocasionalmente descrito como um "homem de guerra" (Êx 15.3,4).

O Antigo Testamento claramente ensinava que "quem derramar sangue do homem, pelo homem seu sangue será derramado" (Gn 9.6). No entanto, Êxodo 20.13 também ensinava: "Não matarás". A interpretação de Êxodo 20.13 à luz de Gênesis 9.6 é suficiente para mostrar que nem toda morte causada pelos homens se constitui em violação do sexto mandamento. É provável que isso também influenciasse determinadas ações na condução da guerra.

Uma guerra de Yahweh: Deuteronômio 20.1-20

Na verdade, em várias passagens, o Antigo Testamento instrui Israel não somente a declarar guerra mas também a conquistar a terra de Canaã, ou a lutar para defender a terra. O capítulo inteiro de Deuteronômio 20 é dedicado a instruções específicas a respeito da guerra. Observe-se, no entanto, que essas instruções não estão baseadas nas opiniões de determinados grupos ou até mesmo de certos redatores das Escrituras Sagradas; elas são as regras de Deus para conduzir uma guerra.

O texto de Deuteronômio 20.1-20 é considerado um dos longos sermões proferidos por Moisés em sua época. A tentativa de atribuir esse texto a um período posterior da monarquia ou

mais tarde, por causa das nações estrangeiras mencionadas em Deuteronômio 20, 21 e 23, como alegou T. Raymond Hobbs,[3] é contestada pela semelhança entre os tratados de suserania do segundo milênio e a estrutura do livro de Deuteronômio. Esta obra é mais bem datada na metade do segundo milênio do que no primeiro milênio, como Hobbs gostaria. Conforme Chris Wright também respondeu:

> Parece provável que a idealização *precedeu* as guerras de Israel na Terra Prometida (i.e., como uma declaração prévia do que deveria ter ocorrido, mas não aconteceu), em vez de ter sido uma *pós*-idealização do século 7 do que deveria ter ocorrido, mas que todos sabiam que não aconteceu. É difícil enxergar qual o sentido possível das distinções dos versículos 10-18 nos séculos depois do estabelecimento efetivo de Israel na terra, ou qual seria o propósito desse capítulo [Dt 20] em relação a uma reforma do século 7.[4]

Embora os textos de Deuteronômio 21.10-14; 23.9-14 e 24.5 também tratem da questão da guerra no Antigo Testamento, Deuteronômio 20.1-20 apresenta a única passagem extensa de ensinamento sobre o tema na antiga aliança. Esse capítulo inteiro está inserido na presente parte do livro porque está associado com o ensino do capítulo 19 sobre o homicídio. Cada um desses capítulos, portanto, é uma extensão do sexto mandamento, e eles explicam tanto a legitimidade como a ilegitimidade de tirar a vida humana.

A estrutura de Deuteronômio 20 é sintaticamente marcada por uma série de frases condicionais que começam com "quando" (do hebraico, *kî*), acompanhadas por orações cujos verbos estão

[3]T. Raymond Hobbs, *A time for war: a study of warfare in the Old Testament* (Wilmington: Glazier, 1989), p. 226, citado em Hetty Lalleman, *Celebrating the law? Rethinking Old Testament ethics* (London: Paternoster, 2004), p. 94.

[4]Christopher J. H. Wright, *Deuteronomy*, New International Biblical Commentary (Peabody: Hendrickson, 1996), p. 231.

no imperfeito nos versículos 1, 10 e 19. O esboço dessa estrutura sintática parece ser o seguinte:

Esboço:

I. A natureza das guerras de Yahweh (v. 1-9)
   A. Uma guerra de Yahweh (v. 1)
   B. Preparativos para a guerra (v. 2-4)
   C. Reunião das tropas (v. 5-8)
   D. Designação de líderes (v. 9)
II. A singularidade da guerra de Yahweh (v. 10-18)
   A. Condução da guerra (v. 10-15)
   B. Princípios que governam as guerras de Yahweh (v. 16-18)
III. A preocupação com o meio ambiente (v. 19,20)
   A. Restrição ecológica (v. 19)
   B. Preparação de um cerco (v. 20)

As regras de guerra para Israel são muito diferentes das de seus vizinhos, especialmente em um aspecto importante: Israel nunca recebeu ordem ou permissão de expandir sua terra ou territórios por meio da conquista das nações a seu redor. Todas as motivações imperialistas para a guerra deveriam ser sumariamente rejeitadas. A razão era clara: não havia necessidade de aumentar a grandeza de Israel da perspectiva de aquisições, riqueza ou aparato militar. Sua glória não estava em suas posses, poder, força militar e tecnologia; suas guerras eram vencidas ou perdidas pela presença e pelo poder do Senhor. É por isso que Israel não precisava confiar em suas armas, mas somente no Senhor. É o que lemos em Salmos 33.16-19 e 118.8,9:

Nenhum rei é salvo pelo tamanho de seu exército;
nenhum guerreiro escapa por sua grande força.
O cavalo é vã esperança de vitória;
apesar de sua grande força, ele é incapaz de salvar.

Mas os olhos do SENHOR estão sobre aqueles que o temem,
aqueles que firmam a esperança em seu amor leal,
para livrá-los da morte
e garantir-lhes vida, mesmo em tempos de fome.

É melhor buscar refúgio no SENHOR
do que confiar nos homens.
É melhor buscar refúgio no SENHOR
do que confiar em príncipes.

Tendo em vista alguns dos usos contemporâneos da expressão "guerra santa", é melhor abandoná-la, pois as guerras nunca foram chamadas assim nas Escrituras, e usar a expressão bíblica "guerra(s) de Yahweh". Portanto, os versículos 1-4 apresentam a perspectiva de que as guerras de Israel, combatidas em obediência à ordem de Yahweh, seriam as guerras do próprio Yahweh. Essa é a premissa básica do capítulo 20 de Deuteronômio.

Surpreendentemente, em vez de esse capítulo exibir um espírito militarista, ele, na verdade, acaba sendo *anti*militarista, pois ordena a *redução* do exército e a liberação dos que provavelmente seriam seus homens mais jovens e mais bem preparados. Três dispensas foram logo concedidas: (1) aos que edificaram uma casa nova, mas ainda não a haviam dedicado; (2) aos que plantaram uma vinha, mas ainda não a haviam desfrutado; (3) aos que estavam comprometidos a se casar, mas ainda não haviam se casado. Todos eles deveriam ser liberados do serviço militar, além de todos os que psicologicamente temiam ir para a guerra. Parte do motivo era que, se essa guerra deveria ser fonte de bênção e dádiva da terra, a morte de um homem nas condições mencionadas nas três dispensas pareceria fruto de maldição em vez de bênção e repercutiria de forma negativas, já que o guerreiro caído não tivera tempo de desfrutar do que estava prestes a se concretizar em sua vida.

O capítulo 20 de Deuteronômio segue distinguindo as cidades próximas das mais afastadas (v. 15,16). A razão para a

matança de todas as nações cananeias era a mesma mencionada em Deuteronômio 7.1-6,25,26 — tratava-se de um juízo a sua maldade acumulada (i.e., o enchimento da "medida de iniquidade") e à ameaça de sincretismo que representavam para Israel (Dt 20.18). A natureza do texto é um *sermão*, não uma instrução militar. A idolatria não deveria se infiltrar na terra, porque Israel precisava ser totalmente dedicado ao Senhor.

Essas regras eram ao mesmo tempo humanas e ecologicamente sensíveis. Israel deveria propor paz às cidades que estavam mais longe (v. 10,11). Caso essas cidades aceitassem, deveriam receber tratamento cordato e ser deixadas na própria terra. As árvores frutíferas não poderiam ser destruídas ou cortadas para serem usadas na construção de cercos, como o fizeram, por exemplo, os assírios (v. 19,20). As mulheres cativas também deveriam ser tratadas com benevolência, pois, se um israelita se casasse com uma delas, jamais poderia vendê-la ou tratá-la como escrava, caso ela não mais lhe agradasse.

Chris Wright apresenta um bom resumo dessa passagem:

> Quando decidimos, então, observar além da matança dos cananeus, como uma pedra de tropeço moral, outros aspectos das regras de guerra de Deuteronômio, é difícil não nos impressionarmos. Sem uma Convenção de Genebra, Deuteronômio defende dispensas humanas do combate; exige negociação prévia; dá preferência à não violência; impõe limites no tratamento das populações subjugadas; permite apenas a execução de combatentes do sexo masculino; exige o tratamento humano e digno de mulheres cativas; insiste na restrição ecológica. Como no caso da escravidão, podemos até detectar algo que parece minar a própria guerra, ainda que de maneira velada.[5]

[5]Ibidem, p. 230.

A teoria da guerra justa

Cícero (106-43 a.C.), em sua obra *De officiis*, procurou elaborar uma justificativa para a guerra ao falar de "um motivo justo para ir à guerra" (I, 38). Mas foi Agostinho de Hipona que desenvolveu a teoria de Cícero em sua *Resposta a Fausto* (XXII, 74) e em suas *Carta* 138 e *Carta* 189.

A "guerra justa" (*jus ad bellum*, "regra [que rege o momento de ir] à guerra", i.e., as condições para se declarar guerra)[6] e a *jus in bello* ("regra [de conduta] na guerra", i.e., diretrizes a serem seguidas quando se está em guerra) produziram uma doutrina cujas raízes remontam a Agostinho (354-430), que a desenvolveu como implicação de Romanos 13.1-7. Nem todas as guerras eram moralmente legítimas, argumentava Agostinho. Um critério de sete princípios foi desenvolvido para a avaliação do início (cinco regras da teoria da guerra justa, *jus ad bellum*) e do andamento ([*jus in bello*] as duas últimas dessas sete regras) de uma guerra. São os seguintes:

1. *Uma causa justa.* Toda forma de agressão deve ser completamente rejeitada. Uma guerra sem motivos não é razão para que uma nação lute contra outra. Só podemos participar se houver uma causa justa ou uma razão sustentável.
2. *Uma intenção justa.* As nações não podem ir à guerra por vingança ou para conquistar o território de outra nação; devem fazê-lo para assegurar a paz de todas as partes envolvidas.
3. *Como último recurso.* Somente depois de uma nação haver proposto um acordo de paz e utilizado a diplomacia e

[6]Arthur F. Holmes, "The just war", in: Robert G. Clouse, org., *Four Christian views* (Downers Grove: InterVarsity, 1981), p. 117-35; James Turner Johnson, "The utility of just war categories for moral analysis of contemporary war", in: *Can modern war be just?* (New Haven: Yale University Press, 1984), p. 11-29.

todas as formas de pressão econômica para evitar o conflito, ela poderá ir à guerra como último recurso.

4. *Declaração formal.* Deve haver uma declaração de guerra formal para o início das batalhas.
5. *Objetivos limitados.* A destruição completa de outra nação ou algo semelhante é um objetivo inadequado. A guerra deve ser travada para garantir a paz como resultado e quando for o único caminho para o fim da violência.
6. *Meios proporcionais.* Os tipos de armas e a força militar devem limitar-se ao necessário para reprimir a agressão e assegurar uma paz justa.
7. *Imunidade de não combatentes.* As operações militares devem evitar cuidadosamente o envolvimento de pessoas que não estejam participando do conflito. Somente as forças governamentais e seus agentes podem ser alvos da ação.

Tomás de Aquino também argumentou em favor de uma guerra justa buscando apoio no Antigo Testamento. Veja sua obra *Suma Teológica* I-II, Q 105, artigo 3.

Os cristãos pacifistas apresentam duas principais objeções contra a teoria da guerra justa: (1) Nunca é correto ir à guerra, deveríamos em vez disso oferecer a outra face (Mt 5.39); (2) Jesus disse a Pedro para guardar a espada, uma vez que o reino de Deus não é deste mundo e seu avanço não ocorre por meio da espada (Mt 26.52,53). No entanto, Jesus estava se dirigindo a indivíduos pessoalmente atormentados nesses casos, não estabelecendo princípios para o modo de agir das nações ou de grupos de pessoas.

Mais recentemente, outros teólogos têm defendido que a teoria da guerra justa se aplica somente a nações e não a terroristas. Mas essa objeção não parece correta, porque o conceito de guerra justa é anterior ao conceito dos modernos

Estados-nações,[7] em que grupos étnicos, sociais e religiosos são objetos de ataque.

A principal passagem sobre o tema, sem dúvida, é Romanos 13.1-7, que examinaremos agora, observando o ensinamento ético sobre a obediência política.

A submissão ao governo é exigida por Deus

Como os cristãos se tornaram membros de um reino que não é deste mundo, poderíamos pensar que seriam dispensados ou que talvez eles mesmos se isentariam de todas as obrigações de obediência aos governantes deste século, especialmente quando o que está em jogo é o serviço ativo nas Forças Armadas, visto que, de todo modo, essas autoridades humanas geralmente não são cristãs. Mas o ensinamento desse capítulo de Romanos é dirigido a "todos", o que inclui os cristãos.

Além disso, o apóstolo Paulo não restringe essa exigência de obediência a somente uma ou duas formas de governo; ele não faz exceções, sejam democracias, sejam monarquias, sejam repúblicas, sejam uma mistura de todas as formas anteriores, além de outras. Toda forma de governo deve ser obedecida por causa da obediência a Deus. Aliás, Paulo escreve isso durante um dos períodos de maior opressão dos cristãos, infligida pelos imperadores romanos.

Texto: Romanos 13.1-7
Título: "A submissão ao governo é exigida por Deus"
Ponto central: "Todos devem sujeitar-se às autoridades governamentais, pois não há autoridade que não venha de Deus e que não tenha sido estabelecida por ele" (v. 1).
Palavra-chave da exposição: Razões
Pergunta: Quais são as razões para a submissão às autoridades governamentais?

[7]Kerby Anderson, *Christian ethics in plain language* (Nashville: Thomas Nelson, 2005), p. 212.

Esboço:[8]

I. Todos nós devemos nos submeter ao governo humano (13.1-5)
   A. Porque o governo humano é ordenado por Deus (13.1b)
   B. Porque a rebelião contra o governo é rebelião contra Deus (13.2a)
   C. Porque seremos punidos se resistirmos (13.2b)
   D. Porque o governo é uma forma de repressão do mal (13.3a)
   E. Porque o governo promove nosso bem (13.3b,4a)
   F. Porque os governantes receberam autoridade para punir a desobediência (13.4b)
   G. Porque a obediência ao governo se deve por motivo de consciência (13.5)

II. Todos nós devemos pagar impostos aos nossos governos (13.6,7)
   A. Parte de nossa submissão se manifesta no pagamento de impostos (13.6a)
   B. Parte do trabalho do governo é cobrar impostos (13.6b)
   C. Parte de nosso pagamento de impostos é uma obrigação espiritual (13.7)

I. Todos nós devemos nos submeter ao governo humano (Rm 13.1-5)

Porque o governo humano é ordenado por Deus (v.1b). Em primeiro lugar, Paulo apresenta nossa obrigação e, então, explica a razão dela. Todos os governos estão incluídos nessa referência a "autoridades governamentais", não somente os imperadores romanos. Não importa quais tenham sido os meios usados

[8]Devo a maior parte das ideias desse esboço a John MacArthur, *The MacArthur New Testament commentary: Romans 9—16* (Chicago: Moody, 1994), p. 205-40.

por esses governantes para chegar ao poder, cada um deles, sem exceção, está onde está porque assim Deus ordenou. O próprio Jesus reconheceu que os sucessores de César e Jeroboão haviam sido designados por Deus às suas posições de liderança. Até tiranos que pensam ter conquistado o poder pelas próprias mãos só alcançaram esse poder depois de Deus ter-lhes concedido. Portanto, cada governante é um ministro/servo de Deus (v. 4). Assim, tanto a forma de governo civil como os próprios governantes são ordenados por Deus.

A palavra para "sujeitar-se" em grego é *hypotasso*, um termo militar usado geralmente para soldados que deveriam se posicionar hierarquicamente sob ou sujeitos à autoridade de um oficial superior. O verbo é um imperativo passivo, indicando que o princípio é uma ordem, não uma opção. Portanto, os cristãos devem estar dispostos a se submeter a todas as autoridades governamentais em todos os países onde são cidadãos ou residentes.

Alguns, de fato, são governantes perversos, mas Deus pode usá-los para punir nações como também para servir a seus propósitos.[9]

Porque a rebelião contra o governo é rebelião contra Deus (v. 2a). A resistência a um governo implica resistência a Deus, exceto em uma área importante: quando o governo exige de nós qualquer coisa que seja contrária à lei divina. Quando Pedro e João foram instruídos pelas autoridades que deveriam parar de pregar, os dois apóstolos responderam: "Julguem os senhores mesmos se é justo diante de Deus obedecer aos senhores, e não a Deus." (At 4.19). Naturalmente, Pedro e João tinham de estar dispostos a enfrentar as punições do governo se viessem a ser pegos pregando novamente.

Porque seremos punidos se resistirmos (v. 2b). Em Números 16.3,13, cerca de 250 pessoas descontentes se reuniram para protestar contra a administração de Moisés e Arão. A resposta

[9]Para fundamentar esses argumentos, veja Êxodo 9.16; Salmos 75.7; Jeremias 27.5 e Daniel 4.17.

do Senhor a essa oposição inadequada foi abrir a terra para engolir os descontentes e enviar fogo para consumir os rebeldes. Em vez de o povo reagir de forma sensata à tragédia, no dia seguinte, rebelou-se novamente contra a liderança. Dessa vez, 14.700 morreram por causa de uma praga. O número de mortos teria sido maior se Arão não tivesse feito expiação pelo povo (Nm 16.49). É uma questão grave opor-se às pessoas designados por Deus para governar se não houver uma ordem superior que venha de Deus e que seja diretamente contrária ao que essas autoridades exigem.

Porque o governo é uma forma de repressão do mal (v. 3a). Com essa declaração não se pretende qualificar ou oferecer motivos alternativos para a nossa obediência, pois esses motivos já foram mencionados no versículo 1. Em vez disso, ela indica a razão pela qual Deus designou governos civis e desse modo nos oferece um motivo adicional para cumprirmos o que já nos foi ordenado. O bem e o mal nesse caso não se referem ao cristianismo, mas à sociedade em geral. Até os piores governos podem ser uma fonte de bênção, mesmo que não o sejam em todas as situações.

Porque o governo promove nosso bem (v. 3b,4a). É legítimo que cristãos e todas as outras pessoas busquem nos governos a proteção da vida e da propriedade, bem como o exercício da justiça. Paulo se beneficiou desses aspectos quando apelou a César por justiça (At 25.11). Ele também utilizou os recursos do governo quando a multidão foi instigada por Demétrio, o ourives, a se rebelar contra a pregação de Paulo. O escrivão da cidade disse que os tribunais estavam prontos para ouvir todas as queixas contra Paulo, mas que o tumulto não seria tolerado (At 19.38,39).

Porque os governantes receberam autoridade para punir a desobediência (v. 4b). A espada, que é a arma da morte, é dada ao governo para executar a punição merecida por todos que praticam o mal. Essa é simplesmente uma implicação da instituição da pena de morte dada por Deus ao Estado em Gênesis 9.6.

É verdade que Pedro havia sido advertido pelo Senhor a guardar sua espada (Mt 26.52), porque se viesse a tirar uma vida, ele seria responsabilizado por assassinato, o que resultaria em sua execução pelo Estado. Da mesma forma, Paulo reconheceu que se pudessem acusá-lo de ter cometido algum crime digno de morte, ele também mereceria a morte (At 25.11). Desse modo, o apóstolo reconheceu que a pena de morte era justificada em algumas circunstâncias. Portanto, Deus deu às nações, aos estados e às forças policiais de todo o mundo a autoridade de tirar a vida, se for necessário, mas todas as ações do governo também são passíveis de análise pelo Juiz Supremo, o nosso Senhor.

Porque a obediência ao governo se deve por motivo de consciência (v. 5). Os cristãos precisam reconhecer, com naturalidade, que a sujeição aos governantes da terra deve ocorrer não por medo da ira do governo, mas por causa da nossa consciência perante Deus. Temos de merecer o louvor dos que fazem o que é correto. Quando obedecemos dessa maneira, calamos "a ignorância dos insensatos" (1Pe 2.13-15, NASB).

Essa pode ser uma tarefa difícil para os cristãos diante de alguns tiranos, mas não é difícil para Deus, que governa sobre os governantes. Robert Haldane disse: "Quando Deus escolhe derrubar o império de tiranos, não lhe faltam instrumentos. Ele não é obrigado a empregar os herdeiros da glória nessas cenas de sangue: Ele [muitas vezes] usa os maus para destruir os maus".[10]

II. Todos nós devemos pagar impostos aos nossos governos (Rm 13.6,7)

Parte de nossa submissão se manifesta no pagamento de impostos (v. 6a). Essa não é uma ordem para que nos alegremos em pagar nossos impostos, mas temos de pagá-los! A fraude fiscal é enorme, alcançando quase cem bilhões de dólares por ano

[10]Robert Haldane, *The Epistle to the Romans* (London: Banner of Truth, 1958), p. 585.

nos Estados Unidos, de acordo com as recentes estimativas da Receita Federal. É realmente um escândalo!

Nem Jesus nem Paulo mencionaram qualquer exceção. A razão pela qual os impostos devem ser pagos está em todas as coisas que são feitas em nosso favor, como é observado nos versículos anteriores. Os impostos eram considerados dívidas.

Parte do trabalho do governo é cobrar impostos (v. 6b). Pela terceira vez neste contexto, somos lembrados que esses governantes são servos/ministros de Deus. É para o "governo de tempo integral" deles, como ministros de Deus, que os impostos devem ser pagos.

Parte de nosso pagamento de impostos é uma obrigação espiritual (v. 7). Haldane novamente faz uma observação extremamente importante:

> Aqui também deve ser ressaltado especificamente que [Paulo] atribui aos impostos e à alfândega o nome de "obrigações" ou *dívidas*. Um imposto é uma dívida no sentido verdadeiro da palavra [...]. O texto ensina explicitamente que os impostos, de acordo com a lei de Deus, estão em pé de igualdade com as dívidas privadas, portanto, todo homem tem igual obrigação de quitar [...]. Os cristãos têm muitas razões para serem gratos por estarem livres, pela autoridade de Deus, de toda responsabilidade em relação à aplicação de cada imposto e por essa responsabilidade repousar completamente sobre o governo. Se fosse diferente, viveriam constantemente perplexos em relação ao assunto, e praticamente em todos os casos seriam incapazes de determinar se sua obrigação deveria ser pagar ou reter o pagamento. Assim, a todo momento estariam expostos a uma situação de oposição aos governantes, o que tornaria praticamente impossível para eles viver em um país pagão ou muçulmano.[11]

Essa é uma distinção importante. Se nossos impostos não fossem equivalentes ao pagamento por serviços prestados,

[11]Ibidem, p. 586-7 (grifo do autor).

isso causaria conflitos diretos quando decidíssemos reter o pagamento. Seria como um carpinteiro que viesse à nossa casa e nós lhe perguntássemos primeiro quanto ele cobraria por hora. Ao responder que seria em torno de R$ 60,00 por hora, perguntaríamos a ele como gastaria o dinheiro recebido. Ele vai se embebedar e farrear com mulheres promíscuas? Depois de recuar por um instante, o carpinteiro admitiria que faz essas coisas, mas que isso não era da nossa conta. Se nós então revidássemos e disséssemos: "É, sim. Como cristãos, não podemos apoiar esse tipo de atividade. Como você disse que 20% de seus rendimentos são gastos assim, somente poderemos pagar-lhe R$ 48,00 por hora, pois não podemos apoiar as coisas pecaminosas que você faz".

Essa situação, no entanto, é impensável. Pagamos pelos serviços prestados e não estamos sob nenhuma obrigação moral de pagar ao carpinteiro segundo nossos valores ou ética, ou a falta deles. O mesmo princípio se aplica aos impostos devidos a todo governo (o que inclui democracias e repúblicas) por seus cidadãos, porque eles são tão obrigatórios como as dívidas. Portanto, as pessoas que deduziam uma parte de seus impostos em protesto contra a Guerra do Vietnã estavam erradas, porque os impostos são "obrigações" ou "dívidas" e não estão vinculados a exigências éticas do pagador de impostos em relação a como esse dinheiro será gasto pelo governo.

A paz (hebr., *shālôm*) vem de Deus, pois como Salomão ensinou: "Quando os caminhos de um homem são agradáveis ao SENHOR, ele faz com que até seus inimigos vivam em paz com ele" (Pv 16.7). O grande perigo que os falsos profetas representam é que eles dizem "Paz, paz" quando não há paz (Jr 6.14; 8.11,15; 14.13; 23.17; 28.9; Ez 13.10,16). E a razão pela qual não há paz na terra é que homens e mulheres não são corretos diante de Deus (Mq 3.5). No entanto, a pessoa (ou as pessoas) que encontra a sabedoria também anda nas veredas de *shālôm* (Pv 3.13-17) — "todas as suas veredas [da sabedoria] são paz".

Conclusões

Embora a guerra seja uma obrigação extremamente desagradável a ser cumprida por um governo de tempos em tempos, as regras para uma "guerra justa" precisam ser sempre aplicadas de forma completa. Ainda que os cristãos discordem quanto à obrigação de servir pessoalmente ao governo em alguma guerra justa, o ensinamento de Romanos 13.1-7 e de Deuteronômio 20 parece não dar margem a essa opção. Os cristãos não podem reter ou se recusar a pagar seus impostos, porque os impostos são dívidas e não implicam qualquer outra decisão moral nossa que seja distinta do pagamento a um trabalhador pelos serviços prestados em nossa casa.

Bibliografia

BOETTNER, Loraine. *The Christian attitude toward war*. 3. ed. (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1985).

CLOUSE, Robert G. *War: four Christian views* (Downers Grove: InterVarsity, 1981).

CRAIGIE, Peter C. *The problem of war in the Old Testament* (Grand Rapids: Eerdmans, 1978).

HARRIS, Douglas J. *The Biblical concept of peace: shalom* (Grand Rapids: Baker Academic, 1970).

HESS, Richard S.; MARTENS, Elmer A., orgs. *War in the Bible and terrorism in the twenty-first century* (Winona Lake: Eisenbrauns, 2008).

HOLMES, Arthur F. *War and Christian ethics* (Grand Rapids: Baker Academic, 1975).

JOHNSON, James Turner. *Can modern war be just?* (New Haven: Yale University Press, 1984).

KNIGHT, George W., III. "Can a Christian go to war?", *Christianity Today*, November 1975, p. 4-7.

SIDER, Ronald J. *Non-violence: the invincible weapon?* (Dallas: Word, 1989).

SIDER, Ronald J.; TAYLOR, Richard K. "Jesus and violence: some critical objections". In: *Nuclear holocaust and*

Christian hope: a book for Christian peacemakers (Downers Grove: InterVarsity, 1982), p. 106-13, 138-43.

SWARTLEY, Willard M. *Slavery, Sabbath, war and women* (Scottdale: Herald, 1983).

WINK, Walter. *Jesus and non-violence: a third way* (Minneapolis: Fortress, 2003).

Perguntas para debate e reflexão

1. Como nós, cristãos, conciliamos os ensinamentos de Jesus sobre guerra, violência e forma de tratar nossos inimigos com os do Antigo Testamento?
2. De que maneira as instruções dadas aos israelitas sobre a conduta na guerra eram parecidas com as da Convenção de Genebra, que surgiu séculos mais tarde?
3. Por que pagar os impostos é como pagar alguém por prestar um serviço em nossa casa?
4. Como devemos agir em relação a cristãos de quem discordamos a respeito da atitude cristã "correta" referente à guerra?

16

RIQUEZA, POSSES E ECONOMIA

DEUTERONÔMIO 8.1-20

A frequência com que a riqueza é mencionada na Bíblia

Se todas as riquezas e posses vêm de Deus, então por que algumas nações são tão ricas e outras, tão pobres? Será que Deus se esqueceu de algumas e abençoou excessivamente outras? Outra questão ainda mais desafiadora: Qual é a responsabilidade do cristão em um mundo com tanta pobreza e fome? Será que Deus favorece um sistema econômico em detrimento de outro? Ele apoia, por exemplo, o capitalismo em vez do socialismo, ou um mercado controlado pelo governo em vez do livre mercado? O evangelho da saúde, da riqueza e da prosperidade é um ensinamento bíblico verdadeiro ou é um evangelho ocidental sem fundamentação bíblica?

Muitos nem querem falar de dinheiro porque acreditam ser um assunto extremamente pessoal, que não deve ser discutido em público. Mas nosso Senhor deve ter pensado diferente sobre a questão, pois, como John MacArthur ensinou:

> Das 38 parábolas de Cristo, 16 falam de como as pessoas devem lidar com a riqueza terrena. Na verdade, nosso Senhor ensinou mais sobre essa mordomia (um de cada dez versículos nos Evangelhos tratam do tema) do que a soma de seus ensinamentos sobre céu e inferno. A Bíblia inteira contém mais de duas mil referências à riqueza e à prosperidade, duas vezes mais do que o total de referências à fé e à oração. O que fazemos com as *coisas* concedidas a nós por Deus é muito importante para ele.[1]

De maneira semelhante, o oitavo mandamento do Decálogo ordena: "Não furtarás", o que introduz uma série de assuntos relacionados, dentre os quais o acúmulo de riqueza, nossa capacidade de ganhar a vida, nossos hábitos de gastos, os bens e as propriedades herdados e o uso de todas as nossas posses. Nenhum livro no Antigo Testamento trata mais da maldição e das bênçãos da riqueza, da abundância e das posses do que o livro de Deuteronômio. Por exemplo, Deuteronômio 8.17,18 ensina:

> Não digam, pois, em seu coração: "A minha capacidade e a força das minhas mãos ajuntaram para mim toda esta riqueza". Mas, lembrem-se do SENHOR, o seu Deus, pois é ele que dá a vocês a capacidade de produzir riqueza, confirmando a aliança que jurou aos seus antepassados, como hoje se vê.

A fonte de toda a riqueza

Portanto, Deus é o criador e o proprietário de tudo o que existe no céu e na terra (Sl 24.1). E ele realmente afirma: "Tanto a prata quanto o ouro são meus" (Ag 2.8). Por isso, os bens e as coisas materiais em si não são maus nem pertencem estritamente a esta era. Deus declarou que era "bom" tudo o que fez no domínio da Criação (Gn 1).

---

[1]John MacArthur, *Whose money is it, anyway?A biblical guide to using God's wealth* (Nashville: Word, 2000), p. 3 (grifo do autor).

No entanto, as posses, a riqueza e os bens também envolvem responsabilidades. As Escrituras constantemente nos advertem sobre o fato de que a propriedade de qualquer coisa neste mundo não é um bem absoluto, mas somente um bem relativo. Precisamos usar tudo o que nos foi dado de maneira apropriada ao nosso papel como mordomos de Deus, pois o que temos deve ser partilhado com nosso Senhor e com outros; tudo é um empréstimo do Senhor — para ser usado para a sua glória.

Quase trinta anos atrás, John White escreveu um livro com o título *The golden cow* [A vaca de ouro]. Nele o autor fez a seguinte análise irônica, porém séria:

> Não um bezerro, se preferir, mas uma vaca. Chamo-a de *vaca de ouro* porque suas mamas estão cheias de ouro líquido, especialmente no Ocidente, onde ela pasta nos campos suculentos forrados de dinheiro. Para apaziguá-la, seus sacerdotes abatem princípios divinos cujo sangue ela contempla com tranquila satisfação. Fileiras de adoradores ansiosos se curvam diante de seus baldes. Embora o ouro jorre continuamente, os adoradores tremem porque receiam que o suprimento das vítimas sacrificiais possa um dia não mais apaziguá-la. [...]
>
> O fundamentalismo é a minha mãe. Seu peito aconchegante me nutriu. Ela cuidou de mim com amor e me ensinou tudo o que sabia. Devo a ela (humanamente falando) minha vida, meu alimento espiritual e muitas das minhas alegrias de infância. Foi ela que me apresentou ao Salvador e me ensinou a me alimentar do pão da vida. Nosso relacionamento não era um mar de rosas, mas ela foi a única mãe que tive. Eu me agarrei a ela e agora tenho dificuldade de deixar de me apoiar nela. Se ela me deixa na mão às vezes, tenho idade suficiente para reconhecer que nenhuma mãe é perfeita. Mas descobrir que ela era uma prostituta, que se deixou usar por Mamom, era outra coisa. E à medida que o movimento evangélico mais amplo foi tomando o seu lugar na minha vida, foi doloroso fazer a mesma descoberta pela segunda vez.[2]

[2]John White, *The golden cow* (Downers Grove: InterVarsity, 1979), p. 67-8 (grifo do autor), citado em MacArthur, *Whose money?*, p. 7-8.

Os perigos de confiar nas riquezas

Na época em que os profetas do Antigo Testamento iniciaram seu ministério, a idolatria dos *nouveau riche* (novos ricos) por suas riquezas estava se tornando notória. O profeta Amós, por exemplo, esbravejou contra seu povo, Israel, por vender "o justo por prata, e o necessitado, por um par de sandálias" (Am 2.6). Além disso, a nação de Israel esmagava os pobres e exigia deles tributo do trigo enquanto edificava mansões de pedras lavradas e plantava vinhas desejáveis (Am 5.11). Ao mesmo tempo, as esposas mimadas desses barões bandidos eram arrogantes e andavam de pescoço esticado, "flertando com os olhos, desfilando com passos curtos e com enfeites tinindo em seus tornozelos" (Is 3.16), e ainda oprimindo os pobres e esmagando os necessitados, dizendo aos seus maridos: "Tragam bebidas!" (Am 4.1).

Toda riqueza é acompanhada de bênçãos misturadas com maldições, porque "o rico pode ser sábio aos próprios olhos" (Pv 28.11), o que o levaria à ruína (Pv 18.10-12). A abundância de posses de um homem rico "não o permite dormir" (Ec 5.12). Em vez da fortuna, devemos ter em mente que "um bom nome é mais desejável que grandes riquezas" (Pv 22.1).

Muitas pessoas famosas testemunharam o fato de que a riqueza não é tudo o que se atribui a ela. Algumas escolheram com humor a frase "Mostre-me o dinheiro!" do conhecido filme *Jerry Maguire*, de 1996. Mas a riqueza não é uma garantia de felicidade. John D. Rockefeller, por exemplo, lamentou-se: "Ganhei milhões, mas eles não me trouxeram felicidade". Cornelius Vanderbilt também desanimou, porque "cuidar de milhões é uma carga grande demais [...]. Não há prazer nisso". De forma parecida, John Jacob Astor queixou-se: "[Sou] o homem mais miserável da Terra". Até Henry Ford frustrou-se com a falta de qualquer tempo livre, pois "[eu] era mais feliz fazendo o trabalho de mecânico". A felicidade e a tranquilidade não provêm das posses e da riqueza.

Embora o "evangelho da prosperidade" de alguns mestres religiosos ainda tenha grande força em muitas partes do mundo

e nas telas de televisão dos Estados Unidos, seu ensino nada tem a ver com as Escrituras. Não pode ser comprovado na Bíblia que Deus quer que seus seguidores sejam ricos, tenham carros luxuosos e sejam proprietários de mansões, iates e guarda-roupas deslumbrantes. Apesar de esse ensinamento ser bastante popular, ele proclama a ganância e impõe uma concepção de Deus que faz dele pouco mais do que um doador de bens materiais ao seu povo. Essa ênfase errada está implícita em diversos adesivos modernos, mas deprecia o chamado de Deus, que se fundamenta em uma base mais ampla e mais escriturística do que essa espécie de jingoísmo que "decreta e reivindica".

Como a riqueza é aumentada?

A verdade, no entanto, é que Deus é a fonte de todas as riquezas e posses existentes no mundo em que vivemos, porque ele é quem supre dois outros elementos a eles relacionados: supre os recursos usados para a formação da riqueza e concede a eficiência com que a riqueza é organizada. Algumas pessoas argumentam que os recursos da riqueza são apenas dons naturais de determinados seres humanos, assim como o talento das pessoas que geram a riqueza, o conhecimento intelectual delas para administrar essa riqueza, as indústrias e as empresas que desenvolvem novos produtos; mas, ao contrário, até eles são confiados por Deus como empréstimo aos seres humanos. Ninguém pode declarar o que E. F. Hutton dizia com prazer: "Eu mesmo fiz isso; eu o mereci".

Brian Griffiths, um economista internacional cristão e também diretor do Bank of England, observou que:

> A geração de riqueza ocorre quando um indivíduo ou uma empresa utiliza o potencial de trabalho e os recursos financeiros disponíveis para produzir alguma coisa [...] que tenha um valor maior do que os recursos empregados. Nesse sentido, a riqueza gerada é o valor acrescido durante o processo de produção. Para que isso ocorra com êxito, [...] o produto final precisa ter um

valor monetário maior do que o dos recursos utilizados; deve haver algum processo técnico de produção; precisa haver alguma pessoa ou grupo de pessoas que assume a iniciativa empreendedora de reunir os recursos; e deve haver alguma entidade na qual todo o processo se desenvolve — uma família, uma sociedade, uma empresa ou um serviço de utilidade pública.[3]

Riqueza e economia

Algumas pessoas que defendem o modo de vida simples frequentemente supõem ou afirmam que os que acumulam riqueza o fazem à custa de outros. Para elas, toda evidência de riqueza é resultado de opressão e de uma ou outra forma cruel de exercício de poder. Porém, os defensores da economia de livre mercado sustentam que esses críticos estão brincando de "jogo de soma zero", que presume que, quando um lado ganha, o outro perde, como em um jogo de futebol. O problema desse tipo de argumento é que é possível haver dois lados vencedores nessa maneira de trocas econômicas de "resultado positivo".[4] Nas trocas voluntárias, a situação econômica final pode ser melhor do que a inicial para ambos os lados.

No último século, as máquinas e a invenção de aparelhos fundamentais aumentaram sensivelmente a produtividade. Máquinas agrícolas gigantes, por exemplo, podem agora colher centenas de acres de trigo, milho, aveia ou arroz e produzir mais do que centenas de agricultores — que usavam métodos lentos de arar a terra com cavalos e debulhar os cereais em uma máquina instalada em um local fixo — eram capazes de realizar.

---

[3]Brian Griffiths, *The creation of wealth: a Christian case for capitalism* (Downers Grove: InterVarsity, 1984), p. 21.

[4]Essa parte e a seguinte de minha análise estão baseadas em David K. Clark; Robert V. Rakestraw, orgs., *Readings in Christian ethics* (Grand Rapids: Baker Academic, 1996), vol. 2: *Issues and applications*, p. 339-80, esp. em sua seção que inicia na p. 343 e que trata em detalhes dos diferentes tipos de economia de mercado.

Se houve essa mudança, então a pergunta a ser feita agora é: "Como a sociedade deve decidir a distribuição de sua riqueza?". Uma resposta é a "abordagem de livre mercado", que consiste em uma interferência mínima do Estado ou do governo e em que os indivíduos desenvolvem por si mesmos melhores métodos de executar tarefas antigas. Foi Adam Smith (1723--1790), economista escocês, o autor da famosa metáfora de uma mão invisível que conduz o uso da riqueza de uma sociedade à medida que cada pessoa toma as próprias decisões sobre como produzir algo melhor e com um lucro maior do que era produzido antes.[5] Essa abordagem é basicamente individualista, embora o governo esteja atento para que seus negócios sejam feitos com justiça e honestidade.

Em contraste com o sistema de livre mercado, outros apoiam a "abordagem da economia planificada", que consiste na condução da economia por planejadores para atingir metas desejáveis por meio de impostos, tarifas, subsídios e políticas monetárias. Interesses privados, deixados à mercê da abordagem *laissez-faire* [princípio de não intervenção] dos mercados livres, argumentam, jamais atingirão determinadas metas sociais, como a construção de um sistema de estradas semelhante ao Sistema Interestadual de Eisenhower, nem garantirão que valores públicos, como a lei do ar puro, sejam legalizados em detrimento dos poluidores industriais. Alguns controles por parte do governo central são necessários, advogam os economistas da economia planificada.

Outros alegam que algum tipo de teoria intermediária é necessário entre a forma de abordagem de livre mercado *laissez-faire* e o modelo de controle governamental, porque se o individualismo for deixado à própria sorte resultará em um

[5]Adam Smith, *An inquiry into the nature and causes of wealth of nations* (London: W. Strahan and T. Cadill, 1776), esp. livro 5, cap. 2. [edição em português: *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, tradução de Luiz João Baraúna (São Paulo: Nova Cultural, 1996)].

socialismo totalitário. Na verdade, uma a uma, muitas das antigas economias capitalistas da Europa e da América do Norte estão abandonando o capitalismo puro e adotando uma espécie de capitalismo misto. Puristas do livre mercado zombam dessas mudanças e as chamam ironicamente de "economias de redistribuição" ou "economias intervencionistas".

A moral e os sistemas de mercado

A melhor conclusão parece ser a de que é impossível aliviar, reduzir ou eliminar a pobreza repartindo o bolo da economia em fatias suficientemente pequenas para que todos no mundo ganhem uma porção igual. O bolo simplesmente não é suficiente! Mas a história parece demonstrar que a melhor maneira de beneficiar os pobres está no aumento da produtividade dos sistemas de mercado.

Até o momento, a abordagem de livre mercado realizou mais para o provimento das massas ao redor do mundo do que qualquer outro sistema econômico. Embora o mercado invariavelmente tenha competidores, os que cooperam mais tendem a ser mais bem-sucedidos que outros.

Jesus não ensinou em Lucas 16.9 que seu povo deveria usar seus recursos tão sabiamente como o administrador desonesto? Nosso Senhor também não elogiou o fazendeiro rico em Lucas 12.16-21 por ser um empresário bem-sucedido, embora o condenasse por seu materialismo egoísta? O que então as Escrituras ensinam sobre esses assuntos?

Advertências sobre o amor ao dinheiro e seu uso

Há uma forte possibilidade de que alguns amarão mais ao dinheiro do que a Deus (Jó 31.24-28; Pv 11.28; 1Tm 6.17,18). Isso poderá levá-los a um falso senso de segurança, o que é em si um autoengano (Mt 13.22; Mc 4.19), e, então, a edificar suas vidas sobre um fundamento instável (Pv 23.4,5). Há pessoas que roubam de Deus (Ml 3.8) e, depois, roubam dos outros (1Jo 3.17).

Concentrar-se somente em ganhar dinheiro significa se inclinar a ganhar dinheiro de todas as maneiras possíveis. O apetite acaba se tornando insaciável, pois alguns parecem nunca possuir o suficiente. Muitas vezes isso acaba levando à ostentação diante das pessoas e ao desenvolvimento de uma atitude mesquinha em relação às necessidades dos pobres e da obra de Deus.

A cura para essa e outras doenças se encontra nas Escrituras, mas especialmente no excelente texto didático de Deuteronômio 8.1-20.

Lembrando da fonte de todas as coisas

Texto: Deuteronômio 8.1-20
Título: "Lembrando da fonte de todas as coisas"
Ponto central: "Tenham o cuidado de não se esquecerem do SENHOR, o seu Deus" (v. 11).
Palavra-chave da exposição: Lembranças
Pergunta: Quais são as lembranças dos quais precisamos nos recordar para não nos esquecermos do Senhor em meio às nossas posses?

Esboço:

I. Não é a nossa força que garante nosso bem-estar (8.1-6)
II. Não devemos nos esquecer de Deus quando estivermos satisfeitos e prosperarmos (8.7-11)
III. Não devemos nos esquecer de Deus, o doador de tudo o que possuímos (8.12-18)
IV. Não devemos ter outras prioridades antes do Senhor (8.19,20)

I. Não é a nossa força que garante nosso bem-estar (Dt 8.1-6)

Moisés nos adverte: "Tenham o cuidado de obedecer a todos os mandamentos que [o Senhor] hoje [lhes e, por extensão, nos] ordena" (v. 1). Isso reforça a relevância desse ensinamento tanto para nossos dias como para aquela época. O chamado é para

que sejamos cuidadosos e obedeçamos ao Senhor em tudo o que nos ordenou.

Deus não abandonou de imediato os rebeldes daquele tempo, mas amorosamente buscou essas pessoas "com perdão em suas mãos", como John Bunyan escreve em *Grace abounding* [Graça abundante] (parágrafo 173). É a lembrança dos atos de bondade e graça de Deus no passado que deve nos preparar para as preocupações futuras.

Nosso Senhor certamente deseja que desfrutemos da vida, mas ela é mais do que comida e bebida. A vida diz respeito ao alimento da alma, pois é dele que as pessoas realmente vivem: da Palavra de Deus (v. 3). Somente comer e beber significa apenas existir.

Também é verdade que Deus corrige seus filhos e filhas, por isso, não se esqueça de confiar nele durante aquelas noites escuras da alma. Essa obra de disciplina (v. 5) completa uma trilogia de atos paternais de treinamento aos filhos de Deus: ele nos humilha (v. 3a), nos ensina (v. 3b) e nos corrige (v. 5).

Entretanto, de forma alguma asseguramos para nós qualquer uma das boas coisas que recebemos, pois elas procedem de Deus.

II. Não devemos nos esquecer de Deus quando estivermos satisfeitos e prosperarmos (Dt 8.7-11)

Outra vez, o versículo 11 adverte: "Tenham cuidado", porque depois de o povo daquela época e da nossa comer e se fartar, sempre há a tentação de esquecer quem proveu tudo o que temos. No entanto, a terra que Deus estava dando a seu povo era realmente uma "terra boa". Um antigo relato egípcio a respeito de um homem chamado Sinuhe descreve a impressão dele da terra de Canaã, onde havia chegado. Sinuhe empregou muitos dos mesmos termos usados nos versículos 7-9 para retratar a mesma terra. De fato, os produtos da terra em que os israelitas estão entrando são tão abundantes que "nada [lhes] faltará" (v. 9).

Depois que eles e nós tivermos comido e nos fartado com todas as provisões das mãos de Deus, o que deveria ser mais natural do que dar graças e "louvar o SENHOR, [nosso] Deus, pela boa terra que ele [nos] deu" (v. 10)?

Infelizmente, a verdade é que muitas vezes, ao recebermos tantas boas dádivas e posses de nosso Deus, não o louvamos, mas nos esquecemos do Senhor que nos deu todas elas. Tal rejeição de Deus envolve excluir deliberadamente de nossa mente o quanto recebemos que não foi resultado de nossos esforços ou boas obras. Às vezes, a sociedade rica simplesmente não compreende isso. Tanta coisa recebida de um Senhor tão maravilhoso; no entanto, há tão pouco louvor e lembrança de tudo o que ele tem feito por essas nações abastadas!

III. Não devemos nos esquecer de Deus, o doador de tudo o que possuímos (Dt 8.12-18)

Muitos que recebem tanto não oferecem mais do que um orgulho pessoal que tende a substituir Deus completamente (v. 14). O Doador das dádivas é rapidamente esquecido quando pensamos estar firmes sobre os próprios pés, e as dádivas substituem o Doador. A autossuficiência nos domina e começamos a dizer: "A minha capacidade e a força das minhas mãos ajuntaram para mim toda esta riqueza" (v. 17). Que tragédia! A prosperidade comum naquela época e na nossa muitas vezes leva a uma repulsiva ingratidão. Quando menosprezamos a bondade de Deus por nos conceder posses e riqueza, logo também estaremos desobedecendo à sua palavra.

Nesse sentido, as dádivas que Deus concede a nações prósperas são como um teste. Agora veremos, depois de termos deixado e abandonado um Doador tão gracioso, se isso nos fará "bem" (v. 16). Lamentavelmente, muitas vezes, em vez de louvar e agradecer a Deus pelo que temos, louvamos a obra das nossas próprias mãos (v. 17). Portanto, há uma pergunta bastante realista: Somente em circunstâncias desesperadoras, quando não possuímos bem algum que represente riqueza, propriedade ou

posses, é que repentinamente dependemos do Senhor? Isso também seria trágico.

Veja, porém, as dádivas que Israel havia recebido até aquele momento: Deus os "conduziu pelo imenso e pavoroso deserto" (v. 15a), ele os livrou "de serpentes e escorpiões venenosos" (v. 15c), "tirou água da rocha [para eles]" (v. 15d) e os "sustentou no deserto com maná" (v. 16a).

Portanto, "lembrem-se do SENHOR, o seu Deus, pois é ele que dá a vocês a capacidade de produzir riqueza, confirmando a aliança que jurou aos seus antepassados, como hoje se vê" (v. 18). Se é Deus quem cria a riqueza, devemos render toda honra e louvor a ele, não ao sistema de livre mercado, capitalismo, economia planificada ou qualquer outro sistema ou método de administração de acúmulo de riqueza.

IV. Não devemos ter outras prioridades antes do Senhor (Dt 8.19,20)

Caso Israel e nós formos atrás de outros deuses apesar dessa advertência, o abandono de nosso Deus implicará desastre (v. 19). Como todas essas coisas ainda são relevantes para nossos dias, Moisés novamente repete que essa advertência é feita "hoje" (v. 19), como lembrou ao povo nos versículos 1, 11, 18 e 19. Abandonar Deus significa trazer a destruição dele sobre nós como nação e como participantes pessoais da graça e da aliança de Deus.

Portanto, não podemos adorar o sucesso, o dinheiro, o poder, a condição social, a reputação ou a fama, não importa o quanto possuímos ou deixamos de possuir. Podemos pensar que as nações que foram destruídas antes de nós por terem se afastado de Deus serviram de advertência e motivação para corrigirmos nossa conduta desobediente.

Conclusões

1. Algumas pessoas dizem que devemos "lembrar de Pearl Harbor" ou "lembrar do Maine", ou "lembrar do Álamo". Mas além de todos esses grandes eventos

históricos, é melhor que nos "lembremos do nosso Senhor" e do que ele tem feito por nós.

2. O coração é o lugar em que Deus prova os que receberam muitos bens neste mundo (v. 2).
3. Os perigos da riqueza são reais, bem como os do chamado evangelho da riqueza, da saúde e da prosperidade. Tanto um como o outro podem conduzir a um ateísmo prático que acaba desprezando completamente o Doador da vida e de todas as nossas dádivas.
4. A posse mais preciosa que uma pessoa pode ter não é a vida, os bens ou a prosperidade; antes, é o dom da Palavra de Deus. É com base nessa palavra que as pessoas realmente vivem. Não vivemos por causa de nossa inteligência, nossos diplomas, nossos netos ou nossa sabedoria. Vivemos de toda palavra que procede da boca de Deus (v. 3).

Bibliografia

ALCORN, Randy. *Money, possessions, and eternity* (Wheaton: Tyndale, 1989).

BARNETT, Jake. *Wealth and wisdom: a Biblical perspective on possessions* (Colorado Springs: NavPress, 1987).

CLARK, David K.; RAKESTRAW, Robert V., orgs. *Readings in Christian ethics* (Grand Rapids: Baker Academic, 1996), vol. 2: *Issues and applications*, p. 339-80.

CLOUSE, Robert G., org. *Wealth and poverty: four Christian views of economics* (Downers Grove: InterVarsity, 1984).

DAVIS, John Jefferson. *Your wealth in God's world: does the Bible support the free market?* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1984).

GRIFFITHS, Brian. *The creation of wealth: a Christian case for capitalism* (Downers Grove: InterVarsity, 1984).

_____. *Morality and the market place: Christian alternatives to capitalism and socialism* (London: Hodder and Stoughton, 1982).

MacArthur, John. *Whose money is it, anyway? A biblical guide to using God's wealth* (Nashville: Word, 2000).

Nash, Ronald H. *Poverty and wealth* (Westchester: Crossway, 1986).

Sider, Ronald J. *Rich Christians in an age of hunger*. 3. ed. (Waco: Word, 1990).

_____. *Cristãos ricos em tempos de fome*. Tradução de Enio R. Mueller (São Leopoldo: Sinodal, 1984). Tradução de: Rich Christians in an age of hunger.

Wogaman, J. Philip. *Economics and ethics* (Philadelphia: Fortress, 1986).

Perguntas para debate e reflexão

1. Da perspectiva bíblica, o que há de tão ruim (ou bom) com o dinheiro?
2. Jesus deseja que todos sejam ricos, abastados e saudáveis? Se sim, como você sabe disso? Se não, qual a razão bíblica para rejeitar essa ideia?
3. Quais são as responsabilidades das pessoas ricas, primeiro, em relação a Deus e, depois, em relação aos pobres do mundo?
4. A Bíblia tem preferência por algum sistema de mercado? Quais sugestões bíblicas podemos usar para formar o sistema econômico que julgamos ser o melhor para solucionar a pobreza do mundo e sermos responsáveis perante Deus?

17

"Direitos" dos animais e fazendas industriais

Isaías 11.6-9; 65.25

A história da Bíblia começa com a Criação divina dos animais e do ser humano. Nessa narrativa, Deus sujeitou os animais à humanidade e atribuiu a ela a responsabilidade de cuidar deles. A humanidade deveria cuidar dos animais assim como Deus cuidava de toda a criação. Porém, da mesma forma que Deus poderia usar toda a criação para sua glória, com toda santidade e bondade, os seres humanos também poderiam utilizar os animais, mas deveriam estar preparados para prestar contas a Deus por essa responsabilidade.[1]

Apesar disso, os animais não foram destinados à vida eterna. Deus aprovava o sacrifício de animais, não porque

[1]Devo ao professor Elmer B. Smick muitas das ideias desses parágrafos de abertura, extraídas de seu breve artigo "Animals", in: Carl F. H. Henry, org., *Baker's dictionary of Christian ethics* (Grand Rapids: Baker Academic, 1973), p. 20-3.

apoiasse alguma ideia de sofrimento e morte, mas por reprovar o pecado. Como o sangue era o símbolo da vida, havia sido divinamente determinado que também fosse o símbolo da redenção da humanidade. Deus é tão misericordioso com os animais como é com a humanidade, mas eles, junto com o restante da criação e toda a humanidade, também estão debaixo da ira de Deus contra o pecado, como visto na destruição do mundo pelo Dilúvio.

Vários textos nas Escrituras indicam o chamado de Deus para que a humanidade cuidasse de sua criação. No ensinamento do Decálogo, por exemplo, os animais também recebiam um tempo de "descanso" no sábado (Êx 20.10). E a história de Natã, do homem rico que havia roubado a cordeirinha de um homem pobre para dar de comer ao seu visitante, enfureceu Davi por causa da insensibilidade e avareza do homem rico (2Sm 12.5,6). O livro de Jonas também contribui para o assunto. Ali a compaixão de Deus se estende ao gado na cidade de Nínive, além da misericórdia demonstrada às 120 mil pessoas daquele lugar (Jn 4.11). Ora, até os prolíficos pardais recebem o cuidado de Deus (Mt 10.29). Portanto, embora não exista uma grande quantidade de material sobre o assunto do cuidado com os animais, há o suficiente para sugerir o uso prudente deles.

Perspectivas distorcidas da vida animal

Na maioria das religiões orientais, no entanto, uma ênfase exagerada na vida animal fez com que eles fossem quase adorados, se não o são de fato. A vida animal, é claro, deve ser tratada com respeito, mas nunca à custa do ser humano. Uma "reverência [perversa] pela vida" dos animais pode acabar se tornando mais cruel do que a morte imediata deles, por exemplo, no caso de animais doentes ou que sofreram mutilação ou deformidade permanente. Em alguns casos na história, como também atualmente, ratos e animais nocivos puderam viver e até proliferar à custa da vida humana, por causa de um respeito equivocado por bichos. A questão primordial não é a extensão

da vida dos animais, como se eles também tivessem sido destinados à eternidade. O importante são a qualidade e o propósito de suas vidas no presente.

Algumas pessoas apoiam os "direitos" dos animais de maneira tão enfática que tendem a atribuir um valor maior às baleias e aos seus animais de estimação do que às pessoas. Essa confusão é realmente muito séria, pois os animais não têm a imagem de Deus; eles também não receberam tarefas na criação ou a responsabilidade diante de Deus pela administração da ordem criada.

Elmer Smick nos faz lembrar que um animal age por instinto, como no caso de um boi. Se o hábito desse animal for escornar pessoas, deverá ser sacrificado.[2] Além disso, parece que os animais são suscetíveis à possessão de um espírito maligno. Jesus permitiu que espíritos malignos entrassem em uma manada de porcos, o que fez com que alguns milhares deles se precipitassem pelo despenhadeiro e morressem afogados (Mt 8.28-32). Isso não significa que os animais tenham uma natureza moral ou uma conduta intencional, pois essas questões não podem ser fundamentadas unicamente na atividade.

A acusação contra a fazenda industrial

Recentemente surgiu a denúncia de que o tratamento dos animais nas grandes fazendas os tornaram máquinas de produção. Nesse contexto, o novo objetivo da criação de animais é fazer com que o período de criação do gado ou das aves até a produção de carne ou de ovos seja o mais curto possível, que ocupem o menor espaço possível e recebam a alimentação mais barata possível.[3] Essa análise também foi expressa em um artigo da revista *Christian Century*, em 2001, com o título "Farm factories: the end of animal husbandry" [Fazendas industriais: o fim da criação dos animais], escrito por Bernard E. Rollin,

[2]Ibidem.

[3]Rev. Leonard Vander Zee, "Also many animals", *Banner*, April 2008, p. 2.

professor conceituado de Filosofia, Fisiologia e Ciências Animais da Colorado State University, em Fort Collins, Colorado. Ele declarou o seguinte:

> A fazenda industrial, ou a técnica de criação de animais industrializada baseada no confinamento, é uma prática verificada na América do Norte e na Europa desde sua introdução no final da Segunda Guerra Mundial. Especialistas em agricultura e pecuária se preocupavam em suprir os americanos com alimento suficiente. Depois do efeito climático "Dust Bowl" e da Grande Depressão, muitas pessoas deixaram a lavoura e a criação de animais [...] Ao mesmo tempo, surgia uma variedade de tecnologias relevantes para a agropecuária [...] A agropecuária começava a se industrializar.[4]

Muitos especialistas no assunto ficaram desanimados com a mudança do nome de "criação de animais" para "ciência animal" nas escolas agropecuárias da maioria das universidades estaduais. Isso faz sentido, porque "criar" animais implica cuidar deles. Considera-se que a mudança para "ciência animal" torne possível encarar os animais como espécies possíveis de manipulação. Assim, a alegação é a de que a maioria dos porcos e galinhas criados para o consumo humano esteja sendo produzida em fazendas industriais pertencentes a empresas multinacionais e administradas por elas. Em contraposição a essa tendência, o pecuarista ocidental é aclamado como o último adepto da criação animal porque utiliza grandes áreas de pasto em que o gado pode perambular e pastar livremente.

A controvérsia: técnica de criação de animais em confinamento

A acusação contra a técnica de confinamento se baseia no fato de que ela é uma violação de princípios bíblicos. Os textos usados

[4]Bernard E. Rollin, "Farm factories: the end of animal husbandry", *Christian Century*, December 19, 2001, p. 26-9.

para sustentá-la, no entanto, parecem tratar mais do cuidado geral e da saúde dos animais, e a avaliação do confinamento como um princípio negativo precisa ser feita em cada caso. Bernard Rollin oferece seis ordens bíblicas em que somos instruídos a evitar a crueldade deliberada contra os animais: (1) devemos ajudar a levantar um animal caído debaixo de sua carga, mesmo que pertença ao nosso inimigo (Êx 23.12; Dt 22.4); (2) somos advertidos a não arar com um jugo carregado por um boi e um jumento, porque isso sobrecarregaria o animal mais fraco (Dt 22.10); (3) como já observado, devemos permitir que os animais descansem no dia do sábado (Êx 20.10); (4) não devemos amordaçar a boca do boi quando ele estiver esmagando (i.e., debulhando) o cereal, mas permitir que ele consiga engolir alguns grãos enquanto caminha (Dt 25.4); (5) devemos socorrer um filho ou um boi caído em um poço, mesmo que para isso tenhamos de violar o sábado (Lc 14.5); (6) não devemos cozinhar um cabrito (um "filhote") no leite de sua mãe (Êx 23.19; 34.26; Dt 14.21), embora essa prática tenha sido proibida porque se tratava de um ritual pagão, o que se confirmou com a descoberta das tábuas cananeias de Ugarite.[5] Todas essas referências abordam o cuidado que deve ser dispensado aos animais, mas nenhuma delas tem como objetivo ou ordem evidente a controvérsia em relação ao espaço que deve ser concedido a cada animal.

O argumento, portanto, deve ser transferido para a questão do sofrimento animal. Seria justificável a alegação de que os animais podem experimentar dor e sofrimento? Certamente o animal sofre quando não recebe a quantidade necessária de água e comida e pode adoecer em decorrência da falta de condições adequadas de acomodação ou de asseio. Mas parece que não há uma maneira de demonstrar que aparar os bicos das galinhas envolvidas no canibalismo de outras galinhas seja uma fonte de dor para as galinhas cujos

[5]Ibidem, p. 27.

bicos são cortados, como também não há evidência de que a castração de suínos ou bovinos os faça sofrer. Outras pessoas mencionam o corte dos rabos de porcos, cujo objetivo é as mordidas dos rabos entre os porcos, como outra fonte de dor e sofrimento para os animais. Entretanto, mesmo que o sofrimento pudesse ser provado em alguns desses casos, ou em todos eles, ele seria menos necessário que o sofrimento experimentado pelos seres humanos em algumas cirurgias às quais precisam se submeter? Não temos garantia alguma nesta criação caída de que os seres humanos e os animais não sofrerão dor ao longo da vida.

Sem dúvida, é verdade que a Suécia baniu em 1988 a técnica de criação de alto confinamento, e a Grã-Bretanha e a União Europeia (UE) baniram o confinamento de porcos,[6] ainda que o custo da alimentação na virada do século represente cerca de 50% dos rendimentos de uma pessoa, enquanto, até recentemente, esse custo significava somente 11% dos vencimentos de uma pessoa — um aumento e tanto! Grande parte da economia no custo da alimentação de uma família nos Estados Unidos, que alguns contestam, se deve à redução na preocupação com o bem-estar dos animais. Mas ela poderia ser igualmente atribuída aos enormes avanços tecnológicos em todas as áreas, desde os fertilizantes até os gigantescos tratores e máquinas agrícolas usados atualmente, que cobrem uma enorme extensão de terras. Paralelamente aos avanços conquistados na produção de grãos, temos avanços correspondentes na criação de aves e gado mantidos confinados em currais.

Vegetarianismo: uma nova maneira de resolver o problema

Matthew C. Halteman argumentou em seu artigo "Compassionate eating as care of creation" [Alimentação solidária como forma de cuidar da criação] que a maneira cristã de agir deveria ser evitar, ou ao menos reduzir, a carne de nossa alimentação e comer

[6]Ibidem, p. 29.

somente, ou principalmente, vegetais. Ele cita outros estudiosos que "sustentam que essa alimentação solidária deveria ser exclusivamente baseada em vegetais, já que a produção de ovos e laticínios provoca um sofrimento significativo aos animais, causando também a morte deles".[7] Halteman frequentemente menciona "o reino pacífico", aparentemente em alusão a Isaías 11.6-9 e 65.25. Ele afirmou, por exemplo, que "o objetivo da alimentação solidária, em resumo, não se refere a nenhuma utopia secular [...] Ao contrário, implica [...] viver da forma mais fiel que pudermos na direção de um reino pacífico em que será restaurada a harmonia entre os seres humanos, os animais e o mundo natural".[8]

Analisaremos mais adiante essa passagem, mas, por enquanto, podemos observar que essa leitura de Isaías 11 e 65, que tem sido tema de alguns pintores famosos e da teologia quacre, reflete mais o que na teologia é chamado de perspectiva pós-milenarista, em que as coisas melhorarão progressivamente à medida que o governo e o reinado de Deus passarem a influenciar o curso da história, em vez de uma concepção pré-milenista, em que uma espécie de irrupção divina ocorrerá na segunda vinda de Jesus.

Os que resistem à técnica de confinamento estão dispostos a aceitar o aumento nos custos da alimentação que imaginam estar envolvido com o abandono dessa técnica na criação de aves e gado. No entanto, esse parece não ser o caso em todos os aspectos da criação de animais. Pense, por exemplo, no cenário de desolação predito dois séculos atrás por Thomas Malthus, especialista em explosão demográfica.[9] Ele havia previsto que o crescimento exponencial da população humana (dobrando a

[7]Matthew C. Halteman, "Compassionate eating as care of creation" (Washington: The Humane Society of the United States, 2008), p. 12. O sr. Halteman é professor-assistente de Filosofia no Calvin College, Grand Rapids, Michigan. Formado pelo Wheaton College, com doutorado pela Notre Dame University, ele é conselheiro universitário de Students for Compassionate Living [Estudantes para uma Vida Solidária] no Calvin College.

[8]Ibidem, p. 38-9.

[9]Grande parte deste trecho foi extraída do artigo "Against the grain", in: *The Economist*, June 12, 2004, p. 75.

cada vinte e cinco anos), se não fosse controlado, esgotaria os suprimentos de alimentos que, segundo calculava, cresceriam apenas aritmeticamente. Em sua opinião, isso levaria a uma fome generalizada e ao caos. Malthus não previa os avanços tecnológicos que afetariam desde fertilizantes até tratores. O milho é o grão de referência no mercado de produtos agrícolas. Seu preço aumentou mais de quatro vezes em relação a seu valor de apenas alguns anos atrás. Apesar das safras excepcionais, os estoques de cereais foram reduzidos em cerca de 18 milhões de toneladas em 2004, chegando a 104 milhões de toneladas, o número mais baixo em três décadas. Agora os novos ricos chineses estão consumindo grandes quantidades de carne e também de cereais. A China é uma nação que abriga 23% da população mundial, mas tem apenas 7% de terra arável para produzir os próprios grãos e carne. Porém, a capacidade mundial de produzir mais grãos continua aumentando todos os anos, a despeito da redução dos estoques de grãos e da proibição do confinamento de gado na União Europeia. O grupo de pesquisa Earth Policy Institute [Instituto de Política da Terra] estima que os estoques remanescentes de grãos poderiam alimentar o mundo durante 59 dias, embora a maioria das pessoas ficaria mais satisfeita se os estoques durassem setenta dias, por uma questão de segurança alimentar. Mas é significativo que a maneira pela qual esse aumento foi atingido na área de grãos também deveria mostrar-nos como isso pode ser alcançado na área da pecuária e da avicultura.

A paz futura no mundo animal

Em Isaías 11.1-5, o profeta descreveu primeiro a conduta justa do Filho de Davi e, depois, nos versículos 6-9, passou a descrever a paz que prevalecerá em seu futuro governo, que, de fato, é "o reino pacífico". Os versículos 6, 7 e 9 são repetidos em Isaías 65.25, mas de forma mais breve e resumida.

Como devemos interpretar esses versículos? Calvino e muitos intérpretes antigos atribuem a esses versículos um sentido

alegórico ou espiritual, em que os animais representam diversas condições e estados espirituais vistos nos seres humanos. Os rabinos e muitos pré-milenistas, no entanto, atribuem à passagem um sentido literal ou realista, aguardando um cumprimento real e uma mudança no mundo criado e no reino animal, em que serão transformados da violência e da crueldade para uma paz e uma harmonia absolutas no governo e reinado vindouros de Cristo na Terra durante mil anos.

Texto: Isaías 11.6-9; 65.25
Título: "A paz futura no mundo animal"
Ponto central: "[Os animais] não ferirão nem destruirão em todo o meu santo monte" (v. 9).
Palavra-chave da exposição: Ações
Pergunta: Quais ações garantirão a paz futura no mundo animal?

Esboço:
I. Os animais carnívoros e domésticos deitarão juntos (11.6)
II. Os animais carnívoros e domésticos comerão palha e forragem (11.7)
III. A víbora não fará mal à criança (11.8)
IV. A paz e a segurança da ordem criada serão restabelecidas (11.9)

I. Os animais carnívoros e domésticos deitarão juntos (Is 11.6)

Quando nosso Senhor voltar como a Semente de Davi para reinar, o restante da criação será restaurado ao plano original. Todo o mal também será erradicado da sociedade, bem como toda a ferocidade será removida dos animais inferiores. A paz e a harmonia serão a regra daquela nova época.

Se a causa do dilúvio de Noé era o fato de que "toda a carne [i.e., tanto o ser humano como o animal, creio eu] havia

corrompido seu caminho" (Gn 6.12, NRSV), então a perspectiva de paz indicaria a paz e a harmonia na era vindoura tanto para a humanidade como para os animais. Embora nada seja dito nesta passagem a respeito dos produtos da terra, podemos presumir que a restauração de uma parte implique a restauração de toda a criação.

É importante observar que em nenhum momento é prevista a restauração completa nesta era. O contexto dessa passagem é a segunda vinda do Rei da Paz, que traz consigo a paz e a harmonia que havia originalmente conferido a toda a criação.

Parece que as espécies que são fortes e independentes se tornarão dependentes das fracas, ou pelo menos serão condescendentes umas com as outras. Esses animais, que eram selvagens, cederão sua liderança a uma "criancinha", se não de fato, ao menos na renúncia a seus apetites vorazes ou ao controle deles.

II. Os animais carnívoros e domésticos comerão palha e forragem (11.7)

O leão e, presumivelmente, o urso não terão mais sede de sangue, mas se contentarão com palha e forragem, assim como o boi domesticado se contenta com isso todo esse tempo. Essa profecia será cumprida, como já mencionado, no momento em que a conclusão da história conduzirá ao início da eternidade.

Algumas pessoas não aceitam uma interpretação literal desse versículo, porque para isso seria necessário uma alteração básica na natureza do leão. Mas reinterpretar a passagem apenas em razão dessa objeção é depreciar o poder de Deus. Certamente aquele que criou os processos gástricos do leão é capaz de remodelá-los para que desfrute do produto da terra em vez de apreciar o sangue de outros animais ou de seres humanos.

III. A víbora não fará mal à criança (11.8)

Em mais um quadro de uma ecologia transformada, a criança desmamada pode estender a mão com a coragem e o destemor próprio das crianças, mesmo que o local da brincadeira seja a

toca da víbora. Normalmente, tiraríamos uma criança que estivesse brincando sobre a toca de cobras venenosas o mais rápido possível, por ser uma situação perigosa. Esse realmente é um mundo transformado, mas não representa o tipo de mundo em que estamos vivendo. Exigir agora o reino pacífico (retratado de modo excelente em Is 11.6-9; 65.25) significa desconhecer o fato de que essas condições não se concretizarão até o retorno do Messias.

IV. A paz e a segurança da ordem criada serão restabelecidas (Is 11.9)

"Eles" no versículo 9 ("[Eles] não ferirão nem destruirão...") ainda é uma referência aos animais. A promessa é de que haverá segurança e proteção. Toda a ansiedade será removida porque "a terra se encherá do conhecimento do Senhor, como as águas cobrem o mar" (v. 9). Com o predomínio do conhecimento de Deus, a hostilidade destrutiva entre o mundo animal e a humanidade será banida.

As referências ao "santo monte" e à "terra" estão relacionadas principalmente com a terra de Israel, onde o domínio do Filho de Davi começará. Desse momento em diante, Israel será o centro paradisíaco de toda a terra. O conhecimento de Deus será empírico, podendo ser experimentado de forma pessoal por todos os que vivem e transitam sob o regime do recém-chegado Messias.

Conclusões

As Escrituras nos ordenam que cuidemos do mundo animal de maneira amável e bondosa, mas a promessa da restauração completa do mundo criado não se cumprirá antes da volta do Messias. Isso não significa uma brecha para justificar os ultrajantes maus tratos aos animais, da mesma forma que o domínio sobre a terra concedido aos seres humanos não é desculpa para explorar o meio ambiente. Em qualquer caso, é preciso equilíbrio em nosso modo de pensar e agir. Entretanto,

"sabemos que toda a natureza criada geme até agora, como em dores de parto. E não só isso, mas nós mesmos, que temos os primeiros frutos do Espírito, gememos interiormente, esperando ansiosamente nossa adoção como filhos, a redenção do nosso corpo" (Rm 8.22,23). Certas coisas na ordem criada, assim como ocorre no domínio humano, sentem que algo não está funcionando. Estamos aguardando que nosso Senhor restaure o que foi terrivelmente destruído pela Queda, sem usar isso como desculpa para fazer mau uso da ordem criada e dos animais. As Escrituras não se referem aos animais como portadores de determinados "direitos"; portanto, é um contrassenso falar que os animais possuem "direitos" de forma semelhante ou paralela aos direitos dos seres humanos, que têm a vantagem adicional de serem feitos à imagem de Deus.

Muitos animais foram concedidos por Deus como alimento para os seres humanos. Até pouco tempo atrás, somente as religiões orientais haviam classificado no mesmo nível, sem distinção, todas as formas de vida, seja humana, seja animal. Isso também é uma confusão. O vegetarianismo não é ordenado pelas Escrituras, mas as pessoas que escolhem esse caminho e procuram suprir a ausência de proteínas e de outros nutrientes com suprimentos vitamínicos não devem ser condenadas; para as Escrituras, essa não é uma questão relevante.

A questão do confinamento de animais depende, em grande parte, das condições existentes para a saúde deles, mas não podemos presumir que todas as formas de confinamento impliquem necessariamente piores condições de saúde para esses animais. Nesse caso, o responsável pela criação dos animais é que terá de prestar contas a Deus no último dia, quando todos nós o veremos face a face.

Bibliografia

FABRE, Jean-Henri. "Air, necessary to life". Tradução para o inglês de Michael Attias. *Chicago Review* 51 (Spring 2005): 125-31.

Halteman, Matthew C. "Compassionate eating as care of creation" (Washington: The Humane Society of the United States, 2008).

Johnson, Dan. "Defending the rights of chickens". *Futurist* 52.4 (May 1998): 11.

Linzey, Andrew. *Christianity and the rights of animals* (New York: Crossroad, 1987).

Rollin, Bernard E. "Farm factories: the end of animal husbandry". *Christian Century*, December 19, 2001, p. 26-9.

Smick, Elmer. "Animals". In: Henry, Carl F. H., org., *Baker's dictionary of Christian ethics* (Grand Rapids: Baker Academic, 1973), p. 21-3.

Vantassel, Stephen. "A Biblical view of animals: a critical response to the theology of Andrew Linzey" (artigo não publicado, Newburgh).

Zee, Leonard Vander. "Also many animals". *Banner*. April 2008, p. 1-3.

Perguntas para debate e reflexão

1. Para demonstrar bondade e cuidado adequados com os animais, até que ponto deve chegar a preocupação dos fazendeiros com os animais destinados ao abate?
2. Qual é a diferença entre a concepção de uma religião oriental sobre o cuidado e o direito dos animais e a de um cristão?
3. Com base nos versículos bíblicos que tratam do cuidado com os animais, quais conselhos você daria a fazendeiros cristãos sobre o cuidado que devem dispensar aos animais? Todas as formas de confinamento deveriam ser proibidas?
4. De que maneira o ensino deste capítulo poderia afetar a forma de cuidarmos e tratarmos nossos animais de estimação?

18

Cuidado com o meio ambiente

Salmos 8.1-9

Lynn White Jr.[1] escreveu o clássico ensaio, impresso muitas vezes, que se tornou famoso por culpar os cristãos pela crise ecológica atual devido a seu ensinamento sobre o "domínio" em Gênesis 1.28. White, historiador americano, tornou o cristianismo o "bode expiatório ecológico". Descreveu o cristianismo como um destruidor do animismo pagão, o que possibilitou aos cristãos explorar a natureza indiferentes aos sentimentos das coisas naturais (ao menos os cristãos que interpretaram os versículos de Gênesis 1.26,28 literalmente).

Menos moderado, porém igualmente crítico, foi Ian McHarg, professor de Arquitetura de Paisagismo e de Planejamento Urbano da Universidade da Pensilvânia. Ele comentou o

[1]Lynn White Jr., "The historical roots of our ecological crisis", *Science* 155 (1967): 1203-7.

seguinte a respeito de Gênesis 1.26,28 ("Então disse Deus: 'Façamos o homem [i.e., seres humanos] à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine[m] ele[s] sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre o gado, sobre toda a terra e sobre todas as criaturas que se movem rente ao chão'. [...] Deus os abençoou e lhes disse: 'Sejam férteis e multipliquem-se! Encham a terra e subjuguem-na"):

> um texto [bíblico] de intenso terror, dando a garantia de que o relacionamento do homem com a natureza pode ser somente de destruição, o que prejudicará qualquer habilidade criativa [...]. [Ele] explicará toda a espoliação feita pelo homem ocidental durante, pelos menos, esses 2 mil anos; não é preciso procurar outra causa além desse texto terrível e desastroso.[2]

No mundo contemporâneo, está crescendo uma perspectiva panteísta da natureza e do mundo. O cristianismo tem sido acusado de separar os seres humanos da natureza em vez de uni-los ao restante dela. O panteísmo considera a intervenção humana na natureza um erro porque quebra nossa unidade com ela. Portanto, as árvores não podem ser cortadas para servirem de madeira ou lenha, tampouco os animais devem ser mortos para alimento. Os cristãos fariam bem em seguir o exemplo de São Francisco de Assis, como se argumenta, por ter sido apontado pelo papa como o "santo patrono da ecologia". São Francisco é conhecido por pregar aos pássaros e conversar com as flores. No entanto, além desse apreço pessoal pela ordem criada, ele não nos ajudou a estabelecer diretrizes bíblicas ou teóricas sobre como os seres humanos devem se

[2]Ian McHarg, *Design with nature* (New York: Natural History, 1969), p. 28, citado como uma importante ilustração de um ataque secular ao cristianismo em John R. W. Stott, *Issues facing Christians today* (Basingstoke: Marshall, 1984), p. 109-21 [edição em português: *Os cristãos e os desafios contemporâneos*, tradução de Meire Portes Santos (Viçosa: Ultimato, 2014)].

manter separados da natureza e, ao mesmo tempo, atentos ao cuidado da ordem natural e à consideração por ela.

Como os cristãos devem responder a esse tipo de acusação? Será que o ensinamento de Gênesis 1.26,28 é o responsável por tudo o que agora é atribuído ao "efeito estufa" e aos desequilíbrios ambientais descritos com frequência? Se a visão ecológica de domínio diz, com base em uma perspectiva cristã do meio ambiente, que os seres humanos têm o direito de utilizar a criação para suprir suas necessidades sem, no entanto, fazer mau uso dela ou causar sua destruição, sendo responsáveis diante de Deus e sensíveis à própria natureza, isso deveria ser considerado errado e inferior por quem têm uma abordagem ecológica profundamente espiritual proveniente de uma posição panteísta ou de um misticismo ligado à natureza?

Uma perspectiva cristã do meio ambiente começa com Deus. Ele é o nosso Criador e o Sustentador de todo o Universo. Como veremos em nosso texto-chave, Salmos 8, o Senhor designou a Lua e as estrelas para governar os céus e, do mesmo modo, criou os homens e as mulheres para governar a terra. Essa dupla poderosa havia recebido a ordem de cultivar a terra e guardar o jardim (Gn 1.28; 2.15). A implicação evidente é que Deus é o dono do Universo (Sl 24.1: "Do Senhor é a terra e tudo o que nela existe, o mundo e os que nele vivem"; cf. Jó 41.11: "Tudo o que há debaixo dos céus me pertence"). O salmista expressou a mesma ideia quando disse a Israel que não era nenhum favor apresentar a Deus touros e bodes em sacrifício, "pois todos os animais da floresta são meus, assim como os milhares de gados nas colinas. Conheço todas as aves dos montes, e as criaturas do campo são minhas. Se eu tivesse fome, não precisaria dizer a você, pois o mundo é meu e tudo o que nele existe" (Sl 50.9-12).

Além disso, o mundo não apenas pertence a Deus, mas também é sustentado por ele. Ele faz isso por sua "palavra poderosa" (Hb 1.3). "Nele", ensina Paulo em Colossenses 1.17, "tudo subsiste". Sem o poder sustentador de Deus, o próprio Universo

possivelmente se despedaçaria e desabaria sobre si mesmo. Sua ordem é tão perfeita que ajustamos nossos relógios, incluindo os atômicos, de acordo com o movimento seguro dos corpos celestes, que também fazem parte da administração e preservação divinas.

É importante também lembrarmos que Deus fez uma aliança com o mundo depois do dilúvio na época de Noé (Gn 9.16). A promessa divina havia sido feita tanto à humanidade quanto a todos os animais. O arco-íris é o "sinal" que Deus firmou no céu para confirmar sua aliança. A promessa era a de que as águas jamais se avolumariam a ponto de destruir toda a vida (Gn 9.12-15).

Deus colocou os seres humanos em um jardim para exercer domínio e subjugar a criação terrena (Gn 1.28). Eles não deveriam ameaçar, violar ou destruir a terra e todos os seus habitantes, mas sim, cuidar do jardim (Gn 2.15). A palavra hebraica para "cuidar de" é *shāmar*, "guardar, conservar, preservar". Ela não dava permissão para o mau uso da terra e o saque de seus recursos sem os repor com cuidado e sem restaurá-la a seu estado anterior — ou até torná-la ainda melhor do que era antes do domínio humano.

Mesmo à parte da narrativa da criação, Deus havia estabelecido uma ligação direta entre a obediência de seu povo a suas ordens específicas sobre a correta mordomia da terra e a bênção que o povo e a terra experimentariam (Lv 25.1-12). Os israelitas, por exemplo, deveriam conservar as árvores da terra (Dt 20.19,20), enterrar seus excrementos (Dt 23.13), tratar com generosidade os animais domésticos (Dt 25.4) e respeitar a vida selvagem deles (Dt 22.6).

Enfim, não há motivos para a indiferença em relação ao meio ambiente. Afirmar, de forma despreocupada, que o mundo está corrompido pelo pecado com tudo o que nele existe e que, portanto, é maligno e deve ser tratado com descaso (já que o Senhor voltará logo), é atrair o julgamento divino sobre nós mesmos e sobre a obra de nossas mãos. Nós, o corpo de Cristo,

não podemos deixar de ensinar e pregar o cuidado com o meio ambiente; nossa doutrina da Criação e nossa perspectiva de Deus não permitirão que negligenciemos nossa responsabilidade. Também não podemos cair na armadilha panteísta, na ausência da pregação e do ensinamento bíblicos, e concluir que nós e o meio ambiente somos a mesma coisa.

A tecnologia é um presente maravilhoso de Deus, mas deve ser apropriadamente empregada. A tecnologia em si não é boa nem ruim, mas a cosmovisão por trás dela define o valor que terá para o bem ou para o mal. O fato de que *podemos* fazer algo não serve de base para a razão pela qual *deveríamos* fazê-lo. Desse modo, fertilizantes, herbicidas e pesticidas podem ser de grande ajuda, porém devem ser cuidadosamente avaliados em relação aos efeitos colaterais de seu uso. A tecnologia não deve determinar nossa sociedade, mas nós, povo de Deus, temos de controlar a tecnologia, visto que cabe a nós sermos os protetores e administradores da terra em que Deus nos colocou. Vale a pena lembrar a inscrição que vi no Laboratório Cavendish do Departamento de Física em Cambridge, Inglaterra. Nela pode-se ler:

> Grandes são as obras do Senhor;
> nelas meditam todos os que as apreciam (Sl 111.2).

Exaltando o majestoso subcontrato de Deus com a humanidade

A ação cristã proposta aqui para nos ajudar a manter o foco na verdadeira mordomia da humanidade está em Salmos 8.1-9.

Texto: Salmos 8.1-9
Título: "Exaltando o majestoso subcontrato de Deus com a humanidade"
Ponto central: "O que é o homem para que te importes com ele? [...] Tudo puseste sob os seus pés" (v. 4,6).
Palavra-chave da exposição: Evidências

Pergunta: Quais são as evidências de que Deus encarregou a humanidade de tudo o que há na terra?

Esboço:

I. Observe a majestade de nosso Senhor irradiar de sua obra (8.1b,2)
   A. Deus é rei, governador e soberano
   B. Deus é majestoso em tudo que faz
   C. Deus é glorificado por suas tropas
II. Observe o interesse de Deus pelos seres humanos que criou (8.3,4)
   A. Há duas esferas de governo
      1. A celestial
      2. A terrena
   B. A esfera concedida aos seres humanos
III. Observe a glória concedida aos seres humanos (8.5,6)
   A. As dádivas conferidas aos seres humanos
      1. Ele os fez um pouco menores que os seres celestiais
      2. Ele os coroou com glória e honra
      3. Fez com que tivessem domínio sobre as obras das mãos de Deus
      4. Tudo foi posto debaixo de seus pés
   B. Explicação das dádivas
IV. Observe o governo confiado aos seres humanos (8.6-8)
   A. Os seres humanos exercem domínio e sujeitam a terra
   B. A posição sobre a Criação reafirmada depois da Queda

O salmo 8 é um hino de louvor. Ele está apropriadamente emoldurado pelo que poeticamente é conhecido como inclusio, já que ambos os versículos, 1 e 9, enfatizam: "SENHOR, Senhor nosso, como é majestoso o teu nome em toda a terra!". Esse Senhor é deliberadamente chamado "Senhor nosso". O salmo forma o que

podemos chamar de "eco lírico" do relato da criação do Universo feito por Moisés. Nossa alegria na ordem criada não seria possível sem a obra de nosso Criador. Como temos um Criador e Sustentador do Universo vivo e atuante, é possível distinguir entre a humanidade e a natureza. O panteísmo, por sua vez, deifica e glorifica a natureza (não o Criador) e, no fim das contas, não consegue distinguir entre a natureza e o próprio panteísta.

I. Observe a majestade de nosso Senhor irradiar de sua obra (Sl 8.1b,2)

A antiga tradução europeia Coverdale da Bíblia diz: "O Lorde, oure Governoure" [Ó Senhor, nosso Governador"], porque falar dessa forma era o mesmo que chamar Deus de rei. Um dia o "nome" do nosso Deus será louvado em toda a terra, mas, por enquanto, infelizmente, não é isso que ocorre! Entretanto, o "nome" do nosso Deus age como um emblema, uma estampa na própria natureza, que podemos ver em todas as suas obras na ordem criada.

Por essa razão, Deus também é visto como "majestoso". Essa palavra também se refere a um atributo real, pois aparece nas vitórias de Deus (Êx 15.6), em seu juízo (1Sm 4.8; Sl 76.4), em sua Lei (Is 42.12) e em seu governo sobre toda a criação (Sl 93.4). Essa mesma glória foi igualmente estabelecida nos altos céus; assim, nosso Senhor é aclamado de modo duplo: em baixo, na terra, e acima, no céu.

De modo mais específico, o louvor que emana da terra se harmoniza com o louvor celestial oferecido ao nosso Senhor. Vemos claramente em Salmos 19.1 que "os céus proclamam a glória de Deus". Mas um cântico de louvor que provém da terra sai da boca dos pequeninos que ainda mamam e também das crianças mais velhas. Não importa o quanto os maus tenham se tornado obstinados e detestáveis na terra, não podem silenciar o louvor que até as crianças instintivamente entoam ao nosso grande Deus. Esse louvor das criancinhas é celebrado em Mateus 21.15,16.

Esse louvor ao nosso Deus é, de fato, "ordenado", e é em si uma "fortaleza", um "baluarte" e uma "forte". As palavras "ordenaste o louvor" em Salmos 8.2 (o termo hebraico traduzido pela NIV por "louvor" é *'ōz*, "força") descrevem a força de uma fortaleza e de construções semelhantes. Não surpreende que essas palavras de louvor "silenciem o inimigo e o vingador".

II. Observe o interesse que Deus tem pelos seres humanos que criou (Sl 8.3,4)

Deus governa sobre dois grandes domínios: o céu espiritual e o planeta Terra. Deus fez dois grandes luminares para iluminar a Terra (o Sol e a Lua) "para governar o dia e a noite, e separar a luz das trevas" (Gn 1.18). Embora o salmo 8 possa ter sido escrito como um hino vespertino, pela omissão do Sol em deferência à "Lua e as estrelas", ainda assim está claro que os corpos celestes receberam seus domínios de governo diretamente de Deus. Mas o governo da Terra também foi diretamente designado por Deus e delegado ao homem e à mulher (Gn 1.28).

A grande extensão do espaço celestial certamente revelava a glória, a sabedoria e o poder de Deus (Jó 36.29; 38.33; Sl 89.11). Todos esses corpos celestes tinham seus lugares designados na "obra" (Sl 8.3) que Deus lhes havia confiado. De fato, eram a obra dos "dedos" de Deus. O imenso universo celestial era tão pequeno comparado a Deus que era considerado uma entidade que podia ser modelada pelos "dedos" do escultor divino.

Em contraposição a esse extraordinário e imenso universo celeste, Deus se inclinou para confiar o cuidado de sua terra à supervisão e à proteção de simples seres humanos como nós. Até a palavra que usou para "homem" no versículo 4 (hebr., *'ĕnôsh*, proveniente de *'ānash*, "ser frágil") apontava para a "fragilidade", a "mortalidade" e a "impotência" da humanidade. A humanidade sem dúvida não era divina, tampouco estava em sua natureza uma escolha evidente para esse papel. O salmista não escolheu a palavra para "homem" que vem de *gābar*, "ser forte, ser heroico" (como em *gibbôr ḥayil*, "um forte homem de

valor" ou semelhante), nem a palavra hebraica *'ādām*, "rubro, vermelho"; em vez disso, utilizou o termo que reconhecia a dependência dos seres humanos ao próprio Deus.

Deus estava "atento" ou "lembrava-se" (do hebr., *zākar*) e "se preocupava com" o homem (hebr., *pāqad*, o "visitava"). Em vez de "visitar" a humanidade com o juízo merecido por causa de seus pecados, a bondade de Deus tratou-a amavelmente e demonstrou-lhe cuidado, evidentemente o mesmo cuidado que Deus queria que a humanidade revelasse pelas outras partes da criação que havia confiado a ela.

III. Observe a glória concedida aos seres humanos (Sl 8.5,6)

Os homens e as mulheres eram fracos e frágeis. Apesar disso, o Senhor os dotou com a "imagem e semelhança" de Deus (Gn 1.26,27). Sem dúvida, os seres humanos eram "menores que Deus" ou mesmo "menores que os seres celestiais" (hebr., *'ĕlōhîm*). Embora nenhuma outra criatura em todo o Universo tivesse dádivas tão sublimes como a imagem de Deus, ainda assim os seres humanos foram feitos "menores" ou "feitos para carecer de" (hebr., *ḥasēr*, "carecer, ter falta de algo") algo que podia ser encontrado em Deus e possivelmente até nos seres angelicais, caso seja esta a compreensão que devamos ter de *'ĕlōhîm* nessa passagem de difícil interpretação. A dignidade dos homens e das mulheres certamente é um dom de Deus. A imagem de Deus envolvia as seguintes características: o homem e a mulher eram *detentores de domínio*, também possuíam a habilidade de mostrar e dar *amor* e *comunicar*, e eram seres que tinham *conhecimento* (Cl 3.10).

E, o melhor de tudo, esse hino vespertino celebra o fato de que Deus havia "coroa[do] [o homem e a mulher] de glória e honra" (v. 5). De modo semelhante, Jesus foi coroado como um homem completo (além de ser plenamente Deus) em Hebreus 2.7. A "glória" dos seres humanos denota a importância e plenitude do tributo conferido à humanidade, ao passo que a "honra" expressa a beleza e o resplendor do dom divino. Portanto, os

seres humanos feitos à imagem de Deus são adornados, por assim dizer, com uma coroa real; a humanidade deveria ser senhora de todas as coisas que habitam na Terra.

Deus havia concedido quatro dádivas a cada ser humano: (1) eles foram feitos um pouco menores (ou conforme a leitura alternativa: por pouco tempo menores) que os seres celestiais, (2) foram coroados com glória e honra, (3) foram constituídos administradores das obras das mãos de Deus e (4) tudo foi posto sob seus pés.

IV. Observe o governo confiado aos seres humanos (Sl 8.6-8)

Os privilégios e as responsabilidades conferidos aqui são bastante semelhantes aos de Gênesis 1.26,28. O verbo "governar" ou "ter domínio sobre" (hebr., *rādâ*) ocorre 22 vezes no grau qal no Antigo Testamento. É verdade que o verbo está ligado à ideia de força e de domínio, mas em Levítico 25.43,46,53 seu uso em referência ao papel de um senhor sobre um escravo é restringido por uma séria proibição contra a rispidez e a violência. O verbo reflete a linguagem real, mas também traz consigo a exigência de ser compassivo sem qualquer forma de exploração.

De maneira semelhante, o verbo hebraico para "sujeitar" (*kābash*) também apresenta um elemento de força, mas, da mesma forma, é regulado por seu paralelo semântico, "cuidar e cultivar a terra" (Gn 2.5,15). Não há desculpa nessa passagem para não se ter consideração com a natureza, tratando-a de forma exploratória e egoísta. Afinal, como administradores e mordomos de Deus, deveremos prestar contas ao Senhor tanto aqui e agora quanto no último dia. No entanto, como algumas pessoas explorarão a terra e todas as criaturas que nela há, não surpreende que "toda a natureza criada geme até agora, como em dores de parto" (Rm 8.22). Mas a esse respeito, também nós, nos aspectos em que formos culpados, teremos de prestar contas no dia do juízo final, se não antes (2Co 5.10).

Se a nossa coroação está no tempo presente, como indica o versículo 5, assim como está o domínio que nos foi dado sobre todas as obras das mãos de Deus, então podemos concluir ainda que o motivo de alguns fazendeiros e empresas sofrerem prejuízos seja o fato de agirem como tiranos sobre a ordem criada e extraírem da terra e dos produtos da criação tudo o que conseguem sem pensar em alguma restituição dessa fonte de recursos. Que imprudência e que arrogância de nossa parte agir como se fôssemos os senhores do próprio destino e das posses de que desfrutamos. O que aconteceu com o fato de que "do SENHOR é a terra e tudo o que nela existe" (Sl 24.1)?

O que originalmente havia sido dado aos seres humanos antes da Queda no jardim continua, de forma surpreendente, sendo oferecido depois desse evento à humanidade em pecado; não foi retirado dela (Gn 9.1-3,7). Portanto, os seres humanos ainda são os guardiões da criação terrena designados por Deus. Nós, de forma coletiva e individual, devemos manter a ordem na natureza, cuidar da criação e nutri-la em todas as suas formas. Por fim, precisamos prestar contas a Deus da maneira que utilizamos o que ele nos confiou.

Conclusões

Fica claro, portanto, que nós, seres mortais, somos os administradores de Deus da terra com todas as suas criaturas e seus recursos. Precisamos examinar cuidadosamente como cuidamos de tudo que faz parte de nossa propriedade e administração. O exame final será no dia de nosso Senhor Jesus Cristo, quando prestaremos contas de todas as obras que tivermos feito por meio do corpo, sejam boas, sejam más (2Co 5.10). Isso não significa que o nosso Senhor também não possa julgar hoje qualquer exploração inescrupulosa de sua criação, pois ele pode fazê-lo tanto hoje como no dia final!

Portanto, assim como os céus são governados pelo Sol, pela Lua e pelas estrelas, nós, seres humanos, devemos governar e

cuidar da terra como representantes de Deus, que criou e também sustenta toda a ordem criada.

Por último, é maravilhoso que nós, que somos coroados com glória e honra, também sejamos guardados por um Pai celestial tão amoroso que se lembra e cuida de nós. Ele pensa em nós e na esfera de responsabilidade que nos confiou. Do mesmo modo, visita toda a obra de nossas mãos para ver como tratamos o que ele criou e deixou sob nosso cuidado. Tal supervisão não requer uma atenção ainda maior aos detalhes do exercício de domínio e sujeição de todas as coisas grandes e pequenas deste planeta? Que o Senhor nos conceda sua ajuda e seu cuidado especiais!

Bibliografia

BEISNER, E. Calvin. "Managing the resources of the Earth". In: CLARK, David K.; RAKESTRAW, Robert V., orgs. *Readings in Christian Ethics* (Grand Rapids: Baker Academic, 1996). vol. 2: *Issues and applications*, p. 387-96. Originalmente publicado em BEISNER, E. Calvin, *Prospects for growth: a Biblical view of population, resources, and the future* (Wheaton: Crossway, 1990), p. 155-68.

BERRY, R. J. "Christianity and the environment: escapist mysticism or responsible stewardship". *Science and Christian Belief* 3 (1991): 3-18.

REIDEL, Carl H. "Christianity and the environmental crisis". *Christianity Today*, April 1971, p. 6.

SCHAEFFER, Francis A. *Pollution and the death of man: the Christian view of ecology* (Wheaton: Tyndale, 1970).

STOTT, John R. W *Issues facing Christians today* (Basingstoke: Marshall, 1984).

_____. *Os cristãos e os desafios contemporâneos*. Tradução de Meire Portes Santos (Viçosa: Ultimato, 2014). Tradução de: Issues facing Christians today.

WHITE, Lynn, Jr. "The historical roots of our ecological crisis". *Science* 155 (1967): 1203-7. Reimpr. de *The environmental handbook*, 1970.

Perguntas para debate e reflexão

1. A Bíblia ordena ou mesmo permite que os cristãos usem o meio ambiente da maneira que quiserem desde que consigam obter lucro dele antes da volta do Senhor?
2. O trabalho constitui um indício do pecado e da Queda humanos, ou havia uma doutrina sobre o trabalho tanto antes como depois da Queda?
3. Quais são algumas das maneiras que você e eu podemos administrar o meio ambiente nas áreas limitadas a que temos acesso e controle? Se somos donos de alguma propriedade, como o terreno de nossa casa, não importa por quanto tempo vivamos nela, o que podemos fazer para deixá-lo em condições melhores do que na época em que o adquirimos?

ÍNDICE DE PASSAGENS BÍBLICAS

Gênesis
1 153, 254
1.18 288
1.26 203
1.26,27 142, 203, 289
1.26,28 281, 282, 283, 290
1.26-30 195, 203
1.27 203
1.28 281, 283, 284, 288
1.28-30 203, 204
2 153
2.5 290
2.7 205
2.15 205, 283, 284, 290
2.15-17 203, 205
2.15-25 195, 203
2.18 106, 107, 153
2.18-25 203, 206
2.23 206
2.24 106
2.24,25 121
4.13-16 171
5.1 142, 204
6.8 16
6.12 276
9.1-3 291
9.4 171
9.5 170, 171
9.5,6 165, 170
9.6 142, 170, 172, 173, 204, 237, 247
9.7 291
9.12-15 284
9.16 284
9.18-27 39, 41
9.20 41
9.21 41, 42 n. 4
9.22 42
9.23 43
9.24 42, 43
9.25 43
10 43
10.6 43
10.15-19 43
14.19 144
14.22 144
15.16 43, 237
17.1 16
19.1-4 155
19.1-8 153
19.5 155
22 51
25.8 189
29.31 143
29.33 143

30.22 143
31.38 148

Êxodo
1.15-21 223
3.9 25
9.16 246 n. 9
13.21,22 33
14.19,20 33
15.3,4 237
15.6 287
20.10 268, 271
20.13 169, 188, 237
21.12-36 147, 170
21.22 147, 148
21.22-25 137, 143, 147
21.23 147
21.23-25 147, 148
22.16 105
22.25 18
23.8 19, 148
23.9 148
23.11 24
23.12 271
23.19 271
23.26 148
24.7 147
34.11-16 129
34.12-16 126
34.26 271

Levítico
14.21 24
16.29 28
17—26 48
18 156
18.6-19 42 n. 4
18.17 156
18.19 156
18.22 153, 156
18.23 156
19.10 24
19.12 48
19.12-18 47, 48
19.13 48
19.14 48
19.15 24, 46, 47
19.16 47
19.17 48
19.18 47, 48
19.19 156
20.11 42 n. 4
20.13 153
20.17-21 42 n. 24
21.7 123
21.14 123
22.13 123
22.31,32 183
25.1-12 284
25.37 18
25.43 290
25.46 290
25.53 290
27.1-33 18

Números
5 177
5.16-24 176
16.3 246
16.13 246
16.49 247
25.1-3 126
26.52-56 59
30.9 123
35.31 168

Deuteronômio
7.1-6 241
7.3 129
7.3,4 126
7.25,26 241
8.1 253, 261, 264
8.1-6 261
8.1-20 261
8.2 265
8.3 12, 214, 262, 265
8.5 262
8.7-9 262
8.7-11 261
8.9 262
8.10 263
8.11 261, 262, 264
8.12-18 261, 263
8.14 263
8.15 264
8.16 263, 264
8.17 263
8.17,18 254
8.18 264
8.19 264
8.19,20 261, 264
14.21 271
16.18-20 25
16.19 19

19 238
20 237, 238, 240
20.1 239
20.1-4 240
20.1-9 239
20.1-20 237, 238
20.2-4 239
20.5-8 239
20.9 239
20.10 239
20.10,11 241
20.10-15 239
20.10-18 238, 239
20.15,16 241
20.16-18 239
20.18 241
20.19 239
20.19,20 239, 241, 284
20.20 239
21 238
21.10-14 238
21.20,21 209, 219
22.4 271
22.6 284
22.10 271
22.19 123
22.29 123
22.30 133
23 238
23.1 133
23.9-14 238
23.13 284
23.15,16 25
23.20 18
24.1 122
24.1-3 122
24.1-4 122, 123
24.3 122
24.4 122
24.5 238
24.14 25
25.4 283
26.12 24
32.6 144

Josué
2.1-14 223

Juízes
9.13 42
9.50-56 185
11.31 18
11.34-39 18
13.3-5 42
16.23-31 185
19 155
19.16-30 153
19.23 155

Rute
3.9 133

1Samuel
1.14 209-10 n. 2
1.19,20 143
4.8 287
10.20,21 59
31.1-6 185

2Samuel
12.5,6 268
17.23 186
19.27 17

1Reis
11.1,2 129
11.1-33 126
16.15-19 186
18.21 65

2Reis
2.19 148
2.21 148

1Crônicas
24.5 59
29.15 190
29.28 189

Esdras
9.2-6 129
10.18,19 129

Neemias
10.30 129
13.23-27 129

Jó
4.14 35
8.9 190
8.12,13 190
14.1,2 189
14.1-6 181, 188

14.2 190
14.3 190
14.3,4 189, 190
14.4 189, 191
14.5 189, 191
14.6 189, 191
14.7 191, 192
14.14 191
21.10 148
31.1 91
31.24-28 61, 260
33.4 145
33.6 145
34.11 228
36.29 288
38.33 288
41.11 283

Salmos

1.1 16
8 286, 288
8.1 286
8.1,2 287
8.1-9 281, 285
8.2 288
8.3 288
8.3,4 288
8.4 285
8.5 289
8.5 LXX 142
8.5,6 289
8.6 285
8.6-8 286, 290
8.9 286
10.17,18 25
11.3 16
12.8 14
14.1 14
14.5 14
15 14, 16
15.1 14
15.1-5 14
15.2 16
15.2-5 14
15.3 17
15.4 18
15.5 15
19.1 287
24 15
24.1 254, 283
24.4 15
24.6 14 n. 3
31.10 35
33.16-19 239
34.6 24
37.1 81
37.2 190
41.1 24
50.9-12 283
62.12 228
69.28 146
74.2 144
75.7 246 n. 9
76.4 287
82.1-4 25
89.11 288
90.5,6 190
93.4 287
102.11 190
103.15 190
104.15 42
111.2 285
118.8,9 239
118.22 230
119.10 62
119.18 62
119.34 10
119.105 9
123.2 64
127.3 142
139 143
139.2 144
139.7-12 143
139.13 143, 144
139.13,14 144
139.13-18 137, 143
139.14 143, 144
139.15 145
139.15,16 143, 145
139.16 143, 146
139.17,18 143
144.4 190

Provérbios

2.16,17 130
2.17 91
3.13-17 250
5.1 94
5.1-14 94, 99
5.2 94
5.3 94, 98, 99
5.3-6 94
5.4 94

5.5,6 94
5.7 94
5.7,8 94
5.8 94
5.9 94
5.9–14 94
5.14 94
5.15 95, 96, 97
5.15,16 96
5.15–23 87, 92, 93, 94 n. 8, 98, 131
5.16 96, 97
5.16,17 93, 95
5.17 96
5.18 93, 96, 97, 98
5.18–20 93, 96
5.19 96, 97
5.19,20 97
5.20 97
5.21 97
5.21–23 93, 97
5.23 97, 98
6.1–5 18
6.6–8 63
6.10,11 60
8.22 144
11.28 61, 260
12.14 228
14.21 24
16.7 250
16.33 60
18.10–12 256
20.1 218
21.2 228
21.15 25
22.1 256
22.2 46
23.4,5 61, 260
23.26–28 215
23.29 214, 215
23.29–35 42, 209, 214, 215
23.30 214, 216
23.31 214, 217
23.32 214, 217
23.32–35 214, 217
23.33 217
24.3–12 227
24.11 227
24.12 13, 114, 228
28.11 256
28.21 46
31.4,5 219
31.6 42

Eclesiastes
3.1,2 188
3.11 188
5.1–7 18
5.12 256
6.12 190
11.5 144
12.7 188

Cântico dos Cânticos
1.6 99
2.15 99
4.12–16 99
6.2,3 99
8.11,12 99

Isaías
3.16 256
5.11,12 209–10 n. 2
5.22 209–10 n. 2
11.1–5 274
11.6 274, 275
11.6–9 274, 275, 277
11.7 274, 275, 276
11.8 275, 276
11.9 274, 275, 277
28.1–8 209–10 n. 2
33.15 15
36.16 95
40.6,7 190
42.8 66
42.12 287
43.1 128
48.11 66
50.1 123
51.2 128
56.12 209–10 n. 2
58.1 29
58.1,2 26, 27
58.1–12 26, 27
58.2 28, 32
58.2,3 28

58.3 29, 30
58.3,4 30
58.3-5 27, 29
58.4 30
58.5 30
58.6 26, 31
58.6,7 32
58.6-12 27, 31
58.7 32
58.8 32, 33
58.8,9 32
58.8-12 32
58.9 33, 34
58.9,10 32
58.10 32, 34
58.11 35
58.12 35
65.25 267, 273, 274, 275, 277

Jeremias
2.27 128
3.1 123
3.8 123
6.14 250
7.5-7 25
7.9-11 29
8.11 250
8.15 250
14.13 250
23.9 35
23.17 250
27.5 246 n. 9
28.9 250
29.7 222

Ezequiel
13.10 250
13.16 250
16.8 130, 133
16.36,37 42 n. 4
16.44-50 153
18.8 18
44.22 123
45.8 25

Daniel
3 223
4.17 246 n. 9

Oseias
4.10,11 42
4.11 209-10 n. 2
7.5 209-10 n. 2
9.14 148

Joel
1.5 209-10 n. 2

Amós
2.6 256
4.1 256
5.7-15 25
5.11 256
6.6 209-10 n. 2

Jonas
4.11 268

Miqueias
3.5 250

Habacuque
2.15,16 209-10 n. 2

Ageu
2.8 254

Zacarias
7—8 28, 29

Malaquias
1.6 126
1.7 129
1.10 126
2.10 125, 127, 128
2.10-16 125, 126, 127
2.11 127, 129
2.11,12 125, 126, 127, 129
2.12 129
2.13 127, 130
2.13-16 125, 127, 129
2.14 127, 130
2.15 126, 127, 128, 131, 132
2.16 127, 131, 132
3.3 129
3.8 61
3.11 148
3.16 62

Mateus
5 123

5.3 46
5.31,32 123
5.33-37 18
5.39 236, 243
5.43-48 169
5.44 236
6.1-18 61
6.14,15 49
6.19,20 61
6.19-34 61
6.21 61, 62
6.21,22 61, 62
6.22 62
6.22,23 61, 64
6.24 61, 65
6.25 66
6.25-34 61, 66
6.31 66
6.33 67
6.34 66
8.28-32 269
10.29 268
13.22 61, 260
14.6-11 18
16.27 228
18.23-35 49
19 123
19.3-9 123
19.8 125
19.9 125
21.15,16 287
25.27 18
26.52 248
26.52,53 243
27.3-10 186

Marcos
4.19 61, 260
10.1-12 123
10.14 24

Lucas
8.14 61
10.40 66
10.41 66
12.13,14 177
12.16-21 260
14.5 271
16.9 260
16.18 123
21.34 209-10 n. 2

João
2 92
6.28,29 31 n. 5
7.53—8.11 175 n. 11
8.1-11 165, 175
8.2 175
8.4 175
8.5 175
8.6 175
8.7 176
8.10,11 177
10.35 10
12.47 174
14.15 49
17.12 10

Atos
1.15-19 186
1.26 59
4.1-4 229
4.1-22 229
4.5-12 229, 230
4.7 230
4.8 230
4.11 230
4.12 230
4.13 231
4.13-22 229, 231
4.14 231
4.16 231
4.17 231
4.19 229
4.20 229, 231
9.2 110
9.15 112 n. 6
15.20 105
17.26 40
19.23 110
19.38,39 247
25.11 175, 247, 248

Romanos
1.21-23 158
1.23 158
1.24 157, 158
1.24-26 161
1.24-27 157
1.25 157, 159
1.26 157, 159
1.26,27 153, 156
1.27 157, 160
2.6 228

2.14,15 9
8.22 290
8.22,23 278
12.1,2 72
12.3 52
13 225
13.1 244, 245
13.1-5 245
13.1-7 235, 236, 242, 244, 251
13.2 245, 246
13.3 245
13.3,4 247
13.4 245, 246, 247
13.5 245, 248
13.6 245, 249
13.6,7 245, 248
13.7 245, 249
13.8 48
13.10 48
13.13 209-10 n. 2

1Coríntios
3.16,17 128
5.11 219
6.9 105
6.9,10 161, 209, 219
6.9-11 153, 156
6.11 162
6.13 105, 107
6.16 107
6.18 105
7.2 107
7.7 115
7.9 161
7.15 124
12.31 69
13.3 34
15.1 84

2Coríntios
4.7 112 n. 6
4.18 64
5.10 290, 291
12.21 158

Gálatas
1.12 84
5.19 106, 158
5.19-21 209, 219

Efésios
4.24 203
4.28 60
5.3 106, 158
5.12 161, 256
5.18 209-10 n. 2
5.21-32 106
5.31 107

Filipenses
1.18 80
2.17 80
2.18 80
4.4-7 79, 80
4.4-9 79
4.6 66
4.8 79
4.8,9 79, 81

Colossenses
1.17 283
3.5 106, 158
3.10 203, 289

1Tessalonicenses
1—3 108
2.13 84
4.1 109, 111
4.1,2 108, 109, 110
4.1-8 103, 108, 109
4.2 110
4.3 108, 111
4.4 112
4.4,5 108, 112
4.6 114
4.6-8 108, 113
4.7 158
5.7,8 209-10 n. 2

1Timóteo
1.8-10 153, 156
4.4,5 63
5.8 63
5.18 10
6.6 60
6.17 63
6.17,18 260
6.17-19 61

2Timóteo
2.21 112 n.6
3.16,17 10

Hebreus
1.3 283
2.7 289
2.7 LXX 142
2.8,9 205
2.9 LXX 142
13.5 60

Tiago
1.10 190
2.1 44, 47
2.1–4 44, 45
2.1–13 39, 41, 44
2.5 45, 46
2.5–7 46
2.6,7 46
2.7 47
2.8 47, 48
2.8–13 45, 47
2.9 44, 47
2.12 49
2.13 49
2.14–18 50
2.17 50
2.19–24 50
2.25 51
2.25,26 39, 41, 44, 45, 50
2.26 51
4.11 47
4.17 228
5.4 48
5.9 48
5.12 48
5.20 48

1Pedro
1.4 64
2.13,14 222
2.13–15 248
3.7 113

2Pedro
2.6–8 153

1João
1.5 35
3.17 34, 61, 250

Judas
6–8 153
7 155

Índice onomástico

A

Adams, E. Lawrence, 52
Addington, Gordon L., 219
Adeney, Bernard T., 19
Agostinho, 113, 184, 242
Alcorn, Randy, 232, 265
Alford, 113
Anderson, Kerby, 40, 56, 69, 72, 74, 75, 76, 84, 88, 89, 103, 120, 121, 137, 141, 166, 167, 168, 187, 198, 199, 208, 209, 211, 212, 219, 224, 226, 244
Anderson, Norman, 192
Andrew, M. E., 215
Aquino, Tomás de, 113, 184, 243
Aristides, 24
Aristóteles, 138, 183
Astor, John Jacob, 61, 256

B

Bahnsen, G. L., 20
Bailey, Derrick Sherwin, 155
Bailey, Lloyd R., 178
Baker, David L., 20
Baker, William H., 170, 178
Baldwin, Joyce G., 125, 126
Barnette, Henlee H., 55
Barnett, Jake, 265
Barrs, Jerram, 235
Baucom, John Q., 192
Beccaria, Cesare, 170
Beisner, E. Calvin, 292
Benkert, K. M., 151
Berry, R. J., 292
Birch, Bruce C., 20
Bird, Lewis P., 208
Blomberg, Craig L., 36
Bloom, Allan, 73, 84
Boettner, Loraine, 251

Booth, William, 45
Boswell, John, 157, 158
Braun, Michael, 134
Bullinger, E. W., 31
Bunyan, John, 262
Burgon, John W., 175
Bush, George, 207

C

Caim, 171, 172
Calígula, 222
Calvino, João, 128, 274
Campbell, R. C., 122
Cartledge, Paul, 138
Cavazzana-Calvo, Marina, 197
Charleton, Walter, 181, 182
Childress, James F., 232
Cícero, 242
Clark, David K., 88, 196, 236, 258, 265, 292
Cleantes, 81
Clemente de Alexandria, 139
Clouse, Robert G., 242, 251, 265
Collins, Francis S., 196
Collins, Robert J., 107
Colson, Chuck, 167
Conde-Frazier, Elizabeth, 52
Congdon, Robert N., 149
Conway, Jim, 107
Cotton, Bill, 36
Cottrell, Jack W., 149
Craigie, Peter C., 251
Crick, Francis, 197
Cross, Larry, 77

D

Davis, John Jefferson, 178, 183, 192, 265
Delitzsch, Franz, 17, 145
DeMaris, Alfred, 105
Dentan, R. C., 126
DeYoung, Curtis Paul, 52
DeYoung, James B., 162
Dilulio, John, 167
Donne, John, 182
Duty, Guy, 134

E

Edwards, Jefferson D., 52
Ellison, Craig W., 196
Emerson, Michael O., 52

F

Fabre, Jean-Henri, 278
Feinberg, John S., 149, 208
Feinberg, Paul D., 149, 208
Fensham, F. C., 36
Fischer, Alain, 197
Fitzmyer, J. A., 125
Flávio Josefo, 139
Ford, Henry, 61, 256
Fowler, Paul B., 149
Francisco de Assis, 282

G

Gagnon, Robert A., 162
Gandhi, Mahatma, 225
Geisler, Norman L., 178, 232
Gerbner, George, 77

Gibbon, Edward, 152
Gillingham, Sue, 36
Gorman, Michael J., 149
Gowan, Donald E., 36
Grenz, Stanley J., 116, 163, 208
Griffiths, Brian, 257, 258, 265
Gutin, J. C., 40

H

Haldane, Robert, 248, 249
Halteman, Matthew C., 272, 273, 279
Hanks, Thomas D., 36
Harris, Douglas J., 251
Harris, Helen, 24
Hawthorne, Nathaniel, 89
Heimbach, Daniel R., 100
Hemlock Society, 184
Henderson, J. Emmett, 69
Hendin, Herbert, 187
Henry, Carl F. H., 24, 55, 165, 178, 267, 279
Hess, Richard S., 251
Hitler, Adolf, 39
Hobbs, T. Raymond, 238
Hoffmeier, James K., 149
Holmes, Arthur F., 242, 251
Holmes, Michael W., 139
Horowitz, Craig, 211
House, H. Wayne, 134, 178
Humphry, Derek, 184
Hunter, John, 200
Hutton, E. F., 257

J

Janus, Cynthia, 88
Jerônimo, 128
Johnson, Dan, 279
Johnson, James Turner, 242, 251
Johnson, Luke T., 47
Johnson, Timothy, 192
Jones, Stanton L., 163

K

Kaiser Jr., Walter C., 18, 20, 47, 95, 100, 127, 169
Kang, S. Steve, 52
Kantzer, Kenneth S., 55, 56, 57
Kehrein, Glen, 52
Kevorkian, Jack, 184, 185
Kidner, Derek, 17
King, Philip, 138
Kitchen, John A., 228
Knight, George W., 251
Koop, C. Everett, 192
Krauthammer, Charles, 141
Kristol, Irving, 76, 85
Kruger, Paul A., 100

L

Lalleman, Hetty, 20, 238
Lebacqz, Karen, 116
Lecky, William Edward, 108, 109
Levin, Christoph, 37
Lewis, Clive Staples, 178
Lichter, S. Robert, 75, 85

Linder, Robert D., 25
Linzey, Andrew, 279
Lohfink, Norbert, 37
Lokkesmoe, R. Ryan, 138
Lovelace, Richard F., 163
Lutero, Martinho, 63, 66

M

MacArthur, John, 245, 253, 254, 255, 266
Malthus, Thomas, 273, 274
Mander, Jerry, 85
Mann, James, 69
Mann, Peggy, 212
Marquês de Sade, 78
Martens, Elmer A., 251
McHarg, Ian, 281, 282
McQuilkin, Robertson, 71, 73, 74, 78, 85, 87, 226
Medved, Diane, 120
Mendel, Gregor, 197
Mollenkott, Virginia R., 157, 158
Mooneyham, W. Stanley, 24, 37
Moore, Peter C., 153, 154
Moore, T. V., 131
Mott, Stephen Charles, 232
Motyer, J. A., 49
Muggeridge, Malcolm, 85
Murray, John, 134, 158, 159, 178

N

Naisbitt, John, 196
Nash, Ronald H., 266
Nero, 222
Neville, Richard W., 37
Nielsen, A. C., 71

P

Parrett, Gary A., 52
Patterson, Richard D., 37
Penner, Clifford, 116
Penner, Joyce, 116
Petersen, William, 69
Peterson, James C., 197, 208
Piper, John, 232
Pittman, Frank, 90, 91
Platão, 138, 183
Pleins, J. David, 37
Porteous, Norman W., 37
Postman, Neil, 72, 85
Pulliam, Russ, 219

R

Rad, Gerhard von, 204
Rakestraw, Robert V., 88, 196, 236, 258, 265, 292
Rao, K. Vaninadha, 105
Rasmussen, L. L., 20
Reich, Charles A., 99
Reidel, Carl H., 292
Reid, Malcolm A., 178
Reynolds, Morgan, 167
Richards, Larry, 134
Robertson, O. Palmer, 232
Rockefeller, John D., 256
Rollin, Bernard E., 270,

271, 279
Rothman, Stanley, 75, 85
Ruler, A. A. van, 20
Rushdoony, Rousas J., 78, 85, 172, 175
Rutenfrans, Chris, 187
Rutherford, Samuel, 225, 226
Ryrie, Charles C., 101, 232

S

Scanzoni, John H., 25
Scanzoni, Letha, 157, 158
Schaeffer, Francis A., 225, 226, 232, 292
Schemmer, Kenneth E., 192
Schrof, Joannie, 88
Seaver, Richard, 78
Sider, Ronald J., 37, 251, 266
Silver, Lee M., 195
Singer, Ethan, 201
Smedes, Lewis B., 116
Smick, Elmer B., 267, 269, 279
Smith, Adam, 259
Smith, Christian, 52
Stafford, Tim, 101, 116
Stager, Lawrence, 138
Steele, Paul E., 101
Stott, John R. W., 20, 109, 112, 282, 292
Swartley, Willard M., 252

T

Taylor, Richard K., 251
Tener, Elizabeth, 211
Teodoro de Mopsuéstia, 113
Terry, Milton S., 98
Thielman, Frank, 81, 82
Thomas, Cal, 167
Thompson, William N., 59, 69
Thomson, James A., 149
Thoreau, Henry David, 224
Toffler, Alvin, 99
Tooley, Michael, 149
Trobisch, Walter, 106
Turner, Carlton, 212

V

Vanderbilt, Cornelius, 60, 256
Van Ness, Daniel, 178
Vantassel, Stephen, 279
Venter, Craig, 196
Volf, Miroslav, 52

W

Wainhouse, Austryn, 78
Wallis, Jim, 232
Waltke, Bruce K., 94, 100, 215, 218
Washington, Raleigh, 52
Watson, James, 197
Webb, William J., 163
Wenham, David, 101, 116
Wenham, Gordon J., 134
Wesley, John, 45
White, John, 116, 255
White, Lynn, Jr., 281, 292
Whybray, R. N., 37
Wiebe, Philip H., 134

Willis, John T., 37
Willoughby, William, 165
Wilson, Earl D., 116
Wilson, R. R., 20
Wink, Walter, 252
Winner, Lauren F., 116
Wogaman, J. Philip, 266
Wright, Christopher J. H., 20, 238, 241

Y

Yarhouse, Mark A., 163
Yoder, John Howard, 178

Z

Zedlewski, Edwin, 168
Zee, Leonard Vander, 269, 279
Zuínglio, 24, 113
Zylicz, Zbigniew, 187

Índice de assuntos

A

Abimeleque, suicídio de, 185
abordagem da economia planificada, 259, 264
abordagem de livre mercado, 253, 258, 259, 260, 264
abordagem *laissez-faire*, 259
aborto, 74, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 146, 147, 208, 227. *Veja também* infanticídio
administração humana, 205, 292
adoração, ética e, 35
adultério, 87, 88, 89, 90, 94, 99, 109, 111, 123, 125, 139, 175, 176, 179
agropecuária, 270, 272
Aitofel, suicídio de, 185
alcoolismo, 219
alma, perspectiva traducionista da, 202
amniocentese, 150, 199
assassinato, 173
assassinato premeditado, 168, 169
assonância, 215
ativismo militar, 236
autoridade secular, 231, 251. *Veja também* pena de morte; guerra

B

bússola, Escrituras como, 10

C

casamento, 72, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 103–108, 111–117, 119–127, 129–135, 154, 155

casamento com incrédulos, 129
células-tronco, 8, 137, 140, 141, 142, 146, 149, 208
clonagem humana, 141, 202
coabitação, 103
cocaína, 142, 211, 212, 213
crack, 212, 213
crime, 57, 77, 78, 137, 147, 148, 165–171, 173, 174, 176, 177, 181, 192, 213, 228, 248
cultura jovem, 73

D

dependência de drogas, 214, 219, 220. *Veja também* vício
desbaste, 183
desobediência civil, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 231. *Veja também* autoridade secular; guerra
desobediência civil, A (Thoreau), 224
diagnóstico genético pré-implantacional, 199
difamação, 17
dinheiro, 15, 18, 19, 56, 57, 59, 60, 61, 64, 68, 69, 77, 155, 250, 253, 255, 256, 260, 261, 264, 266. *Veja também* pobreza; riqueza
direito de morrer, 188. *Veja também* eutanásia
direito divino dos reis, 225
direitos dos animais, 78, 278
discriminação, 53. *Veja também* racismo
divórcio, 7, 15, 89, 105, 106, 119–125, 127, 131, 132, 133, 134, 135, 210
DNA recombinante, técnica de pesquisa, 200, 208
doenças genéticas, 197, 198, 201
domínio humano, 278, 284. *Veja também* domínio sobre a criação; meio ambiente
domínio sobre a criação, 205
DPI. *Veja* diagnóstico genético pré-implantacional

E

ecologia, 276, 282, 292
economia, 8, 63, 253, 258, 259, 260, 264, 272
engenharia genética, 8, 195, 196, 198, 199, 201, 207, 208
entrevistas na mídia, 75
eutanásia, 8, 142, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188
evangelho da prosperidade, 256

F

favoritismo, 24, 44, 46, 47. *Veja também* discriminação
fazenda industrial, 269, 272
fertilização *in vitro*, 141, 199
fidelidade conjugal, 154
fofoca, 17
formalismo religioso, 26
fornicação, 111, 115, 116

G

genética, 195–206
governo secular, 231, 251. *Veja também* pena de morte; guerra
guerra, 251
guerra de Yahweh, 239
guia, Escrituras como, 10

H

homicídio qualificado, 168, 169, 170, 174
homossexualidade, 151, 162

I

igreja e Estado, 231
imagem de Deus, 34, 39, 82, 104, 134, 142, 147, 168, 170, 173, 179, 184, 203, 204, 218, 269, 278, 289, 290
infância, mídia e, 71
infanticídio, 8, 139, 140, 181, 183, 188. *Veja também* aborto
infertilidade, genética e, 199
infidelidade, 133
inseminação artificial, 199
integridade, 15, 16, 17, 18
irrepreensibilidade, 16

J

jejum, 26, 28–32, 61
jogos de azar, 61, 64, 68
jornalismo, 11, 74
Judas, suicídio de, 186

L

laparoscopia, 198
lei régia, 45, 47, 48
Lex Rex (Rutherford), 225, 226
lex talionis, 148
linguagem, mídia e, 74
loterias, 56, 57, 58, 62, 68, 69

M

mabiki, 183
maconha, 211
mães de aluguel, 199
maldição de Canaã, 41
mão invisível, metáfora econômica, 259
meio ambiente, 281, 284, 293
Mercitron, 184
mídia moderna, 84

modo de vida, 14, 16, 17, 49, 103, 105, 106, 110, 115, 153, 154, 161, 258
morar juntos, 103
mundanismo, 64
música, 73

N

namoro cristão, 112, 113

O

Operação Resgate, 227
oprimidos, 23, 26, 27, 31, 32, 34, 35, 36, 228. *Veja também* pobreza
órfãos, 23, 24, 25, 26, 31, 35, 36

P

pacifismo, 236
pagamento de impostos, 248, 249, 250, 256
panteísmo, 282, 287
parcialidade, 44, 45, 46, 47, 49, 52, 53
patentes genéticas, 201, 207
pena de morte, 165, 168–172, 174, 177, 179, 188, 247, 248
plasmídeos, 200
pobre, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 45, 46, 47, 59, 60, 68, 253, 256, 260, 261, 266, 268
pobreza, 23, 24, 25, 26, 36, 59, 167, 253, 260, 266
pornografia, 71, 76, 77, 78, 84, 85, 105. *Veja também* sexo
prevenção contra o adultério, 91, 92
princípio, Escrituras como, 9, 10
privilégio paulino, 124
produção de riqueza, 258
Projeto Genoma Humano (PGH), 196, 197

Q

quimeras, 200

R

Raabe, 45, 50, 51, 223
racismo, 39, 41, 44, 51, 52
rDNA, 200, 201, 208
reino pacífico, 273, 274, 277
religiosidade justa, 35, 36
reprodução artificial, 200
resgate substitutivo, 168, 169
responsabilidade social, 36, 38
revelação progressiva, 174
revolução armada, 225
riqueza, 25, 36, 45, 53, 60, 63, 65, 68, 239, 253–9, 263, 264, 265, 266
ritualismo, 26

S

Sansão, suicídio de, 185
Santificação do Nome, 183
Saul, suicídio de, 185
secularismo, 64

seletividade da mídia, 75
seletivismo, 236. *Veja também* teoria da guerra justa
sentinela, Escrituras como, 10
sexo, 72, 73, 77, 90, 92, 103, 106, 108, 111, 116, 154, 155, 156, 160, 161, 162
sistema penal, 177
sistemas de mercado, 260
sortes, tirar, 59
splicing genético, 200. *Veja também* genética
suborno, 15, 19
suicídio, 59, 142, 181–88
suprimento de comida no mundo, 274
suttee, 183

T

técnica de confinamento, 270, 271, 272, 273, 278
tecnologia, meio ambiente e, 285
teoria da guerra justa, 242, 243, 244
trabalho, dom do, 205
tríade ética, 17

U

ultrassom, 198
usura, 18, 21

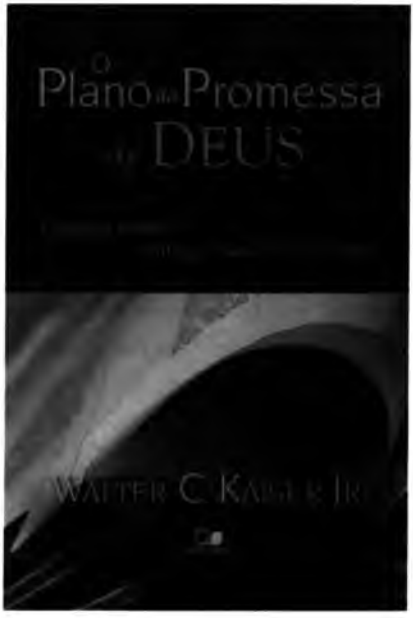
V

vegetarianismo, 272, 278
vício, 109, 166, 211, 212, 213, 216, 219
violência, mídia e, 76, 77
virtudes, lista de, 81, 82, 83

X

Xenofonte, 113

CONHEÇA TAMBÉM ESTA OBRA DE WALTER C. KAISER JR.



Qual o tema central da Bíblia?

Diante da diversidade de autores, gêneros e contextos dos diversos livros bíblicos, é plausível levantar essa questão? Com ela, não estaríamos impondo sobre o texto bíblico um sistema forçado e antinatural?

A essas difíceis questões a disciplina da teologia bíblica luta para responder. Nessa edição revista e expandida de sua clássica *Teologia do Antigo Testamento*, Walter C. Kaiser Jr. propõe uma solução para tantos assuntos incertos. Sugere que existe, sim, um centro unificador da teologia e da mensagem da Bíblia indicado e afirmado pelas próprias Escrituras. Esse centro é a promessa de Deus. De abrangência universal, esta promessa de vida através do Messias envolve toda a história de salvação do Antigo e Novo Testamentos, trazendo coesão e unidade às diferentes partes da Bíblia.

Uma vez esboçada sua proposta, Kaiser percorre cronologicamente os livros dos dois testamentos, demonstrando como a promessa é entendida ao longo do tempo, como os vários subtemas de cada livro se relacionam com a promessa, e como o plano de Deus para cumprir a promessa se desenvolve progressivamente. *O plano da promessa de Deus*, esta rica e esclarecedora teologia bíblica, impactará sua mente e seu coração.